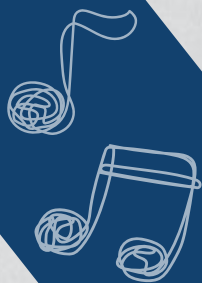


Hildeliza Boechat Cabral
Dulce Helena Pontes-Ribeiro
Wagner Luiz Ferreira Lima
Organizadores

Interfaces da **LINGUAGEM**



| Interfaces da LINGUAGEM



Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral
Dulce Helena Pontes-Ribeiro
Wagner Luiz Ferreira Lima
Organizadores

| Interfaces da LINGUAGEM

Copyright © 2020 Brasil Multicultural Editora

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem a expressa autorização dos autores ou organizadores.

Editor científico

Décio Nascimento Guimarães

Editora adjunta

Gisele Pessin

Coordenadoria técnica

Gisele Pessin

Fernanda Castro Manhães

Design

Fernando Dias

Capa: Carolina Caldas

Revisão

Dulce Helena Pontes-Ribeiro

Gestão administrativa

Ana Laura dos Santos Silva

Bibliotecária

Ana Paula Tavares Braga – CRB 4931

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I61 Interfaces da linguagem / organizadores Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral, Dulce Helena Pontes-Ribeiro e Wagner Luiz Ferreira Lima. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2020.
264 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-88977-08-8

1. LINGUAGEM E LÍNGUAS. 2. LINGUAGEM COPORAL. 3. LÍNGUA UNIVERSAL. 4. MEDICINA – LINGUAGEM. 5. GEOGRAFIA LINGUÍSTICA. 6. DIREITO – LINGUAGEM. I. Cabral, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat (org.). II. Pontes-Ribeiro, Dulce Helena (org.). IV. Título. III. Lima, Wagner Luiz Ferreira (org.).

CDD 400



Instituto Brasil Multicultural de Educação e Pesquisa - IBRAMEP
Av. Alberto Torres, 371 - Sala 1101 - Centro - Campos dos Goytacazes - RJ
28035-581 - Tel: (22) 2030-7746
www.brasilmulticultural.org
contato@brasilmulticultural.com.br

Comitê científico/editorial

Prof. Dr. Antonio Hernández Fernández – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPAÑA)

Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza – UENF (BRASIL)

Prof. Dr. Casimiro M. Marques Balsa – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (PORTUGAL)

Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai – MPMA (BRASIL)

Prof. Dr. Daniel González – UNIVERSIDAD DE GRANADA – (ESPAÑA)

Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo – UFES (BRASIL)

Prof. Dr. Eduardo Shimoda – UCAM (BRASIL)

Prof. Dra. Fabiana Alvarenga Rangel – UFES (BRASIL)

Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – UNIR (BRASIL)

Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho – UFSC (BRASIL)

Prof. Dr. Francisco Elias Simão Merçon – FAFIA (BRASIL)

Prof. Dr. Iêdo de Oliveira Paes – UFRPE (BRASIL)

Prof. Dr. Javier Vergara Núñez – UNIVERSIDAD DE PLAYA ANCHA (CHILE)

Prof. Dr. José Antonio Torres González – UNIVERSIDAD DE JAÉN (ESPAÑA)

Prof. Dr. José Pereira da Silva – UERJ (BRASIL)

Prof. Dra. Magda Bahia Schlee – UERJ (BRASIL)

Prof. Dra. Margareth Vetis Zaganelli – UFES (BRASIL)

Prof. Dra. Marília Gouvea de Miranda – UFG (BRASIL)

Prof. Dra. Martha Vergara Fregoso – UNIVERSIDAD DE GUADALAJARA (MÉXICO)

Prof. Dra. Patricia Teles Alvaro – IFRJ (BRASIL)

Prof. Dr. Rogério Drago – UFES (BRASIL)

Prof. Dra. Shirlena Campos de Souza Amaral – UENF (BRASIL)

Prof. Dr. Wilson Madeira Filho – UFF (BRASIL)

Sumário

Prefácio.....	12
1	
Mistanásia na obra “Morte e vida severina”: a linguagem metafórica e a simbologia do retirante nordestino	14
Moyana Mariano Robles Lessa	
Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral	
Wagner Luiz Ferreira Lima	
2	
A linguagem das artes	28
Dulce Helena Pontes-Ribeiro	
3	
Uma linguagem emergente: a do implantado coclear	39
Rafael Pontes Ribeiro	
4	
Linguagem médica e os entraves na comunicação médico-paciente	48
Laís Soliño Francisco de Abreu Dantas	
Laryssa Oliveira da Silva Santana	
Juçara Gonçalves Lima Bedim	
5	
Linguagem tridimensional da dignidade humana: status, virtude e valor intrínseco	58
Diane de Carvalho Machado	
Thiago Assed Tinoco de Bragança	

6	As configurações da Língua Portuguesa na comunicação jurídica	70
	Sinthia Moreira Silva	
	Eliana Crispim França Luquetti	
7	Linguagem adequada à entrega da má notícia	79
	Caroline Ferreira dos Santos	
	Vanessa Tinoco do Amaral	
	Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral	
8	A glotopolítica e a construção dos espaços linguísticos internacionais	88
	Andrik Barbosa Risso	
9	<i>Retirantes</i>, de Cândido Portinari, como linguagem pictórica de releitura de direitos fundamentais: em pauta o direito humano à alimentação	99
	Tauã Lima Verdan Rangel	
10	Fácies de dor em Frida Kahlo: uma análise semiotécnica das obras	112
	Luívia Oliveira da Silva	
	João Romário Gomes da Silva	
	Poliana da Silva Carvalho	
11	Linguagem corporal, saúde mental e distúrbios do sono: o corpo que fala	125
	Luciano Reis Neves	
	Elenize de Oliveira Silva Neves	
	Juliana da Conceição Sampaio Lóss	
12	Linguagem, comunicação e humanização: uma tríade constituinte da Formação Médica	134
	Juçara Gonçalves Lima Bedim	
	Rafaela Chequer Cabral	
	Marcus Lima Bedim	
13	Descomplicando o jurídiquês: o acesso à justiça pela linguagem facilitada	145
	Willian da Silva Pontes	
	Marcelo Marianelli Loss	
	Marlene Soares Freire Germano	

14	Virtualização do trabalho subordinado: uma análise do teletrabalho e seus impactos na linguagem entre empregados e empregadores	154
	Alice de Souza Tinoco Dias Viviane Carneiro Lacerda Meleep Ari Gonçalves Neto	
15	A linguagem como instrumento de desenvolvimento do senso de dignidade humana em adolescentes sob regime de internato militar no Brasil	166
	Marcos Felipe Almeida Mota Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral	
16	O uso da linguagem no (ciber)bullying contra crianças e adolescentes.....	175
	Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo Viviane Bastos Machado	
17	Linguagem da avaliação: abordagem metodológica ativa em destaque	186
	Joane Marieli Pereira Caetano Carlos Henrique Medeiros de Souza	
18	Comunicação na web: redes sociais e linguagem	197
	Tânia Gregório	
19	Linguagem e identidade social: influências mútuas no mundo pós-moderno	210
	Ana Carolina de Oliveira Lyrio Ari Gonçalves Neto Shirlena Campos de Souza Amaral	
20	Distúrbios que afetam a linguagem	220
	Juliana da Conceição Sampaio Lóss Lyssa Portal da Silva Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral Wagner Luiz Ferreira Lima	
21	Linguagem da escola: um dos agentes da evasão escolar.....	231
	Dulce Helena Pontes-Ribeiro	

22

Linguagem fotográfica: mais que uma arte, a fotografia de Marc Ferrez à
luz de Walter Benjamin 241

Anízio Antônio Pirozi

Dulce Helena Pontes-Ribeiro

Renato Marcelo Resgala Júnior

23

A linguagem e o consentimento informado..... 257

Elias José de Almeida

Prefácio

O livro “Interfaces da linguagem”, organizado por Cabral, Pontes-Ribeiro e Lima, reúne vinte e dois trabalhos de diferentes áreas, escritos por pesquisadores de diversas instituições. Nele, o leitor vai (re)descobrir o quão variadas são as atuações humanas em que a linguagem se faz fundamental para o seu bom desenvolvimento.

Sob um pano de fundo multidisciplinar (como, por exemplo, a medicina, o direito, as artes, a história, a educação), é interessante observar que todo o esforço científico dos trabalhos tem uma mesma motivação: a de querer ver todas as pessoas usufruindo do seu direito de viver com dignidade.

As informações trazidas em alguns capítulos atualizam o leitor sobre os avanços tecnológicos, como, por exemplo, os resultados otimistas no desenvolvimento da fala por crianças que receberam implantes cocleares, pois quando o surdo tem um feedback auditivo, ele pode articular melhor sua fala. Isso significa que o indivíduo pode se comunicar melhor, e sua interação com a sociedade permitirá um desenvolvimento em todos os aspectos da vida. É mais do que uma preocupação sobre o direito de falar; é também sobre o direito de ser ouvido!

A leitura nos leva de ponta a ponta no mundo da linguagem. Pode-se ir do seu aspecto primário, de emissão dos sons vocais (como acabamos de ver), para a sua expressão máxima: a arte, como a fotografia, a pintura e a literatura. Você encontrará nos capítulos, por exemplo, análises de artistas como Frida Kahlo, Portinari e João Cabral de Melo Neto, desmascarando as mazelas da sociedade, como a fome (em Portinari) e a mistanásia (na obra “Morte e vida severina”), e as discussões farão você pensar na importância do acesso ao conhecimento para quem vive “à margem de seus direitos”.

Mas a preocupação com a forma de se expressar não é matéria apenas de artistas. É interessante acompanhar as discussões sobre “como se expressar” pode ser decisivo para o sucesso de um tratamento médico, por exemplo, ou o quanto uma linguagem técnica mal utilizada pelo advogado pode trazer prejuízos para a interação com seu cliente, “privando o destinatário do entendimento pleno”. O olhar do profissional para a pessoa, e não apenas para o seu problema de saúde ou de justiça, garante relações mais humanas e empáticas.

Este livro também apresenta capítulos que destacam a relação língua e identidade. Você vai refletir sobre como a falta de legitimidade de um registro de fala não padrão é capaz de provocar evasão escolar, devido a uma ideologia ainda presente nas escolas em favor da manutenção de valores hegemônicos.

A obra também conta com pesquisas sobre a linguagem das novas práticas discursivas, como as redes sociais digitais. Linguagem esta que é direito de todos poder utilizar (“estar *in*” e “estar *on*”), e é um dever de todos agir com ética e responsabilidade, procurando evitar, por exemplo, o (ciber)bullying.

Além de todos esses temas, você também encontrará discussões atuais sobre a relevância das questões comunicativas no campo da política, da saúde mental, dos distúrbios da fala, da comunicação, do trabalho, do internato militar.

Desejo a você uma proveitosa leitura, e que, ao final, você se transforme (como eu me transformei) com todo o conhecimento permitido pelo diálogo interdisciplinar, e se encha da esperança de que a ciência, graças à perseverança (e amor ao próximo) de seus pesquisadores, está no caminho certo para a garantia dos direitos de todos.

Esta obra não contribui apenas para nossa formação científica, mas também para nossa formação humana, à medida que nos convida para a luta pela democratização de um dos nossos mais importantes direitos: o direito ao conhecimento!

Profa. Dra. Patricia Ormastroni Iagallo

Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP-Araquara)

Docente do curso de Letras da UNESPAR-Apucarana

1

Mistanásia na obra “Morte e vida severina”: a linguagem metafórica e a simbologia do retirante nordestino

Moyana Mariano Robles Lessa¹

Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral²

Wagner Luiz Ferreira Lima³

Mas o que se vê não é isso: é sempre nosso serviço crescendo mais cada dia; morre gente que nem vivia. E esse povo lá de riba de Pernambuco, da Paraíba, que vem buscar no Recife poder morrer de velhice, encontra só, aqui chegando, cemitérios esperando. Não é viagem o que fazem, vindo por essas caatingas, vargens; aí está o seu erro: vêm é seguindo seu próprio enterro (MELO NETO, 2009, p. 129).

-
1. Especialista em Direito Tributário e em Docência do Ensino Superior. Graduada em Letras. Graduanda em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa Bioética e Dignidade Humana. Co-autora de capítulos de livros e artigos científicos.
 2. Pós-doutoranda em Direito. Doutora e Mestre em Cognição e Linguagem. Professora dos Cursos de Direito e Medicina. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética e Dignidade Humana (Gepbidh). Membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc).
 3. Pós-doutorando em Cognição e Linguagem pela Uenf. Doutor e Mestre em Língua Portuguesa pelo Centro de Educação e Humanidades da UERJ. Graduado em Letras – Português, Inglês e suas respectivas Literaturas pela Fafile/Uemg.

Considerações iniciais

É sabido que o conceito de linguagem abrange todas e quaisquer formas de comunicação, todavia essa concepção em sentido *lato* não contempla de forma mais precisa a intencionalidade da proposta delineada neste estudo – compreender o fenômeno da mistanásia pelos vieses da expressividade linguística flagrante na obra “Morte e vida severina”, da autoria de João Cabral de Melo Neto.

À guisa de esclarecimento, a palavra portuguesa deriva do francês antigo *langage*. Quando usada como um conceito geral, a palavra “linguagem” alude a uma capacidade cognitiva que possibilita aos seres humanos aprender e usar sistemas de comunicação complexos. Assevera-se, porém, que, na proposta em tela, ao se adotar um texto literário como *corpus* de pesquisa, considera-se a linguagem não só como a capacidade especificamente humana para aquisição e utilização de sistemas complexos de comunicação, mas também como a instância específica de um sistema de comunicação complexo que se mostra imensuravelmente fértil para transmitir tudo aquilo que a mente criativa e sensível for capaz de se inspirar do real ou do imaginário.

A linguagem humana quando na forma de sistema de comunicação é assaz complexa, justamente porque ela se fundamenta em um diversificado sistema de regras relativas a símbolos cujos significados são projetados pela maneira como cada ser está enraizado na cultura humana para comunicar e compartilhar informações, ora como expressão de identidade e de estratificação social, ora para manutenção da unidade em uma comunidade e para o entretenimento.

É por essa razão que todas as línguas contam com um vasto manancial de interpretabilidade sígnica. No caso específico da língua portuguesa, em termos de possibilidades de empregos da linguagem verbal, nota-se que os recursos estilísticos atuam como ferramentas que garantem maior expressividade aos textos escritos e à fala, a partir do emprego não raro da figura *mater* – a metáfora – que, ao possibilitar que se utilize uma palavra ou uma expressão em lugar de outra, sem que haja uma relação real, inaugura o processo de conotação que gera o sentido figurado responsável por ilimitadas semioses extraíveis de um dado signo.

A obra *Morte e vida severina*, em linguagem realista e objetiva, retrata vida e morte do retirante nordestino. A leitura a respeito de um povo

esquecido é descrita com exatidão no texto de João Cabral de Melo Neto, que já apontava a mistanásia como morte indigna, decorrente da pobreza e do descaso do poder público para com os cidadãos. A mistanásia dialoga com “Morte e vida severina”, buscando discutir um problema antigo que persiste e se intensifica na sociedade atual e global, adotando-se como aporte o exame dos recursos linguísticos contidos na expressividade literária da arquitetura cabralina.

O poema escrito por João Cabral descreve minuciosamente o sentimento de encontrar-se abandonado e apequenado diante de situações ínfimas de sobrevivência, nas quais a fuga torna-se um caminho de esperança para afastar a morte que ronda diariamente a vida de tantos “severinos”, que não almejam por grandes e exigentes oportunidades, querem apenas viver sem medo de uma morte antecipada, sem fome, com dignidade.

O poeta apresenta em sua obra metáforas profundas (até mesmo intensas) e reflexivas que levam o leitor a uma resignificação de valores e de conhecimento acerca da dignidade humana e do quanto muitos padecem por não terem o básico, em um cenário que sequer o direito à vida é concretizado. O autor, através de seu personagem principal, apresenta variados traços de manifestação da mistanásia, mesmo ainda não existindo uma definição e significação que a caracterizasse, como é feito na contemporaneidade.

A expressão “mistanásia” foi cunhada no final da década de 80, sendo caracterizada como morte infeliz, e seus adjetivos significando a morte de muitos, derivada da pobreza, do abandono, do descaso, da violência, enfim, de condições indignas de vida e de morte. É como diz o próprio João Cabral: *morremos de morte igual, mesma morte severina: que a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia.*

As definições e ocorrências da mistanásia são apresentadas durante o presente capítulo, propondo um novo olhar ao direito à dignidade humana, mediante ponderação entre o que é assegurado e o que realmente é vivenciado.

Em face da análise da obra, percebe-se que a temática está voltada à miséria, na qual se encontram tantos “severinos”, que, por não possuírem condições dignas de vida, morrem de forma infeliz. Morre-se no sertão por mistanásia, representada pela morte por fome, devido à seca, à falta de cuidados; é uma morte solitária e silenciosa, que se morre um pouco a cada dia, pelo abandono e descaso.

Aliás, uma vez cansado da viagem, é Severino, em João Cabral de Melo Neto, quem corrobora esse ponto de vista que vem sendo tecido acerca das condições precárias que ensejam a premente mistanásia: – *Desde que estou retirando, a morte vejo ativa, a morte deparei / e às vezes até festiva; a morte tem encontrado / quem pensava encontrar vida, e o pouco que não foi morte foi de vida Severina*. Essa morte é evitável, fato que aproxima o conceito de mistanásia à obra de Melo Neto, sua linguagem e significados se reencontram em um mesmo ponto em comum: vida abreviada, ou, na esteira mais poética, “Severina”.

Este capítulo propõe articular o conceito de mistanásia às mortes descritas na obra, aos relatos apresentados por “Severino retirante” em seu percurso de fuga de uma vida infeliz, bem como correlacionar mistanásia e “Morte e vida severina” com textos de pesquisadores e estudiosos da morte antecipada na contemporaneidade, propondo uma reflexão sobre os significados da morte mistanásica.

Textos de autores que estudam a morte e a exclusão social como, por exemplo, Leo Pessini, Boaventura de Sousa Santos, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral, Luiz Antônio Lopes Ricci, entre outros, foram utilizados como arcabouço teórico, aprofundamento e conhecimento na construção deste capítulo, sem desviar o olhar à obra do poeta, que retrata uma poesia realista, de forma singular e reflexiva.

Breve resumo da obra “Morte e vida severina”

João Cabral de Melo Neto escreveu entre os idos de 1954 e 1955 a obra “Morte e vida severina (auto de natal pernambucano)”, a qual retrata no personagem de “Severino retirante” a dureza e o sofrimento em que vivem muitos outros “severinos” que buscam, quase instintivamente, na emigração, na fuga da miséria e da pobreza, uma solução que vai além de se viver dignamente: a esperança de não “encontrar” antecipadamente com a morte, que por afinidade é aliada à fome, à miséria, ao descaso e à exclusão social.

No livro (2009, p. 7), o prefácio de Braulio Tavares caracteriza a linguagem literária de João Cabral de Melo Neto por “[...] um perfil intensamente pessoal, pela sua sintaxe, pela sua temática e pelo olhar que lança sobre a natureza e o mundo dos homens”. Diante da escrita do poeta em “Morte e vida severina”,

o leitor se depara com a força e a significação da morte na existência do retirante nordestino, sendo parte de sua vida desde o nascimento, tornando-o, portanto, emigrante forçado que foge da seca, do abandono público e social, da falta de trabalho e de esperança que, conseqüentemente, ocasionam uma morte antecipada e desnecessária – caracterizada pela mistanásia.

Ao iniciar o poema, “Severino retirante” elucida quem é ele e aonde pretende ir; entretanto, o autor deixa claro no texto que o personagem representado por “Severino” poderia ser qualquer um e que existem muitos como ele, apresentando as dificuldades de todo um povo que, por não ter o mínimo existencial para uma vida plena, se vê obrigado a sair de sua terra natal em busca de uma nova história a ser vivida. “Severino retirante”, ao apresentar-se ao leitor, descreve sua pessoa como apenas mais um em meio a tantos outros que se deparam cotidianamente com a pobreza e a falta de recursos presentes no local em que vive: “Mas isso ainda diz pouco: se ao menos mais cinco havia com nome de Severino filhos de tantas Marias mulheres de outros tantos, já finados, Zacarias, vivendo na mesma serra magra e ossuda em que eu vivia” (MELO NETO, 2009, p. 100).

Na obra de Melo Neto, a morte é retratada em todo o percurso realizado por “Severino retirante”, como se não fosse possível dela se afastar, como se a morte fosse o único caminho para o retirante nordestino, não sendo possível uma vida digna, cabendo somente como refrigério esperar pela chegada da morte, para então poder descansar. Até mesmo no título do poema, o autor dispôs a palavra “morte”, antes da palavra “vida”, expressando antecipadamente o enredo que o leitor encontraria no poema, uma manifestação da presença da morte cotidianamente experimentada por um povo castigado e esquecido, “[...] propondo uma espécie de inversão da ordem natural dos acontecimentos, nascimento, vida e morte; passando a ser representado no sentido oposto, ‘morte e vida’” (PINTO JUNIOR, 2014, p. 27).

Esse estreitamento, apresentado pelo autor, entre morte e vida de uma população abandonada, que sofre com a degradação social, revela o padecimento e a angústia de muitos “Severinos” em sua jornada pela vida. Cansado da viagem, Severino considera: “Desde que estou retirando só a morte vejo ativa, [...]; só morte tem encontrado quem pensava encontrar vida, e o pouco que não foi morte foi de vida severina (aquela vida que é menos vivida que defendida, e é ainda mais severina para o homem que retira)” (MELO NETO, 2009, p. 109).

O poeta, ao utilizar em seu poema a metáfora “morte severina”, pretende demonstrar que, para muitos excluídos socialmente, a morte é apresentada de forma corriqueira, já que quando a morte não está presente o que se encontra é uma “vida Severina”. “As suas falas parecem indicar que não existe uma divisão entre morte e vida severina – uma está na outra, é inevitável. Mais do que isso: a vida severina é uma morte em vida, é a sensação de que não há motivo para viver [...]” (FRIZON, 2005, p.110). Tem-se, portanto, por meio da linguagem simbólica e metafórica de João Cabral de Melo Neto em “Morte e vida severina”, ou seja, vida em morte ou morte em vida é o destino de todo Severino, nome alegoricamente encrustado na obra para representar o retirante nordestino, portanto, uma fidedigna representação da mistanásia, mesmo antes de sua significação ter sido apresentada globalmente.

Cansado da longa viagem, “Severino retirante” anseia por chegar ao seu destino, esperando encontrar em Recife o que dificilmente conseguiria em sua terra natal: vida com dignidade, claramente expressada na passagem: “Nunca esperei muita coisa, [...]. o que me fez retirar não foi a grande cobiça; o que apenas busquei foi defender minha vida da tal velhice que chega antes de se inteirar trinta; se na serra vivi vinte, [...], o que pensei, retirando, foi estendê-la um pouco ainda” (MELO NETO, 2009, p. 121-122). Torna-se perceptível que a morte ocasionada pela fome e pela miséria, fruto do descaso do poder público, representa uma sombra de desesperança a tantas “vidas severinas” que precisam partir de seus lares almejando apenas o direito de viver e de morrer dignamente.

A morte foi companhia durante toda peregrinação do retirante “Severino”, que esperava encontrar na capital seu direito à vida. “Severino” não sabia, mas o que ele queria era fugir da mistanásia que condenava todo seu povo à morte sofrida e antecipada. Ao chegar ao seu destino, “Severino retirante” percebe que também em Recife existe segregação entre as classes sociais e que a morte também é companhia cotidiana dos socialmente excluídos. Ali também havia negligência do poder público com os desfavorecidos, e que, na verdade, por toda sua viagem, o que ele fazia era seguir seu próprio enterro: “E chegando, aprendo que, nessa viagem que eu fazia, sem saber desde o Sertão, meu próprio enterro eu seguia” (MELO NETO, 2009, p. 130). O autor demonstra em sua escrita que não importa o local, interior ou capital, os excluídos são muitos e padecem das mesmas necessidades básicas, sobrevivem de “vidas severinas”, sem esperança, sem justiça, escrevendo a cada frêmito de vida seu triste epitáfio, à espera da morte como se esse fosse um momento de consolo e redenção.

João Cabral de Melo Neto (2009, p. 131), no desfecho de seu poema, apresenta de maneira marcante a fala de “Severino retirante” sobre seus pensamentos suicidas: “A solução é apressar a morte a que se decida [...]”. Para “Severino”, chegar ao final de sua viagem e perceber que continuaria com fome, vivendo de forma indigna e tendo a morte à espreita, aguardando o segundo perfeito de lhe retirar sua “vida severina” – vida essa que ele estava cansado de viver e por isso se retirou de sua cidade natal –, sua jornada era em busca de dignidade, e ele percebeu que não a encontraria em seu destino final. Em um momento de descrença desabafa com seu mais novo amigo: “Seu José, mestre carpina, que diferença faria se em vez de continuar tomasse a melhor saída: a de saltar, numa noite, fora da ponte e da vida?” (MELO NETO, 2009, p. 134).

A obra retrata, por meio do seu personagem-narrador, as dificuldades de um povo excluído e socialmente desprezado, que não conhece uma vida digna, mas que luta como pode, para ter uma vida que não seja apenas “severina”, e sim uma vida humana, com direitos e deveres respeitados. A figura metafórica do “Severino retirante” marca de forma inigualável o sofrimento de todos que lutam pelo direito à dignidade humana, razão pela qual, apesar do poema ser da década de 1950, ainda representa as adversidades existentes na sociedade contemporânea.

Mistanásia: conceito e ocorrência

A expressão “Mistanásia” foi designada por Márcio Fabri dos Anjos – teólogo brasileiro, cristão e bioeticista –, em 1989, conceituando a existência da morte miserável e antecipada “de pessoas marginalizadas pela sociedade” (CABRAL, 2019, p. 67). Leo Pessini (2015), ao apresentar o conceito ético da mistanásia e sua ocorrência dentro do campo bioético brasileiro, traz reflexões a respeito da manifestação da mistanásia na contemporaneidade: “Trata-se da ‘vida abreviada’ de muitos, em nível social, por causa da pobreza, violência, droga, chacinas, falta de infraestrutura e condições mínimas de se ter uma vida digna, entre outras causas” (PESSINI, 2015). Ressalta-se que é a partir da imersão nas pistas linguísticas flagrantes, sobretudo na adjetivação densamente empregada por João Cabral, que se capta a manifestação da mistanásia.

Faz-se importante registrar o esclarecimento de Pessini em relação à origem da palavra mistanásia: “provém da etimologia grega *mys* = infeliz;

thanathos = morte, significando morte infeliz, miserável, precoce e evitável em nível social, coletivo” (PESSINI, 2015). Pessini traduz com clareza o conceito de mistanásia ao associá-la à morte infeliz, pois, dessa forma, torna-se evidente o quão grave é a morte antecipada, que vem ocorrendo de forma indiscriminada e menosprezada no bojo da sociedade brasileira, mortes essas que já eram recorrentes desde a criação do poema de João Cabral de Melo Neto – quando ainda não existia a palavra mistanásia – que narra a fuga de “Severino, retirante”, provando que a saída de sua terra natal foi uma tentativa desesperada de fugir da morte que o rondava, apesar de seus vinte anos. Passados setenta anos, ainda persistem casos de vidas abreviadas, ceifadas pelo descaso, pela pobreza, pelo abandono social.

Cabral (2019) estuda a mistanásia no Brasil, fazendo uma associação com o estado de vulnerabilidade do ser humano, objeto de pesquisa dos estudos bioéticos, tornando evidente o descaso do poder público em especial com a saúde pública como fator decisivo na promoção da mistanásia. A morte miserável, caracterizada pelas mortes mistanásicas, expõe negativamente a vulnerabilidade de toda uma população carente no sentido mais amplo da palavra, quando a falta de direitos básicos como saneamento, informação, prevenção e atendimento médico são negados ou negligenciados pela administração pública, médica e jurídica. Nesse aspecto, tem-se a banalização da vida materializada, ocorrendo, categoricamente, no cotidiano dos cidadãos brasileiros (CABRAL, 2019).

Dessa forma, verifica-se que a mistanásia está presente sempre que há desconsideração com a vulnerabilidade humana, quando o tratamento dado à população mais carente é inexistente ou insuficiente e, para que a mistanásia ocorra, não depende de tempo ou modernização, depende apenas do abandono público e social a toda uma classe populacional marginalizada e subjugada. “A mistanásia é, pois, a forma de morte prematura, cruel e miserável da população que não possui melhores condições de saúde e de vida, que diuturnamente está à margem do que a saúde pública oferece” (CABRAL *et al.*, 2016, p. 156).

Ao se tratar das ocorrências de mortes por mistanásia, podem-se citar as seguintes variáveis: cidadãos que morrem sem sequer conseguirem atendimento na saúde pública, que, por motivos sociais, governamentais e territoriais, têm suas vidas abreviadas antes mesmo de se tornarem pacientes; há os que chegam a ter acesso ao sistema de saúde, mas devido às grandes filas acabam falecendo sem terem seu direito à saúde efetivado; e, por último, há os pacientes vítimas

de negligência e/ou imprudência, atingidos pela mistanásia devido ao erro médico. “As formas de mistanásia são cruéis [...] O mesmo Estado que defende a vida e ao mesmo tempo proíbe a eutanásia é o principal responsável pela mistanásia, que ocorre através do abandono social” (CABRAL *et al.*, 2016, p. 160).

Viver uma vida digna é muito diferente de somente sobreviver. O fato de lutar pela sobrevivência não impõe respeito aos direitos e garantias, não exige qualidade de vida e nem perspectivas de justo futuro. Melo Neto substantivou o termo sobreviver usando em seu poema a expressão “vida severina”, caracterizando, assim, o processo de viver como fato menosprezado, negligenciado e sem valor social. Santos, em um trabalho de pesquisa para tese de doutorado, apresenta de forma convincente o quanto o “sobreviver” está presente na atualidade. O autor vivenciou em uma favela do Rio de Janeiro as dificuldades presentes no cotidiano de uma população carente e abandonada social e politicamente, tendo a pobreza, a miséria e a morte como companhias em seu trabalho de campo, constatando que “A esmagadora maioria da população do Jacarezinho ocupava-se cada dia com a tarefa dura de sobreviver no dia seguinte” (SANTOS, 2014, p. 291).

A dignidade da pessoa humana além de princípio constitucional é um direito indissociável do ser humano, não há que se falar em morte digna, se durante toda a vida a dignidade não esteve presente. A mistanásia nada tem de morte digna; conforme definição conceitual, a mistanásia é a materialização da morte infeliz. “O morrer infeliz nos remete ao viver infeliz [...]” (RICCI, 2017), constatando-se, portanto, que uma vida desfavorecida pelas circunstâncias sociais culmina com uma vida abreviada antecipadamente. “A mistanásia ocorre diuturnamente no Brasil, devendo-se ressaltar que não há tratamento humanitário oferecido de nenhuma forma, ou seja, acontecem por descaso, abandono e desamparo do doente ou paciente por parte do Poder Público” (CABRAL *et al.*, 2016, p. 163).

Articulação entre “Morte e vida severina” e a mistanásia: a simbologia de morte infeliz presente na obra e na realidade

A desigualdade social é um dos fatores marcantes e presentes na sociedade, que acaba por caracterizar a mistanásia na contemporaneidade. Relevante parcela da população global se encontra em estado de vulnerabilidade e em

grande risco de sofrer mortes evitáveis, comprovando que a definição de morte infeliz faz parte de um cotidiano próximo e real (RICCI, 2017).

A mistanásia, captável na obra pelas escolhas linguísticas de João Cabral, representa de forma impactante o abandono em suas diversas facetas, quer seja de forma social, econômica, educacional, sanitária, quer seja pela inexistência de saúde e segurança, que permeiam de modo cruel a comunidade mundial, afastando e desrespeitando os Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que se têm materializadas mortes antecipadas e todo sofrimento que delas se originam, afastando, portanto, o conceito de dignidade humana (CABRAL, 2019).

Traçando um paralelo entre os estudos desenvolvidos por Cabral (2019), em seu artigo intitulado “Mistanasia y aspectos de la muerte miserable em el Brasil”, e a obra de Melo Neto, escrita em 1954-1955, percebe-se uma inter-relação no contexto mistanásico presente em ambas as obras – sendo que a primeira trata a respeito de um estudo sobre as ocorrências de mistanásia no Brasil, ao passo que a segunda é um poema que retrata as agruras dos nordestinos retirantes – que se concretizam apesar da distância temporal existente entre elas. Nesse contexto, Melo Neto (2009 p. 100) apresenta como uma das passagens mais marcantes de seu poema o trecho: “E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia [...]”. Mesmo sem denominação representada à época, o autor já tratava da mistanásia que ainda ocorre na atualidade, sendo descrita por Cabral (2019) que define a mistanásia não como a representação da morte de alguém isolado, mas sim como a morte de muitos, que, antes mesmo da morte biológica, já estão mortos emocional e socialmente em uma globalização que desvaloriza o ser humano, reforçando sobremaneira sua vulnerabilidade e invisibilidade perante o poder público, como se a vida desses fosse descartável (CABRAL, 2019).

As semelhanças existentes na escrita dos dois autores estão presentes em vários trechos, comprovando que a morte infeliz ocorre tanto na obra quanto na realidade e que apesar do tempo decorrido as ocorrências de mistanásia se acentuaram, agravaram, visto que o que antes era inominado, agora possui definição e conceituação e, ainda assim, diariamente, muitos morrem indignamente, efetivando a mistanásia em toda sociedade global. Outra correlação entre Cabral e Melo Neto, se dá através da passagem: “[...] (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não

nascida)” (MELO NETO, 2009, p. 100-101). Em seu turno, Cabral (2019) corrobora que é na população vulnerável que a mistanásia caracteriza-se de modo antecipado, desumano e doloroso, visto que é nessa parcela da população que se dão as maiores dificuldades de acesso ao sistema público de saúde, comprovando que condições desfavoráveis a uma vida digna ocasionam a mistanásia da população desprovida.

É possível articular também “Morte e vida severina” e mistanásia traçando-se um paralelo entre o texto de Ricci e o poema de Melo Neto. Ricci (2017) apresenta a mistanásia “[...] na categoria de ‘morte indireta’, ao considerar que seria possível evitá-la, não fosse o abandono e a negligência social e pessoal, visto que era previsível e evitável”. Para o autor, a morte antecipada decorre de omissões mistanásicas. Esse posicionamento também é abordado por Melo Neto (2009, p. 113), ao descrever: “Deseja mesmo saber o que eu fazia por lá? Comer quando havia o quê e, havendo ou não, trabalhar”, apresentando uma vida de fome, de dor e de trabalho sem esperança, pois estavam abandonados, desamparados, sem qualquer intervenção do poder público para socorrê-los. A fome, se não a mais grave, é uma das maiores personificações de omissão dos entes governamentais.

Constata-se, portanto, que estudiosos deste século vêm aprofundando suas pesquisas sobre a manifestação da mistanásia e sua substancialização de forma singular nas populações excluídas socialmente, o que escritores do século passado, mesmo sem a definição de um nome de “batismo” para ocorrências de mortes infelizes e antecipadas, já tratavam em suas obras a respeito desse tema trazendo à baila reflexões profundas de aspecto social e político, problemas esses que não foram sequer dirimidos, devendo ser urgentemente considerados com respeito e seriedade por toda população mundial. A mistanásia não deveria ocorrer nas obras, tampouco na realidade, todavia não são raros os exemplos em que vida e arte se mostram amalgamadas.

Considerações finais

Percebe-se, mediante a análise do conteúdo subjacente em “Morte e vida Severina”, que a mistanásia, assim como se apresenta na obra, vem desempenhando uma conduta ativa na sociedade contemporânea mundial, atingindo notadamente a população mais carente, que convive com a exclusão social e

o abandono do poder público. A mistanásia assume neste século a responsabilidade por inúmeras mortes desnecessárias, que acontecem simplesmente pelo descaso com o bem mais precioso que é a vida. Grande parte da população mundial encontra-se à margem de seus direitos, sobrevivendo dia após dia sem oportunidades, sem conhecimento e sem respeito aos direitos humanos, portanto, um país que, como ocorre na obra, padece da mesma “morte severina”.

Fazer parte dessa parcela social excluída e esquecida significa conviver com a mistanásia e a aceitá-la como morte biológica. Na obra *Morte e vida severina*, o autor aborda com uma linguagem simbólica e comparativa essa convivência com a morte a cada esquina por onde o personagem principal passa. A vida é retratada como algo banal, motivo pelo qual em todo o tempo é preciso fugir de uma morte antecipada. Sobreviver – permanecendo vivo, apesar das contrariedades – substitui o lugar de viver com dignidade.

O conceito de mistanásia trazido por Leo Pessini clarifica a respeito da dor vivenciada pelos que são obrigados a um encontro com a mistanásia, causando angústia e revolta aos entes do falecido, que diante de tal situação se sentem impotentes em ajudar e socorrer quem passa pelo processo mistanásico. A indignidade presente na vida humana ocasiona a morte indigna, sofrida.

João Cabral de Melo Neto salienta em seu poema regionalista que se manter vivo requer esforço e coragem; é preciso retirar-se de sua terra natal na esperança de que a morte antecipada retire-se, então, para que se tente assegurar o direito à vida. As dificuldades enfrentadas por “Severino retirante” não são exclusividade dele, muito pelo contrário, na obra fica evidente que essas dificuldades pertencem a uma coletividade de “severinos”, que sobrevivem na miséria e no abandono socioeconômico. Assim como na obra, a mistanásia da realidade também atinge a vida de incontáveis idosos, homens/mulheres e crianças que indignamente morrem fora de hora, sem cuidados, sem atenção, sem atendimento, sem esperança, justamente por subsistirem abaixo da margem de pobreza, reverberando em uma expectativa de vida muito aquém até mesmo das estatísticas mais pessimistas. A mistanásia real representa a retirada da vida à força.

Estudiosos do tema relacionados à morte antecipada apresentaram, neste capítulo, um modesto estudo desvelando o quanto a mistanásia vem materializando-se com uma frequência indesejada na realidade brasileira,

corroborada pela análise da riqueza metafórica da estética cabralina. As dores e os medos apresentados por “Severino retirante” não estão mais só em páginas de um livro, são reais e suas ocorrências expressivas. A simbologia da morte infeliz é objeto de estudo e reflexão de autores renomados da atualidade que buscam apresentar à sociedade mundial que a mistanásia pode ser evitada e combatida.

Constatado que a mistanásia decorre de um processo de descaso do poder público e de exclusão social, tem-se como desafio da contemporaneidade reduzir e até mesmo extinguir a mistanásia da comunidade global, o que certamente requer conhecimento de sua denominação, conceito e ocorrências, aliados a um planejamento social e governamental que intente em erradicar a miséria e suas derivações do seio da sociedade. São desafios antigos, que soam como utópicos, entretanto é imanente ao ser humano lutar por suas crenças, por seus direitos, não aceitando o que lhe é imposto. Mortes abreviadas não precisam acontecer. Que a contemporaneidade torne concreta a vontade de viver em plenitude e igualdade, promovendo uma grande ação no processo de evolução humana, para que a vida deixe de ser mistanásica para significativa parcela da sociedade planetária. E o mergulho nas potencialidades da linguagem literária pode descortinar, além de indescritíveis descobertas estéticas e culturais, sentimento de indignação diante do que deveria “ser vida, mas não é” ou “ser ‘morte morrida, mas não é’”, porque é só “vida severina”.

Referências

- CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat. Mistanasia y aspectos de la muerte miserable em el Brasil. **Anuario de Bioética y Derechos Humanos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kindle, p. 67-81. 2019.
- CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat *et al.* Mistanásia: os matizes da “morte miserável”. In: CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; ZAGANELLI, Margareth Vetis (Orgs.). **Mistanásia: a “morte miserável”**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2016.
- FRIZON, Marcelo. Morte e vida severina e o super-regionalismo. Terceira Margem. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura**. Rio de Janeiro, ano IX, n. 12, p. 104-116, jan./jun. 2005. Disponível em: encurtador.com.br/bY239. Acesso em: 05 jul. 2020.
- MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina: e outros poemas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- PESSINI, Leo. **Sobre o conceito ético de ‘Mistanásia’**. A12 Redação. 2015. Disponível em: encurtador.com.br/nxBM9. Acesso em: 3 jul. 2020.

PINTO JUNIOR, Braz. **Alusão e intertexto**: a dinâmica da apropriação em Morte e vida severina. Dourados, MS: UFGD, 2014.

RICCI, Luiz Antonio Lopes. **A morte social**: mistanásia e bioética. São Paulo: Paulus, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O direito dos oprimidos**: sociologia crítica do direito. São Paulo: Cortez, 2014.

2

A linguagem das artes

Dulce Helena Pontes-Ribeiro¹

A arte existe porque a vida não basta (FERREIRA GULLAR).

Considerações iniciais

Diversão? Subversão? Transformação? Arte pode ser isso também. Mas é muito mais... É uma criação distintamente humana que envolve estética, criatividade de expressão, criticidade na observação do mundo em suas infinitas esferas: política, sociedade, história e outras, além da expressão de sentimentos pessoais e universais, valores, concepções, ideias, pontos de vista de seu criador e de determinada classe social. Nesse sentido, incita tanto a fruição, quando se manifesta como genuína expressão de sentimentos, quanto o envolvimento indubitável da relação de poder, ao se manifestar como habilidade ou disposição dirigida para a execução de uma finalidade prática ou teórica, realizada de forma consciente, controlada e racional, afeita à determinada estética.

1. Doutora em Língua Portuguesa. Mestra em Educação. Especialista em Língua Portuguesa e em Semiótica Discursiva. Graduada em Letras. Professora do Ensino Superior. Orientadora e revisora de trabalhos acadêmicos.

Diversas são as linguagens para expressar a arte; elas recebem influências do contexto sócio-histórico em que obra fora produzida e delas decorrem os chamados estilos de época, ou movimentos artísticos, desenhando uma linha no tempo. Entretanto, o objeto artístico não se restringe a estilo de época. O estilo pessoal de cada artista se infiltra como matéria-prima na sua produção e singulariza a obra, o que faz ajuizar que cada obra de arte é única e irreprísável. Imprimir-lhe um rótulo, etiquetá-la em determinada classificação não é tarefa certa nem consensual.

A função da arte é representar a realidade de um modo fluido, peculiar, numa interpretação de mundo do artista e do contemplador da obra. E assim torna complexo atribuir de modo claro a definição de arte, uma vez que as expressões artísticas não se encaixam num padrão; são, muitas vezes, contrastantes, o que leva certos apreciadores a, diante delas, dizerem não se tratar de arte. Ocorre que qualquer julgamento desta natureza deve ser feito após se compreender seu conceito inserido no contexto histórico de produção e, se possível, no contexto do artista quando a produziu.

Em face desse universo surpreendente e tão singular, este capítulo se propôs a discorrer sobre as possibilidades de se conceituar arte, abordar singularidades de suas muitas linguagens e trazer alguma luz para o entendimento da arte em suas linguagens. Segue-se nessa direção a partir de reflexões suscitadas por pesquisa bibliográfica.

O que é arte?

Arte é uma palavra que se origina do vocábulo latino *ars* e significa técnica ou habilidade. Assim diz Coli (2018, p. 8) sobre as obras de arte: “são certas manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo”. Mas, aprioristicamente convém lembrar que há milhares de anos, nos primórdios da humanidade, a arte já se manifestava nas pedras das cavernas (a arte rupestre) como meio de comunicação e registro do que se pensava e sentia. Na cultura greco-romana, a acepção de arte se vinculava à execução manual do fazer com habilidade. De acordo com a concepção do filósofo grego Aristóteles, a arte era uma imitação da realidade.

Esse conceito aristotélico foi duramente refutado por diversas correntes artísticas que compreendiam que a arte não era apenas baseada na imitação da

realidade, e sim na criação, sendo concebida por muitos como conhecimento ou um modo de ver/contemplar a realidade e retratá-la com conhecimento. Depois, a arte é tida como expressão, cuja forma de exteriorização dá ânimo e vida a seus elementos. Eis então que a definição de arte já teve (ou ainda tem) embasamento em conhecimento, feitura e expressão. Vê-se que é fluida e variável sua definição, pois o que se pode chamar de belo artístico depende do contexto cultural. De qualquer modo, “o estatuto da arte não parte de uma definição abstrata, lógica ou teórica do conceito, mas de atribuições feitas por instrumentos de nossa cultura, dignificando os objetos sobre os quais ela recai” (COLI, 2018, p. 11).

Com o tempo, o modo de conceituar foi evoluindo e se instaurando na sociedade de maneira que a arte passou a ser concebida como um artigo indispensável para muitos. Além disso, suas manifestações diversificaram e atingiram de modo especial cada um dos cinco sentidos do homem, por vezes não raras de forma sinestésica, como a dança (audição e visão), a culinária (olfato e paladar), a escultura (visão e tato). Nessa confluência de sensibilidades, seus limites, porque imprecisos, impedem separar o que é arte do que não o é. Sua forma de comunicação, dotada de caráter estético (valor intrínseco à própria arte), reflete a essência humana. Quando, porém, manifesta peculiaridades históricas e culturais de certa sociedade, realiza sua função ou coesão social, seja na reafirmação de valores, seja na crítica destes; tem, pois, seu valor cultural estabelecido, que requer conhecimentos prévios. Para Vieira (2020, p. 17), a arte revela “de maneira explícita aquilo que o relato histórico em sua forma escritural finge ignorar”.

A arte não é reprodução da natureza; é (re)criação mediada pela transgressão e por valores estéticos sintetizadores de emoções, história, sentimentos e cultura; não mantém, portanto, fidelidade com o natural, como (reiterando neste capítulo) afirmara na antiguidade o filósofo Aristóteles de que ela era uma “imitação da realidade” – conceito, posteriormente, refutado com severidade pelas mais distintas categorias artísticas. A arte não imita a realidade; ela a transgride e a deforma, não no sentido pejorativo, mas no de lhe conferir outra forma (des-formação); é, pois, a forma particular do artista, *sui generis*, na qual ele, consciente ou não, instiga no outro um prazer estético, certa fruição e deleite.

Pela arte o artista expressa sua energia de viver com um modo singular de compreender o mundo que não segue a normalidade em face do

estranhamento gerado pela verdade da arte que mobiliza o outro em seu modo habitual de ver/sentir/valorar para relacionar-se com as singularidades advindas da obra. A estética, parte constitutiva de sua criação, causa deleite em quem a utiliza e em quem a aprecia, sensibilizando suas emoções, posto que inaugura um mundo de significados, dos quais o homem se nutre conscientemente para significar a sua própria existência. Com efeito, expressam Wosniak e Lampert (2017, p. 84): “A arte não está dissociada dos processos de viver, pois com ela, e a partir dela, conferimos sentido à nossa vida, revelamos desejos e geramos impulsos para continuarmos existindo com certa sensação de pertencimento no mundo”.

Ademais, a arte permite aventar aquilo que transcende o exterior, ou a aparência, e penetrar na abstração do que representa. Mas a sua parte sensível e reveladora pode não ser a revelação da sua verdade velada, mas uma dissimulação desta. Em sua produção o artista – imerso num cotidiano pleno de necessidades reais da vida em sociedade – se transporta para outro mundo, numa fugacidade subjetiva que lhe propicia certas elucubrações sobre o seu estar-no-mundo e a criação se gera exercendo uma função de transformadora e influenciadora na vida das pessoas.

Conforme Rodrigues, Rodrigues e Coutinho (2017, p. 2), “A arte possui o poder de causar reflexão e perpetuar o momento estético do encontro entre obra e receptor por tempos incontáveis”. Assim então a arte esparge energias, vidas que tangenciam os sentidos e os deixam incandescentes, no ponto de mobilizar pensamentos/interpretações, ora difusos ora diáfanos, podendo extasiar o receptor. E sua plenitude se dá na confluência com o outro. Sem a recepção a arte cai no vazio. Daí a necessidade de que ela esteja disponível a todos, que não esteja apenas trancafiada em museus à mercê dos bem-nascidos, daqueles que têm/tiveram oportunidade de contatos amiúde com ela. Ou melhor dizendo pelas palavras de Bertolt Brecht: “todas as artes contribuem para a maior de todas as artes, a arte de viver”.

Linguagens artísticas: elementos fundamentais

Com o surgimento da civilização, o discurso do perito, do crítico, do historiador ou mesmo do conservador de museus confere, segundo Coli (2018, p. 10-11), o estatuto de arte ao objeto artístico. O local específico em que este

se instaura é um referencial para elevá-lo à categoria da arte, por exemplo: uma pintura/escultura numa pinacoteca, uma música num concerto, e assim por diante. A história da arte é um ramo da ciência que estuda os processos artísticos dentro do contexto em que foram realizados. Assim, com o intuito de facilitar os estudos, a arte está dividida em períodos, a saber:

- arte pré-histórica: período anterior a 3000 a.C., por exemplo, a arte rupestre;
- arte antiga: de 3000 a.C. até 1000 a.C., por exemplo, a arte egípcia;
- arte clássica: de 1000 a.C. a 300 d.C., por exemplo, a arte grega e romana;
- arte medieval: de 300 a 1350, por exemplo, a arte gótica;
- arte moderna: 1350 a 1850, por exemplo, a arte neoclássica;
- arte contemporânea: de 1850 aos dias atuais, por exemplo, a arte conceitual.

No caso de uma obra arquitetônica, por exemplo, não pode ser transportada para um lugar representativo. Para preservá-la e certificá-la como arte, é tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Há “flutuações no tempo dos vários juízos sobre as artes” (COLI, 2018, p. 21). São imprevisíveis os julgamentos que se farão delas na posteridade. “Os discursos sobre as artes parecem, com frequência, ter a nostalgia do rigor científico, a vontade de atingir uma objetividade de análise que lhes garanta as conclusões” (Ibidem, p. 24). Sublinha-se a grande distância entre os discursos sobre a arte e as linguagens da arte.

A arte e suas linguagens se transformaram e continuam se transformando seguindo os passos das complexas transformações sociais no curso da história da humanidade. Ferramentas, antes inexistentes, passam a ser utilizadas com tecnologias mais avançadas para refletir e recriar circunstâncias históricas, políticas e sociais instauradas num tempo e espaço. E assim, em suas várias linguagens, a arte transmite desejos, aflições, regozijos que, embora particularizadas no processo de construção, ao se socializarem, repercutem no outro uma adesão. Nesse encontro emerge um composto de sintonia e estranheza, de aproximação e repulsa, um modo de sentir compartilhado. Na expressão de Martins (2019, p. 32), “Cai-se um véu, forma-se um laço, o ser humano

percebe que não está mais só em um mundo complexo, fragmentado e ameaçador [...].”

A arte se converte em produto de frutífera reflexão quando reverbera um vínculo com seu contexto temporal e espacial, isto é, com seu posicionamento em face do mundo, tomando por base que ela se funda num processo pleno de vida de interação social, pois se desapega do “ser em si mesma” para chegar aos interlocutores e pertencer à sociedade, cultura, tradição, história, por meio de suas múltiplas linguagens. Sem se dissociar da vida humana, essas linguagens da arte externam maneiras plurais de pensar o mundo, o que lhes confere uma perspectiva essencialmente educativa.

A arte e suas linguagens, consoante Martins (2019, p. 48), participam da construção do homem, razão pela qual elas devem coabitar no trabalho e na educação, formando o ser. “É também pela arte e suas linguagens que o homem passa a interagir com os outros, conviver em comunidade, se comunicar, expressar suas questões individuais e refletir sobre suas práticas singulares e coletivas”. A autora concebe a arte como uma das bases culturais da humanidade. “Sem ela e suas linguagens integradas na construção curricular, a tentativa de compreensão das estruturas da nossa sociedade, e o avanço para uma sociedade autônoma sem divisões de classe, torna-se fragmentada e distante”. E, mais adiante, concordando com Lukács e Fisher, a autora reitera que a arte “educa o homem, e educa através do sensível, do olhar, da audição, do paladar, da percepção concreta do universo ao qual estamos inseridos” (Ibidem, p. 49), ou seja, através de suas linguagens.

“A Arte insere-se no mundo como produção humana de ordem estética, constituída pela linguagem e expressa sob diferentes manifestações artísticas, como: pintura, desenho, escultura, música, dança, teatro, cinema e outras” (LIMA, 2019, p. 773). Há, pois, elementos essenciais nessa variada produção de linguagens. Na música, muito mais que vibrações sonoras, dá-se a fusão de melodia, harmonia, ritmo – uma linguagem que, mesmo sendo universal, apresenta seus dialetos oriundos das várias culturas que resultam em peculiaridades no canto, na toada melódica, nos arranjos; na literatura, inserem-se ator, personagens, espaço, tempo – utilizando-se do mesmo código da comunicação cotidiana, porém, pelo viés da conotação, é capaz de desconstruí-lo para inaugurar imaginários insólitos; nas artes cênicas, também se inserem ator, texto, encenação, plateia – é a linguagem da performance, num espaço/tempo ilusório; nas artes visuais, confluem forma, linha, ponto, plano, superfície, textura, cor – é a linguagem da pintura, escultura, arquitetura.

Mas é na perspectiva estética como linguagem que, por intermédio da arte, é plausível a elaboração de conhecimentos originados da contemplação na apreensão do belo, ou à percepção de constituintes significativos instaurados no decurso de concepção de ilimitados saberes e reflexões. As artes têm seus códigos, elas falam através de suas linguagens, e em seus discursos possibilitam aos demais refletir e livrar-se de discursos dominantes. Ao ampliarem os sentidos, elas lhes dão o poder de facultar a gênese de uma existência essencial.

Como entender as linguagens artísticas?

Seria possível se chegar ao entendimento racional das linguagens artísticas? Elas erigem um espaço aberto de leituras. Também não são expressas para que o contemplador as compreenda de imediato, mas sim para que este entre em uma sinergia com seus elementos sensíveis e com estes interaja e experimente nesse liame distintas percepções, sentimentos, estéticas – situações que demandam a imersão numa experiência dos sentidos, num banho de sensações resultantes do encontro do belo com o observador. Esse belo é deveras subjetivo, depende de seu intérprete, por isso torna-se difícil a unanimidade relacionada ao belo artístico. Esse modo singular de reação do entendimento do belo é oscilante no próprio indivíduo que observa, depende das circunstâncias do momento; muitas vezes lhe possibilita, nesses encontros, a abertura de variados modos de existir, modos extraordinários e insólitos de ser.

Não basta o papel de contemplação e apreensão do belo diante das linguagens artísticas. É indispensável ao sujeito a apropriação deste belo, sentir a sua forma, os traços de sua estrutura, os sentimentos/emoções que ele suscita, refletir sobre a intencionalidade de seu autor, antes mesmo de querer entender o seu conteúdo. *A priori*, é preciso firmar um flerte com a obra; olhá-la transpassando sua impessoalidade e penetrar na sua verdade, onde tudo ganha sentido, com o valorar inabitual num dinamismo fundante e pessoal. Esse valorar é um aprendizado que se vai adquirindo paulatinamente, no processo do namoro com esse belo, para, enfim, as núpcias acontecerem em um misto de compreensão e deleite enlaçados.

É frequente se entender a criação artística de modo diferente da intencionalidade de seu criador, já que, após divulgada, ela se emancipa, tem vida autônoma, deixa de ser particular, não cabendo mais a seu autor garantir

suas intencionalidades no que representou. Ela pode não ser entendida em sua integralidade. Na (re)criação do real, lacunas são espreiadas para que os sentidos do espectador se complementem conforme sua visão de mundo, seus conhecimentos, sua cultura, passando assim do estado de contemplação para o de agente. Concorde-se com Lima (2019, p. 777), ao afirmar que “É no inacabamento da obra de Arte que se manifesta a dinâmica peculiar do processo dialógico de construção de sentido”.

Como se manifesta por meio de linguagens, não deve haver monólogos, mas uma situação dialógica do sujeito espectador com a arte, o qual é “um elemento importante no processo de construção de saberes, o qual se dá por meio dos sentidos corpóreos, da subjetividade, da apreensão da expressividade simbólica do objeto artístico e da reflexão” (LIMA, 2019, p. 771). A propósito, a compreensão/apreensão da arte se consubstancia pela experiência diante do objeto artístico, sem passividade, mas entranhando-se pela verdade da obra, seu desvelamento, numa experiência de um encontro imanente, em via de mão dupla, entre dois seres vivos: a arte e o espectador agente, que se abraçam e se entrelaçam. O entendimento que daí surge é indescritível e inalienável.

Segundo Wosniak e Lampert (2017, p. 81), apoiando-se em John Dewey, essa convergência é uma experiência singular e estética de consumação (mas não de cessação) que se processa em espiral, num fluxo contínuo, pulsante e intenso, intervalado de repouso, em busca da unidade – sem dicotomias, fragmentações, pois tudo está junto. Essa movimentação “cria conexões com experiências anteriores – uma observação constante entre o que existiu, existe e existirá, o processo é vivenciado conscientemente” (Ibidem). Instaure-se, pois, uma ciranda de semioses ilimitadas.

Com suas diferentes linguagens, suas inúmeras possibilidades expressivas, a arte tem grandes chances de humanizar o contemplador que se permite tocar por ela. Mas, advertem Rodrigues, Rodrigues e Coutinho (2017, p. 2): “essa experiência só será possível de acordo com a bagagem que esse indivíduo carrega, de acordo com sua compreensão do universo social em que ele e a obra estão inseridos”. De qualquer modo, não se deve mitigar o poder da arte para o desenvolvimento humano, no que tange a seus conhecimentos e sentimentos. As experiências com a arte trazem à baila aquilo que já estava dentro do próprio ser, afetando-o no encontro com sentimentos outros até então inusitados, possibilitando o desenvolvimento de humanidade. Afinal, transforma o modo banal de ver, entender e valorar, pois surpreende os olhos

pelo extraordinário modo de estar-no-mundo. É como dissera Leonardo da Vinci: “A arte diz o indizível; exprime o inexprimível, traduz o intraduzível”.

Do modo de se relacionar com a arte pode ocorrer a catarse, quando o observador agente transforma as emoções, as quais, fora deste, lhe são apropriadas num estado de choque decorrente da “vivência emocional e sentimental expressados pela obra com a emoção e sentimentos do próprio indivíduo”. E assim “promove, através da vivência indireta e incomum, a superação e transformação do sentimento individual”. “Esse processo de catarse permite, além de superar os elementos já existentes no psiquismo, instigar o ato criador e até mesmo a humanização através da arte; o homem apropria-se de produções humanas que o desenvolvem como ser social”, que o desalienam (LIMA, 2019, p. 771).

A arte é sedutora, atrai o indivíduo mais sensível, provocando nele nem sempre um entendimento, mas sim uma cinesia de incômodo, frenesi, indagação e até mesmo reflexão filosófica. Nessa experiência com a arte, Lima (2019, p. 771) orienta ao espectador “objetivar e estimular as interrogações e as intersecções com outros saberes possíveis, o que se viabiliza no contato com o objeto estético”. Talvez assim se possa entender a arte em suas linguagens plurais, pressupondo-se o potencial extraordinariamente formador desse universo e propiciador de conhecimentos. Muito além, portanto, do belo e do agradável emanados das artes estão seus significados para serem apropriados pelo observador agente num estado subjetivo de pertencimento próprio.

É comum acontecer de a comunhão do interlocutor com a obra de arte ser de imediato. Mas quando isso não se dá, não há regras ou critério pragmático para se chegar ao entendimento de uma obra de arte. Há, sim, sugestões decorrentes de experiências de deleite dessa recepção. Pode-se dizer, por exemplo, que ao receptor está o empenho em desenvolver o seu modo de ver nem sempre restrito ao visual, mas atrelado à intelecção visual, que une o sensível ao alicerce intelectual criando-se a ponte com o belo.

Esse percurso estaria relacionado a uma educação do olhar, da observação, do sentir, que não se dá de um chofre. Primeiro, vêm as interrogações diante da obra de arte, um momento pleno de fecundidade; é muito mais intenso do que o ato de conceituar porque é quando ocorrem os flagrantes das descobertas, dos achados; é quando há grandes chances de se promover a criticidade. Assim, é no contato habitual do universo artístico que se vai sensibilizando o

modo de observação e apreensão dos significados da arte; portanto, é imprescindível que as artes estejam acessíveis à população. Nesse sentido, explicam Rodrigues, Rodrigues e Coutinho (2017, p. 2) que “As instituições e espaços culturais têm como seu principal papel social, abrindo mão de suas características mercadológicas, formar o público para que este seja capaz de identificar um objeto como arte, para além daquilo que lhe é imposto”.

Considerações finais

Das discussões sobre a concepção de arte, envolvendo suas singularidades e suas linguagens plurais, com o fito de elucidação de como se pode entender a obra artística, foi possível (longe de exaurir o seu significado) depreender o quão a arte (produção humana) envolve a sociedade nas suas dimensões relacionais, culturais e históricas. Trata-se de uma experiência que toca e metamorfoseia sentimentos, emoções e valores – o que se dá no tato de se lidar com memoráveis eventos sensoriais e semiológicos. Vivenciar a experiência da relação dialética estabelecida entre forma e conteúdo produz alterações qualitativas na consciência, interferindo favoravelmente no modo de estar-no-mundo do receptor.

Mediadas por seus variados símbolos, as linguagens da arte, mesmo sem traduzir/espelhar o mundo, facultam ao homem entender melhor a humanidade, dentre muitos outros proveitos; afinal, elas estão prenhes de concepções, significados, imagens e idiosincrasias que transfiguram o receptor e lhe sugerem emoções, sentimentos e valores, tanto sobre si próprio quanto sobre o mundo que o cerca; são linguagens que promovem conexões com a cultura, com o diferente, com o mundo. Em suma, infere-se que o contato com a arte faz com que o estar-no-mundo seja mais aprazível e dinâmico, uma vez que é capaz de facultar um modo diferenciado de tocar o homem ao mesmo tempo em que amplia seus conhecimentos em domínios variados.

Mas, volta-se à questão inicial deste capítulo: o que é arte? Criação ou recriação, significados consubstanciados/presentificados numa obra, transfiguração do lugar-comum, um artigo indispensável, transgressão do real de caráter estético, expressão inusitada do que representa, dissimulação de uma verdade...? Conceituá-la tornou-se uma atividade tão escorregadia que vale mais a pena apreciá-la em suas múltiplas linguagens, as quais transmudam

os lugares-comuns com significados capazes de preencher as expectativas do receptor, porém sem plenitude, para que este possa exercitar a sua consciência na totalidade do encontro com a obra e passe a interpretar melhor o mundo e a si próprio.

Infere-se, enfim, destas reflexões, que a compreensão das linguagens artísticas no horizonte aberto de suas leituras nunca é consensual e repetível. A única certeza que se tem é de que **a arte fala**.

Referências

- COLI, Jorge. **O que é arte**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- LIMA, Luis Fernando *et al.* Aprendizagens interdisciplinares significativas: Filosofia em interlocução com a arte. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 2, p. 768-787, 2019.
- MARTINS, Fernanda do Nascimento. **As linguagens da arte no processo formativo dos agentes comunitários em Saúde do Sistema Único de Saúde**. 98 fl. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde. Fundação Osvaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019.
- RODRIGUES, Natalia Ney; RODRIGUES, Carla Daniela Rabelo; COUTINHO, Camilla Lourenço. Instituições e espaços culturais: uma breve análise a partir de Bourdieu e Canclini. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 8, n. 2, 2017.
- VIEIRA, Marco Antonio. Figuração e Negritude: a Arte e o Outro como Ficção. **Artefilosofia**, v. 15, n. 28, p. 171-185, 2020.
- WOSNIAK, Fábio; LAMPERT, Jocielle. Sobre o ensino/aprendizagem em Artes Visuais ou arte como experiência. **Revista Apotheke**, v. 6, n. 1, ano 3, p. 76-92, jul. 2017.

3

Uma linguagem emergente: a do implantado coclear

Rafael Pontes Ribeiro¹

Sou surda adquirida – ou ensurdecida como soe melhor [...] E hoje, [...] 10 meses depois de operada, 8 meses depois de ativada, [...] Ouvir não se limita a perceber e discriminar sons, é também uma sensação de satisfação, de retorno, de encontrar de novo uma parte importantíssima do mundo e de mim mesma, de poder sentir novamente a sensação sonora (LAK LOBATO).

Considerações iniciais

Surdez e linguagem verbal oralizada: uma conexão repleta de ruídos na comunicação com o receptor ouvinte. Isso porque esta forma de comunicação/interação singularmente humana, com efeito, é a mais genuína das

1. Médico com título de Especialista em Otorrinolaringologia pela (Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF). Presidente da Associação Centro-Brasileira de Otorrinolaringologia. Coursou a Medicina do Sono pelo Instituto do Sono / AFIP, São Paulo/SP. Coursou o Multicêntrico de Implante Coclear na FMUSP. Membro do Comitê de Defesa Profissional da ABORL-CCF. Delegado Regional de Mato Grosso do Sul da Academia Brasileira de Otorrinolaringologia Pediátrica (ABOPe).

funcionalidades mentais, em especial quando na organização e na manifestação do pensamento. De fato, a verbalização nas suas funções cognitivas, epistemológicas, semânticas, retóricas e discursivas viabiliza uma comunicação/interação mais detalhada do que outras formas para referenciar o mundo e mais prática num universo habitado por maioria de ouvintes.

Nesse sentido, a audição – ou seja, o sistema auditivo em sua integridade – exerce uma função essencial na aquisição e no desenvolvimento da linguagem. Seja qual for o grau da perda de audição – total ou parcial; condutivas (perda do volume sonoro) ou neurossensorias (corte ou distorção dos sons) –, a verbalização é afetada na mesma proporção.

No empenho de fazer com que a pessoa surda se aproxime cada vez mais do estado de ouvinte, os avanços tecnológicos vêm contribuindo sobremaneira com a área da Saúde. Assim, surgiram as próteses auditivas convencionais e, mais recentemente, o Implante Coclear (IC), o qual é tema de discussão deste capítulo de revisão bibliográfica, com foco na linguagem da criança implantada. Com efeito, é deveras justificável “dar voz” – no sentido de verbalização oral – a quem está impossibilitado de ouvir, provocando estimular eletricamente sua audição de modo a compreender a fala, ouvir sons do ambiente e, também, falar.

O texto se estrutura em três seções: na primeira, discute-se o quão importante é a audição no desenvolvimento da linguagem oral de uma criança; depois, trazem-se informações relevantes sobre o IC; por fim, por meio de revisão bibliográfica em pesquisadores que realizaram estudos com crianças implantadas, discutem-se os resultados por eles apresentados.

A audição no desenvolvimento da linguagem oral e a voz do surdo

As habilidades da linguagem oral (aquisição e monitoramento) estão intrinsecamente ligadas à audição, a qual, constantemente exposta a toda sorte de informações, as processa e as decodifica, chegando-se à compreensão do que ouve e à possibilidade de formação e inter-relação de conceitos e, *a posteriori*, à expressão. Depreende-se daí a relevância do canal auditivo para a aprendizagem e produção da fala.

Entretanto, dos 210.475.239 dos habitantes no Brasil, conforme dados do IBGE de 2019, mais de 10 milhões dessa população são homens e mulheres de

todas as idades (em especial os mais velhos) com deficiência auditiva severa; 15% destes nasceram com a deficiência em questão. Grande contingente são pessoas que têm “menos acesso à educação, trabalho e ainda enfrentam barreiras e preconceitos até em suas atividades mais cotidianas” (BRASIL, 2019, p. 45).

Esse problema nacional, também existente em outras partes do Globo, requer atenção por parte de especialistas (otorrinos, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas), de familiares e do Governo na viabilização de tratamento adequado. Com efeito, é por meio da audição – um dos sentidos de alerta na própria defesa do indivíduo onde quer que esteja – que a linguagem oral se desenvolve para que o homem adquira habilidades para comunicar-se e integrar em sua vida.

Com efeito, a audição é um sentido que contribui sobremaneira para o desenvolvimento da mentalidade e do comportamento da criança. Na adolescência é notório o fenômeno de alterações na voz dos sujeitos – processo conhecido como *muda vocal*: nos meninos, em torno de 13 a 15 anos; nas meninas, de 12 a 14 anos. Esse processo é verificado também nos sujeitos surdos, todavia com alterações diferentes, por carecerem de feedback auditivo para monitorarem a própria voz, o que influencia principalmente na produção da fala, ainda nos estágios iniciais de desenvolvimento.

O ser humano, desde o útero materno, já ouve certos sons do organismo materno em funcionamento. Ao nascer, ouve os sons do ambiente onde se encontra, uma audição do tipo reflexa. Os sons, que inicialmente são armazenados com informações indistintas, passam, com a convivência, a ser familiarizados, e a audição reflexa vai inibindo-se para que seja iniciado um processo de aprendizagem, pois os sons passam a ter significados reais. É quando começam aparecer novos feedbacks aos sons, a depender das experiências auditivas. A criança passa a elaborar conceitos básicos e chega ao entendimento das representações deles; só num estágio posterior, ela iniciará a fala. E a linguagem vai desenvolvendo-se no campo simbólico, em meio à organização dos muitos processos neuropsicológicos, orgânicos e afetivos.

Os primeiros anos de vida são plenos de aprendizagem e a audição tem o seu papel fundamental. Nesse período, as habilidades auditivas se desenvolvem, ocorrendo o ápice do “processo da maturação do sistema auditivo central e da plasticidade neuronal da via auditiva” (SOBREIRA *et al.*, 2015, p. 308). Daí a necessidade de que o diagnóstico de criança com perda auditiva

seja realizado o mais cedo possível, como também a intervenção terapêutica de especialistas e o “uso de dispositivos de amplificação sonora, para que a criança possa ter a chance de desenvolver a fala e conseqüentemente a aprendizagem e a ampliação do seu conhecimento de mundo” (Ibidem, p. 309).

O som pode motivar e transformar emoções, as quais têm papel essencial em convivência humana, saúde e qualidade de vida. A Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS, 2016) assinala que saúde não se caracteriza apenas pela ausência de doenças, mas sobretudo pelo “estado de completo bem-estar físico, mental e social” do indivíduo, portanto a habilidade individual de comunicação e inter-relacionamento com o meio em que vive se inclui aí, por favorecer o bem-estar, a qualidade de vida. Infere-se desse processo que o som está dentre um dos temas mais atraentes quando se embrenha pela sua diversidade e toda a complexidade no tocante à produção, propagação e percepção envolvendo uma gama de concepções (físicas, biológicas, artísticas e psíquicas) a permearem o conhecimento humano nos seus múltiplo domínios.

O campo auditivo faculta a percepção de distância e de localização espacial. Pela audição é possível ao ser ouvinte se orientar por meio do que escuta, como, por exemplo, perceber sinais de alarme. Entre seu limiar e o desempenho da fala há uma estreita relação que resulta no desenvolvimento da linguagem, com todo o seu potencial de recebimento de informações, formação de conceitos e utilização cotidiana com as outras pessoas.

Para o desenvolvimento de uma criança, a audição tem o seu papel basilar, desde o reconhecimento de vozes, imitação de sons até a produção de fonemas formando as primeiras palavras, desenvolvendo, assim, a linguagem na sua modalidade oral, capaz de distinguir os humanos dos demais seres viventes. Ela é obtida e desenvolvida mediante um *continuum* de aquisições, no qual a audição assume o protagonismo. Assim, para o desenvolvimento e o funcionamento plenos da linguagem, as funções auditiva e fonatória são essenciais, pelo fato de estabelecerem, na comunicação oral humana entre os sujeitos, o denominado circuito eletroacústico.

A voz do surdo resulta de mutações tanto na fonação quanto na articulação que prejudicam a qualidade vocal e até mesmo a inteligibilidade da fala. Quanto à qualidade da voz/fala do surdo, é preciso considerar com que idade o sujeito ficou surdo ou houve perda auditiva significativa, ou, ainda, considerar o tipo e a adequação da amplificação auditiva utilizada, como também a qualidade do

tratamento fonoaudiológico realizado. Faltando ao surdo o feedback auditivo, que monitora a própria voz, torna-se inatingível uma boa articulação dos sons da língua, fundamental para a produção de uma fala agradável e até mesmo inteligível.

A importância da audição não se restringe à aprendizagem da fala, ela influencia profundamente na aprendizagem de leitura e escrita e nas habilidades sociais. É preciso ouvir para falar; é preciso ser ouvido quando se fala. A perda da audição afeta o desenvolvimento básico de linguagem e, por consequência, a comunicação e a interação em todos os aspectos da vida. Assim, “a perda auditiva neurossensorial de grau severo a profundo é a que mais pode causar danos linguísticos, dificultando a aquisição e o desenvolvimento da linguagem oral, principalmente em indivíduos que apresentam perda auditiva pré-lingual” (SOBREIRA, 2015, p. 308).

Vale lembrar: apesar de a perda auditiva ocorrer nos ouvidos, a repercussão se dá no cérebro, cujos centros auditivos atribuem sentidos aos sons. Assim sendo, deve-se estimular o desenvolvimento das estruturas cerebrais e, se detectada perda auditiva, tratá-la o mais cedo possível.

O implante coclear

Em 1990, no Brasil, mais especificamente no Centrinho de Bauru, se realizou o primeiro IC de tecnologia avançada. O IC é um aparelho eletrônico inserido por meio cirúrgico no ouvido interno a fim de reabilitar a função da cóclea, permitindo a audição; trata-se de “um dispositivo eletrônico biomédico, biocompatível e durável, desenvolvido para realizar a função das células ciliadas danificadas ou não presentes na orelha interna” (MORETTI, 2018, p. 2). O sinal acústico é levado a provocar o incitamento elétrico das fibras subsistentes do nervo auditivo, sendo possível chegar a patamares auditivos aproximadamente normais, o que possibilita o desenvolvimento da linguagem oral. O aparelho se constitui de duas partes: uma externa (microfone, microprocessador de fala e transmissor) e outra interna, inserida dentro da cóclea (receptor e estimulador, eletrodo de referência, conjunto de eletrodos). Assim, o IC funciona como células ciliadas internas e estimula, por corrente elétrica dos eletrodos implantados, o nervo auditivo, o qual conduz ao encéfalo os sinais acústicos recebidos, e este (o encéfalo) os decodifica e os interpreta como sons.

A despeito de o IC vir se mostrando promissor na admissão do universo sonoro aos diagnosticados com surdez sensório-neural severa e profunda, há de se considerar certos fatores influenciadores, por exemplo: tipo e grau da perda auditiva, capacidade auditiva, idade e tempo de privação sensorial, desenvolvimento global do sujeito, acesso pré- e pós-operatório a terapias especializadas, como otorrinolaringologista, fonoaudiólogo, psicólogo e assistente social, além do já comentado compromisso/engajamento familiar.

Em caso de crianças, o uso desse dispositivo desde a mais tenra idade (entre os 12 e 16 meses) tem-se revelado muito mais proeminente do que o das próteses convencionais, inclusive com a probabilidade de que a linguagem oral se desenvolva sem grandes diferenças das crianças audioverbaís; logo, a idade de implantação é um vigoroso prognosticador do desenvolvimento, ou mesmo da existência do sistema auditivo e da linguagem oral. É óbvia a imprescindibilidade do estabelecimento de outros fatores, ao se tratar de um programa interventivo amparado na coparticipação (insiste-se aqui) do fonoaudiólogo e familiares do implantado.

Pesquisas científicas vêm demonstrando o grande desenvolvimento da linguagem nos implantados, em especial nas crianças e bebês com deficiência auditiva severa e/ou profunda bilateral que se submeteram à cirurgia de IC, como as discutidas na seção abaixo, cuja coleta foi realizada em publicações dos últimos cinco anos – de 2015 ao corrente ano (2020).

Manifestação de uma nova linguagem no implantado coclear

Colalto *et al.* (2017, p. 308) realizaram pesquisa com crianças surdas usuárias de IC, acompanhadas de participação familiar efetiva, e verificaram que o desenvolvimento do vocabulário e da linguagem oral pode alcançar a performance de uma criança ouvinte. Enfatizaram os autores que, além da extrema importância da estimulação e participação familiar, a idade da implantação é um fator preponderante, pois, quanto mais cedo ocorrer, melhores são os resultados.

Fagan (2015) pesquisou crianças que foram implantadas aos doze meses de vida. Doze meses depois, comparou o seu vocabulário expressivo com o de crianças ouvintes da mesma idade cronológica. Verificou que aquelas

apresentavam um atraso de seis meses em relação a estas; porém, quando as avaliou com apenas doze meses de vida como ouvinte, o resultado foi acima do esperado.

Por meio de um estudo preliminar e de natureza exploratória com amostra de linguagem espontânea, Lynce *et al.* (2017, p. 388) investigaram as capacidades linguísticas expressivas de três crianças portuguesas surdas e com IC e as comparou com três outras crianças audioverbais, da mesma idade cronológica, gênero e escolaridade parental. Aquelas crianças “produziram em média menos duas palavras por enunciado” que estas; também não produziam, ainda, plurais irregulares e sequer utilizavam “produtivamente os morfemas flexionais nos modos conjuntivos e imperativos” e o seu “progresso gramatical parece ser mais lento”. Os autores inferiram que o benefício é maior com a precocidade do implante e principalmente de implementação bilateral, cujo resultado é mais eficaz do que o unilateral.

Bicas, Guijo e Delgado-Pinheiro (2017, p. 465) analisaram – em 13 indivíduos (crianças e adolescentes) usuários de IC com deficiência auditiva sensorioneural profunda bilateral – comportamentos auditivos e de comunicação oral, considerando: relações idade cronológica/período do diagnóstico; intervalo entre diagnóstico, intervenção e ativação do IC; idade auditiva e período de reabilitação auditiva. Os resultados encontrados foram “dados estatisticamente significantes, ao correlacionar o intervalo entre o diagnóstico e a intervenção com os escores dos procedimentos de avaliação da comunicação oral”. Ao analisarem o período entre diagnóstico e intervenção, as autoras concluíram como expressivo o desenvolvimento da comunicação oral, inferindo que quanto mais cedo a intervenção melhores são os resultados. Assim se revelaram as autoras: “quanto mais precoce o início da utilização do implante coclear, maior idade auditiva e maior o período de reabilitação, melhores foram os escores nos procedimentos que avaliaram desenvolvimento auditivo e verbal”.

Em Bauru/SP, Silva *et al.* (2017) realizaram pesquisa sobre o vocabulário de 20 crianças implantadas entre 6 e 12 anos de idade, num período de no máximo três anos e seis meses, e o correlacionaram ao “desempenho de linguagem com a idade na cirurgia e a idade auditiva”. O grupo pesquisado – estudantes do ensino fundamental (1º ao 7º ano) – foi submetido à prova de Vocabulário do Teste de Linguagem Infantil (ABFW), da qual se constatou: “crianças com maior vocabulário alcançaram maiores categorias de linguagem, representadas pelo uso do vocabulário em frases; os demais resultados

apresentaram variabilidade”. Assevera-se, porém, que depende de múltiplos fatores a aquisição da linguagem pela criança implantada, como, por exemplo, ausência/presença de patologias associadas à deficiência auditiva. No período sensível de plasticidade neuronal, a realização do IC não garante resultados similares a todos – o que demanda investigação de causas a levarem certos implantados a resultados inferiores a de outros, além da insistência na ênfase da orientação familiar e da terapia fonoaudiológica.

A partir do exame dessas cinco pesquisas, verifica-se, em todos os casos, que a fala do implantado não emerge logo após a ativação do implante, pois passa por treino e reabilitação. No início é como o aprendizado de uma língua estrangeira, permeada de peculiaridades na pronúncia, demandando tempo e prática. O processo é paulatino, gradual, até que se atinja o êxito na performance. Além de tudo se constata que os resultados verificados com indivíduos submetidos ao IC não são exatamente iguais, como também não o são os resultados das demais cirurgias médicas a que as pessoas se submetem. Em se tratando de medicina e de linguagem, os resultados podem se aproximar, mas não chegam a ser exatos, precisos.

Considerações finais

É evidente que os usuários de IC não se desenvolvem linguisticamente como quem tem a audição normal. Ainda assim, insiste-se na excelência desse instrumento sobre o uso das próteses convencionais, porque crianças implantadas precocemente podem, com o passar do tempo de estimulação auditiva e as orientações seguidas à risca, igualar (ou quase isso) a seus pares ouvintes. O mais provável e verificável – como foi visto nos resultados indicados das pesquisas – é que a reabilitação auditiva vai desenvolvendo as habilidades de linguagem do implantado.

Reitera-se, em suma, que o sucesso na fala do IC está associado à idade precoce da realização cirúrgica do implante, à participação de uma terapia auditiva intensa de base oral e ao apoio participativo incondicional da família nesse processo. Provavelmente esteja nesses quesitos grande parte da imprecisão dos resultados dessa cirurgia entre os implantados.

Na verdade, o desenvolvimento da linguagem é o primordial propósito dessa reabilitação – linguagem no sentido da competência de abstração e

simbolização significativa e contextualmente dos signos linguísticos; linguagem que faculta a interação/comunicação entre os sujeitos da mesma comunidade linguística, em especial, no tocante à modalidade oral com a expressividade que lhe é pertinente nos atos da fala. A audição, direcionando e propiciando habilidades complexas como produção e reorganização de fonemas (o componente demarcador da fala), por seu turno, é componente central no desenvolvimento da linguagem oral.

Por derradeiro, volta-se a Lak Lobato (referendada na epígrafe deste capítulo): blogueira, escritora, comunicadora, palestrante; carioca, residente em São Paulo desde os seis anos de idade; surda bilateral desde os dez anos; implantada aos 32 e, posteriormente, aos 35 anos; hoje, surda oralizada. Volta-se a Lak com o fim de que o leitor deste texto retome o seu depoimento e o (re) avalie o quão expressivo é saber do próprio implantado que, em menos de um ano (entre cirurgia e ativação do aparelho), resgatou em si mesma a sensação sonora e passou a fazer parte do “mundo dos ouvintes”.

Referências

- BICAS, Rafaela da Silva; GUIJO, Laura Mochiatti; DELGADO-PINHEIRO, Eliane Maria Carrit. Habilidades auditivas e de comunicação oral de crianças e adolescentes deficientes auditivos e o processo de reabilitação fonoaudiológica. **Revista CEFAC**, v. 19, n. 4, p. 465-474, 2017.
- BRASIL. **Locomotiva**: raio X da surdez no Brasil, set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2UzMO8F>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- COLALTO, Claudia Aparecida *et al.* Vocabulário expressivo em crianças usuárias de implante coclear. **Revista Cefac**, v. 19, n. 3, p. 308-319, maio-/jun., 2017.
- FAGAN, M. K. Cochlear implantation at 12 months: limitations and benefits for vocabular production. **Cochlear Implants Int.**, v. 16, n. 1, p. 24-31, 2015.
- LYNCE, Sofia *et al.* Crianças com implante coclear: implicações linguísticas. **Caleidoscópio**, v. 15, n. 2, p. 388-398, maio/ago. 2017.
- MORETTI, Claudia Andriquetto Maoski *et al.* Escala de desenvolvimento auditivo e de linguagem na criança implantada. **Audiology-Communication Research**, v. 23, 2018.
- OPAS/OMS. Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde. **OPAS/OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população**. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/mHIK5. Acesso em: 12 maio 2020.
- SILVA, J. M. *et al.* Estudo do vocabulário de crianças escolares com implante coclear. **Journal of Applied Oral Science**, v. 28, p. s-issue, 2017.
- SOBREIRA, Ana Carolina de Oliveira; CAPO, Bianca Maria; DOS SANTOS, Thássia Silva Dos Santos; GIL, Daniela. Desenvolvimento de fala e linguagem na deficiência auditiva: relato de dois casos. **Revista Cefac**, v. 17, n. 1, p. 308-317, jan./fev. 2015.

4

Linguagem médica e os entraves na comunicação médico-paciente

Laís Soliño Francisco de Abreu Dantas¹

Laryssa Oliveira da Silva Santana²

Juçara Gonçalves Lima Bedim³

A arte da medicina está em observar. Curar às vezes, aliviar muitas vezes, consolar sempre (HIPÓCRATES).

Considerações iniciais

Ao refletir sobre o tema “relação médico-paciente”, pode-se entender como uma relação de pessoas, na qual um indivíduo com uma queixa biológica espera no outro cura ou alívio, ajuda e dá proteção. Esse contato tem por objetivo ser uma relação empática, humana e ética, com a finalidade de alcançar a adesão do tratamento pelo paciente. Esse relacionamento é possível

-
1. Graduanda do curso de Medicina da Universidade Iguazu, campus V, Itaperuna-RJ.
 2. Graduanda do curso de Medicina da Universidade Iguazu, campus V, Itaperuna-RJ.
 3. Doutora e Mestre em Educação. Graduada em Letras. Professora-Pesquisadora da Universidade Iguazu (Unig), campus V, Curso de Medicina, Itaperuna-RJ.

por meio de uma comunicação de qualidade e uma colaboração ativa entre médico e paciente.

Seguindo a proposta deste capítulo, a respeito da linguagem e da relação médico-paciente, propõe-se que a práxis médica contemple as características subjetivas dos pacientes, sendo necessário um atendimento individualizado, pois o paciente em sua consulta com o especialista chega com expectativas, imagens e desejos preestabelecidos cujas projeções podem se tornar positivas ou negativas.

A boa-relação médico-paciente passa pela medicina hipocrática cujo objetivo é o benefício humano. Assim, o médico deve olhar também a pessoa, e não simplesmente a doença. Diante disso, escutar o paciente torna-se uma habilidade a ser aprimorada pelos profissionais médicos. No momento da anamnese, o médico deve levar em consideração a cultura, práticas populares, idade, linguagem verbal e não verbal, e sentimento do paciente, pois a partir de então dará início a um bom relacionamento profissional.

A linguagem adequada, comunicação de qualidade entre médico e paciente, bem como o tempo adequado de consulta trarão benefícios para ambas as partes, minimizando entraves na comunicação. Por sua vez, há de se evidenciar que problemas como, por exemplo, a não adesão ao tratamento, erro médico, processos judiciais, utilização de linguajar que dificulta o entendimento do paciente, entre outros constituem-se entraves que obstaculizam a boa comunicação nesse contexto.

Nos meandros dessas reflexões, a questão-problema que norteou o presente capítulo foi: qual a importância da linguagem para a promoção do diálogo acessível na relação médico-paciente e, conseqüentemente, o sucesso terapêutico? Mediante esse questionamento, respaldando-se em referencial teórico bibliográfico, teve-se por objetivo trazer à baila reflexões sobre a relevância de uma práxis médica embasada em habilidades comunicacionais eficientes.

A escrita do capítulo constitui-se uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, como elucidado acima, fundamentada na revisão de literatura narrativa (ou tradicional), que consiste em descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob perspectiva teórica ou contextual à luz da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador.

Mediante os pressupostos elucidados, justifica-se a discussão do tema em tela, posto que a boa comunicação entre médico e paciente possibilita transcender os entraves que se interpõem nessa relação e, dessa forma, colaborar para o sucesso terapêutico.

Relação médico-paciente: interfaces

O conceito da relação médico-paciente estabelecido por Balint é de fundamental importância para se conceber comunicação no cenário da saúde. Michael Balint, um dos expoentes da Escola de Psicanálise Húngara, desenvolveu um conceito de comunicação no qual os elementos afetivos são predominantes (BRANDT, 2009). O exercício da medicina se baseia na comunicação, a qual ocorre no primeiro contato com o médico e assim se estabelece a relação médico-paciente. De acordo com Covas e Moreira (2013), “é na consulta médica que o médico se relaciona com o paciente. Na qualidade da consulta médica repousa todo o sucesso do diagnóstico, do tratamento e do prestígio profissional do médico”.

A relação médico-paciente direta é a comunicação estabelecida nas consultas dentro dos hospitais e consultórios e a indireta ocorre apenas pelo paciente, é a relação continuada, que ocorre com o esforço no dia a dia do paciente. O objetivo é capacitar os médicos a estabelecerem uma adequada relação médico-paciente através da formação de médicos generalistas (ROCHA *et al.*, 2011).

O Código de Ética Médica fornece as normas de condutas a serem realizadas pelos médicos. Nos dois primeiros artigos, aponta um caminho para um bom exercício da profissão médica. No artigo 1º/2010 se lê: “A medicina é uma profissão a serviço do ser humano e da coletividade e deve ser exercida sem discriminação de qualquer natureza.” No artigo 2º/2010, “O alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício do qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional”.

Nesse sentido, cabe enunciar os quatro princípios básicos da Bioética, de forma que uma boa prática médica embase sua conduta nos princípios da “justiça”, “beneficência”, “não maleficência” e “autonomia” (OSAKI, 2018). A base dessa prática inclui o processo de interação humana nas suas dimensões humanísticas, técnicas e éticas.

O Professor Robert Veatch (1972, apud ROCHA *et al.*, 2011), do Instituto Kennedy de Ética da Universidade Georgetown, propôs quatro modelos de relação médico-paciente: sacerdotal, engenheiro, colegial e contratualista. O primeiro modelo, sacerdotal, é baseado na tradição hipocrática, é o mais arcaico. O médico detém poder e autoridade sobre o paciente e estabelece uma relação de domínio para com este. Diante disso, ocorre pouco envolvimento do paciente que se torna submisso perante o médico. A decisão é tomada pelo médico sem considerar desejos, culturas e opiniões do paciente, em nome da beneficência (ROCHA *et al.*, 2011).

O modelo engenheiro é o inverso do sacerdotal, uma vez que a autoridade permanece com o médico, mas o poder de decisão é do paciente. Neste modelo, o paciente é visto como um cliente que necessita de serviços médicos. O médico repassa as informações e executa as ações propostas pelo paciente, sendo assim uma relação de acomodação. Esses modelos têm como característica comum ser de baixo envolvimento (SILVA, 2010).

Por seu turno, os modelos de alto envolvimento são o colegial e o contratualista. No modelo colegial, a tomada de decisão e poder são compartilhadas de forma igualitária entre o médico e o paciente. Este modelo faz com que a relação médico-paciente equipare-se a uma relação simples entre indivíduos iguais (SILVA, 2010). Já no modelo contratualista, o médico preserva a sua autoridade, uma vez que é o detentor de conhecimentos e habilidades técnicas. O paciente participa ativamente das tomadas de decisões, por meio de uma efetiva troca de informações, na qual levam em consideração os desejos, culturas e valores morais e pessoais do paciente. Esse processo faz com que ocorra alto envolvimento entre os envolvidos e se torna o modelo mais adequado (ROCHA *et al.*, 2011).

No século XX ocorreram grandes avanços sociais, econômicos e tecnológicos e a medicina se enquadrou nesse cenário de rápida evolução global, juntamente com a relação médico-paciente. A medicina tornou-se centrada no paciente, que tem como principal característica a prática de cuidados holísticos, na qual a relação médico paciente deve ser eficaz e empática (ARAÚJO, 2016).

Linguagem e comunicação como fator primordial na construção da relação médico-paciente

A linguagem acompanha a trajetória do homem em seu processo evolutivo tanto de ordem física quanto mental, desde os primeiros sons emitidos, gritos e gemidos, até o momento em que a linguagem foi gradualmente se instituindo e tornando-se mais complexa com os avanços da vida humana.

De fato, “a linguagem é colocada no intuito de selar as indagações que o homem faz de si e da vida em sociedade, pois [...] todo o viver e o conviver humano dependem de códigos de linguagem [...]” (SANTADE; SANTADE; YOKE, 2020, p. 120).

A linguagem se constitui de um sistema simbólico do qual o homem se utiliza para se comunicar com os demais, expressar suas ideias e emoções. A comunicação pode ser realizada de forma verbal e não verbal – a primeira, relacionada ao social, através da fala e da escrita; e a segunda, ao psicológico, que ocorre por meio de demonstração de comportamentos sem pronunciamento de palavras, por meio de gestos, expressões faciais, silêncio e postura corporal. Em geral, é conferida maior importância à comunicação verbal, expressa pela linguagem falada ou escrita; todavia, há de se considerar que o ser humano sempre se comunicou mesmo que através de gemidos e grunhidos. Porquanto, evidencia-se que a capacidade de se comunicar do homem inclui não somente a fala, mas também as manifestações corporais como parte fundamental no processo de comunicação.

Ainda, no que se refere à comunicação não verbal, assim como a verbal, ela influencia significativamente as relações humanas, devendo, portanto, receber especial atenção por parte dos profissionais de saúde, sobremaneira, tratando-se de um fator preponderante nesse cenário que se refere ao referencial da Humanização.

Tendo em vista a relação médico-paciente, a boa comunicação constitui-se fator relevante, uma vez que a confiança no médico, dentre outros fatores, é fundamental para o sucesso terapêutico. Há de se considerar que o exercício da Medicina se alicerça na comunicação, praticamente em todos os momentos dessa práxis: desde o primeiro contato com o paciente – colhendo a história clínica por meio da anamnese, aconselhando a conduta do paciente no tocante ao seu estilo de vida, orientando quanto à prevenção –, até a atuação no

trabalho em equipe, entre outras incumbências nas atividades rotineiras do profissional. Nesse sentido, como ressaltam Reis *et al.* (2019), o ato de comunicação é um fator crucial para avaliação dos serviços prestados pelo profissional, exemplificando que, numa comunicação ineficiente com seu paciente, o médico pode ter a qualidade de seus serviços minimizados.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2014) preconizam que os currículos dos cursos de graduação em Medicina incluam aspectos que envolvam a questão referente à comunicação em saúde, destacando-se a assistência centrada na pessoa, na família e na comunidade. Pressuposto esse que também abarca comunicação entre a equipe multidisciplinar de atendimento à saúde, respeitando-se as necessidades e os saberes do senso comum dos indivíduos assistidos (BRASIL, 2014).

Desse modo, as práticas comunicativas na área da saúde devem ser percebidas por atitudes embasadas na sensibilidade, na aceitação em um universo de significações (SANTOS; MACIEL, 2020). Sob tal perspectiva, esses autores chamam a atenção para o estilo de comunicação praticado pelo médico que, em geral, é imperativo, ou seja, o médico é aquele que detém o conhecimento científico. Verbos como *transmitir, passar, explicar, esclarecer* expressam ações que demonstram o traço impositivo do papel do emissor da mensagem que o médico adota nesse vínculo de comunicação.

Nessa alegação, conclama-se que a prática médica deve ser compartilhada, na qual o encontro clínico – momento primordial da práxis médica – propicie um encontro entre médico, paciente e instituições, envolvendo contextos culturais, históricos e sociais, ou seja, “encontro entre o profissional que é especialista em sua área que [...] não sabe tudo e é passível de erros e os pacientes que são especialistas acerca de suas próprias vidas e das suas escolhas” (SANTOS; MACIEL, 2020, p. 212). Tal concepção se caracteriza pelo diálogo estabelecido nas “relações de cooperação, respeito, aceitação entre diferentes culturas e sujeitos” (SANTOS *et al.*, 2019 apud SANTOS; MACIEL, 2020, p. 212).

Pondera-se que a comunicação é um instrumento de primordial importância que promove a mediação desde o diagnóstico até o tratamento. A compreensão mútua – de qualidade – entre médico e paciente é fulcral para o sucesso do tratamento, pois possibilita maior acurácia na identificação das queixas do paciente, promoção do raciocínio clínico, melhor entendimento dos problemas pelo paciente e adesão ao tratamento, conseqüentemente, maior satisfação de

ambos. Ademais, a atenção e o interesse do médico são fatores essenciais da comunicação no relacionamento do médico com o paciente.

Nessa proposição, mister se faz que a práxis médica sob a perspectiva biomédica dê lugar à perspectiva biopsicossocial, na qual o paciente é tratado numa visão holística, ou seja, na sua totalidade, que propicia a realização de um diagnóstico mais preciso, em que os diversos fatores biopsicossociais, bem como ambientais, também constituem parte substancial do diagnóstico. Nesse ponto de vista, depreende-se que o desenvolvimento de habilidades comunicacionais é parte intrínseca ao encontro entre médico e paciente no estabelecimento de uma relação de qualidade.

Pensando a relação médico paciente: para além da perspectiva biomédica e dos aparatos tecnológicos

Sabe-se que há alguns anos a Medicina tem apresentado um elevado progresso, introduzindo a tecnologia de informação a serviço da saúde; porém, o uso dessas novas tecnologias, além de ser realizado por médicos, também é cada vez mais utilizado por pacientes. Há inúmeras razões que levam pacientes a procurarem informações na internet, no que diz respeito à sua saúde, seja pela curiosidade de entender seu problema, seja pela dificuldade de contatar o serviço médico, para se autodiagnosticar de acordo com seus sintomas, ou apenas para pesquisar sobre hábitos de vida saudável e promoção da saúde.

A busca de informações de saúde através da internet tem seus benefícios, todavia, é necessário atentar-se para o fato de que existem fontes de informação pouco confiáveis que conduzem ao erro, podendo influenciar negativamente a relação entre o médico e o paciente (NUNES, 2018). Ainda assim, estima-se que um número significativo de pacientes chega ao consultório levando informações da internet. Nessa hipótese, mister se faz ressaltar o cuidado com o uso inadequado dessa ferramenta que pode se constituir um entrave na linguagem e na boa comunicação médica, devido ao acesso de informações incompletas, contraditórias, incorretas e/ou comprometidas. Tal contexto requer a reflexão de que o médico deve ponderar que o paciente tem a informação, assim como o paciente deve considerar que o médico, além da informação, tem o conhecimento e a competência para aplicá-la (OLIVEIRA; ALBERTIN, 2014).

Diante disso, o sucesso das consultas pode ser obstaculizado, podendo gerar desentendimentos entre o médico e o paciente, uma vez que este pode adquirir informações não confiáveis, realizar automedicação a qual pode mascarar o problema apresentado, e assim gerar efeitos negativos na consulta. Na verdade, de acordo com Oliveira e Albertin (2014), o primeiro contato do paciente deve ser o médico de família, em vez de ser a internet.

Outra perspectiva, apresentada por Bernardi (2019), analisa a relação médica junto ao paciente sob o ponto de vista da necessidade de aprendizado contínuo do médico. Diante dos avanços tecnológicos e em pesquisas, é de suma importância que os profissionais de saúde se mantenham atualizados e, cada vez mais, especializados, o que, conseqüentemente, gera profissionais superespecialistas – contingência essa que dificulta uma abordagem holística pelo médico na sua relação com o paciente.

Desta forma, esses avanços colocam em detrimento as relações humanas, empáticas e evidenciam o tecnicismo. E o médico, na intenção de se manter atualizado sobre novas terapêuticas e métodos diagnósticos, avoca uma carga pesada de trabalho que provoca fadiga profissional e, como resultado, um comportamento cada vez menos empático para com o paciente (BERNARDI, 2019).

Outro possível entrave nesse contexto refere-se aos altos níveis de estresse a que os médicos são submetidos, o que contribuiu para um esgotamento profissional conhecido como *burnout*. O *burnout* é uma síndrome psicológica em resposta aos estresses emocionais advindos do trabalho. Como resultante, os médicos encontram-se extremamente cansados com sua jornada diária, sem perspectivas de fazer a diferença na vida do paciente, sendo assim gera impacto na qualidade da consulta, segurança e satisfação do paciente (LEE, 2015).

A comunicação médico-paciente exige grande habilidade, sendo necessário levar em consideração fatores socioeconômicos e culturais, idade, pois influenciam na interação entre o médico e o paciente. Esses fatores sugerem em como será a abordagem médica, se é uma consulta pediátrica, ou de adulto, devendo levar em consideração as terminologias a serem adotadas para cada tipo de paciente.

Com o objetivo de diminuir as discrepâncias entre percepções e necessidades de médicos e pacientes, o médico deve comunicar-se de forma eficiente e clara, com o intuito de transmitir as informações de forma mais sensível e atenta aos sentimentos expressos do paciente e acompanhante. O médico deve

evitar um linguajar estritamente médico, e garantir que o paciente não tenha dúvidas sobre o seu diagnóstico e tratamento (COUTINHO; COSTA, 2014).

Considerações finais

Nas últimas décadas, as abordagens sobre a comunicação na relação médico-paciente e humanização têm recebido destaque no cenário dos debates em saúde, tanto em nível nacional quanto internacional.

Considerando-se o problema investigado, que levou à reflexão sobre a importância da linguagem para a promoção do diálogo acessível na relação médico-paciente e o sucesso terapêutico, depreendeu-se que esse relacionamento exige habilidades comunicacionais eficientes, como escuta ativa por parte do profissional, empatia, enxergar o paciente holisticamente, assim como considerar os fatores socioeconômicos e culturais do paciente. Essas habilidades, dentre outras, determinarão a qualidade do atendimento, estabelecendo uma relação de confiança e, por consequência, maior adesão terapêutica.

Pensar sobre a linguagem médica e fatores intervenientes na comunicação médico-paciente em prol do sucesso terapêutico requer que o médico trate não apenas as doenças do paciente, mas também que atenda às suas necessidades de informação, para que a consulta se constitua, verdadeiramente, um encontro dialógico. Porquanto, torna-se premente que o médico olhe seu paciente como um todo, numa visão em que os aspectos biológicos se interliguem aos psicológicos, sociais e culturais, em que impere a reciprocidade.

Há de se pensar que, num mundo dominado por avanços tecnológicos e informação, os pacientes assumem, cada vez mais, um papel proativo no cuidado à saúde, introduzindo-se assim uma nova lógica de discussão de condutas e compartilhamento de decisões no encontro clínico.

Referências

ARAÚJO, Antônio João. **A relação médico doente**: uma revisão de literatura. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/kxCFS. Acesso em: 26 maio 2020.

- BERNARDI, Rosane Teresinha. **A influência da comunicação médica nos níveis de satisfação dos pacientes: um estudo de caso**. São Paulo, 2019. Dissertação (Mestrado em Empreendedorismo) 127 p. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- BRANDT, Juan Adolfo. Grupo Balint: aspectos que marcam a sua especificidade. **Vínculo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 199-208, dez. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Medicina**. Brasília, DF, 2014.
- CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA. **Conselho Federal de Medicina**. Disponível em: encurtador.com.br/svAOQ. Acesso em: 26 maio 2020.
- COUTINHO, Silvia Maria.; COSTA, Áderson Luiz. Dificuldades metodológicas em estudos sobre comunicação médico-paciente em Oncologia. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 32, n. 79, p. 119-130, out./dez. 2014.
- COVAS, Dimas Tadeu; MOREIRA, Ayrton Custódio. Comunicação médico-paciente e anamnese. Capítulo I. *In: Semiólogia geral e especializada*. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, USP. 2013.
- LEE, T. H. **An epidemic of empathy in healthcare: how to deliver compassionate, connected patient care that creates a competitive advantage**. New York: McGraw Hill Education, 2015.
- NUNES, Alexandre Morais. **O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação: efeitos na relação médico-paciente em Portugal**. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Centro de Administração e Políticas Públicas. Lisboa, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/hmvyA. Acesso em: 29 mai. 2020.
- OLIVEIRA, Jayr Figueiredo; ALBERTIN, Alberto Luiz. Uma análise na relação médico-paciente frente aos recursos das tecnologias da informação. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 132-153, abr./jun. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/bkqvO. Acesso em: 30 mai. 2020.
- OSAKI, Milton. Inteligência artificial, prática médica e a relação médico-paciente. **Revista de Administração em Saúde**, v. 18, n. 72, jul./set. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/nvIOX. Acesso em: 19 maio 2020.
- REIS, Luciano Neves *et al.* Comunicação entre médico e paciente: reflexões sobre a prática profissional. *In: Anais do VIII CONINTER. Anais...* Maceió. Unit/AL, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/suwzJ. Acesso em: 21 maio 2020.
- ROCHA, B. V. *et al.* Relação Médico-Paciente. **Revista do Médico Residente**, v. 13, n. 2, p. 114-118, 2011. Disponível em: encurtador.com.br/gimEU. Acesso em: 26 maio 2020.
- SANTADE, Hélio Oliva do Amaral; SANTADE, Maria Suzeti B.; YOKE, Marisa Jussara C. Ética & Linguagem: valores no trabalho empresarial. **Interciência & Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 120-131, ed. esp., 2020. Disponível em: encurtador.com.br/gMOR9. Acesso em: 20 maio 2020.
- SANTOS, Herbert Luan P. C.; MACIEL, Fernanda Beatriz. Comunicação na formação médica. **Revasf**, Petrolina, v. 10, n. 21, p. 201-218, mai./jun./jul./ago. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/mBFT4. Acesso em: 21 maio 2020.
- SILVA, Henrique Batista. Beneficência e paternalismo médico. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**. Recife, v. 10, supl. 2 dez. 2010. Disponível em: encurtador.com.br/cuAP8. Acesso em: 26 maio 2020.

5

Linguagem tridimensional da dignidade humana: status, virtude e valor intrínseco

Diane de Carvalho Machado¹

Thiago Assed Tinoco de Bragança²

Exerce o Senhor a Justiça, e a todos os oprimidos restitui o Direito (SALMO 102:6).

Considerações iniciais

Existem várias concepções concorrentes que tomam o significado da dignidade humana no contexto cosmológico, antropológico ou político, podendo denotar a elevação especial da espécie humana, a potencialidade associada à humanidade racional ou os direitos básicos de cada indivíduo. Existem, por extensão, usos normativos diferentes aos quais o conceito pode ser aplicado.

1. Fisioterapeuta e Advogada; Especialista em Fisioterapia Respiratória em Pediatria e Neonatologia; Especialista em Fisioterapia Cinética Funcional; Especialista em Direito Penal e Processual Penal; Especialista em Direito Processual Civil; Mestra em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.

2. Advogado (OAB-RJ 232267).

Está ligado, de várias maneiras, a ideias de autonomia, personalidade, prosperidade e respeito próprio; e a dignidade humana produz, em diferentes momentos, proibições estritas e capacitação do indivíduo.

O uso da dignidade humana no direito internacional público é um marcador para a compreensão do seu discurso moral, legal e político. Uma expressão característica é encontrada no Preâmbulo do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1966, cujos direitos derivam da dignidade inerente à pessoa humana e cujo princípio animador é o reconhecimento da dignidade inerente e do igual e inalienável direito de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo.

Essa afirmação e outras semelhantes formam um ponto de referência comum na literatura contemporânea sobre a dignidade humana. É importante ressaltar que essa dignidade inerente representa uma ponte potencial entre várias ideias e ideais diferentes. Assim, é necessário fazer uma distinção entre dignidade como status, envolvendo demandas normativas distintas, dignidade como virtude e como valor intrínseco, inerente aos indivíduos, o que supostamente justifica atribuir certo status para eles. Vale ressaltar que a dignidade de status, de virtude e de valor inerente não precisa sempre se acompanhar.

Essas concepções de dignidade humana não são, de modo algum, mutuamente exclusivas. Concepções de dignidade de status, virtude e valor intrínseco estão frequentemente em jogo na mesma situação. No entanto, cada uma delas foi tomada como a base central para reivindicações morais particulares. O argumento axiológico depende da teoria do valor ou da axiologia. Ao entender o que são valores, que tipos existem e como eles estão relacionados, pode-se discutir como alguém pode chegar a conclusões das quais se refere a um sentido fundamental. Classicamente, a axiologia distingue entre valores intrínsecos e instrumentais. Os valores instrumentais, no entanto, são melhor caracterizados como uma subclasse de valores atribuídos. Nesse contexto, este capítulo buscará descrever a tridimensionalidade da dignidade humana, abordando-a como status, virtude e valor intrínseco.

Conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo

Na análise temática da constitucionalização do direito privado, é imprescindível a compreensão de que toda a interpretação jurídica é, em última instância, uma interpretação constitucional. Atualmente, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) apresenta um método interpretativo denominado constitucionalização. Entretanto, a Carta anterior se preocupava com a estruturação do Estado. Assim, a CF/88 não é uma Carta política, mas de direitos e garantias, possuindo natureza de documento jurídico garantidor.

No Estado democrático de Direito impera a supremacia constitucional. Nesse contexto, a Constituição deve ser considerada um postulado normativo, consubstanciado no estabelecimento de uma estrutura de aplicação de outras normas jurídicas, que embasa toda exegese jurídica, e todos os outros ramos do direito são analisados sob a sua ótica.

A própria Constituição traz no seu bojo uma força normativa (supremacia das normas e superioridade das normas), em que o princípio fundante da República é a dignidade da pessoa humana. Moraes (2016) denomina de substratos materiais (personificação da dignidade da pessoa humana): a igualdade, liberdade, integridade psicofísica (direito à saúde, amplíssimo) e a solidariedade – dever.

O conceito de dignidade humana não é algo contemporâneo; sua raiz etimológica provém da palavra dignidade, do latim *dignus*, que é aquele que merece estima e honra, aquele que é importante.

Segundo a visão dos cristãos, a chave-mestra do homem é o seu caráter, à “imagem e semelhança de Deus”; tal ideia, trazida na Bíblia, explicaria a origem da dignidade e sua inviolabilidade. Daí, para São Tomás, a dignidade humana pode ser entendida sob dois prismas diferentes: (a) a dignidade é inerente ao homem, como espécie; (b) existe só no homem enquanto indivíduo, passando desta forma a residir na alma de cada ser humano. São Tomás conclui que a natureza humana consiste no exercício da razão, e é através desta que se espera sua submissão às leis naturais, emanadas diretamente da autoridade divina.

Já em um sentido filosófico e político na antiguidade, a dignidade humana estava atrelada à posição social que ocupava o indivíduo, inclusive considerando o seu grau de reconhecimento por parte da comunidade na qual estava integrado. Nesse contexto, o conceito de pessoa, no sentido subjetivo, com

direitos subjetivos ou fundamentais, inclusive dignidade, surge com o cristianismo e vem aperfeiçoado pelos escolásticos.

Entre os teóricos modernos, debruçaram-se sobre o conceito de pessoa humana principalmente Hobbes, Locke e Kant. A filosofia kantiana é responsável por uma importante contribuição a respeito. Nela, por pessoa, entende-se mais que um objeto, ou seja, como valor absoluto e insuscetível de coisificação. Kant aprofunda o conceito de pessoa a ponto de se encontrar um sujeito tratado como “um fim em si mesmo” e nunca como meio a atingir determinada finalidade. Dando um tratamento especial à dignidade da pessoa humana, tendo em vista que enfoca a dimensão individual da personalidade humana e a sua dimensão comunitária social, o autor propõe, dessa forma, uma moral guiada por leis *a priori*.

O imperativo categórico de Kant, segundo a razão, seria os elementos que esta considera como necessário, um dever. Nessa seara, Kant estabelece como imperativo categórico a liberdade do homem que, para ser realmente livre, necessita de condições para exercer esta liberdade, que nada mais são do que os direitos fundamentais e a dignidade, condições estas que devem ser proporcionadas pelo Estado. O respeito à dignidade da pessoa humana, fundamento do imperativo categórico kantiano, de ordem moral, tornou-se um comando jurídico no Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988, em que explicita, em seu artigo 1º, III, a dignidade da pessoa humana como um dos “fundamentos da República”.

Com efeito, da mesma forma que Kant estabelecera para ordem moral, é na dignidade humana que a ordem jurídica (democrática) se apoia e constitui-se. O princípio constitucional visa garantir o respeito e a proteção da dignidade humana, significando a completa transformação do direito civil, de um direito que não mais encontra nos valores individualistas de outrora o seu fundamento axiológico.

O valor da dignidade humana alcança todos os setores da ordem jurídica e será “desumano”, isto é, contrário à dignidade humana, tudo aquilo que puder reduzir a pessoa (o sujeito de direitos) à condição de objeto. O substrato material da dignidade, desse modo entendido, pode ser desdobrado em quatro postulados: igualdade, integridade psicofísica, liberdade, solidariedade.

A igualdade subentende que o sujeito moral não pode receber qualquer tratamento discriminatório. Devendo ter direitos iguais aos de todos os

demais. A máxima da igualdade formal define que todos são iguais perante a lei. A igualdade formal, contudo, é insuficiente para atingir o fim desejado, pois as pessoas são diferentes, sob o ponto de vista econômico, social e psicológico. O substrato material da igualdade busca o alcançar da igualdade substancial ao tratar pessoas iguais com igualdade, pessoas desiguais com desigualdade.

A integridade psicofísica vem servindo para garantir numerosos direitos da personalidade (vida, nome, imagem, honra, privacidade, corpo, identidade pessoal), instituindo, hoje, o que se poderia entender como um amplíssimo “direito à saúde”, compreendida como completo bem-estar psicofísico e social.

O sujeito moral é dotado de liberdade – vontade livre – de autodeterminação. Poder realizar, sem interferências, as próprias escolhas individuais, exercendo-as com discricionariedade (como melhor convier), como, por exemplo, a impossibilidade de não receber tratamento médico por motivos religiosos, entre outros.

O sujeito moral é parte de um grupo, em relação ao qual tem a garantia de não vir a ser marginalizado. Daqui, evidentemente, parte-se para as hipóteses mais conhecidas e tuteladas, tendo como fundamento a solidariedade social: os danos causados aos consumidores e os danos causados ao meio ambiente.

O princípio é uma norma que o Estado deve perseguir. O postulado normativo, por sua vez, é norma de 2º grau, estabelecendo a estrutura de aplicação de outras normas. Os postulados normativos são considerados metanormas. São denominados de “princípios interpretativos”, em que a dignidade da pessoa humana é uma cláusula geral. Garante tutela especial e privilegiada a toda e qualquer pessoa humana, em suas relações extrapatrimoniais. Pode-se dizer que, em todas as relações privadas nas quais venha a ocorrer um conflito entre uma situação jurídica subjetiva existencial e uma situação jurídica patrimonial, a primeira deverá prevalecer, obedecendo aos princípios constitucionais que estabelecem a dignidade da pessoa humana.

A cláusula geral visa proteger a pessoa em suas múltiplas características, naquilo que lhe é próprio, aspectos que se recompõem na consubstanciação de sua dignidade, valor reunificador da personalidade a ser tutelada. O que tem relevância é a circunstância de haver um princípio geral estabelecendo a reparabilidade do dano moral, independentemente do prejuízo material. O dano moral, à luz da Constituição vigente, nada mais é do que violação do direito à

dignidade. Em última análise, o homem não deve ser protegido somente em seu patrimônio, mas principalmente em sua essência.

Significado e conteúdo do princípio da dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana encontra sua expressão mais importante no direito internacional pós-Segunda Guerra Mundial e nos instrumentos constitucionais (a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros). Como tal, a natureza e a função da dignidade humana na lei podem ser assumidas como claras e bem documentadas. Este é o caso no nível da análise doutrinária da dignidade humana, e há jurisprudência importante surgindo, em particular, do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e de constituições, incluindo a do Brasil.

A dignidade da pessoa humana é uma norma que dá validade aos sistemas jurídicos como um todo ou um princípio que rege a aplicação de todas as normas em um sistema. No entanto, isso é difícil de defender como algo que não seja uma generalização frouxa. Em termos de princípios, os sistemas legais tratam a justiça como sua norma fundamental, significando que a consistência, e não a defensibilidade moral, orienta a adjudicação. E, na prática, não está absolutamente claro como a dignidade humana pode ou deve funcionar como uma norma superior.

Trata-se, assim, de um conceito de contornos vagos e imprecisos, constituindo-se uma categoria axiológica aberta, sendo inadequado conceituá-la de maneira fixista, ainda mais quando se verifica que uma definição desta natureza não harmoniza com o pluralismo e a diversidade de valores que se manifestam nas sociedades democráticas contemporâneas. Há que reconhecer, portanto, que também o conteúdo do conceito de dignidade da pessoa humana carece de uma delimitação pela práxis constitucional, tarefa que incumbe a todos os órgãos estatais.

Objetivando demonstrar que a dignidade da pessoa humana não pode ser definida em abstrato, tornam-se esclarecedoras as lições de Adorno (2001, p. 157), ao afirmar que “é suficiente testemunhar o extremo sofrimento humano para compreendermos que dignidade, ainda que difícil defini-la com precisão,

é um verdadeiro requisito dos seres humanos e, não apenas, uma hipótese metafísica”.

Com base no exposto, verifica-se que reduzir a uma fórmula abstrata e genérica aquilo que constitui o conteúdo da dignidade da pessoa humana, em outras palavras, seu âmbito de proteção, não parece ser possível, a não ser mediante a devida análise do caso concreto. Como ponto de partida, vale citar a fórmula desenvolvida na Alemanha por G. Durig, para quem a dignidade da pessoa humana poderia ser considerada atingida sempre que a pessoa concreta (o indivíduo) fosse rebaixada a objeto, a mero instrumento, tratada como uma coisa, em outras palavras, na descaracterização da pessoa humana como sujeito de direitos.

Esta fórmula, por evidente, não oferece uma solução global para o problema (já que não define previamente o que deve ser protegido), mas permite a verificação, no caso concreto, da existência de uma efetiva agressão contra a dignidade da pessoa humana, fornecendo, ao menos, uma direção a ser seguida. A doutrina e jurisprudência encarregaram-se, contudo, de identificar algumas posições que integram o âmbito de proteção da dignidade da pessoa humana, ao menos de acordo com as circunstâncias atuais, e que, portanto, constituem exigências diretas e essenciais do princípio ora em exame.

Assim, não resta dúvida de que a dignidade da pessoa humana engloba necessariamente o respeito e a proteção da integridade física e corporal do indivíduo, do que decorrem, por exemplo, a proibição da pena de morte, da tortura, das penas de natureza corporal, da utilização da pessoa humana para experiências científicas, limitações aos meios de prova (utilização de detector de mentiras), regras relativas aos transplantes de órgãos, etc.

Princípio da dignidade da pessoa humana e seu status jurídico-normativo, com ênfase na virtude e no valor intrínseco

O Constituinte de 1988 preferiu não incluir a dignidade da pessoa humana no rol dos direitos e garantias, dando-lhe, pela primeira vez, o tratamento de princípio fundamental da atual Constituição (art. 1, III). Não se cuidando, portanto, de autêntico e típico direito fundamental, tal não significa, por seu turno, que do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana não

possam ser deduzidas posições jurídico-fundamentais não escritas, inclusive de natureza subjetiva, o que, aliás, foi expressamente considerado pelo art. 5, II, que trata dos direitos decorrentes do regime e dos princípios, bem como dos constantes em tratados internacionais. Da mesma forma, não se deve esquecer o fato de que os direitos fundamentais, ao menos de modo geral, podem (e assim efetivamente o são) ser considerados concretizações das exigências do princípio da dignidade da pessoa humana.

Num primeiro momento, a qualificação da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental traduz a certeza de que o art. 1, III, da CF/88 não contém apenas uma declaração de conteúdo ético e moral (que ela, em última análise, não deixa de ter), mas que constitui norma jurídico-positiva com status constitucional e, como tal, dotada de eficácia, transformando-se, de tal sorte, para além da dimensão ética já apontada, em valor jurídico fundamental da comunidade. Importa considerar, neste contexto, que, na condição de princípio fundamental, a dignidade da pessoa humana constitui valor-guia não apenas dos direitos fundamentais, mas de toda a ordem constitucional, razão pela qual se justifica plenamente sua caracterização como princípio constitucional de maior hierarquia axiológico-valorativa.

Para Sarlet (2015), é possível, no mínimo, sustentar o ponto de vista de acordo com o qual os direitos fundamentais correspondem a explicações, em maior ou menor grau, do princípio da dignidade da pessoa humana.

O que se pretende com os argumentos ora esgrimidos é demonstrar que o princípio da dignidade da pessoa humana pode, com efeito, ser tido como critério basilar – mas não exclusivo – para a construção de um conceito material de direitos fundamentais, assumindo de tal sorte a função de elemento proliferador de direitos fundamentais ao longo dos tempos. Além disso, abstraindo-se, por ora, os demais referenciais a serem analisados, é preciso ter sempre em mente que determinada posição jurídica fora do catálogo, para que efetivamente possa ser considerada equivalente, por seu conteúdo e importância, aos direitos fundamentais do catálogo, deve, necessariamente, ser reconduzível de forma direta e corresponder ao valor maior da dignidade da pessoa humana. Neste contexto, há que questionar a respeito da possibilidade de existirem direitos fundamentais fora do catálogo que não possuam necessariamente um conteúdo diretamente fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, já que este, salvo melhor juízo, não constitui elemento comum (no mínimo, não igualmente comum) a todos os direitos do catálogo.

É justamente neste contexto que assumem relevo os demais princípios fundamentais, visto que, a exemplo da dignidade da pessoa humana, também cumprem função como referencial hermenêutico, tanto para os direitos fundamentais, quanto para o restante das normas da Constituição. Além de atuarem como fundamento para eventual dedução de direitos não escritos (mais especificamente, dos direitos decorrentes dos quais fala o art. 5, II), deverão servir de referencial obrigatório para o reconhecimento da fundamentalidade material dos direitos garimpados fora do catálogo, que devem guardar sintonia com os princípios fundamentais de nossa CF.

De acordo com a clássica concepção de matriz liberal-burguesa, os direitos fundamentais constituem, em primeiro plano, direitos de defesa do indivíduo contra ingerências do Estado em sua liberdade pessoal e propriedade. Acima de tudo, os direitos fundamentais – na condição de direitos de defesa – objetivam a limitação do poder estatal, assegurando ao indivíduo uma esfera de liberdade e outorgando-lhe um direito subjetivo que lhe permita evitar interferências indevidas no âmbito de proteção do direito fundamental ou mesmo a eliminação de agressões que esteja sofrendo em sua esfera de autonomia pessoal.

Menciona-se a dignidade quando se considera louvável o comportamento de uma pessoa diante de circunstâncias em geral adversas. A dignidade, nesse sentido, consiste numa espécie de virtude, que pode ser associada a certas pessoas não pelo seu posicionamento social, mas pelas suas ações e posturas. Diz-se, por exemplo, que o réu se comportou com dignidade ao ser preso; que o doente terminal suportou com dignidade o sofrimento dos seus últimos dias (BEYLEVELD; BROWNSWORD, 2015).

Em algumas linguagens, essa dignidade incorpora a dimensão moral. Nesse sentido, o filósofo Schiller (1992) definiu a dignidade como a expressão de uma nobre disposição mental, que envolve o autocontrole de instintos naturais. Nessa compreensão, Gewirth (1982, p. 27) ressalta que a dignidade não é um atributo universal dos seres humanos, pois muitos se portam de maneira indigna. Ela depende das atitudes dos indivíduos, das suas escolhas, do seu comportamento. Ademais, o sentido de dignidade que todos os humanos possuem igualmente não é o mesmo daquele do qual se pode dizer que alguma pessoa não a possui ou que se comporte sem a mesma. Este tipo de dignidade (virtude) é o que seres humanos podem exibir ou não, ou perder, enquanto a dignidade pela qual todos são considerados iguais é uma característica que pertence permanente e inerentemente a cada ser humano como tal.

Enquanto a expressão, “direitos fundamentais” se aplica àqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado. A expressão “direitos humanos” guarda relação com os documentos do direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas por meio das quais se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional).

Frisa-se que os direitos fundamentais são constitucionais e direitos humanos são internacionais, daí se afirmar que os direitos fundamentais nascem e acabam com as Constituições, ao passo que os direitos humanos, antes de serem reconhecidos e positivados, quando se converteram em elementos do direito positivo e direitos fundamentais de uma determinada comunidade jurídica, integravam apenas uma espécie de moral jurídica universal. Assim, os direitos humanos referem-se ao ser humano como tal (pelo simples fato de ser pessoa humana) ao passo que os direitos fundamentais (positivados nas Constituições) concernem às pessoas como membros de um ente público concreto.

No Direito contemporâneo, a dignidade tem sido usada geralmente associada aos direitos humanos, sendo empregada como qualidade intrínseca de todos os seres humanos, independentemente de sua posição social e da sua conduta. Em outras palavras, todos os indivíduos que pertencem à espécie humana possuem dignidade apenas por serem pessoas. Não se admitem restrições a fatores como gênero, idade, cor, orientação sexual, nacionalidade, deficiência, capacidade intelectual ou qualquer outro atributo. A dignidade humana é inerente à personalidade humana e, portanto, embora possa ser violada e ofendida pela ação do Estado ou de particulares, jamais será perdida pelo seu titular (SARMENTO, 2016).

É essa dignidade que impõe a não instrumentalização da pessoa humana. Dela resulta o imperativo de que cada indivíduo seja concebido sempre como um sujeito, e nunca como um objeto. Ela se concretiza na ideia kantiana de que as pessoas devem ser tratadas como fins em si, e nunca como simples meios para realização de fins alheios ou de metas da coletividade. Cada ser humano, em síntese, possui um valor intrínseco (DWORKIN, 2006).

Considerações Finais

O sentido dado ao princípio da dignidade humana liga-se a certa compreensão de “pessoa”, que deve ser realista e se alicerçar tanto na ordem constitucional positiva quanto na moralidade crítica. A compreensão de pessoa, subjacente à Constituição de 1988, é do ser humano concreto, enraizado, que não é só racional, mas também emocional, corporal e social. Trata-se da pessoa que é um fim em si, razão do ser do Estado e da ordem jurídica, e não um mero órgão da comunidade. Mas não se cuida do indivíduo insular de Kant e do liberalismo burguês, e sim do ser imerso em relações intersubjetivas, que aspira à liberdade, mas tem necessidades materiais e emocionais cujo atendimento pressupõe a vida relacional em sociedade. Tal compreensão concilia-se com a moralidade crítica das democracias que levam o direito a sério.

A dignidade é também empregada para a identificação de direitos fundamentais. Ela se presta indiscutivelmente para o reconhecimento de direitos fundamentais inseridos fora do catálogo constitucional (art. 5º a 17, CF). Com isso, a dignidade proporciona uma proteção mais cabal à pessoa humana, completando possíveis lacunas e omissões do poder constituinte. A dignidade humana não é propriamente um direito fundamental, mas a matriz da qual brotam direitos mais específicos.

Por fim, o valor intrínseco é incompatível com a instrumentalização do ser humano para fins do Estado, de coletividades ou de terceiros. Ele fundamenta a noção de que o Estado existe para proteger e promover os direitos das pessoas, e não o contrário. E assim, por força do valor intrínseco, a pessoa humana jamais pode ser tratada como simples objeto da ação estatal.

Referências

- ADORNO, Roberto. The paradoxal notion of human dignity. *Revista Internazionale di Filosofia del Direto*, n. 2, p. 151-168, 2001.
- BARAK, Aharon. **Human dignity: the constitutional value and the constitutional right**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- BEYLEVELD, Derryck; BROWNSWORD, Roger. Human dignity in bioethics and biolaw virtue. *In: KRETZEMER, David; KLEIN, Eckhart (Eds.). The concept of dignity in human rights discourse*. The Hague: Kluwer Law International, 2015.

- DALY, Erin. **Dignity rights**: courts, constitution and the worth of the human person. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.
- DWORKIN, Ronald, **Is democracy possible here?:** principles for a political debate. Princeton: Princeton University Press, p. 9-10, 2006.
- GEWIRTH, Alan. **Human rights**: essays on justification and applications. Chicago: Chicago University Press, 1982.
- MORAES, Maria Celina Bodin. **Na medida da pessoa humana**: estudos de direito civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2016.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Fundamentais**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana**: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- SCHILLER, Friedrich. **On Grace and dignity**. 1992. Disponível em: <https://bityli.com/o8SMG>. Acesso em: 15 abr. 2020.

6

As configurações da Língua Portuguesa na comunicação jurídica

Sinthia Moreira Silva¹

Eliana Crispim França Luquetti²

Sejam as leis claras, uniformes e precisas, porque interpretá-las, quase sempre, é o mesmo que corrompê-las (VOLTAIRE).

Considerações iniciais

A linguagem é o meio de comunicação entre os seres humanos. E a língua materna – neste caso, a Língua Portuguesa (doravante LP) – está presente na vida do sujeito desde o momento do nascimento e dela necessita o tempo inteiro, não só para falar, mas principalmente para saber como falar. Este capítulo tem por objetivo demonstrar a relevância do conhecimento da LP, e

-
1. Mestranda em Cognição e Linguagem. Especialização em MBA em Gestão de Negócios e em Estudos Linguísticos e Literários. Graduada em Letras. Graduanda do Curso Jurídico.
 2. Doutora e Mestra em Linguística. Licenciada e Bacharela em Português/Latim. Professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).

mais especificamente em seu viés doutrinário na comunicação jurídica, o qual demanda o domínio técnico da interlocução objetiva e concisa para o êxito da profissão de um advogado, ou de demais profissionais da esfera jurídica.

Para a construção deste capítulo, realizou-se pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos, composta de fontes teóricas que embasam a busca de respostas sobre o tema abordado: primeiro, o olhar se volta para a linguagem técnico-profissional de modo mais amplo; depois, como a linguagem é fundamental no domínio jurídico; enfim, a necessidade do uso profícuo da LP no âmbito jurídico.

Parte-se do pressuposto de que, para a obtenção de primazia nas carreiras jurídicas, é necessário a seus profissionais desenvolver ao longo de sua carreira, desde a academia, modos eficazes de interação com o cliente e demais alocutários – o que torna indispensável a versatilidade no uso da língua em ambas as modalidades: escrita e falada.

Linguagem técnico-profissional

Entende-se por linguagem técnico-profissional a utilizada por profissionais dos mais distintos ramos para transmitirem ideias, informações e toda sorte de conteúdos pertinentes ao trabalho que executam, pois, neste caso, seu uso é econômico e conveniente para desobstruir barreiras dialetais, acelerar e potencializar a transmissão das mensagens. A terminologia técnica rompe ambiguidades, obscuridades, por ser de sentido unívoco, conceitualmente preciso, denotativo; fundamenta-se em definições. Pelas suas características, a linguagem técnica distancia-se dos discursos coloquiais do cotidiano; por isso, o seu não uso no meio operacional é inadequado e improdutivo.

A linguagem técnica tem o seu valor, a sua função; não deve, pois, ser negligenciada, obviamente em contextos adequados; ela se aproxima muito do nível culto; faz uso de expressões específicas da área, daí seu uso se restringir a grupos de especialistas. Conforme Alves (2020, p. 11), “É certo que a linguagem técnica defendida por muitos [...] deve ser empregada sempre que necessário, porém de forma comedida, a fim de não colocar em risco a clareza textual”.

No Direito, também, obviamente, se requer “tanto na sua elaboração, quanto na sua efetiva aplicação, a utilização de um discurso peculiar – o

discurso jurídico –, expresso nas normas jurídicas, nas leis, textos doutrinários, decisões administrativas, sentenças e jurisprudências” (RIBEIRO; DE SOUZA; DE OLIVEIRA MARTINS 2020, p. 2058-2059). Com efeito, os juristas precisam ter o domínio técnico da linguagem para interação entre a sociedade e as áreas do Direito, alcançando o propósito da profissão, qual seja o de resolver os conflitos de interesses.

No meio jurídico, a aplicação da linguagem técnica inerentemente facilita e facilita as variadas atividades forenses. Entretanto, essa especificidade de linguagem, por ter um caráter de cientificidade, deixa confusas muitas pessoas que não são da área, fazendo com que muitos estudiosos reflitam sobre o grau de dificuldades no uso abusivo de especialistas. Isso não significa prescindir da linguagem técnica, apenas de seu uso exacerbado e em especial com interlocutores que não compartilham do mesmo conhecimento técnico. É preciso nunca se descuidar do público-alvo ao qual o locutor destina suas mensagens.

Quando, porém, se opta pela utilização de uma expressão técnica de uso raro, mesmo entre os especialistas da área, esta deve ser seguida de esclarecimentos, evitando, assim, ruídos na comunicação. Muitas vezes, seu uso pode se tornar burocrático, quando se exagera no emprego de expressões técnicas, jargões, perífrases, formalidade resultando no “silêncio dos participantes, reduzindo-os ao papel de expectadores de processos que pretendiam incluí-los” (SALOMÃO, 2016, p. 119).

Em qualquer comunicação profissional, mediada pela linguagem verbal, o ideal é revesti-la de características como, principalmente: clareza (expressão das ideias e/ou informações de forma a obter compreensão imediata da mensagem pelo destinatário); objetividade (foco e precisão no que for relevante no momento da exposição e descarte do que possa gerar divagação por parte do destinatário); e concisão (expressão do máximo de informações com o mínimo de palavras, utilizando-as apenas as de função significativa na exposição, o que requer do emissor uma articulação linguística em prol da síntese).

Entretanto, clareza, objetividade e concisão nem sempre se ajustam harmonicamente nas produções textuais, apesar de todo ser humano viver se comunicando uns com os outros. No meio jurídico, por exemplo, o uso de linguagem técnica mal utilizada (o popularmente conhecido *juridiquês*) dentro e fora do âmbito profissional é recorrente, inviabilizando, frequentemente, a interação.

Segundo Alves (2020, p. 10), “o prejuízo da não compreensão desse tipo de texto recai sobre as costas do cidadão comum, já que o direito ao entendimento das normas é, a todo momento, dificultado”. Isso porque há os que se sentem “detentores do direito” e “fazem uso de prefixos e sufixos para dar origem a outros termos, em detrimento de vocábulos existentes no léxico contemporâneo”. Não percebem que o destinatário de seus textos, muitas vezes, não tem formação jurídica (Ibidem).

É assim, então, que muitos profissionais impõem a sua linguagem privando o destinatário do entendimento pleno do que comunicam – o que é lamentável, uma vez que a linguagem é uma das formas de presença de um profissional de impacto, principalmente no que se refere à comunicação. Inúmeras vezes, utilizar a “linguagem especialista simultaneamente dificulta a compreensão de argumentos e transpõe autoridade sobre um assunto, coercivamente legitimando declarações de alguns enquanto restringe as possibilidades de outros de lhes contrapor” (SALOMÃO, 2016, p. 92).

A imprescindibilidade da linguagem na esfera jurídica

“O Direito é a profissão da palavra, e o operador do Direito, mais do que qualquer outro profissional, precisa saber usá-la com conhecimento, tática e habilidade”, afirma Sabbag (2016, p. 18). Seu objetivo deve ser o de se expressar bem, e não o de impressionar, principalmente com a utilização de precisismos linguísticos. O profissional de direito que não consegue se comunicar de maneira profícua, postando a voz conforme deve ser postada ou escrevendo de maneira a conseguir transmitir no papel aquilo que de fato está pensando, precisa se inscrever em um curso e treinar de maneira reiterada para se aperfeiçoar; afinal, o aperfeiçoamento da retórica e argumentação gera um crescimento na carreira.

Dessa forma, o profissional que carece dessas características precisa ir atrás de ferramentas, se quiser ser bem sucedido profissionalmente, pois na sua profissão a integração possibilitada pela linguagem verbal é basilar. Em presença de seu cliente esse profissional precisa saber transitar pelos mais diversos níveis e formas de linguagem porque os eventos são imprevisíveis e necessitam de táticas e habilidades linguísticas para interagir com leveza, clareza, brevidade e elegância.

Entende-se, portanto, que o linguajar particular das atividades ligadas à justiça, além de uma aplicação sociocultural, é também uma imposição inerente aos que trabalham direta e indiretamente nessa esfera, devendo esses utilizá-lo de maneira precisa e técnica. “Historicamente, há um imaginário de que esse profissional saiba utilizar de modo diferenciado a Língua Portuguesa, aquela que se apresenta como um sistema lógico, fechado em si mesmo, a língua das ‘palavras difíceis’ que são dotadas de ‘senhas” (KOSEN, 2019, p. 17).

Não é em qualquer situação linguística que isso funciona. É necessário existir clareza na comunicabilidade dentro do mundo jurídico, utilização de expressões acessíveis aos destinatários, de períodos curtos, de poucas orações cujos termos venham na ordem direta, de ordenamento das sentenças (premissa maior, premissa menor, conclusão) e de outros recursos mais favoráveis à clareza e precisão da linguagem, pois “um erro em petição, sentença ou acórdão tem o condão de retirar-lhe a pujança e a autoridade, além de espelhar a incapacidade do anunciante” (SABBAG, 2016, p. 96).

Com o uso da retórica, o mundo jurídico procura esclarecer os conflitos da sociedade e é por meio da linguagem que as leis se manifestam, sejam elas escritas sejam verbais. Por isso é necessário um ensinamento mais aprofundado aos acadêmicos para que possuam uma formação mais aberta e não sejam simples formalistas; é preciso, pois, aplicar a lei sob o aspecto social e atual, em que o fato se concretizou, empregando as palavras para obter o resultado almejado. Sendo assim, no âmbito jurídico a comunicação é o fator que viabiliza a existência do Direito.

Mas, convém lembrar que, além do uso do código linguístico na oralidade e escrita, todas as formas de comunicação devem ser cautelosamente consideradas, posto que qualquer uma delas pode ocorrer no desempenho das várias profissões ligadas ao Direito, como a linguagem do corpo, por exemplo, os gestos, as expressões fisionômicas, o tremor das mãos, a transpiração ofegante – tudo fala por si. Entende-se, então, que o significado do mundo se dá por meio de múltiplas linguagens. Com o mundo jurídico não é diferente; ele é entendido pelos amplos limites consentidos pela linguagem. É fundamental inferir que a linguagem, sendo uma forma de comunicação entre os indivíduos, busca produzir signos com significados para uma relação clara e objetiva. Para o operador do Direito, a competência e a habilidade no trato para com a LP são fundamentais.

Com efeito, sendo o Direito entranhado de linguagem, fica evidente a magnitude de aprofundar os estudos com um vocabulário enriquecido e, conjuntamente, conseguir a tradução desta linguagem técnica para a comum a ser entendida por todos, indistintamente. Nesse sentido, a utilização de expressões latinas nas peças processuais vem sendo substituída pelas correspondentes na LP, e isso se justifica pela inexistência da disciplina Latim nos atuais cursos de Direito.

O domínio da Língua Portuguesa no universo jurídico

O bom uso da LP é uma das maiores ferramentas que o profissional de Direito tem e impacta diretamente na credibilidade que ele transmite, tanto na língua falada quanto na língua escrita; porém é preciso estar atento de que na primeira modalidade há certas liberdades de não se seguir à risca as normas do português padrão, já na escrita não se dá essa distensão. Há de se considerar ainda que, no meio jurídico, a utilização da linguagem adequada a cada situação é de extrema importância para que os objetivos sejam alcançados. O profissional desse ramo deve “prestar muita atenção à principal ferramenta de trabalho. É a palavra escrita e falada procurando transmitir melhor o pensamento com elegância, brevidade e clareza” (SABBAG, 2020, p. 1). Biasotti (2019, p. 1) frisa: “Nenhuma qualidade se avanteja à clareza. Dada ao homem para comunicar suas ideias, a palavra somente alcançará seu fim se clara e inteligível”.

Desse modo, a compreensão e sapiência da linguagem jurídica subordinam-se ao controle da LP, idioma oficial do Brasil. A eficiente comunicação dentro das atividades relacionadas ao Direito – seja para realizar um discurso congruente seja para sustentar uma posição propícia – requer do profissional uma bagagem de conhecimentos tanto do âmbito jurídico quanto de outras esferas com as quais se está interagindo no momento.

Sabe-se, entretanto, que muitos profissionais do Direito não possuem noções básicas da variante padrão da LP e cometem deslizes tanto prejudiciais na oralidade quanto na escrita – o que pode influir de maneira negativa no bom andamento da própria Justiça. Observa-se, portanto, a necessidade do estudo da LP para os operadores do Direito Pátrio, a fim de que realizem seus trabalhos a contento. Afinal, neste mundo de intensa concorrência, o advogado que

se forma e ingressa no mercado de trabalho sabe que será necessário estar cada vez mais habilitado, cada vez mais especializado e capacitado para enfrentar essa concorrência. Precisa ser cuidadoso, minucioso em olhar o que escreve, refletir sobre o que fala para não incorrer em lapsos dessa natureza.

É notória a intensa relação entre Direito e linguagem (mais especificamente LP, no caso de países lusófonos). É difícil conjecturar um profissional do ramo jurídico não ter o traquejo suficiente do seu idioma, quer seja na interpretação de textos, quer seja na produção destes. “Os atos normativos, os conhecimentos doutrinários, as petições, os atos processuais, as decisões judiciais, tudo passa pelo uso da linguagem” (FERREIRA, 2018, p. 1).

A semântica é outra preocupação na fala do operador do Direito em meio a sutis diferenças que, para quem não é da área, podem passar despercebidas. Por exemplo: “*domicílio*, *residência* e *habitação* diferem juridicamente entre si, tal como *posse*, *domínio* ou *propriedade*; observará, ainda, que *decadência*, *prescrição*, *preclusão* e *perempção*, embora assemelhadas no sentido, não querem dizer a mesma coisa” (Ibidem).

Ao advogado, especialmente, é imprescindível escolher com precisão seu vocabulário considerando cada contexto e evitando, dessa forma, desentendimentos na sua intenção comunicativa. Sem o domínio da LP e o trânsito entre as suas variações o advogado não conseguirá representar seu cliente com excelência, com fluência argumentativa. Perder ou ganhar uma causa pode muito bem estar relacionado à linguagem desse profissional.

Assim como o poeta, a palavra é a matéria-prima do operador jurídico. Ou, na expressão de Sabbag (2020, p. 1), “O Direito é a profissão da palavra. Mais do que qualquer outro profissional, o operador do Direito precisa saber usá-la com conhecimento, tática e habilidade”. Todo o seu ofício se opera na linguagem, ainda que esta não seja o objeto exclusivo daquele, pois cabe também ao intérprete da norma jurídica examinar o sentido das coisas narráveis, com a intenção de reconhecer o fidedigno significado do justo que, por natureza, é alterável conforme o percurso histórico. É por meio dos recursos de que dispõe na LP que ele argumenta, convence, refuta, ataca, defende; concretiza leis, petições, sentenças contratos; sem linguagem, não há justiça, não há direito, pois “a eficácia do direito decorre da estrutura linguística, do vocabulário adequado e da linguagem precisa empregada, uma vez que o texto jurídico deve alcançar a todos (ALVES, 2020, p. 9).

Lembra-se que a LP, como as demais línguas, não é estanque, modifica-se incessantemente, palavras são criadas outras caem em desuso; portanto, uma comunicação fluida e objetiva é sempre bem-vinda em todas as atividades. “No mundo moderno, o tempo possui valor inestimável para os indivíduos e a objetividade tornou-se indispensável. Dessa forma, mudanças robustas nos textos jurídicos são necessárias a fim de tornar mais rápida, clara e objetiva a leitura” (Ibidem, p. 12).

Concorda-se com Koch (2016, p. 30) quando diz que um texto só pode ser considerado texto na medida em que os interlocutores “de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir para ela, determinado sentido”. Entretanto, muitas vezes a falta de habilidade no uso da LP pelos profissionais do Direito não concorre para que se teça o texto.

Considerações finais

O capítulo se encerra acreditando ter alcançado seu objetivo traçado nas Considerações iniciais de firmar a indispensabilidade do considerável conhecimento da LP para o operador do Direito no exercício de suas funções, bem como o uso adequado da linguagem técnica que lhe é pertinente, no momento exato de sua necessidade, não obscurecendo, portanto, o que precisa comunicar.

Sendo assim, pontuou-se a necessidade de se encontrar o equilíbrio entre o conhecimento específico e a linguagem jurídica para o bom desempenho do profissional na realização de seu objetivo, qual seja o de servir de ferramenta à realização da prestação jurisdicional, cumprindo sua responsabilidade na interpretação efetiva das normas. Somente desse modo é possível obter excelência na aludida carreira.

Nesse intento, frisou-se, pois, o repúdio ao *juridiquês* ou à verborragia jurídica poluente da linguagem jurídica, tão prejudicial à clareza e concisão comunicativas, as quais devem ser buscadas com afincamento pelo locutor para não ofuscar tanto os objetivos do intérprete quanto os do operador do Direito. Afinal, até mesmo o Código de Ética e Disciplina da classe traz a necessidade de se utilizar uma linguagem escorreita e polida, ou seja, técnica, objetiva e eficiente, capaz de identificar e analisar leis com primazia.

Colocou-se em evidência a palavra cujo emprego adequado e eficaz é ferramenta funcional indispensável para o Direito no cumprimento de seu papel de controle social e resolução de conflitos, o que requer praticar uma comunicação global que se estenda a todos, indistintamente, pois, ao mesmo tempo em que litiga com outros juristas, atende os seus clientes e o público, que podem ser pessoas leigas. Esse cuidado permite aplicar o ordenamento jurídico sob o aspecto social e atual, e se obter o resultado almejado nas demandas.

Nesse sentido, apontou-se a importância do domínio da LP e de seu emprego para o cumprimento eficaz das atividades exercidas pelos juristas.

Referências

- ALVES, Mariana de Araújo. **A coesão e a clareza textual do/no texto jurídico**. 29 p. Universidade Católica de Brasília. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/vy148. Acesso em: 22 maior 2020.
- BIASOTTI, Carlos. **A linguagem do advogado**. JusBrasil, mar. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/mJMU3. Acesso em: 22 maior 2020.
- FERREIRA, Shamara **A importância da linguagem e comunicação jurídica para o advogado**. Farellos Jurídicos. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/wzV37. Acesso em: 22 maior 2020.
- KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- KONZEN, Maria Cecília Halmenschlager. **O imaginário de língua portuguesa no currículo dos cursos de direito**. 105f. Dissertação de Mestrado em estudos Linguísticos. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó/SC, 2019.
- RIBEIRO, Leila Maria Tinoco Boechat; DE SOUZA, Carlos Henrique Medeiros; DE OLIVEIRA MARTINS, Analice. O discurso jurídico à luz das textualidades contemporâneas e os limites hermenêuticos à liberdade criativa do leitor intérprete, **Revista Philologus**, ano 25, n. 75. Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 2054-2063, set./dez.2019. 2020.
- SABBAG, Eduardo de Moraes. **Português Jurídico é essencial para operadores do Direito**. CERS, 30 jan. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/ltBPS. Acesso em: 22 maio 2020.
- SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de Português Jurídico**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- SALOMÃO, Thaís Mariano Nassif. **Linguagem técnica e (im) possibilidades para a produção democrática do espaço urbano: uma análise a partir de duas experiências participativas no município de Belo Horizonte**. 2016.

7

Linguagem adequada à entrega da má notícia

Caroline Ferreira dos Santos¹

Vanessa Tinoco do Amaral²

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral³

Se falares a um homem numa linguagem que ele compreenda, a tua mensagem entra na cabeça. Se falares na sua própria linguagem, a tua mensagem entra-lhe diretamente no coração (NELSON MANDELA).

-
1. Mestranda em Cognição e Linguagem. Enfermeira. Pós-graduada em Enfermagem Intensiva. Servidora pública no Município de Campos dos Goytacazes. Coordenadora do serviço de Enfermagem do CTI do Hospital Ferreira Machado.
 2. Mestre em Terapia Intensiva. Pós-graduada em Enfermagem do Trabalho. Enfermeira. Mestranda em Cognição e Linguagem. Integrante do grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação – Uenf/IFF. Professora do curso de Enfermagem e Medicina da Unig e UniFSJ.
 3. Pós-doutoranda em Direito Civil e Processual Civil. Doutora e Mestre em Cognição e Linguagem. Membro efetivo da Associação de Bioética Jurídica da UNLP-AR. Líder do grupo de pesquisa de Bioética e Dignidade Humana. Professora do curso de Direito e Medicina da Unig. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc).

Considerações iniciais

A comunicação é considerada uma das mais complexas atividades do ser humano, uma vez que possibilita a interação entre os indivíduos. O processo de comunicar é muito mais que uma simples troca de palavras; é dinâmico, interativo, aberto, permite a socialização, a transmissão de mensagens, ideias, sentimentos e emoções.

A comunicação de más notícias, na área da saúde, acontece quando uma doença ameaça a continuidade da vida de um indivíduo, e a equipe precisa comunicar isso ao paciente e à sua família. Trata-se de um processo multidisciplinar, no qual cada membro da equipe de profissionais da saúde tem o seu papel no contexto, considera suas atribuições e responsabilidades, tem como fundamental o reconhecimento de que comunicar a má notícia é um evento complexo e que não se restringe a um único momento e, portanto, não se limita a apenas um profissional.

Por possibilitar o intercâmbio entre as pessoas, a comunicação permite que uma pessoa verbalize o seu problema, tenha melhor adesão à terapêutica proposta, estabelecendo, assim, uma relação de confiança, de interesse e de colaboração. E, para tanto, os profissionais da saúde que em seu cotidiano se veem na obrigação de passarem informações ruins a respeito do estado de saúde de seus pacientes devem receber em sua formação conhecimento sobre regras básicas que regem toda a comunicação. Portanto, entender sobre a linguagem e a comunicação em saúde, especialmente no contexto da entrega dessas notícias, é reconhecer que a informação é um veículo que possibilita o contato entre os profissionais, os pacientes e seus familiares que necessitam de ajuda.

O presente capítulo propõe-se a estudar a linguagem e os processos de comunicação envolvidos na entrega da má notícia oferecida por profissionais da saúde a familiares e pacientes, compreendendo a maneira como a informação é oferecida como fator impactante e talvez determinante na adesão ao tratamento, na percepção pelo indivíduo e, sobretudo, na relação que é estabelecida a partir de então.

Adequação da linguagem

Diferentemente da planta e do animal, o homem é o ser capaz de uso da palavra, o que não significa dizer apenas que, ao lado das outras capacidades, o homem possui também a de falar, mas, sobretudo quer dizer que só a língua permite ao gênero humano ser este ser vivente que ele é como homem. Nem o homem da cultura visual substituiu o homem das palavras, pois esta nunca perdeu seu status de transformadora de ponte primordial entre uma e outra pessoa.

Numa visão vygotskyana, a linguagem não é apenas expressão do conhecimento adquirido pela criança. Existe uma relação fundamental entre pensamento e linguagem, um proporcionando recursos ao outro. A linguagem tem, portanto, um papel essencial na formação do pensamento e do caráter do indivíduo. Mas será que falar é essencialmente o mesmo que dizer? Uma importante discussão está no fato de que se pode falar sem que, entretanto, nada seja dito. Assim como um silêncio, pelo contrário, pode dizer muita coisa. O não dito é o ainda não mostrado, o que não chegou ainda a aparecer, porém o não dito pode estar nas entrelinhas do dito e dizer muito.

Escutar é muito mais que ouvir; é estar atento ao que se ouve e demanda uma disponibilidade que transcende o sensorial e se abre à alteridade numa busca complexa e integral do entendimento da escuta. Do mesmo modo, falar é mais que dizer. Falar envolve um evento comunicativo, remete à conversação, diálogo como, por exemplo, “ele fala inglês” (conversa, expressa-se) – bem distinto de “ele disse que se chama João”. Em “dizer”, há simplesmente uma informação.

Para cada situação há um modo adequado de uso da linguagem. É bem diferente falar com uma criança e falar com um adulto, falar com um amigo e com um desconhecido, falar em ambiente formal e em situações solenes. O ambiente comunicativo determina o quê e o como falar. Assim, para que a informação seja efetiva, ela demanda compreensão de sua amplitude por todos os envolvidos, todavia podem ocorrer empecilhos a dificultarem ou impedirem a sua compreensão na totalidade.

Barreiras de comunicação podem ser definidas como fatores, linguagem ou relações socioculturais que impactam na interpretação e transmissão adequada das ideias entre os interlocutores. Para Borba, Santos e Puggina (2017),

as barreiras podem ser classificadas como ambientais, físicas e psicológicas, e podem, em caso de saúde, estar presentes tanto no paciente, que é quem recebe a notícia, quanto no enfermeiro.

Daí a necessidade do estabelecimento da empatia no processo de comunicação, que é “uma habilidade de interação social constituída por componentes afetivos, cognitivos e comportamentais” (ALBUQUERQUE *et al.*, 2019, p. 3). Nesse sentido, o modo como se fala costuma ser mais importante do que aquilo que se diz. Qualquer profissional diante de seu cliente ou paciente muitas vezes precisa dizer/informar algo de conteúdo desagradável. Nesse caso, conta muito o cuidado com que passará essa informação cujo “compromisso e responsabilidade social não depende da classe social ou do grau de escolaridade do profissional implicado, mas sim da capacidade de manifestar atitudes de empatia, reconhecer as necessidades do outro, expressar sentimentos de solidariedade” (MOTA; MATOS, 2010, p. 247).

Importância da comunicação

Seja qual for o modo da comunicação, esta está sempre presente na cena terapêutica, veiculando conteúdos conscientes e inconscientes, cuja significação está ligada ao contexto em que ocorre. A comunicação, segundo Ramos e Bortagarai (2012), é o intercâmbio possível de significação por meio de símbolos, havendo ou devendo haver reciprocidade na interpretação da mensagem.

O termo comunicar é proveniente do latim *communicare*, e significa “colocar em comum”. É um processo que envolve a transmissão e a recepção de mensagens – elemento fundamental na relação humana. Seu objetivo é promover o bom entendimento entre as pessoas, possibilitar o intercâmbio de significados por meio de símbolos, embora o entendimento nem sempre seja alcançado como pretendeu seu emissor, devido à influência de fatores como nível de instrução, cognição, linguagem, cultura e idade.

Desde sempre o homem interpreta o mundo por meio da aprendizagem de códigos, símbolos, sinais, entre outras formas de comunicação como a linguagem verbal (mediada pela palavra, oral ou escrita) e não verbal (gestos, expressões fisionômicas, olhares, sorrisos...) que traduzem os conhecimentos e motivações que se tornam bases da comunicação interpessoal. Por ser um

veículo das manifestações observáveis das relações humanas, a comunicação é um processo intrincado de eventos psicológicos e sociais, envolvendo, em sua essência, a interação simbólica.

Para Krieger (2017), o ato comunicativo é uma necessidade vital do homem. O desenvolvimento das formas de registro e a troca das informações impulsionaram a sociedade para outro patamar evolutivo. A autora afirma que a comunicação é considerada, portanto, como o elemento que possibilitou a evolução histórica e antropológica do homem. Assim, comunicação não se restringe ao sucesso da emissão, mas também da compreensão de um conteúdo. A comunicação é constituinte da condição de ser humano, e o torna capaz de denotar/conotar, explicar/confundir, autorizar/desautorizar, consentir/proibir.

Toda comunicação verbal em situação de oralidade tem a sua mensagem afetada por gestos, semblantes, tom de voz, dentre outros elementos que podem complementar atenuando ou intensificando o grau positivo ou negativo do que significa. Essas dimensões (verbal e não verbal) da comunicação são tão interligadas e fundamentais para que a transmissão oral da informação ocorra de maneira eficaz, que muitas vezes se parecem naturais, simples. Mas não são.

A comunicação abrange um complexo e delicado processo de práticas, competências e aprendizagens. Entretanto, o que parece ser tão natural, na verdade, compreende um polido e complexo processo de vivências e aprendizagens que, na comunicação, assume proporções inesperadas na relação entre as pessoas por definir, em grande parte, a qualidade do cuidado socializado nas situações, principalmente as críticas de comunicação cujo conteúdo da mensagem pode afetar negativamente aquele que escuta.

A comunicação é, portanto, um processo essencial nas relações humanas, e na área da saúde é imprescindível para que se possa efetivar uma assistência de qualidade e mais humana. A prática da comunicação é a medida terapêutica para que más notícias que, eventualmente perpassam o cotidiano dos profissionais da saúde, possam ser entregues de maneira comprovadamente eficaz.

Processo de entrega das más notícias

A comunicação é um ingrediente de suma importância na prática médica e nos cuidados em saúde por promover uma interação entre o conhecimento

profissional, e a população com seus problemas de saúde. Segundo Krieger (2017), na relação em que se estabelece a comunicação efetiva, é possível reconhecer a fala do outro como válida, e assim produzir subjetividades no cuidado em saúde, uma potencialidade para as práticas dos profissionais. Na área da saúde, destaca-se uma ferramenta de grande importância na promoção do conforto e bem-estar que é o uso adequado da linguagem e da escuta terapêutica no cuidado aos pacientes.

Segundo Borba, Santos e Puggina (2017), a linguagem terapêutica é uma habilidade específica, planejada e utilizada para ajudar a identificar e estabelecer um plano de cuidado voltado a atender as demandas individuais e torna-se efetiva com o uso de técnicas de escuta ativa, reflexão, uso de perguntas abertas, esclarecimentos, silêncio e capacidade de resumir e revisar informações dadas anteriormente. Para os autores, a escuta terapêutica é empregada para interpretar situações e problemas revelados pelo paciente e por seus familiares, o que possibilita uma escuta reflexiva, sendo um processo ativo e voluntário de compreensão do outro.

Por isso, a maneira como será construída a comunicação entre quem oferece a notícia e o paciente/familiar poderá ser fundamental não só na adesão terapêutica, mas, sobretudo, exercerá grande impacto nas reações emocionais à notícia. A comunicação pode influenciar a forma como se vai lidar com o adoecimento. O receptor precisa considerar a perspectiva de vida e como vai reorganizar seus recursos internos para enfrentar o que ainda está por vir. Eis então a suscetibilidade de uma situação comunicativa.

A forma com que profissionais de saúde procuram se comunicar com familiares e pacientes envolve comprometimento e atenção. Nesse processo, Longuinho (2016) analisa em sua pesquisa que é possível observar em muitos momentos, grande fragilidade entre as partes envolvidas. Médicos desconectados com o propósito do momento, apresentando um discurso econômico, e deixando de atender às expectativas frente ao esclarecimento de dúvidas.

É possível perceber, também, a transferência para médicos e enfermeiros que os familiares de pacientes fazem, do gerenciamento da vida de seus entes queridos, depositando nestes profissionais plena confiança, responsabilidade e segurança. Diante deste contexto, justifica-se o medo, a desconfiança e a insegurança superando a capacidade de diálogo, instaurando-se uma comunicação fragilizada e propiciando o aparecimento de possíveis conflitos.

No tocante à área da saúde, relação enfermeiro/paciente, faz-se necessário primar por um cuidado humanizado em situações melindrosas, de grande fragilidade para quem terá de escutar e processar a má notícia. Segundo Ferreira e Artmann (2018, p. 1438), “A discussão sobre a humanização traz para o centro do debate a transformação das práticas e a qualidade do cuidado”. As autoras insistem que “Os espaços comunicativos que perpassam as práticas de saúde possibilitam o desenvolvimento de uma cultura de humanização a partir da ação comunicativa”. O paciente não deve ser considerado um ser passivo pelo profissional da saúde. Este precisa escutá-lo, interessar-se pelo que o outro tem a dizer, disponibilizar seu tempo para isso, pois faz parte do tratamento também o outro “ser ouvido e ter sua necessidade compreendida como forma de ser bem atendido” – apregoam Ferreira e Artmann (2018, p. 1447).

Assim, na busca de um propósito comum, a ação comunicativa autêntica entre os sujeitos envolvidos se dá pela interatividade. Nesse sentido se destaca o tratamento de profissionais da saúde providos de “bom-humor, carinho e educação”, que tornam a relação entre ambos horizontalizada, o que caracteriza parte de um bom atendimento. Um dos requisitos da boa relação de pessoa para pessoa é “a não coerção, que possibilita uma participação ativa de todos os atores em uma interação não hierarquizada, na busca de consensos” (FERREIRA; ARTMANN, 2018, p. 1447).

É imprescindível ao enfermeiro compreender e apreender as necessidades do paciente o suficiente para lhe dedicar uma assistência humanizada, adequada à situação de vulnerabilidade do outro, o que implica, dentre muitas outras medidas, o diálogo entre os dois atores, dispensando o protagonismo do profissional e indo além da saúde do corpo, além da doença e enxergar o ser humano que ali está.

A má notícia em situação de adoecimento se constitui como uma gama de informações que alteram desagradável e esmagadoramente a consciência que o doente tem acerca do seu futuro. Mas, a forma de se entregar as más notícias a paciente e familiares vem sofrendo mudanças significativas no decurso da história. Na antiguidade, o médico, dotado de uma autonomia proeminente, informava as más notícias com jovialidade e serenidade ao mesmo tempo em que o paciente era confortado e encorajado. Porém, quando o prognóstico era seriamente desfavorável, recomendava-se desviar a atenção do paciente para outras coisas. A não revelação da verdade era justificada pela expectativa de abandono do tratamento.

A comunicação como processo de entrega de notícias de doenças fatais ou quadros irreversíveis a pacientes constitui um evento crítico, cujas ressonâncias vão muito além de simplesmente se constatar a doença. Afinal, ao receber um diagnóstico de doença grave, irreversível e/ou fatal, o indivíduo pode desencadear mudanças que antecipam os desafios que ele terá pela frente.

Segundo Kriegel (2017), a entrega de más notícias pode ser um dos aspectos mais penosos dos cuidados em saúde, não apenas para os pacientes e seus familiares, mas também para os profissionais de saúde. Estes estão frequentemente sendo atravessados por situações difíceis em sua prática, vivenciando experiências de forma extremamente dramática, emocional, e de difícil manejo.

Considerando a entrega de más notícias como tudo que afasta o indivíduo de viver uma vida boa, confortável e tranquila, a comunicação realizada de maneira adequada busca diminuir conflitos e promover adesão ao tratamento, caso seja a proposta. Por isso, a revelação de uma má notícia deve ser realizada a partir de uma preparação prévia, em um ambiente de privacidade, no tempo adequado, estabelecendo uma relação terapêutica. Deve ser oferecida em linguagem compreensível, uma vez que informações dessa natureza têm grandes chances de produzir alterações nefastas e, muitas vezes, definitivas, nas expectativas que o indivíduo tem relativas a seu presente e/ou futuro.

Considerações finais

A comunicação de más notícias realizada de maneira adequada é condição determinante na qualidade do vínculo empático, fundamental no processo terapêutico. A linguagem clara, verdadeira e sensível utilizada pelos profissionais possibilita escolhas e decisões adequadas. O preparo prévio da equipe é uma condição essencial para que sejam compreendidas as interrogações, os silêncios e as reações do paciente e de seus familiares.

Os obstáculos para que a informação seja transmitida podem estar relacionados ao paciente, bem como à equipe. Sendo assim, é imprescindível identificá-los e contorná-los. De maneira simples e objetiva, é possível afirmar que a comunicação é eficiente quando a mensagem transmitida pelo emissor é recebida e assumida pelo receptor, isto é, quando o profissional da saúde consegue estabelecer uma saudável relação terapêutica com pacientes e familiares.

Considerando, por fim, os atravessamentos que a má notícia propõe partindo do profissional da saúde em direção ao paciente e seus familiares, e a frequência com que esse evento acontece dentro do contexto saúde/doença, a linguagem adequada à má notícia deve ser precedida de diálogo e responsabilidade. A equipe deve agir sempre pensando no verdadeiro interesse da pessoa e de sua família.

Dizer a verdade e respeitar o outro, portanto, são atitudes fundamentais para que o doente se sinta seguro e apoiado no seu processo de doença. Os aspectos comunicacionais na prática da entrega de más notícias precisam envolver uma comunicação aberta entre profissionais de saúde e pacientes e seus familiares, priorizando a expressão de sentimentos nas comunicações estabelecidas, além de características pessoais dos profissionais que contribuam para a construção de uma prática em saúde considerada mais humanizada.

Referências

- ALBUQUERQUE, Maria Cícera dos Santos de *et al.* Empatia dos profissionais de enfermagem de um serviço hospitalar de emergência. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 28, 2019.
- BORBA, A.; SANTOS, B. M.; PUGGINA, A. C. G. Barreiras de comunicação nas relações enfermeiro-paciente: revisão integrativa. **Revista Saúde-UNG-Ser**, v. 11, n. 1/2, p. 48-61, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/mswCE. Acesso em: 19 maio 2020.
- FERREIRA, Laura Ribeiro; ARTMANN, Elizabeth. Discursos sobre humanização: profissionais e usuários em uma instituição complexa de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1437-1450, 2018.
- KRIEGER, M. V. **Comunicação de más notícias em saúde**: contribuições à discussão bioética através de uma nova ética das virtudes. 2017. Tese de Doutorado. Disponível em: encurtador.com.br/hlnE1. Acesso em: 11 jun. 2020.
- LONGUINHO, R. B. Comunicando notícias difíceis na unidade de terapia intensiva. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 44, n. 1, p. 82-92, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/bgtvE. Acesso em: 11 jun. 2020.
- MOTA, Catarina Pinheiro; MATOS, Paula Mena. Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrole. **Análise psicológica**, v. 28, n. 2, p. 245-254, 2010.
- RAMOS, A. P.; BORTAGARAI, F. M. A comunicação não-verbal na área da saúde. **Revista Ce-fac**, v. 14, n. 1, p. 164-170, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/mlLR5. Acesso em: 15 maio 2020.

8

A glotopolítica e a construção dos espaços linguísticos internacionais

Andrik Barbosa Risso¹

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação (FERDINAND DE SAUSSURE).

Considerações iniciais

O presente capítulo norteia-se principalmente com base na glotopolítica, que é uma subárea da sociolinguística. Este conceito está aqui conectado ao uso social da língua. A partir dessa perspectiva, será possível avançar os espaços linguísticos de nível internacional e entender como eles contribuem para o desenvolvimento político e econômico dos Estados que fazem parte dessas redes a que eles se aliam com base na afinidade linguística. Todas as ações

1. Bacharel em Relações Internacionais (Ucam), pós-graduando em Direito Internacional (Verbo Jurídico) e mestre em Cognição e Linguagem (Uenf).

sobre a linguagem sejam elas em campos distintos têm efeitos glotopolíticos. Portanto, a relação entre o poder, o ensino, a economia, os meios de comunicação, etc. e a linguagem podem ser considerados como fenômenos glotopolíticos.

Aponta-se que a língua tem funções sociais bem definidas, atingindo diversos campos. Mas a função de interesse deste capítulo é a internacional. Pode-se considerar que existe uma hierarquia entre as línguas, de modo que uma sempre se encontra em uma posição de estaque em relação às outras. Esta, atualmente, seria o inglês. A posição da língua está interligada às influências política, econômica e cultural de países que a defendem.

É a partir do período colonial e imperialista que as línguas europeias se expandem pelo mundo, tornando, por exemplo, o inglês e o francês as duas línguas faladas nos cinco continentes. Esses países com afinidades linguísticas criam as redes das fonias: francofonia, lusofonia etc. A facilidade da comunicação e o desejo de desenvolver sua cultura e aumentar seu poder influenciam no cenário internacional, fazem com que esses países se unam. Por conseguinte, isso transcende para uma cooperação multilateral que vai além do campo linguístico. Exemplos disso é o aparecimento de organizações intergovernamentais como: a Organização Internacional da Francofonia (OIF); a Organização da Liga Árabe para a Educação, Cultura e Ciência; a Commonwealth; A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); o Secretariado Geral Ibero-Americano.

Para este capítulo, fez-se uso de levantamento bibliográfico das fontes de pesquisa; igualmente, uma análise documental de material e dados disponíveis e coletados na internet – neste caso, o método aplicado foi o qualitativo. Fez-se, pois, uma breve abordagem teórica da glotopolítica com o objetivo de fazer entender a função social da língua no campo internacional, e como se criam espaços definidos por afinidades linguísticas que transcendem para cooperações multilaterais.

A glotopolítica

A glotopolítica é reconhecida como toda e qualquer ação sobre a linguagem, nos mais diversos âmbitos, sem tornar obsoletos os conceitos de planejamento ou política linguística. Mas se deve ter em mente que toda ação sobre

a linguagem tem efeito glotopolítico. E ainda, a glotopolítica se inquieta “em agir, não mais apenas sobre o status da língua, mas também sobre as práticas de linguagem e sobre as relações, no indivíduo social, entre pensamento e linguagem” (GUESPIN; MARCELLESI, 1986, p. 9).

O termo glotopolítica passou a tomar novos ares, e também é reconhecido como uma abordagem política sobre a linguagem. É definido como uma disciplina que investiga as intervenções sobre a linguagem no espaço público e, assim, estabelecendo relações com posições sociais mais amplas (LAGARES, 2018). No que diz respeito a essas intervenções, trata-se, segundo Arnoux e Nothstein (2013), da regulamentação em um organismo multicultural em relação às línguas oficiais, abrangendo também a criação de um museu da língua, a criação de ferramentas linguísticas (tais como gramáticas, rotóricas, ortografias, dicionários...) e até mesmo dispositivos direcionados aos meios de comunicação, passando também pelo meio midiático e jornalístico, artigos e ensaios, pesquisas e programas de ensino de línguas.

Para Del Valle (2007), pode-se tirar uma concepção necessariamente contextual da linguagem, centrando nas dimensões políticas do fenômeno. Para o autor, é importante fazer com que a linguagem se situe em um espaço de ação coletiva, assim como o da política que claramente traz consequências para o seu estudo. Assim como o poder, a autonomia e a legitimidade começaram a ser partes de base para analisar o funcionamento, e mesmo a linguagem, considerada ação política; pode-se exigir que esta seja considerada como um fenômeno ideológico-discursivo e, assim sendo, torna-se uma entidade dinâmica que mantém uma relação dialógica com o texto.

Deste modo, para Del Valle (2007), é importante estudar as formas como o poder e a autoridade linguísticos se constituem. Além disso, importa questionar a língua como entidade discreta e entendê-la como construtor social e discursivo, objeto de polêmicas cujo controle faz parte de diversas lutas de poder (LAGARES, 2018).

As funções sociais da língua

Segundo Stewart (1968) e Cooper (1997), as línguas apresentam 10 funções sociais (Quadro 1). Importante ressaltar que a este capítulo interessa a função internacional da língua, que se refere principalmente no seu uso nas

relações diplomáticas, ou seja, que ultrapassam fronteiras de Estados nacionais (conectados a cidadãos e países).

Quadro 1 – Funções sociais das línguas

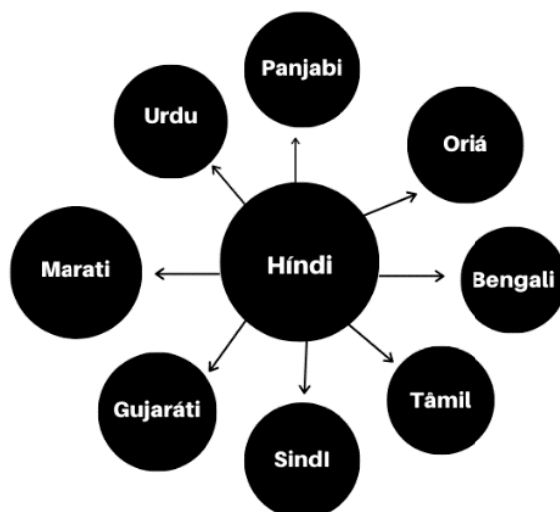
Funções sociais da língua
Oficial
Provincial
Comunicação comunitária
Internacional
Capital
Grupal
Educacional
Disciplina escolar
Literária
Religiosa

Fonte: Stewart (1968); Cooper (1997).

De fato, o inglês ocupa o lugar de destaque entre as línguas faladas no mundo. Calvet (2012, p. 78-84) propõe um modelo gravitacional que mostra que a língua inglesa seria para o mundo a “língua hipercentral”. O autor compara a relação das línguas do mundo como uma galáxia, e a partir daí ele apresentaria o inglês no centro, enquanto em torno dela vão se desenvolvendo outras “constelações linguísticas”; nesse caso, o lugar dos bilíngues seria o de relacionar umas línguas às outras. Essa metáfora representa o poder de atração que uma língua pode ter sobre as outras quando considerada central.

Calvet (2012 p. 89) exemplifica com uma questão que ocorre na Índia e a relação das línguas faladas no país (CF. o gráfico).

Gráfico – Figura adaptada de Calvet (2004 p. 89).



Fonte: Calvet (2004 p. 89), adaptado.

No estado de Uttar Pradesh, na Índia, o híndi estaria no centro de uma constelação, enquanto as outras oito línguas gravitam ao seu redor. Isso significa que 100% dos falantes dessas línguas gravitacionais falam o híndi. Agora, passando para um sistema linguístico mundial, pode-se considerar que o inglês seria a língua “hipercentral”, pois ele tende ao bilinguismo de outras línguas. Isso significa que, entre os falantes de outras línguas, existe uma porcentagem significativa que também fala o inglês; e, ao contrário, os falantes do inglês como primeira língua não têm uma porcentagem relevante de falantes de outras línguas.

Metodologicamente, para medir os pesos das línguas, Calvet (2012, p. 60-61) criou um barômetro analisando os seguintes critérios: número de falantes, número de países nos quais a língua tem *status* oficial, número de artigos no Wikipédia, números de prêmios Nobel de literatura, entropia (definida em relação ao modo como os falantes se repartem na área ou áreas em que a língua é falada), taxa de fecundidade, índice de desenvolvimento humano, número de traduções e número de versões.

Quadro 2 – Rank das línguas segundo o Barômetro de Calvet

RANG	LANGUE	SCORE
1	anglais ▶	9.062
2	espagnol ▶	7.806
3	français ▶	7.733
4	allemand ▶	6.987
5	russe ▶	6.335
6	japonais ▶	6.187
7	néerlandais ▶	6.138
8	italien ▶	6.131
9	portugais ▶	5.97
10	mandarin ▶	5.964
11	suédois ▶	5.543
12	turc ▶	5.321
13	norvégien ▶	5.232
14	polonais ▶	5.2
15	danois ▶	5.104
16	finnois ▶	5.103
17	hongrois ▶	5.103
18	galego ▶	5.05

Fonte: Calvet (2012). Baromètre. Disponível em: encurtador.com.br/xAGKS.

Este modelo construído por Calvet é baseado em uma proposta do autor De Swaan (1993), que estruturou as línguas em quatro níveis de acordo com a relação linguística que os falantes estabelecem entre si. Assim:

Nível 1: língua hipercentral – Exemplo: inglês. Os falantes têm forte tendência ao monolinguismo.

Nível 2: línguas supercentrais – Exemplo: árabe, russo, suaíli, francês, hindí, espanhol, português e chinês. Os falantes têm uma tendência ao monolinguismo ou ao bilinguismo horizontal (com outra língua no nível 2) e vertical (com o inglês).

Nível 3: línguas centrais – Exemplo: wolof, quíchua, tcheco, armênio. Os falantes apresentariam uma tendência ao bilinguismo de uma língua do nível 2.

Nível 4: línguas periféricas – São por volta de 6 mil. Os falantes têm tendência ao plurilinguismo vertical e horizontal. É constatado que a maioria dos políglotas do mundo tem uma língua periférica como primeira língua.

Existe frequentemente uma briga política envolvendo os falantes das línguas centrais e periféricas pela preservação dos seus espaços de sobrevivência. Calvet (2007) cria um modelo em que cada pessoa deveria ter acesso a pelo menos três tipos de língua: o inglês, que lhe possibilitará se comunicar com o

mundo; a língua do Estado, que lhe permitirá participar da vida política e cultural; uma língua gregária, que pode ser de uma comunidade local ou alguma língua diferente.

Espaços linguísticos internacionais

Para Lagares (2018), a possibilidade de um futuro plurilíngue nas sociedades contemporâneas depende da boa medida de compartilhamento de funções sociais diversas das línguas. Segundo o autor, a política de expansão para as línguas deve se dar a partir dos seguintes aspectos:

- a) da consolidação da hegemonia territorial e do espaço de influência e, com isso, manter o processo de substituição linguística do que se denomina “fonias”: francofonia, lusofonia, anglofonia, arabofonia, etc.;
- b) da ampliação de seu ensino como “línguas adicionais” que é considerado um mercado forte e de peso econômico que cria possibilidades ou facilidades graças aos falantes meio bilíngues que consomem as mais diversas áreas: turismo, produtos culturais (cinema, música, literatura...), produtos gastronômicos, roupas, etc.;
- c) da sua maior participação nas relações políticas e econômicas internacionais, no que pode gerar uma presença mais forte nas instituições supraestatais e também garantir essa presença;
- d) do crescimento do uso da língua no meio acadêmico, científico e tecnológico.

Em relação à construção dos espaços linguísticos internacionais (as “fonias”) – que se dá principalmente por países metropolitanos e por Estados dos territórios colonizados –, esta ocorre de maneira diferente em cada língua. Esses países têm como princípio buscar um discurso identitário a partir da “língua comum”, com ações geopolíticas como a criação de blocos e organizações internacionais de países que compartilham de algum tipo de mercado econômico global (LAGARES, 2018).

Essa gestão do espaço linguístico internacional se relaciona com o desenvolvimento político na produção de instrumentos normativos e também de

estratégias para criar lealdade linguística que podem ir além das fronteiras nacionais. (LAGARES, 2018). Ampliar o ensino da língua como adicional em outros Estados é uma estratégia econômica baseada no poder identificador do idioma. Para Lagares (2018), esses falantes constituem um grupo de “novos consumidores de bens culturais, como livros, músicas, filmes, e mesmo de produtos gastronômicos associados a esse país”.

Os princípios neoliberais encontraram na língua uma nova forma de movimentar a economia, e ainda seria um produto sem custo de produção e que não desvaloriza com troca ou uso; pelo contrário, quanto mais será usado, mais valor agregará. José Luis García Delgado (2010) explica que se trata de um ativo imaterial, com externalidades, e que não tem como ser apropriado em exclusividade por agentes econômicos que também podem ter acesso ao seu uso; é algo que dispensa custos de produção e que não se esgota ao longo do consumo. Tudo isso, segundo o autor, faz da língua uma espécie de bem público, se levado em consideração a perspectiva econômica. Ao passo que cresce o número de usuários, cresce também o seu valor e a sua capacidade de servir de meio de comunicação internacional. Portanto, ser parte de uma comunidade linguística é como estar em um clube: o valor é maior à medida que o número de usuários aumenta.

E em relação ao campo econômico, Gilvan Müller de Oliveira (2013, p. 419) explica com ainda mais propriedade que “é possível indicar um coeficiente linguístico em cada ramo da produção e posteriormente quantificar a importância da língua para cada ramo”. Pesquisas mostram que claramente o valor econômico da língua se encontra no setor de serviços, sendo menor na indústria e ainda menor na agricultura. Setores como o educacional são completamente dependentes da língua; considera-se que, entre os outros setores, esse é o que mais lucra com a língua. O autor ainda explica que “o valor econômico da língua será o cômputo do seu valor em cada uma das economias nacionais onde funciona, acrescido das relações econômicas internacionais que ainda possibilita” (Ibidem).

No que se refere às políticas linguísticas nas organizações internacionais, elas podem se organizar de três formas, segundo Varennes (2012):

- 1) Línguas para deliberações das próprias organizações supranacionais;
- 2) Línguas de trabalho nas estruturas internas das organizações. No entanto, atividades deliberadas formalmente permitem o uso de uma

quantidade maior de línguas, mantendo uma representatividade simbólica dos países membros, o número de línguas usadas no cotidiano é menor;

- 3) Línguas a serem usadas nas comunicações e intercâmbios com outras organizações e com o público.

De todo modo, identifica-se que a maioria das organizações internacionais usa o inglês como principal língua de trabalho. De acordo com a *Union of International Associations Yearbook*, existem no mundo por volta de 12.500 organizações internacionais e, nestas, 85% fazem o uso oficial do inglês. O francês aparece em segundo lugar, com 49% das organizações (CRYSTAL, 2005, p. 24).

Desta forma, podem-se apontar quatro aspectos para a legitimação do status de uma língua no mundo:

- a) forte estrutura interna da língua com políticas de oficialização, limitando a expansão de idiomas minorizados em seus territórios;
- b) ampliação do seu ensino como língua adicional em outros países;
- c) uso nas relações econômicas e de políticas internacionais;
- d) uso científico e acadêmico (LAGARES, 2018).

Identifica-se que, como objetos sociais, as línguas estão associadas às atividades do Estado e do mercado. As línguas nacionais podem ser identificadas também como produto do capitalismo editorial e da constituição de mercados extensos, que vão além das realidades locais do processo de expansão desses mercados. Isso se dá ainda por meio do colonialismo e do imperialismo, e também com a consolidação de um mercado global supranacional, tendo igualmente consequências glotopolíticas (LAGARES, 2018).

Considerações finais

Considera-se, portanto, que o status de uma língua no cenário internacional depende muito de fatores políticos, econômicos e culturais dos Estados

que a defendem. Quando o uso dela ultrapassa as fronteiras de uma única nação e passa a ser um ponto de conexão que facilidade o diálogo e a troca entre diferentes nações, são criadas as redes que foram mencionadas aqui como espaços linguísticos internacionais.

Foi possível concluir que, a partir do fato de se ter uma língua em comum, os Estados se unem para compartilharem interesses em comum, tais como o desenvolvimento sustentável, o investimento na área da educação e a defesa da democracia. Com isso, cria-se um espaço de cooperação multilateral importante para a defesa do plurilinguismo nas organizações intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia, por exemplo.

Em face da globalização, traços da cultura, identidade e comunicação se cruzam para lutarem principalmente contra o monolinguismo e para cooperarem visando o desenvolvimento do status da língua e a defesa de suas culturas.

Referências

- ARNOUX, Elvira Narvaja de; NOTHSTEIN, Susana. Introducción. Glotopolítica, integración regional sudamericana y pan-hispanismo. *In*: ARNOUX, Elvira Narvaja de; NOTHSTEIN, Susana. (Orgs.). **Temas de glotopolítica, integración regional sudamericana y pan-hispanismo**. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- CALVET, Louis-Jean. **Baromètre**. Disponível em: encurtador.com.br/xAGKS. Acesso em: 24 nov. 2019.
- CALVET, Louis-Jean. **Por unha ecoloxía das línguas no mundo**. Trad.: A. I. Diéguez. Santiago da Compostela: Laiovento, 2004.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. Trad.: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.
- CALVET, Louis-Jean. Nouvelles perspectives sur les politiques linguistiques: le poids des langues. **Gragoatá 32, Política e planificação linguística**, p. 55-74, 2012.
- COOPER, Robert L. **La planificación lingüística y el cambio social**. Madrid: Cambridge University Press, 1997.
- CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem**. Trad.: R. Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- DE SWAAN, Abram. The Emergent World Language System: An Introduction. **International Political Science Review**, v. 14, n. 3, p. 219-226, 1993.
- DEL VALLE, José. La lengua: patria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico, *In*: DEL VALLE, José (Org.) **La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español**. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2007.

- GARCÍA DELGADO, José Luis. Valor económico del español: una investigación en curso. *In*: GÓMEZ DE ENTERRÍA, J.; RODRÍGUEZ DEL BOSQUE, I. (Orgs.) **El español lengua de comunicación en las organizaciones empresariales**. Pamplona: Aranzadi, p. 21-31, 2010.
- GUESPIN, Louis; MARCELLESI, Jean-Baptiste (1986). **Pour la Glottopolitique**. *Langages*. n. 83, 1986.
- LAGARES, Xoán C. **Qual política linguística?:** desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em linguística aplicada**, v. 52, n. 2, p. 409-433, 2013.
- STEWART, William. A Sociolinguistic Typology for Describing National Multilingualism. *In*: FISHMAN, J. A. (Org.). **Readings in the Sociology of Language**. Haia: Mouton, 1968.
- VARENNES, Fernand de. Language Policy at the Supranational Level. *In*: SPOLSKY, B. (Org.). **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 149-173, 2012.

9

***Retirantes*, de Cândido Portinari, como linguagem pictórica de releitura de direitos fundamentais: em pauta o direito humano à alimentação**

Tauã Lima Verdan Rangel¹

Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome. Mesmo nosso continente, chamado o da abundância [...] sofre intensamente o flagelo da fome (CASTRO, 1984, p. 55).

1. Pós-Doutorando em Sociologia Política. Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Fases e Interfaces do Direito, Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito” (vinculado à Faculdade Metropolitana São Carlos) em Bom Jesus do Itabapoana-RJ. Professor Universitário. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8802878793841195>.

Considerações iniciais

É fato que a fome se apresenta como um dos fenômenos mais vorazes vivenciados pela humanidade. Mesmo com traços muitos peculiares, manifesta-se nos mais diversos continentes e atinge, como um flagelo, a população mais vulnerável. Ainda que, ano após ano, seja verificado um aumento quantitativo na produção de alimento, é verdade que a sua distribuição não se dá de modo equânime nem é direcionada para a parcela da população mais necessitada. Dessa maneira, carestias – a fome em seu nível mais devastador – marcaram a história da humanidade, afetando milhões de indivíduos, quer seja pelos países devastados pela guerra, quer seja por regiões afligidas, naturalmente, pela seca e pela desertificação, a exemplo do chifre da África (Eritrêia, Somália, Etiópia e Djibuti) e do Nordeste brasileiro.

No Brasil, a discussão envolvendo a questão da fome se fortaleceu na pesquisa-denúncia empreendida por Josué de Castro, ainda na década de 1940, ao reconhecer a temática como um mal produzido pelos homens contra outros homens. Há muito tempo, a fome, a desnutrição e o desabastecimento são identificados como problemas de ordem política, e não apenas econômica e nutricional. Assim, muitas escolhas sociopolíticas são traduzidas em consequências públicas, fomentando o aumento das desigualdades sociais e, por vezes, da pobreza e da desnutrição. Neste contexto, Josué de Castro é o primeiro a apresentar o atual conceito da fome como um fenômeno que ultrapassa o âmbito médico e biológico e compreende, também, fatores de cunho histórico-social e político.

Aproxima-se da obviedade o reconhecimento da alimentação como condição imprescindível para o desenvolvimento humano e, por via de consequência, a concreção de uma gama de direitos fundamentais interdependentes, a exemplo do direito à liberdade, à isonomia e à saúde, além do próprio conceito de mínimo existencial. Apesar disso, ainda se apresenta, inclusive para o Brasil, um grande desafio a concreção do direito humano à alimentação. A questão reclama uma perspectiva mais complexa e interdisciplinar, na qual o Direito e a Arte se entrecruzam, a fim de produzirem uma reflexão mais dinâmica e crítica, compreendendo nuances e particularidades a serem consideradas no processo de consolidação do direito.

Diante disso, o objetivo do presente capítulo assenta-se em analisar, a partir de um viés interdisciplinar, as interconexões entre o Direito e a Arte, com

especial enfoque para o diálogo estabelecido entre *Retirantes*, de Cândido Portinari, e o direito humano à alimentação. Como método de pesquisa, optou-se pelo historiográfico e dedutivo. O método historiográfico foi empregado na análise da questão da fome e da constituição do direito humano à alimentação; já o método dedutivo foi aplicado na temática central do presente. A partir do ponto de vista da abordagem, a pesquisa se apresenta como qualitativa. Como técnicas de pesquisa, estabeleceu-se o uso da revisão de literatura, sob o formato sistemático, e análise do discurso escrito.

Direito e interdisciplinaridade

Pensar, a partir do viés da interdisciplinaridade, implica, no contexto proposto, em reconhecer a existência, a partir de um diálogo, em convergência e em contraposição, segmentos distintos das áreas do saber em prol de se fixar um exame mais complexo e multifacetado acerca da temática estabelecida como objeto. Neste aspecto, Madeira Filho e Calligari (2012, p. 198) assinalam, ainda, que “a transformação das técnicas mostra que modelos epistemológicos baseados na fragmentação e compartimentação dos saberes em disciplinas isoladas têm alcançado baixas performances”.

Em tal concepção, estabelece-se uma visão em que o conhecimento disciplinar, centrado em si mesmo, por vezes, não goza da possibilidade de oferecer respostas que sejam satisfatórias para a crescente demanda por inclusão social. Em contraposição, de acordo com Rangel (2018, p. 40), os movimentos que buscam a ruptura de paradigmas, já historicamente afixados, culminam na emergência de contemporâneas posturas científicas transdisciplinares desconcentradas, compartilhadas e solidárias, com a capacidade de promover um diálogo nos mais diversos segmentos do conhecimento. Assim, a “interdisciplinaridade é muito mais um ponto de partida que de chegada. Ela não é dada antecipadamente, por meio de regras, fórmulas ou modelos, ela se constrói a múltiplas mãos” (RANGEL, 2018, p. 41).

Assim, ao se reconhecer a interdisciplinaridade como recorte epistemológico, afixa-se a necessidade de se promover uma análise multifocal e compartilhada sobre a temática estabelecida, o que implica pontos de interpenetração de conteúdos e empregados campos distintos das áreas de conhecimento para se estabelecer uma abordagem capaz de promover a reformulação das

fronteiras tradicionais do conhecimento paradigmático (RANGEL, 2018, p. 41). Assim, em decorrência da complexidade cada vez mais presente nos problemas sociais apresentados em uma coletividade que se encontra em plena mutação, subsiste uma reclamação calcada no emprego da interdisciplinaridade nos campos do saber.

O termo interdisciplinaridade, enquanto primado norteador da produção científica, carece de um emprego para descrever todos os tipos de cruzamento entre as disciplinas. Desta feita, tal posicionamento implica que disciplinas são artefatos de cunho acadêmico-administrativo para examinar problemas complexos, a exemplo da questão envolvendo a implantação do direito humano à alimentação, que reclama uma perspectiva que se volte para as comunidades científicas sem que isso implique no estabelecimento de restrições ou delimitações compartimentadas de conteúdos e disciplinas curriculares (RANGEL, 2018, p. 41-42).

Ao voltar a temática para o Direito, denota-se que o debate “evidencia um cruzamento de saberes disciplinares no campo científico e um esforço organizado de coordenação, cooperação e comunicação menos assimétrica” (TEIXEIRA, 2004, p. 6, apud RANGEL, 2018, p. 42). É, portanto, um exercício transversal de racionalidade e que perpassa não somente as fronteiras disciplinares, mas, ainda, as atividades setoriais na produção e na transmissão do conhecimento científico (RANGEL, 2018, p. 42).

Portanto, a abordagem interdisciplinar se apresenta não apenas como um projeto, mas como um fato que se encontra presente em todos os níveis de realidade dos fóruns acadêmicos, administrativos e políticos da Ciência, da Tecnologia e da Educação. “A pesquisa interdisciplinar pauta-se no esforço requerido para o direcionamento de perspectivas para um mesmo objeto por meio de múltiplas concepções teóricas e metodológicas” (RANGEL, 2018, p. 42).

Madeira Filho e Calligari (2012, p. 199) afirmam que o processo de troca recíproca que a interdisciplinaridade fomenta estabelece um espaço de experiências que enriquecem a pesquisa e os resultados encontrados. A capacidade de estabelecer uma discussão entre os múltiplos segmentos do conhecimento, por consequência, confere diversificados vieses na abordagem do objeto, o que implica a desconstrução de uma visão estagnada e centrada em um conhecimento dogmático e engessado. Permite-se, segundo Rangel (2018, p. 42), compreender fenômenos multicausais, inerentes à complexidade da contemporaneidade.

Nesta linha, a interdisciplinaridade se impõe como um novo filtro de análise a respeito do objeto central do presente. As interconexões entre o direito humano à alimentação e sua representatividade na obra de Cândido Torquato Portinari, sensível aos elementos sociais e contextos emergentes em um cenário de heterogeneidade e de agravada desigualdade social. Estabelecer, portanto, a série “Retirantes”, enquanto um instrumento de vocalização e representatividade, ressoa na temática jurídica estabelecida e no impacto acerca do reconhecimento do direito humano à alimentação para segmentos sociais vulneráveis.

Fome e o Direito Humano à Alimentação

Definir a concepção que orbita em torno da palavra “fome” se apresenta como uma tarefa árdua, complexa e de múltiplas feições, sobretudo em razão dos aspectos peculiares e pontuais que envolvem a manifestação de tal fenômeno nos quatro cantos do Globo. Sobre a questão, Josué de Castro (2003, p. 79-80) já afirmou que a ação da fome não se apresenta como uma sensação contínua, mas sim de modo intermitente, com acessos e melhorias periódicas. No começo, a fome substancializa uma excitação nervosa anormal, uma extrema irritabilidade e, fundamentalmente, uma exaltação dos sentidos que se manifesta em um caminho de sensibilidade ao serviço quase exclusivo das atividades que culminam na obtenção do alimento. Maluf (apud RANGEL, 2019, p. 64), ainda, alude que o tema se apresenta com elevada complexidade quando se considera que a discussão envolve uma interface dinâmica entre o alimento e o corpo humano. Dessa maneira, o alimento possui uma dimensão personalíssima, eis que é “transformado” em gente e atende necessidades imprescindíveis ao desenvolvimento dos indivíduos. Ora, nesta linha, pensar em alimentação é, forçosamente, pensar em atributos mínimos e indissociáveis do exercício da cidadania.

Sobre a questão, Rangel (2019, p. 65) já apontou que, no Brasil, a dualidade envolvendo o confronto entre fome *versus* alimentação se apresenta mais agravado. Tal premissa decorre do reconhecimento que o território nacional, ao mesmo tempo, apresenta a condição de um dos maiores produtores de gêneros alimentícios, em escala global, e convive com uma condição social em que milhões de pessoas não possuem o acesso à alimentação assegurado, enquanto necessidade básica.

Ora, ao se aprofundar o debate, a partir de um prisma garantista e jurídico, denota-se que o acesso supramencionado se apresenta como dotado de fundamentalidade e, por via de consequência, passa a constituir o rol dos direitos humanos. Neste sentido, Valente (2003, p. 54) já assinalou que o direito humano à alimentação “é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional”, cuja orientação acena em prol da erradicação da pobreza e da realização dos direitos humanos para todos os indivíduos.

Em tom de complementação, o Comentário Geral nº 12 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC), em seu §6º, ao dispor a respeito do conteúdo normativo do direito humano à alimentação, aponta que implica assegurar que todos, independentemente de qualquer aspecto diferenciador, tenham acesso físico e econômico, de maneira ininterrupta, à alimentação adequada ou, mesmo, aos mecanismos necessários para concretizar a obtenção.

Além disso, “o direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos” (CDESC, 1999, p. 01). Portanto, “o direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva”. Contudo, os Estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não (CDESC, 1999, p. 01). Jean Ziegler (2001, p. 03), por sua vez, sustenta que o direito à alimentação consiste no direito de ter um acesso regular, permanente e livre, seja diretamente, seja por meio de aquisições monetárias, a uma alimentação quantitativa e qualitativamente adequada e suficiente. Rangel (2019, p. 64) afirma que o direito em análise implica a correspondência às tradições culturais do povo de que o consumidor é oriundo, tal como assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna.

De acordo, ainda, com Rangel (2019, p. 65), a percepção acerca da definição apresentada tem como fundamento o reconhecimento da dimensão do sofrimento humano que se encontra, por vezes, invisibilizada em muitas descrições oficiais envolvendo o direito humano à alimentação, qual seja: a angústia intolerável, lacerante, que acomete todo faminto desde o momento que desperta. “A angústia é talvez a mais terrível manifestação do sofrimento psicológico e as múltiplas dores e enfermidades que padecem um corpo desnutrido” (RANGEL, 2019, p. 65).

Em mesma proposição, Ziegler (2013, p. 32) aduz que “dolorosa é a morte pela fome. A agonia é longa e provoca sofrimentos insuportáveis. Ela destrói lentamente o corpo, mas também o psiquismo”. A partir de uma perspectiva mais nacional, Josué de Castro já descreveu que “entre os sentidos, os que sofrem o máximo de excitação são o da visão e do olfato, os que podem melhor orientar o faminto na procura de alimentos” (CASTRO, 2003, p. 80). Assim, “o homem se apresenta, mais do que nunca, como um verdadeiro animal de rapina, obstinado na procura de uma presa qualquer para acalmar sua fome” (CASTRO, 2003, p. 80).

Logo, a única obsessão do indivíduo está concentrada na aspiração de se alimentar e saciar a fome. No mais, o Comentário Geral nº 12, em seu §8º, dispõe expressamente a respeito dos elementos constitutivos do conteúdo essencial do direito à alimentação (CDESC, 1999, p. 2). Desta feita, o mencionado direito deve apresentar disponibilidade de alimento, em quantidade e qualidade suficientes para atender e satisfazer as necessidades dietéticas. De igual modo, a alimentação deve estar livre de substâncias adversas e correspondente aos padrões de uma determinada cultura, como também se deve assegurar a acessibilidade ao alimento de forma sustentável, de modo que não interfira na fruição de outros direitos humanos (CDESC, 1999, p. 2).

Rangel (2019, p. 67), ainda, ao analisar o §9º do Comentário Geral nº 12, menciona que a locução “necessidades dietéticas” deve ser interpretada como compreendendo “um conjunto de nutrientes imprescindíveis para o crescimento físico e mental, bem como desenvolvimento e manutenção”. Afora isso, mencionadas necessidades correspondem em assegurar as atividades físicas, em conformidade com as necessidades fisiológicas humanas em todas as etapas do ciclo de vida e em observância com o gênero e a ocupação.

Ferraz (2013, p. 32) infere: “subentende-se que a dieta como um todo deve conter nutrientes capazes de contribuir para o crescimento físico e mental, para o desenvolvimento e para a realização de atividade física”. Além disso, de acordo com o Comentário Geral nº 12, “é possível que medidas precisem ser tomadas para manter, adaptar ou fortalecer a diversidade dietética e os padrões de consumo e administração dos alimentos” (CDESC, 1999, p. 3). Assim, o reconhecimento das necessidades dietéticas materializa a concepção de “alimentação suficiente” como aquela que contém uma combinação de produtos nutritivos para o atendimento de todas as necessidades fisiológicas (crescimento físico e mental, desenvolvimento, manutenção, atividade física)

em todas as etapas do ciclo vital. Para tanto, devem-se observar as particularidades do sexo e da ocupação desempenhada pelo indivíduo.

Dessa forma, reconhecer o direito humano à alimentação perpassa, necessariamente, por assegurar condições imprescindíveis ao desenvolvimento humano e que ultrapassa a concepção superficial de ter “apenas” uma porção diária para liquidar a fome. Ao contrário, o direito em análise reclama uma perspectiva muito mais aprofundada e que se espalha por pontos determinantes que convergem para a formação do indivíduo e que devem ser observados sob pena de violação dos padrões culturais e de valores compartilhados por determinados grupos.

O direito humano à alimentação, antes de tudo, é uma das máximas que asseguram que a dignidade da pessoa humana seja concretizada no campo mais fundamental, atendendo carências e necessidades que são indissociáveis das condições almejadas para que o desenvolvimento se opere em toda a sua potencialidade. No cenário brasileiro, o direito humano à alimentação é a consagração de sua previsão no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e na imposição ao Estado, por meio dos entes federativos, de atuar em prol do combate à fome e das condições de miséria que, não raras vezes, subtraem dos mais desvalidos patamares mínimos para gozar da dignidade inerente à condição de humanidade.

O Direito na Arte e a Arte no Direito: um diálogo entre *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, e *Retirantes*, de Cândido Portinari

Pensar as interconexões entre o Direito e a Arte é colocar em xeque o aspecto essencialmente dogmático, positivista e isolado daquele no que concerne à construção dos ordenamentos jurídicos. Não raramente, a ciência do Direito, ainda que inserida no campo das Ciências Sociais Aplicadas, tende a apresentar uma perspectiva essencialmente rígida acerca dos fatos sociais e seus desdobramentos no impacto da produção normativa. Ademais, é oportuno assinalar que a perspectiva dialética envolvendo o Direito tende a se inclinar em um isolacionismo discursivo e em referência à interação entre as normas e os fatos sociais existentes.

Contudo, o entrelaçamento entre Direito e Arte guarda maior afinidade do que a primeira reflexão pode sugerir. Neste aspecto, Araujo (2017, p.

192), ainda, aponta que, “ao considerar o fenômeno jurídico como resultado da busca pela proporção, harmonia e em última instância pelo belo – seja na utilização do evento artístico como instrumento para esclarecer e compreender o direito”, é permeado por uma concepção vinculada à ordem, à proporção e à estrutura. Há, em certa instância, uma relação muito mais proximal e impulsionada por uma perspectiva interdisciplinar e que, como dito anteriormente, demanda uma visão dialógica entre as diversas dimensões do conhecimento no enfrentamento de temáticas complexas.

Como exemplo do exposto, pode-se, a partir da dicotomia envolvendo fome e direito humano à alimentação, estabelecer um campo de análise cujo filtro se volta a partir das peculiaridades verificadas no território nacional. Assim, Rangel (2016, p. 716) destaca que “O fortalecimento da discussão acerca da fome teve suas bases nas denúncias apresentadas por Josué de Castro, o ‘sociólogo da fome’”, eis que estabelece a questão envolvendo a temática como uma consequência fabricada por homens contra outros homens. Além disso, a fome “é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta” (CASTRO, 1984, p. 48).

Ao promover um recorte epistêmico interdisciplinar, denota-se que a questão da fome culmina em escolhas de desenvolvimento que subordinam a sociedade brasileira e tem como fundamento as escolhas políticas enquanto resultado de macrodecisões sociais e econômicas que abarcam o destino alimentar de milhões brasileiros (RANGEL, 2016, p. 717). Neste quadrante, ao se pensar nas projeções envolvendo o flagelo da fome, a obra denominada de *Retirantes*, de Cândido Torquato Portinari (Figura 01), reflete as mazelas advindas das decisões estabelecidas e que afetam os mais diversos segmentos, privando, não raramente, os indivíduos da dignidade como valor intrínseco e indissociável do desenvolvimento humano. Sendo assim, ao examinar a imagem, os traços das figuras retratam, além da sensibilidade do artista, um discurso pictórico do ponto de vista sociológico e jurídico, no que concerne à violação do direito humano à alimentação, em razão das decisões adotadas e as consequências para a população em maior vulnerabilidade. A cena retrata dois casais adultos e um conjunto de cinco crianças imersos em um contexto terroso e desertificado da típica caatinga dos períodos de grande estiagem.

Figura – Retirantes. Autor: Cândido Torquato Portinari (1944)



Fonte: PORTINARI, Cândido Torquato. Retirantes. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/pvwl7. Acesso em: 28 de maio 2020.

Antes de adentrar na descrição das figuras, o contexto do cenário, por si só, revela uma paisagem atingida pela seca, com um chão duro, com ossos e pedras espalhados. Ao fundo, há apenas um contorno quase indistinguível de uma montanha e as aves de rapina, colocadas em abundância, rodeiam o conjunto de figuras, como se estivessem aguardando que sucumbam de fome e de sede. No canto inferior esquerdo, há um pequeno grupo de aves que desce em direção ao solo, famintas e próximas, a atacar os restos de algum animal.

Cinco crianças são retratadas na composição de Portinari. Duas estão ao colo e as outras três em pé. Das crianças de colo, pode-se perceber que uma é grande e raquítica. Além disso, as pinceladas fortes e escuras conferem a impressão de que a criança, em razão da privação dos alimentos, é constituída apenas de ossos. No primeiro plano, ainda, uma criança em pé é retratada com a barriga saliente e com o pescoço muito fino. O tamanho do abdômen é desproporcional ao resto do corpo, o que aponta que a criança tenha barriga d'água ou outra doença comum em lugares marcados pela seca extrema, em que a única fonte de água vem de açudes e não recebe qualquer espécie de tratamento.

Enquanto os olhares das crianças são distantes e desolados, refletindo a privação dos meios mais básicos de desenvolvimento, a exemplo da alimentação e da água, os adultos apresentam expressões mais fortes e que, por vezes, beiram o desespero. O homem que carrega uma trouxa nas costas e conduz uma criança pelas mãos parece olhar fixo para o pintor, o que confere ao contexto um apelo, um pedido de ajuda para a situação em que o grupo se encontra.

Vê-se que a composição de Portinari, ao usar do expressionismo brasileiro como escola artística, coloca à mostra as consequências de um desenvolvimento econômico predatório, cujas vítimas mais acentuadas são, justamente, a população desassistida do Poder Público, o que compromete, sobremaneira, o próprio acesso aos direitos mais elementares do ser humano (NASCIMENTO, 2012, p. 51-52). A obra traz uma denúncia social comum, até os dias atuais, no contexto brasileiro: a privação do acesso aos direitos mais básicos e fundamentais, incluindo-se o direito humano à alimentação e, por consequência, o comprometimento da dignidade sequestrada.

Considerações finais

Historicamente, pensar o Direito é se voltar para uma perspectiva isolacionista de um campo do conhecimento, cujos elementos caracterizadores se centram para um dogmatismo próprio e signos linguísticos inerentes à técnica e interpretação do ordenamento jurídico de um Estado. Ainda assim, contemporaneamente, é necessário reconhecer que as demandas produzidas pela sociedade apresentam aspectos complexos e que passam a reclamar

uma perspectiva em que o diálogo dos distintos campos do conhecimento seja uma realidade e uma necessidade para se compreender nuances e particularidades.

Neste sentido, ao estabelecer uma dinâmica em que Direito e Arte interagem, denota-se que aspectos interdisciplinares são fomentados, o que viabiliza uma visão mais sensível aos aspectos captados, por vezes, apenas por artistas e que demandam uma reflexão profunda a respeito dos fenômenos sociais e as consequências para a população. Em *Geografia da Fome* (1984), Josué de Castro se ocupa em descrever a fome como um fenômeno nacional manifestado nas cinco regiões, cada qual com aspectos inerentes próprios. Portinari, por sua vez, em *Retirantes* (1944), confere, a partir de um viés artístico, o efeito da fome em sua forma mais devastadora e implacável, formando verdadeiros cordões de retirantes nordestinos.

Assim sendo, ao se pensar no direito humano à alimentação, a temática, por si só, se reveste de uma complexidade que demanda a presença de uma multiplicidade de ângulos de análise, sobretudo ao se considerarem os destinatários e os seus elementos formadores, os quais oscilam em razão de aspectos culturais e práticas cotidianas. Desta feita, ficar centrado apenas em um viés normativo pode, diante do quadro, estabelecer uma visão mais restrita acerca da problemática e cuja resposta não seja capaz de se desdobrar nas consequências esperadas na efetivação do direito humano à alimentação.

Referências

- ARAUJO, Mariana Brito. Direito e Arte: garantia de civilidade como premissa à plenitude do projeto individual. *In: Saber Humano: Revista Científica da Faculdade de Antonio Meneghetti*, ed. esp., p. 180-201, fev. 2017. Disponível em: <http://saberhumano.emnuvens.com.br>. Acesso em 26 mai. 2020.
- CASTRO, Josué. Fome: um tema proibido. *In: CASTRO, Ana Maria de (Org.). Fome: um tema proibido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CDESC. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. **Comentário Geral número 12: o direito humano à alimentação (art. 11)**. 26 abr./14 maio 1999, Genebra. Disponível em: <http://www.sesc.com.br>. Acesso em: 26 mai. 2020.
- FERRAZ, Mariana de Araújo. **Direito à Alimentação e Sustentabilidade**. 189f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: www.teses.usp.br. Acesso em 26 mai. 2020.

- MADEIRA FILHO, Wilson; CALLIGARI, José Antonio. Formação do espírito científico interdisciplinar: a produção solidária do conhecimento científico. *In: Revista Confluências*, Niterói, v. 12, n. 1, p. 198-212, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br>. Acesso em 26 mai. 2020.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira. **O papel do CONSEA na construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 215f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- PORTINARI, Cândido Torquato. Retirantes. *In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/pvwL7. Acesso em: 28 de maio 2020.
- RANGEL, Tauã Lima Verdán. O direito humano à alimentação adequada no diálogo entre Euclides da Cunha e Josué de Castro. *In: IV Congresso Internacional de Direito e Literatura, Anais...*, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, p. 699-725, 2016. Disponível em: <http://www.rdl.org.br>. Acesso em: 28 maio 2020.
- RANGEL, Tauã Lima Verdán. **Segurança Alimentar & Nutricional na Região Sudeste**. Rio de Janeiro: Bonecker, 2019.
- RANGEL, Tauã Lima Verdán. **Segurança Alimentar & Nutricional na Região Sudeste: Encontros, Desencontros e Vulnerabilidades**. 539 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Fome, Desnutrição e Cidadania: inclusão social e direitos humanos. *In: Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003, p. 51-60. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 26 maio 2020.
- ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. Trad.: José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2013.
- ZIEGLER, Jean. **E/CN.4/2001/53, de 7 de febrero de 2001: El Derecho a la Alimentación**. Informe preparado por el Sr. Jean Ziegler, Relator Especial sobre el derecho a la alimentación, de conformidad con la resolución 2000/10 de la Comisión de Derechos Humanos. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org>. Acesso em: 26 maio 2020.

10

Fácies de dor em Frida Kahlo: uma análise semiotécnica das obras

Luívia Oliveira da Silva¹

João Romário Gomes da Silva²

Poliana da Silva Carvalho³

Minha pintura carrega em si a mensagem da dor. Creio que ela interessa pelo menos a algumas pessoas. Pinto-me porque estou muitas vezes sozinha e porque sou o assunto que conheço melhor (FRIDA KAHLO apud ORSINI *et al.*, 2008, p. 11).

-
1. Graduanda do curso de Medicina, Centro Universitário Unifaminas- Muriaé.
 2. Pós-graduação em Medicina do Trabalho, em Perícia Médica, em Cuidados Paliativos e Terapia de Dor em andamento (PUC Minas). Graduação em Medicina. Residência médica em Ortopedia e Traumatologia em andamento.
 3. Mestra em Cognição e Linguagem. Especialista em Estudos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Licenciada em Letras (Português e Espanhol). Professora de Línguas Portuguesa e Espanhola no Instituto Federal do Espírito Santo, campus Ibatiba.

Considerações iniciais

O imaginário da dor em Frida Kahlo suscita uma reflexão instigante acerca de suas obras e, conseqüentemente, de sua vida, já que as primeiras são reflexo da segunda. Nessa perspectiva, o presente capítulo tem a finalidade de retratar sucintamente os traços de dor presentes nas obras da mexicana Magdalena Carmen Frida Kahlo, mais conhecida como Frida Kahlo, por meio da análise ectoscópica de elementos artísticos fundamentais que os constituem: suas fâcias.

Foi reconhecida em sua terra natal e no exterior pelo vigor de sua arte, notabilizando-se como um expoente no universo da pintura. A pintora, cuja fragilidade a dominara devido à seqüência de sofrimentos físicos que marcaram sua existência, preenchia seus dolorosos dias, além das telas, com a escrita de um diário (“O Diário Íntimo de Frida Kahlo”), cuja linguagem é caracterizada pela possibilidade de inscrição de si mesma, atributo peculiar desse gênero textual.

Desse modo, este capítulo propõe-se, ainda, refletir acerca da relevância das obras de Frida Kahlo, à luz da ectoscopia – esfera elementar do exame clínico, partindo-se da hipótese de que as fâcias e outros elementos representados nas obras de Frida auxiliam na constatação e mensuração da experiência dolorosa vivenciada. Outrossim, versar-se-á acerca das confluências entre suas experiências dolorosas e a respectiva representação artística de suas fâcias nas obras selecionadas. Sendo assim, essa obra propõe-se a questionar: de que forma a arte de Frida contribui para a constatação e mensuração da experiência dolorosa?

Para a execução deste estudo, selecionaram-se três obras da autora, considerando o contexto no qual ela estava inserida para produzi-las. A análise sucedeu-se sob a ótica médica, à luz da semiótica, especialmente orientando-se pela ectoscopia. Assim, os elementos representados foram observados a partir da técnica de inspeção crânio-caudal, sobretudo das fâcias que nos permitem refletir a singularidade e as condições nas quais se deu a produção das obras de Frida Kahlo.

O universo de Frida Kahlo: breves perspectivas para se pensar a dor

Frida Kahlo é um dos maiores ícones das artes plásticas do México e do mundo, que buscou rememorar sua época, seus amores, desafios e tradições. Filha de um fotógrafo Guillermo Kahlo e de Matilde Calderón, nasceu em

1907, em Coyocán, na Cidade do México. De acordo com Assunção (2013, p. 35), “a fotografia influenciou a obra de Frida. Inclusive o gênero do autorretrato foi bastante praticado pelo senhor Kahlo. Anos mais tarde, à influência do pai somou-se a retratística popular mexicana [...]”.

Guilherme Kahlo sempre se demonstrou preocupado com a filha e buscou oferecer o melhor tratamento possível, sobretudo, durante os nove meses que esteve em recuperação, durante o ano em que ela foi acometida, aos seis anos de idade, pela poliomielite anterior aguda, a primeira de uma série de enfermidades, acidentes, lesões e operações que sofrera no decorrer de sua vida. A poliomielite deixara uma lesão em seu membro inferior direito e, por essa razão, foi apelidada por Frida pata de palo, isto é, Frida perna de pau, motivo pelo qual começou a usar calças, depois, longas e exóticas saias, que se converteram em uma de suas marcas registradas (ORSINI *et al.*, 2008, p. 6).

O acidente sofrido por Frida em 1925, conforme Assunção (2013, p. 36), “trouxe sérias consequências para a vida da artista que teve que passar por inúmeras cirurgias até vir a falecer em 1954 por complicações trazidas por este episódio e pelas cirurgias reparadoras”. Ademais, como consequência do ano de 1925, Frida tornou-se estéril, tendo sofrido vários abortos, pois a fragilidade do seu corpo não suportava a gestação.

A artista, que começou a pintura durante esse período conturbado, com o corpo todo engessado, dedicou-se a ressignificar imagens que se relacionavam à vida amorosa e aos episódios de sofrimento, pois ninguém melhor que ela mesma para ilustrar algo com a qual lidava diariamente. A dor, a mutilação, a sutura, o sofrimento e todo o seu corpo faziam parte do ideário artístico da pintora e das incansáveis tentativas de recomposição da autoimagem, da reestruturação interna e da emancipação própria que não a restringiam de usar a arte para se sentir aliviada e esperançosa.

Não só o corpo possuía papel central em seus atos de criação, como também é daí que emerge o próprio ato de criação. Para Frida, escrever com o corpo significava inscrevê-lo em suas pinturas – na maioria autorretratos – e registros no diário. Através da visceralidade, a artista expõe seus sofrimentos físicos, gritos de dor, suas mutações e limites impostos pelo quarto de um hospital (BLOSS; MARSILLAC, 2018, p. 33).

Assim, a identidade, que parece ser construída a partir dos autorretratos, não é apenas a de Frida pintora/autora, mas é a identidade recriada de uma

mulher inserida em sua cultura – além do sofrimento e da dor, há os elementos estéticos (a cor, a profundidade, a perspectiva, a subjetividade da temática) que permitem expressar essa identidade [...] (ASSUNÇÃO, 2013, p. 32).

Fácies e dor à luz da linguagem médica

A dor é uma experiência sensorial, individual e multidimensional que relaciona componentes sensitivos e afetivos (MIRANDA; SEDA JUNIOR; PELLOSO, 2016). Os autores asseveram que a dor é uma experimentação genuinamente subjetiva, associada ou não à lesão real ou potencial nos tecidos. Acrescentam também que a experimentação da sensação dolorosa não necessariamente exige basear-se em qualquer experiência prévia, em outras palavras, o reconhecimento da vigência da dor ocorre altivamente.

Na realização da anamnese de um paciente com queixa de dor, como disserta Porto (2016), deve-se inquirir acerca de seu decálogo, isto é, as dez características que auxiliam na elucidação diagnóstica. São elas: localização, irradiação, intensidade, caráter, isto é, o tipo da dor. Deve-se ainda questionar a duração e evolução, bem como os desencadeantes ou agravantes e os fatores atenuantes. Por fim, a relação com funções orgânicas e as manifestações concomitantes também devem ser inquiridas a fim de diagnosticar, avaliar, tratar e acompanhar clinicamente o paciente em vigência algica.

A avaliação da dor é um processo complexo, que visa a identificação da existência da experiência dolorosa, além de se aproximar da mensuração do impacto sobre o indivíduo. Aos profissionais médicos, cabe a instituição da terapêutica adequada, a partir de um diagnóstico correto. Embora haja diversidade de instrumentos para a estimativa da intensidade da dor, esse processo permanece máxime intáctil, devido à intrinsidade e caráter individual de sua ocorrência.

Ferreira (2016) explica que a avaliação adequada da queixa algica permite melhorar o processo de diagnose, monitorização e tratamento. A autora sustenta ainda que a mensuração eficaz da intensidade da dor possibilita examinar sua etiologia, sua natureza e os seus correlatos clínicos em função das características cognitivas, emocionais, motivacionais e de personalidade do indivíduo.

Destarte, são meios para a medida da intensidade da dor: escala analógica visual (EAV), escala descritiva global, escala numérica global, além de escalas

multidimensionais, como o questionário de McGill e de Minesota. São instrumentos que necessitam da colaboração do paciente, uma vez que se sustentam pelo relato ou pelas respostas às questões feitas do entrevistador.

Silva e Thuler (2008) em um trabalho propuseram-se a realizar a tradução da escala original do inglês para o português além da adaptação transcultural das ferramentas que se baseiam em faces e outros elementos não verbais como postura, posição e movimentação das pernas, tais como o método *Face, Legs, Activity, Cry, Consolability* (FLACC) e da Escala de Faces Revisada (FPS-R). As escalas de expressão facial são utilizadas para a população pediátrica, mas são especialmente úteis na avaliação de pacientes em outras situações, que incluem deficiência intelectual, impossibilidade de comunicação verbal ou dificuldade funcional de associação de ideias, uma vez que há déficit no autorrelato, o que pode suscitar subdiagnose e consequente subtratamento.

Ainda acerca da avaliação de dor mesmo na ausência de comunicação verbal das sensações, a ectoscopia, ou seja, a fase de inspeção do exame clínico, atua no sentido de fornecer informações ao examinador acerca do estado geral do paciente, o que pode auxiliar na diagnose ou mesmo concluí-la, quando o sinal observado for patognomônico. Assim, Araújo e Pereira (2012) argumentam que a expressão facial, as verbalizações e vocalizações, os movimentos corporais, as alterações no padrão de interações interpessoais, de atividades executadas rotineiramente ou ainda alteração no estado mental constituem o método exímio para reconhecer, avaliar a tratar a dor nas populações.

Após a coleta da história clínica, deve-se proceder à realização do exame físico que é composto por quatro esferas elementares: inspeção, palpação, percussão e ausculta, além das manobras especiais quando necessárias. Porto (2016), acerca da inspeção, assevera que se trata do componente fixo do exame clínico, a ser realizado em todos os segmentos corporais. Denomina-se ectoscopia a realização da inspeção crânio-caudal, estática e dinâmica; durante sua realização, procura-se identificar a presença de sinais sugestivos de variações fisiológicas ou alterações patológicas, tais como: fâcies, assimetrias, cicatrizes, abaulamentos, retrações, deformidades, traços flogísticos, alterações na coloração, no padrão de pilificação, além da observação da postura, posição dos membros e deambulação.

A ectoscopia conta com a análise das fâcies, cuja definição se relaciona ao complexo de dados exibidos na face de um indivíduo. Representa a soma dos

atributos anatômicos com a expressão fisionômica, trata-se da reciprocidade dos elementos estáticos e dinâmicos, tais como a expressão do olhar: fixos em um ponto distante, enérgicos ou voltados para baixo. Além da posição da boca e das comissuras labiais: voltados crânio ou caudalmente. Outros elementos a serem observados é a acentuação do sulco nasolabial ou manifestações fisionômicas sugestivas de depressão como a Dobra de Veraguth e/ou modificações de tônus muscular facial corrugador e zigomático (SADOCK *et al.*, 2017).

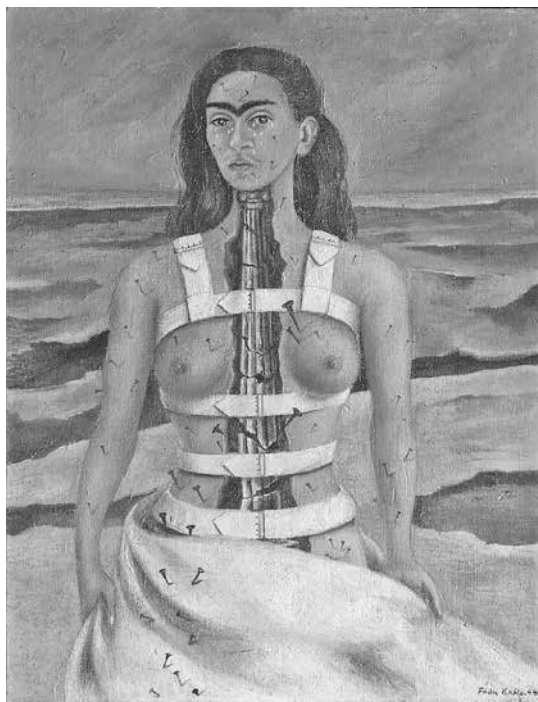
O conjunto pode designar tristeza, ansiedade, medo, indiferença, apreensão, etc. A avaliação das fácies compõe o esquema de avaliação da semiologia geral, ou ainda, compõe o esquema de exploração das funções psíquicas (PORTO, 2016).

Análise das obras de Frida a partir da ectoscopia

Frida Kahlo, aos 18 anos, sofreu um grave acidente. Ela estava em um ônibus ao regressar da escola para casa e, no momento em que houve um choque com um bonde, foi atingida por uma barra de ferro, ocorrendo uma tríplice fratura na região pélvica além de rupturas na integridade óssea das vértebras lombares. Após a cirurgia, ficou 7 meses com o corpo engessado e, assim, apenas com os pés e as mãos livres, nasceu a pintora. Frida passou por muitas cirurgias, e também por abortos. Daí as obras “A coluna partida”, “Veado ferido” e “Hospital Henry Ford” são o retrato desse e de outros trágicos episódios na vida da artista mexicana e constituem elementos para as análises a seguir.

A coluna partida – O quadro “A Coluna Partida ou La columna rota” foi pintado logo após Frida passar por uma cirurgia na coluna vertebral, em 1944. O procedimento médico a deixou acamada e parcialmente imobilizada por uma órtese de coluna vertebral, cuja função, segundo Siqueira-Batista *et al.* (2014), era o controle da constante queixa álgica. Na obra, ela se retrata em meio a um cenário árido, com solo rachado, sugestivos de uma paisagem desértica, como mostra a figura abaixo.

Figura 1 - *A coluna partida* ou *La columna rota*



Fonte: Google Arts & Culture. Disponível em: <https://bityli.com/6Gh8P>. Acesso em: 28 mai. 2020.

Na obra ela se retrata desnuda na posição ortostática, o contexto de seqüência alinha-se com a representação dos cabelos: opacos e volumosos. Foram representados diversos pregos cravos perfurando sua fronte, glabella, região malar, mento, membros superiores, tronco, abdome e vestimenta. Em conjunto, essas perfurações representam a constância da queixa álgica que ela enfrentava. Em sua face notam-se o olhar fixo, triste, melancólico e repleto de lágrimas; seus lábios foram representados cerrados com comissuras labiais orientadas para baixo. O conjunto desses elementos constitui fâcie de dor, cujo valor semiológico é inestimável, uma vez que indica ao examinador a vigência álgica mesmo na impossibilidade de comunicação verbal.

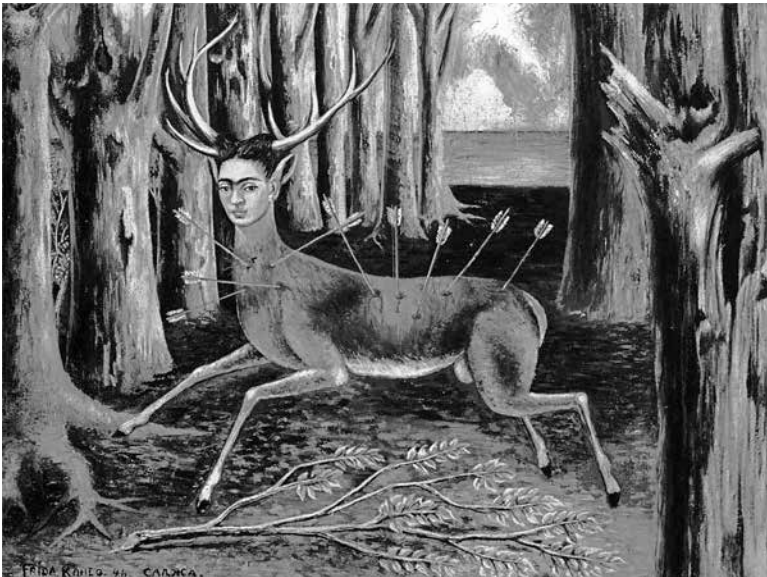
Ela representou-se nua, com o tronco envolto pelo colete ortopédico composto por faixas metálicas recobertas por tecido, que forneciam estabilidade

mecânica, com vistas à redução da mobilidade no foco da fratura, com consequente diminuição da queixa dolorosa, representada pelos maiores pregos, junto à coluna, derivada dos danos causados pelo acidente, em 1925. São representados também cravos introduzidos na região paraesternal esquerda, especificamente sobre seu seio, que sugerem dor emocional.

A parede anterior de seu tronco foi representada por Frida com uma abertura da região cervical à região pélvica, que, conforme sugerem Lomas e Howell (1989), alude à realização da cirurgia na coluna vertebral. Essa estrutura, aliás, representada por uma coluna jônica fraturada, sobre o capitel da coluna, sua cabeça repousa. Com diversas fissuras oblíquas, o conjunto parece revelar a iminência de um colapso, que compatibiliza com seu quadro de instabilidade clínica devido a suas queixas constantes de dor.

Veado ferido – Na obra “Veado ferido ou El venadito ou El venado herido”, também conhecida como “O veadinho” ou “Eu sou um pobre veadinho”, de 1946, Frida se autorretrata como um ser híbrido: animal e humano simultaneamente, como se vê na figura 2.

Figura 2 - *Veado ferido* ou *El venadito*



Fonte: Alma de tinta (Blogspot). Disponível em: <https://bityli.com/JCm4d>. Acesso em: 28 mai. 2020.

Após mais um procedimento cirúrgico ter sido realizado sem êxito, Frida representa-se como um veado surpreendido na floresta por caçadores não retratados. A descarga elétrica atmosférica representada ao fundo, aliado ao galho quebrado em primeiro plano, conferem dramaticidade à cena.

Nessa tela, a artista se apresenta com apêndices ósseos na cabeça, que se alia à caracterização do híbrido presente no centro da imagem. Com o olhar fixo e enérgico, sua brama expressividade relaciona-se à hipertricose dos supercílios, pela qual é reconhecida. Esse elemento somado à orientação caudal das comissuras labiais compõem uma fâcie de confrontação, embora seu corpo ferozmente ferido pudesse tender à resignação.

O animal é transpassado por nove flechas, das setas inseridas no pescoço jorram sangue em abundância. Assim, embora haja lesão tissular, a presença e a percepção da dor relacionam-se ao domínio individual, em outras palavras, ainda que a perfuração da pele pelas flechas cause a sensação dolorosa imediata, há de se destacar que a modulação da dor nociceptiva em um evento agudo e transitório envolve componentes neurosensoriais, bem como experiências progressas e o estado mental vigente. Nesse sentido, o estresse, o medo, a ansiedade interferem no mecanismo de ativação do sistema opioide envolvido na modulação da analgesia (PIA, 1987). Assim, a fâcie de dor por ora não representada pode ser reflexo da atenuação da expressão nociceptiva por fatores intrínsecos ao contexto do qual partiu a obra.

Hospital Henry Ford ou La cama volando – A aspiração à maternidade infelizmente não foi concedida à Frida. Enfrentou vários abortos que obrigam-na a ter que dar conta de mais esse episódio de sofrimento. A tela “Hospital Henry Ford ou La cama volando” (figura 3) de 1932, alusiva ao hospital onde a artista se representou com fâcies de sofrimento, chorosa, em decúbito dorsal em uma cama, desnuda, com quadril e joelhos fletidos, com as mãos sobre o abdome globoso, descrevendo uma posição antálgica adotada na presença de afecções intestinais (TAVARES, 2012). Aliada à postura adotada, o sangramento na altura da região pélvica sugestiva de hemorragia sugerem fortemente a hipótese de vigência de dor intensa do tipo cólica associada ao processo de abortamento.

Figura 3 - Hospital Henry Ford ou La cama volando



Fonte: Google Arts & Culture. Disponível em: <https://bityli.com/jss2Y>. Acesso em: 28 maio 2020

Perfazendo uma elipse envolta de si, foram representados seis elementos: modelo anatômico da região pélvica feminina, feto do sexo masculino, caracol, pelve, orquídea e autoclave. Todos esses elementos estão ligados por um fitilho vermelho, sugestivo de um cordão umbilical. Para Siqueira-Batista *et al.* (2014), o modelo anatômico sugere que os médicos observam os órgãos do corpo como objetos a serem manipulados e que o caracol representa a lentidão com que o abortamento ocorreu.

A orquídea, presente recebido de Diego Rivera, pode fazer alusão à genitália externa feminina. Ainda conforme os autores, “o feto masculino, perfeitamente formado, representa a nova vida pela qual Kahlo havia ardentemente esperado. A autoclave representa sua apreensão com a probabilidade de o acidente tê-la tornado estéril” (SIQUEIRA-BATISTA *et al.*, 2014, p. 143). A bacia fora representada, isto é, o arcabouço ósseo que aloja os órgãos femininos e comporta o feto durante a gestação, devido às lesões causadas pelo acidente em 1925, que a impediram de alcançar a tão sonhada maternidade.

A partir da perda dos fetos e da dor do luto, um episódio depressivo pode ser deflagrado, cujas características são alterações nas funções psíquicas. Tais como labilidade emocional, exemplificadas pelas fâcias chorosas frequentemente retratadas, além de variações no humor, o qual pode se tornar vazio ou depressivo, cujas características incluem a infelicidade e angústia generalizadas. O conteúdo do pensamento associado ao luto geralmente apresenta preocupação com pensamentos e lembranças do ente perdido. Em conjunto, a partir da deflagração de um episódio depressivo, percebe-se prostração profunda, desespero e/ou morosidade (SADOCK *et al.*, 2017).

Considerações finais

Frida padecia de um sofrimento insorrível, todavia, na arte obteve seu maior conforto, transformando sua trajetória dolorosa em um fecundo processo de criação. A expressão de seu sofrimento por meio da arte representou diferentes momentos da vida da artista: a poliomielite que a acometeu, o acidente que a sequelou e os sucessivos abortos que a assolaram.

Ante os eventos que cercaram a existência de Frida, nasceu seu talento como artista: a pintura do sofrimento refletiu os sentidos de sua existência. Se por um lado as obras traduzem sua angústia diante das tragédias, por outro lado expressam que as adversidades em seu caminho não a impediram de ser uma mulher dinâmica e ativa socioculturalmente.

A arte de Frida contribui para a constatação da experiência dolorosa por ela vivenciada à medida em que a riqueza dos elementos, tais como a exuberância de suas fâcias, associam-se com demais estruturas representadas, como sua postura sofrível perante o telespectador, os procedimentos médicos vã e incansavelmente executados, o sangramento vívido, a solidão exclamante e o contexto inóspito que estava inserido em cada tela.

A totalidade da obra, isto é, o complexo tela-contexto subsidia a análise do examinador. Este, por sua vez, pode lançar mão da avaliação crânio-caudal, que compõe a semiologia geral e atua no sentido de validar impressões diagnósticas. Desse modo, a constatação da experiência dolorosa ocorreu por meio da observação de suas fâcias, isto é, o somatório da expressão fisionômica com os atributos anatômicos: olhares fixos, enérgicos e austeros e orientação das

comissuras labiais. Embora a inspeção dinâmica – aquela em que o médico avalia enquanto o paciente executa movimentos – acompanha a ectoscopia, as notações concernentes não ocorreram pelo contexto da análise, visto que se trata de uma obra estática.

Ainda de acordo com a conjuntura pela qual se deu essa análise, a mensuração da experiência de dor não pôde ocorrer, embora tenhamos diversos instrumentos que avaliam o nível algóico do paciente, a estimativa do grau de dor tange ao universo do indivíduo, portanto, a avaliação é pertencente a ele e não ao examinador. Frida, quando questionada sobre a razão de pintar a si mesma frequentemente, respondeu que era porque estava sempre sozinha e conhecia melhor a si mesma do que a qualquer outra pessoa. Nesse sentido, saltam aos olhos do telespectador que a dor e a solidão vociferam em suas telas.

Referências

- ARAÚJO, Raquel Soares de. PEREIRA, Lilian Varanda. Versão brasileira do instrumento de avaliação da dor em paciente não comunicativo (NOPPAIN): equivalência conceitual, de itens e semântica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 10, p. 1985-1992, out. 2012. Disponível em: encurtador.com.br/emtM6. Acesso em: 20 abr. 2020.
- ASSUNÇÃO, Fernanda Rodrigues de. **O universo de Frida Kahlo à sombra da experiência revolucionária mexicana**: pintura, corpo e identidades, das décadas de 1920 a 1950. 185f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia/GO, 2013.
- BLOSS, Gerusa Morgana; MARSILLAC, Ana Lúcia Mandelli de. O diário de Frida Kahlo em questão: corpo e trauma. **Cadernos de Psicanálise**. (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 40, n. 39, p. 29-49, jul./dez. 2018.
- FERREIRA, Maria Auxiliadora de Jesus. **A arte de Frida Kahlo como palimpsesto corporal**. 303f. Tese de Doutorado em Literatura e Cultura. S Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/invDH. Acesso em: 20 abr. 2020.
- LOMAS, David; HOWELL, Rosemary. Medical imagery in the art of Frida Kahlo. **The British Medical Journal**. v. 299, p.1584-1587, dez.1989.
- MIRANDA, Carla Ceres Villas; SEDA JUNIOR, Lauro de Franco; PELLOSO, Lia Rachel Chaves do Amaral. Nova classificação fisiológica das dores: o atual conceito de dor neuropática. **Revista dor**, São Paulo, v. 17, supl. 1, p. 2-4, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/irPQZ. Acesso em: 04 Jun. 2020.
- ORSINI, Marco *et al.* Frida Kahlo: a arte como desafio à deficiência e à dor com enfoque na poliomielite anterior aguda. **Revista Brasileira de Neurologia**, v. 44, n. 3, p. 5-12, jul./ago./set., 2008.
- PIA, Hans Werner. Introduction. **Acta Neurochirurgica Supplementum**, v. 38, p. 99-100, 1987.

PORTO, Celmo Celeno. **Semiologia Médica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2016.

SADOCK, Benjamin *et al.* **Compêndio de Psiquiatria**. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

SILVA, Flavia Claro da; THULER, Luiz Claudio Santos. Tradução e adaptação transcultural de duas escalas para avaliação da dor em crianças e adolescentes. **Jornal de Pediatria (Rio J)**, Porto Alegre, v. 84, n. 4, p. 344-349, ago. 2008.

SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo *et al.* Arte e dor em Frida Kahlo. **Revista Dor**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 139-144, June 2014. Disponível em: encurtador.com.br/xIMO6. Acesso em: 28 mai. 2020.

TAVARES, Paulo Barroso. Urgência em cirurgia pediátrica. **Revista de Pediatria Soperj**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 35-42, dez. 2012.

11

Linguagem corporal, saúde mental e distúrbios do sono: o corpo que fala

Luciano Reis Neves¹

Elenize de Oliveira Silva Neves²

Juliana da Conceição Sampaio Lóss³

Nenhum ser humano é capaz de esconder um segredo. Se a boca se cala, falam as pontas dos dedos (SIGMUND FREUD).

Considerações iniciais

Hodiernamente é notório verificar um incremento das associações entre patologias de origens psíquicas associadas ao corpo de distintas formas, bem

-
1. Médico. Especialista em Psiquiatria, em Medicina do Sono e em Educação e Saúde. Diretor Médico do Instituto do Sono de Itaperuna/RJ. Professor Universitário. Mestrando em Cognição e Linguagem.
 2. Fisioterapeuta. Especialista em Traumatologia e em Terapia Manual e Postural. Técnico em Polissonografia pela Associação Brasileira do Sono.
 3. Doutora em Psicologia. Licenciada em Sociologia. Psicóloga e Pedagoga. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental, em Terapia Familiar, em Psicopedagogia, em Psicologia da Saúde e Hospitalar e em Neurociências.

como ao comportamento, especialmente quando se analisam esses fenômenos sob a ótica da psicanálise, entretanto, esse corpo de que ora se trata é o corpo somático, ou biológico.

Seguindo a proposta desta obra, que é linguagens em um contexto multidisciplinar, tem-se o objetivo de elucidar a intersecção entre a linguagem corporal, saúde mental e os distúrbios do sono, de modo que seja possível verificar se há correlação entre essas variáveis, pois a mente adoecida, em sofrimento psíquico, pode ter alterações do sono e desenvolver psicopatologias ou patologias que o corpo irá revelar.

A saúde mental tem sido campo de amplas construções e desconstruções ao longo dos tempos, perpassando por seu contorno histórico e social, abrangendo o movimento e a luta antimanicomial que vieram quebrar paradigmas e humanizar as práticas e atendimentos ao paciente com sofrimento psíquico, possibilitando um novo olhar para esses indivíduos. Nesse passo, vê-se um aclave que se revela com o aumento exponencial dos casos de depressão, ansiedade, transtornos do sono, transtorno do estresse pós-traumático, fibromialgias, enxaquecas de etiologia desconhecida, doenças autoimunes, dentre outras que se constituem um desafio para a medicina.

Nessas situações, tratar as patologias requer do profissional a sabedoria em considerar a importância da subjetividade de cada paciente, no sentido de não se centrar somente na doença que incide sobre o corpo, mas olhar profundamente a *psique* deste que apresenta a doença. E para que se possa alcançar esse objetivo, a medicina psicossomática traz importantes contribuições que buscam compreender o adoecimento em sua totalidade.

Sendo assim, este capítulo se organiza inicialmente destacando a saúde mental e as doenças psicossomáticas, a fim de demonstrar como se revelam. Ato contínuo, trata de elucidar os distúrbios do sono como sintoma que quer comunicar algo e, por fim, busca interpretar o corpo que fala, como um grito por socorro, e seu poderoso processo de comunicar.

Saúde mental e doenças psicossomáticas: o que revelam?

A saúde mental em um contexto amplo deve considerar a subjetividade de cada pessoa. A subjetividade é uma condição que tenta reduzir a existência

humana, a existência da singularidade do sujeito, ou seja, é o que há no humano de mais peculiar, de singular, é o modo como se pode configurar a percepção de realidade (CAMOM-ANGERAMI, 2004). Desse modo, a percepção da realidade irá interferir na forma como cada pessoa se vê e vê o mundo que a cerca.

Nesse contexto, percebe-se que em um cenário de doença psicossomática a dor se faz presente, sendo parte da vida, mas a dor pode ser incontrollável a ponto de comprometer a qualidade de vida do sujeito que sente. E assim, o indivíduo, através de algum incômodo ou dor, busca atendimento médico acreditando ter alguma patologia e é através do relato verbal que se verifica, confirma ou refuta a hipótese de alguma patologia física (CAMOM-ANGERAMI, 2004).

Desde os estudos de Freud sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos, destacou-se a importância do trauma como precursor de outros problemas que se revelavam no corpo dos pacientes, como a paralisia. E de fato os pacientes do Dr. Sigmund Freud relatavam que no momento do trauma tiveram sensação de esmagamento. Freud considerava cada sintoma em separado, e indagava as condições em que haviam surgido pela primeira vez, esforçava-se para compreender o que precipitava o sintoma (FREUD, 1996).

Nessa trilha, Freud (1996) continuou suas investigações demonstrando que um dos sintomas mais comuns naquela época era a histeria com a combinação da anorexia e vômito. Como exemplo relatou que uma paciente teve vômito persistente após ler uma carta humilhante pouco antes de uma refeição e ter ficado nauseada com isso; a partir de então, a repulsa pela comida pode ser relacionada ao fato de uma pessoa ser obrigada a fazer uma refeição na companhia de alguém que detesta.

Ao analisar a ansiedade, Freud (1996), em sua obra, elucida que o ataque de angústia pode consistir apenas no sentimento de angústia ou ocorrer associado como representações de extinção à vida, ou de uma ameaça que altera funções corporais, tais como: respiração, função cardíaca, alterações vasomotoras, ou atividade glandular, de modo que a queixa do paciente será referente a esses sintomas e a angústia ficará em segundo plano. Destarte, adentrando a seara da psicossomática, cabe destacar que Freud não criou uma teoria sobre esse tema, mas se preocupou em demonstrar que não se pode dicotomizar corpo e mente.

Nessa linha de pensamento, D'Avilla e Rocha (2019) destacam que a psicossomática não é uma área nova, isto porque ao longo da história sempre houve interesse pelo adoecimento, por uma visão integrada do ser humano e o tratamento das doenças psíquicas. Agentes estressores e psicossociais apresentam-se com relevância na manifestação de doenças, pois existem patologias que não são, exclusivamente, de etiologia orgânica, ou seja, sua origem não está localizada no corpo. Estas são denominadas de *doenças psicossomáticas*, que notadamente relacionam-se com as emoções.

Os autores supracitados elucidam que doenças psicossomáticas emergem no corpo demonstrando os efeitos nocivos que são originados pelas próprias emoções, através do ritmo acelerado da vida, também por decepções, estresse, problemas a que a pessoa está submetida cotidianamente. Assim, ocorre a somatização, imensurável e individualizada, resultado de quando não se regula o tempo de resolução dos problemas na mente, manifestando-se em forma de doença, com sintomas que causam sofrimento (D'AVILLA; ROCHA, 2019).

Cabe ressaltar que compreender a psicossomática requer o aprofundamento no conceito de ser humano e de ciência, pois o seu objeto são os mecanismos de interação entre as dimensões mental e corporal. Ademais, corpo e mente se ligam ao ambiente onde as pessoas se relacionam – o que torna a integração biopsicossocial – na concepção de Angerami (2013) – o objeto da psicossomática.

As manifestações psicossomáticas elencam uma gama de enfermidades que se manifestam a partir de uma etiologia difícil de tratar, como: compulsões, adições, depressão, síndrome do pânico, psoríase, dor músculo-esquelética crônica, fibromialgia, distúrbios alimentares, alexitimia, distúrbios do sono, dentre outras (BUENO; SILVA, 2012).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V, 2014) esclarece que as doenças que trazem consigo este formato estão classificadas como Transtorno Somático e devem ser diagnosticadas por profissional capacitado, pelos signos representativos conforme manual. O DSM-V traz o diagnóstico do transtorno com sintomas somáticos ao sujeito que apresenta qualquer número de sintomas somáticos.

Nesse sentido, para efetuar o diagnóstico do transtorno, segundo o DSM-V (2014), é preciso que o paciente manifeste pensamentos, sentimentos ou comportamentos excessivos relacionados aos sintomas somáticos ou preocupações

associadas com a saúde. Destaca-se que haja pensamentos desproporcionais e persistentes sobre a gravidade dos próprios sintomas; nível persistentemente elevado de ansiedade sobre a saúde ou sintomas; excesso de tempo e energia dedicados a estes sintomas ou problemas de saúde. A ênfase dada aos pensamentos e comportamentos que acompanham o sintoma permite que o diagnóstico seja aplicável, mesmo que se tenha uma doença clínica.

Diante do anteriormente explicitado é importante compreender os distúrbios do sono como um sintoma que quer comunicar algo, uma vez que muitas patologias psicossomáticas podem cursar com alterações do sono.

Os distúrbios do sono como sintoma que comunica

O sono tem sido amplamente estudado, e a medicina do sono é relativamente jovem e vem se consolidando aos poucos demonstrando sua importância e áreas de atuação. As queixas em relação aos distúrbios do sono e do ritmo circadiano apresentam inúmeras repercussões diagnósticas e afetam o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos.

Freud (1996) também se preocupou com os distúrbios do sono, referindo-se aos pacientes que apresentavam quadro de insônia e sono perturbado, assim como pacientes com distúrbios da fala, demonstrando sempre uma relação simbólica entre a causa determinante e o sintoma histérico.

Segundo Carone *et al.* (2020), o sono tem um importante papel para o ser humano. Por se tratar de algo vital, com o objetivo de prevenir a exaustão, ocorrem processos de recuperação e compensação. Dessa forma, distúrbios do sono podem ser nocivos para os indivíduos gerando déficits, problemas orgânicos e psicológicos.

Estudos demonstram que há relação entre diversas condições patológicas e distúrbios do sono, como a fibromialgia, que é uma síndrome dolorosa crônica, cujo sintoma principal é a dor muscular difusa. Essa dor não advém de nenhuma lesão articular ou processo inflamatório, costuma permanecer por mais de três meses, associada a outros sintomas, como fadiga, sono não reparador, rigidez matinal, constipação ou diarreia, bruxismo, cefaleia, ansiedade e depressão, dentre outros sintomas (MARQUES, 2004). Do mesmo modo, a depressão – além dos sintomas de tristeza, desesperança, choro, pensamentos

negativos – pode transcorrer com sintomas de insônia ou hipersonia, comprometendo a qualidade de vida desses pacientes (DSM-V, 2014).

Rabelo, Silva e Lima (2018) traçam uma reflexão sobre a relação que pode haver entre fatores patogênicos presentes na organização de trabalho e o desenvolvimento de doenças psicossomáticas em trabalhadores. Em seu relato de caso, uma paciente recebeu a hipótese diagnóstica de episódio depressivo associado a um transtorno de somatização com desenvolvimento de doença autoimune, Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES), o que sustenta o nexo de correlação entre diversas patologias psicossomáticas e distúrbios do sono.

Nessa trilha, Vale (2019) correlaciona o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) com a prevalência de sintomas de ansiedade, perturbações do sono, irritabilidade, nervosismo persistente, tremores, tensão muscular, palpitações, tonturas e desconforto epigástrico, causando mal-estar e afetando negativamente a vida dos sujeitos.

Destarte, pode-se verificar que os distúrbios do sono podem estar sinalizando uma enfermidade somática que pode ter início ainda na infância, isto porque pode haver condições psicossomáticas precoces, a partir das relações mãe/bebê. Winnicott (1990) corrobora que os sintomas precoces desenvolvidos pelos bebês podem ser de origem psicossomática, como um resultado do processo de amadurecimento.

O “corpo que fala” e seu poderoso processo de comunicação

A teoria psicanalítica revela que o corpo tem um caráter de articulação, referindo-se a uma carne que tem muitos sentidos, ou seja, entre corpo e *psique* e processos de subjetivação, existe uma articulação como a clínica da histeria já ensinou (NASCIMENTO; FAVERET, 2009). De acordo com esse pensamento, pode-se inferir que o corpo é também atingido pela linguagem.

Nesse passo, Nascimento e Faveret (2009) fazem uma comparação da anorexia como algo que quer ser elucidado através do corpo, trazendo à tona a crescente dos números de casos de anorexia, como algo que acontece por reflexo da atualidade. Nesta configuração cultural em que a falta, a categoria do impossível, é cada vez mais expulsa do discurso, é através do corpo (limite fronteiro da subjetividade) que mais uma vez o sujeito acha alguma forma de

se colocar enquanto sujeito que deseja, sujeito movido pela falta, sujeito que vive através da falta.

Conforme elucidam Gabínio e Bittencourt (2016), é possível perceber que existem dificuldades na comunicação das dores psíquicas e esta tem sido a tônica das patologias da contemporaneidade, exigindo do profissional um acompanhamento de estados mentais regressivos dos pacientes para o acesso do real afeto que permanece muitas vezes circunscrito ao corpo, de maneira irrepresentável. Neste cenário, ao se considerar algumas doenças e respectivas manifestações, surge a dificuldade em diagnosticá-las, bem como a inconsistência de respostas etiológicas para elas. Chega-se, assim, à conclusão de que são manifestações dos sintomas que comunicam uma dor psíquica (GABÍNIO; BITTENCOURT, 2016).

Desse modo, quando há ausência de palavras, verifica-se um psiquismo em privação, que se vale de uma comunicação muito primitiva que remonta os primeiros anos de vida, quando ainda faltavam ao sujeito recursos para lidar com toda sua carga pulsional. E a consideração do surgimento de patologias graves marca a sua trajetória na dificuldade de representar e criar símbolos, uma percepção que, noutro tempo, fez-se indesejável, insuportável ou intoleravelmente ausente; ocorre uma alucinação negativa, resultando na recusa a ponto de negar a existência do objeto da percepção, transformando-o em dor física (GABÍNIO; BITTENCOURT, 2016).

Morschitzky e Sartor (2013) destacam que existe uma relação estreita entre corpo e alma, e esta relação reflete-se igualmente na linguagem. Nessas situações, expressões como “O coração me salta pela boca”, “fico sem ar”, “algo está entalado em minha garganta”, “tremo de raiva” são apenas alguns exemplos que elucidam o quanto o corpo é capaz de comunicar quando algo não vai bem; e, quando ocorre, piora em lidar com as emoções, podendo acarretar quadro grave que compromete a saúde física e mental.

Considerações finais

Estudos em torno da medicina psicossomática (considerando a subjetividade do ser e sua psicodinâmica) têm sido considerados relevantes no cenário de doenças cuja etiologia é desconhecida. A saúde mental e o sono de um indivíduo que manifesta problemas de ordem psíquica ficam comprometidos, impactando sua qualidade de vida.

O sono é essencial para uma boa qualidade de vida, pois evita a instauração de várias patologias como depressão, ansiedade, enxaquecas, fibromialgia, dores crônicas, dentre outras. Havendo a presença de distúrbios do sono como insônia ou hipersonia, é necessário intervenções multidisciplinares, com atuação do psiquiatra e do psicólogo, a fim de planejar melhor forma de atendimento, considerando o indivíduo em sua totalidade.

Pelo exposto, é possível verificar que desde Freud há uma preocupação com as manifestações no corpo, como somatizações, que surgiam em forma de doença. Sabe-se que a medicina moderna busca investigar, tratar e curar as doenças; porém, pode-se constatar que, através da psicossomática, é possível adentrar novas possibilidades, prezando por ética, respeito e profissionalismo com humanização, buscando perceber além do que é dito pelas palavras. Ademais, ressalta-se a relevância em realizar mais estudos em torno deste tema, especificamente sobre a psicossomática e sua relação com distúrbios do sono, uma vez que se constata uma escassez de discussão na contemporaneidade.

Por tudo ora discutido e elucidado neste capítulo, confirma-se, enfim, a epígrafe em que se recorre a Freud (1996, p. 78), no caso Dora: “nenhum mortal pode guardar um segredo; se sua boca permanece em silêncio, falarão as pontas de seus dedos”. Assim, o corpo tende a revelar o que está oculto na mente.

Referências

- ANGERAMI, V. A. **Psicossomática e suas interfaces: o processo silencioso do adoecimento**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- BUENO, L. M.; SILVA, L. C. O “psicológico” na causa e no desenvolvimento das doenças do corpo: o que dizem os artigos científicos produzidos no Brasil na última década. **Anais... V Congresso Internacional de Psicologia** Psicologia: de onde viemos, para onde vamos? (CIP-SI). Universidade Estadual de Maringá, 2012.
- CAMOM-ANGERAMI, V. A. **Psicossomática e a Psicologia da dor**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.
- CARONE, Caroline Maria de Mello *et al.* Fatores associados a distúrbios do sono em estudantes universitários. **Cadernos de Saúde Pública** [on-line]. v. 36, n. 3, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/PkhfQ>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- D'AVILLA, J. M. C; ROCHA, F. N. A psicoterapia no enfrentamento da doença psicossomática: a psoríase em questão. **Revista Mosaico**. Rio de Janeiro. Suplemento v. 10, n. 1, p. 08-14, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://bityli.com/rdoeK>. Acesso em: 03 jun. 2020.

- DSM V. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Trad.: Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GABÍNIO, T.; BITTENCOURT, M. **O corpo-setting do analista: lócus de estados mentais regressivos como forma de comunicação**. Federación Psicoanalítica de América Latina Septiembre 13 al 17 de 2016 Cartagena, Colombia. Disponível em: <https://bitly.com/8d47q>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- MARQUES, A. P. **Qualidade de vida de indivíduos com fibromialgia: poder de discriminação dos instrumentos de avaliação**. 80 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- MORSCHHITZKY, H.; SARTOR, S. **Quando a alma fala através do corpo: compreender e curar distúrbios psicossomáticos**. Petrópolis: Vozes. 2013.
- NASCIMENTO, L. V; FAVERET, B. M. S. Corpo e anorexia: Contribuições da psicanálise e da cultura. **Psicanálise & Barroco em revista**. v. 7, n. 1, p. 45-62, jul. 2009.
- RABELO, L. D. B.; SILVA, J. M. A; LIMA, M. E. A. Trabalho e Adoecimento Psicossomático: Reflexões sobre o Problema do Nexo Causal. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 38 n. 1, p. 116-128, jan/mar. 2018.
- VALE, Eliana Araujo Nogueira do. **Relações entre ocitocina, apego e sono em pessoas com Transtorno de Ansiedade Generalizada**. Tese (Doutorado em Neurociências e Comportamento). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- WINNICOTT, Donald W. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1988), 1990.

12

Linguagem, comunicação e humanização: uma tríade constituinte da Formação Médica

Juçara Gonçalves Lima Bedim¹

Rafaela Chequer Cabral²

Marcus Lima Bedim³

É a partir do Encontro que uma relação de cuidado acontece, sendo a via por onde os manejos médicos apreendidos são aplicados, estreitamente vinculados ao acolhimento [...] ao enfrentamento do leque de situações diversas e dos erros a evitar (CARVALHO, 2018, p. 74).

-
1. Doutora e Mestre em Educação. Graduada em Letras. Professora-Pesquisadora da Universidade Iguazu (Unig), campus V, Curso de Medicina, Itaperuna-RJ.
 2. Graduanda do curso de Medicina da Universidade Iguazu, campus V, Itaperuna-RJ.
 3. Mestre em Medicina. Médico Cardiologista e Ecografista do Hospital São José do Avaí, Itaperuna-RJ. Preceptor de Clínica Médica e Ambulatório de Cardiologia do Curso de Medicina da Universidade Iguazu, campus V, Itaperuna-RJ.

Considerações iniciais

O ensino médico adotado no Brasil vem, ao longo dos anos, perpassando debates e mudanças significativas, especialmente no que tange às estruturas curriculares dos cursos. Como apontam os próprios fatos históricos, nas escolas médicas ainda prepondera o “método tradicional de ensino”, que se alicerça em uma abordagem de cunho conteudístico, cujo protagonista é o professor.

Na década de 1990, o Ministério da Educação Brasileiro, em busca de uma orientação curricular inovadora, comprometida em imprimir um saber/fazer significativo, criou como proposta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Medicina (DCN), sob a égide de uma formação geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, preconizada por um currículo integrado, orientado por competências e habilidades, em que a preocupação é sempre a atenção voltada à integração das ciências básicas com as clínicas, assim como das dimensões biológicas, psicológicas, sociais e ambientais. O lema é desenvolver e instigar o senso de responsabilidade social e o compromisso da construção de uma sociedade cidadã, em prol da saúde integral do ser humano.

Nesse panorama, ressalta-se a importância da comunicação em saúde como referencial que consolida uma prática que propicia a interação entre os atores sociais no âmbito das equipes de saúde, contribuindo para o estabelecimento de relações alicerçadas no trabalho profissional colaborativo. Por conseguinte, a competência da comunicação torna-se imperativa nos currículos de formação médica, buscando, principalmente contribuir para uma prática clínica eficiente e humanizada. Contudo, mesmo instituída como competência intrínseca à formação médica, desde a criação das DCN, em 2001, ainda se verifica que o campo da comunicação não se inclui como área de conhecimento nesse contexto.

Diante do exposto, a questão-problema que suscitou e norteou a escrita do presente capítulo foi: até que ponto, além do conhecimento técnico, o desenvolvimento de competências e habilidades comunicacionais possibilita a (re) construção do relacionamento entre médico e paciente no sentido de uma prática humanizada?

Em face desse questionamento, teve-se por objetivo tecer uma abordagem reflexiva apontando a importância da incorporação de competências e habilidades linguístico-comunicacionais na formação médica para a preparação do

futuro profissional – capaz de conciliar qualidade e humanização na prestação de serviços médicos.

Na perspectiva da problemática abordada, alicerçou-se na pesquisa bibliográfica desenvolvida através de “revisão de literatura narrativa” (ou tradicional), com levantamento seletivo e não sistemático da literatura pertinente ao objeto do estudo. Para a realização do levantamento bibliográfico foram rastreados e consultados artigos científicos, periódicos, e outros repositórios universitários, em consulta a bases de dados relevantes, como *Scientific Electronic Library on Line* (SciELO), Biblioteca Virtual da Saúde (bvs), Bireme, Google Acadêmico. Os artigos foram rastreados por meio de leitura crítica e reflexiva, analisados individualmente, classificados por relevância, sendo incluídos aqueles a critério dos autores do capítulo. Foi utilizada a combinação dos Descritores em Ciências de Saúde (DeCs): *linguagem, comunicação, humanização, Educação, relação médico-paciente, empatia*.

Justifica-se a escrita do capítulo, relevando-se que, apesar de propostas curriculares inovadoras que instituem a competência da comunicação nos currículos de ensino médico, ainda se identificam dificuldades intrínsecas ao processo de efetivação de mudanças. Ademais, sinaliza-se a carência de literatura específica sobre o ensino da comunicação nos cursos de Medicina. Dessa forma, aponta-se a relevância de produções acadêmico-científicas como a proposição deste capítulo.

Linguagem e comunicação na perspectiva do cuidado humanizado em saúde

Inicia-se esta abordagem apontando o valor e o lugar da prática da humanização no contexto da comunicação na área de saúde, em que se ressalta o surgimento do modelo biopsicossocial – que se substancia numa visão holística do homem, interligando os aspectos psicológicos aos biológicos no processo de adoecimento – num contexto em que o modelo biomédico ainda é tão vigente.

A humanização pode ser considerada, também, como uma maneira de aprimorar a comunicação na relação médico-paciente. E, nesse sentido, é essencial que haja a integração da humanização por todos aqueles envolvidos no processo de atendimento à saúde, primando-se pelo acolhimento,

solidariedade e sensibilidade. Em tal pressuposto, faz-se necessário que a Medicina não mais considere o paciente apenas sob a perspectiva da doença a ser tratada (como na visão biomédica), mas que o seja de forma mais humanitária como um indivíduo com suas singularidades, de acordo com a concepção biopsicossocial (MARQUES *et al.*, 2019).

O modelo biopsicossocial considera que, para uma abordagem completa ao paciente, é essencial que sejam levados em conta os aspectos tanto psicológicos quanto sociais, sendo a missão do médico atentar-se quanto ao distúrbio clínico que leva o paciente a buscar auxílio. Além disso, o mal-estar deve ser analisado não somente como mera consequência da enfermidade, mas também como sua provável causa.

Corroborando essa asserção, na proposta de Carvalho (2018, p. 74), é necessário romper com a tecnociência em que se desagregam técnica e relação interpessoal. Conforme elucida a autora mencionada, considerando-se a relação médico-paciente, é mister que se crie um verdadeiro interesse pela realidade do outro, fortalecido pelo “encontro” e mediado pelo “cuidado”. Nesse entendimento, a linguagem médica implica o desenvolvimento de uma escuta ativa qualificada e a sensibilidade com relação ao sofrimento do outro.

Em vista disso, apesar de a relação médico-paciente nesse padrão ser de difícil construção, considerando-se a premência de se desconstruir a práxis biomédica, mecanicista, em prol de uma práxis humanista, é imprescindível que ocorra uma mudança nessa perspectiva, para que o médico volte a olhar o paciente como um todo, como um ser biopsicossocial (SANTOS; MACIEL, 2016).

Linguagem e comunicação constituem-se instrumentos fundamentais para elencar a humanização na prática da Medicina, na proposição de oferecer assistência de qualidade aos pacientes. Uma comunicação eficaz via prática humanizada envolve a participação e o compartilhamento do paciente, possibilitando-lhe dirimir suas dúvidas e expor sua opinião.

Existem vários níveis de comunicação, dentre os quais se evidencia a comunicação verbal que se efetiva através da linguagem falada ou escrita – uma das formas mais importantes de se transmitir as informações e/ou conhecimento. Outrossim, a comunicação não verbal sucede quando há interação, contudo sem a enunciação de palavras, definindo-se pelo uso de gestos, posturas, expressões faciais, para a transmissão de emoções e sentimentos. Por

este ângulo, é importante o médico estar vigilante às particularidades que o paciente apresenta, uma vez que até mesmo no silêncio se fala, ou seja, expressa-se uma má compreensão ou uma dor (ASSENHEIMER *et al.*, 2018).

Destarte, conforme os autores supracitados, é relevante considerar que a comunicação é uma das metas mundiais para a segurança do paciente, que deve ser alicerçada na humanização, na integralidade dos serviços de atendimento à saúde e no cuidado seguro, respeitando-se as necessidades dos usuários.

A comunicação na relação-médico paciente rumo à prática humanizada

Ponderar a “relação médico-paciente” é refletir sobre a prática cotidiana do médico e a maneira como se dá a formação desse profissional ao longo dos tempos. É pensar o processo de interação humana que deve ser o suporte dessa prática em seus âmbitos técnicos, humanísticos e éticos (BENSEÑOR, 2013). Nesse pressuposto, conforme homologado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os cursos de graduação em Medicina estariam incumbidos de orientar a formação acadêmica com o propósito de desenvolver competências que enriqueçam a capacitação de um profissional crítico e apto a entender a importância do trabalho em equipe, com vistas à plenitude na assistência prestada, pautada na prática humanizada, ética e solidária (BRASIL, 2014).

Por conseguinte, é primordial que os estudantes de Medicina entendam a importância da empatia como fator fundamental para uma boa atuação médica com o paciente. Empatia – capacidade de se colocar no lugar do outro – não implica experimentar os mesmos sentimentos do paciente, mas entender o que ele está sentindo e que isso pode ser permeado por um sentimento de afeto; é um dos pilares para uma boa relação médico-paciente, possibilitando não só uma maior satisfação dos pacientes, mas também dos próprios profissionais de saúde, fortalecendo vínculos, promovendo uma melhor adesão ao tratamento e diminuindo as queixas e os processos jurídicos contra o profissional (BATISTA; LESSA, 2019).

Nessa alegação, emerge a necessidade crescente em desenvolver uma comunicação mais aberta entre médicos e pacientes, que permita uma maior

qualidade na relação e no atendimento. O primeiro fato a ser apresentado para esta reflexão está relacionado à conduta profissional do médico que deve incorporar aos seus cuidados o entendimento do paciente acerca de sua doença como pressuposto basilar.

Isto não significa que os médicos tenham de se transformar em psicólogos ou psicanalistas, contudo, além do suporte técnico-diagnóstico, precisam de sensibilidade para conhecer a realidade do paciente, ouvir suas queixas e “descobrir”, junto com ele, métodos que facilitem sua adaptação ao estilo de vida influenciado pela doença (CAPRARA; RODRIGUES, 2004). Como ressaltam essas autoras, o vínculo entre médico e paciente se inicia desde o momento em que o paciente chega ao consultório e é recebido pelo médico, quando há o primeiro contato. Durante uma consulta é esperado que o médico observe o paciente; como um todo, escutando ativamente suas queixas físicas, psicológicas, emocionais e tudo aquilo que pode estar influenciando na queixa principal de sua doença.

A boa comunicação substancia favoravelmente a relação médico-paciente e a prática clínica centrada no paciente. Através da linguagem, a dialética do cuidado institui uma interação permanente entre os sujeitos, direcionando cuidado integral e de qualidade. Contudo, a comunicação ainda é negligenciada na formação médica. Assim, pensando como Assenheimer e colaboradores (2018), para que haja uma comunicação reciprocamente empática é necessário que os aspectos verbal e não verbal estejam coordenados, estabelecendo vínculo entre médico e paciente

No tocante à comunicação verbal, esta é de grande importância na relação médico-paciente, pois a exposição das queixas, sinais e sintomas pelo paciente auxilia o trabalho do médico que, através dessa narração, poderá estabelecer uma conduta clínica específica para o quadro do paciente. Seguindo o pensamento de Assenheimer *et al.* (2018), é importante que nesse tipo de comunicação o paciente seja incentivado a descrever as informações e o médico participe ativamente da conversa, de forma empática e humanizada, observando e escutando atentamente o paciente. Já a linguagem escrita é de grande importância para pacientes que possuem alguma deficiência na fala.

Quanto à comunicação não verbal, como explicitado anteriormente, está associada com as manifestações comportamentais, com a linguagem corporal e gestual. Esse tipo de comunicação é de extrema relevância na relação

médico-paciente, pois o estado emocional do indivíduo reflete na sua maneira de agir, nas expressões faciais e corporais. Desse modo, a capacidade de ouvir o paciente durante a consulta e a anamnese está interligada com a interpretação verbal e não verbal. O profissional de saúde deve observar o paciente de forma ampla, compreendendo suas manifestações verbais e não verbais (ASSENHEIMER, 2018). Além do mais, a interação cultural e linguística sensível contribui para a compreensão desse vínculo e de sua condição na promoção, prevenção e assistência em saúde.

Ainda, no contexto desta abordagem, vale comentar a relevância da relação médico-pacientes nos atendimentos de urgência ou na modalidade pronto-atendimento, quando o contato com o paciente tende a ser mais rápido. Nesta última situação, a angústia do doente e dos familiares não pode ser vista como um fator que transtorna o ambiente de trabalho do profissional, mas deve ser pensada como um aspecto do atendimento a ser abordado (SOARES, *et al.*, 2014). Nos serviços de pronto-atendimento, no modelo centrado na doença, calcado na díade queixa-conduta, o atendimento prestado resume-se a dar uma resposta imediata, visando resolver o problema o mais rápido possível, em função do acúmulo de demanda. E, de fato, o foco nesta área é a doença, e não o indivíduo. A baixa resolutividade desse modelo faz com que o paciente retorne várias vezes ao serviço, aumentando cada vez mais a demanda.

Mister se faz intensificarem-se as reflexões em torno da discussão que envolve a problemática em tela, refletindo-se sobre fatores que propiciem uma maior satisfação do paciente em relação ao médico e, quando necessário, uma pactuação terapêutica em que o paciente tem papel ativo, sentindo confiança e acolhimento por parte do médico, o que aumenta a probabilidade de adesão e aderência ao tratamento.

Por conseguinte, a comunicação efetiva é considerada como uma estratégia de interação do profissional da saúde com seus pacientes, tendo impacto significativo no cuidado, promovendo acolhimento, diálogo e entendimento recíprocos, bem como aumento da qualidade da atenção à saúde (GUERRA; NEPOMUCENO, 2020). Nesse contexto, a adesão ao tratamento é definida como uma colaboração ativa entre o paciente e seu médico, num trabalho conjunto, para alcançar sucesso terapêutico. A adesão é expressa na medida em que o comportamento do paciente correspondente à opinião, à informação ou ao cuidado médico, seguindo meticulosamente suas prescrições e instruções.

Desenvolvimento de competências e habilidades comunicacionais na formação médica

A boa relação médico-paciente constitui-se princípio imprescindível no cenário da Medicina não apenas por propiciar maior satisfação ao paciente com relação ao atendimento, mas, em especial, a adesão ao tratamento e, por consequência, melhores desfechos clínicos, como já enfatizado nesta abordagem. Obviamente, essa relação depende das competências e habilidades comunicacionais do profissional, buscando se adequar às características e peculiaridades individuais de seus pacientes.

Fazendo-se uma retrospectiva na história da Medicina, Flexner foi o primeiro estudioso da Educação Médica cujo modelo instituiu ferramentas de comunicação centradas no paciente, visando aprimorar a competência profissional do estudante. O modelo flexeriano, evidentemente, ocupa um valor como reflexão pioneira instituinte de mudança, uma vez que fomentou o estudo e a pesquisa nas ciências básicas e especializadas. No entanto, esse modelo constituiu-se mecanicista por conceber o processo saúde-doença sob o ponto de vista especialista, que desconsidera questões psicossociais e ambientais. Sendo assim, o entendimento do todo não foi alcançado por este método, que tão somente produziu miríades de especializações distanciadas da visão holística. Como esse modelo de entendimento caminha da saúde para a doença, formam-se médicos voltados exclusivamente para cuidar de enfermidades (VIDAL *et al.*, 2019).

Porquanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Medicina (2014), já referidas neste texto, prescrevem a inclusão de competências e habilidades voltadas para a comunicação, como componentes obrigatórios na matriz curricular do curso. Tal aporte se constitui parte integrante da formação médica no tocante ao cuidado em que se buscam direcionar as atitudes dos estudantes para o foco na relação médico-paciente.

Contudo, os resultados obtidos no referencial revisitado para a composição deste capítulo ainda apontam atitudes centradas no médico na maioria dos estudantes, em que o médico assume as decisões sobre a propedêutica e a terapêutica, e o paciente não compartilha a escolha do tratamento. Nesse processo, predominam as questões biológicas em detrimento das psicológicas e socioambientais, constituindo-se, assim, “uma medicina organicista, baseada

em uma prática de saúde menos humanista e mais objetiva” (VIDAL *et al.*, 2019, p. 22). Posto isso, esses autores enfatizam que a orientação do ensino médico técnico carece de reformulação na qual estejam associados ensinamentos que incluam o aprendizado que propicia melhor manuseio com o doente. A formação do profissional médico precisa facultar que o conhecimento tecnicista seja relacionado com “o ensino da importância da troca [...] e do diálogo entre médico e paciente” (VIDAL *et al.*, 2019, p. 24).

Como elucidam Rocha *et al.* (2019), para a comunidade acadêmica internacional, a comunicação eficaz entre os profissionais de saúde, pacientes e familiares é considerada como condição *sine qua non* para a qualidade dos cuidados em saúde e, por conseguinte, ingrediente fundamental ao desenvolvimento de competências e habilidades em Educação Médica. Nessa proposição, os referidos estudiosos embasam-se no Consenso de Kalamazoo (*Kalamazoo Consensus Statement*, 1999, apud ROCHA *et al.*, 2019), que reuniu líderes e representantes das principais escolas médicas e profissionais de organizações, em uma conferência patrocinada pelo Instituto de Cuidado e Comunicação da Bayer e o Instituto Fetzer, em que os participantes projetaram um conjunto de elementos essenciais para a comunicação médico-paciente. O referido Conselho determinou sete componentes-chave que caracterizam a comunicação adequada no contexto clínico, quais sejam: 1) construção do relacionamento; 2) abertura da consulta; 3) coleta de informações; 4) inclusão da perspectiva do paciente; 5) compartilhamento de decisões; 6) formulação de um acordo entre médico e paciente; 7) encerramento da consulta (ROCHA *et al.*, 2019).

O objetivo dessa conferência foi identificar e, especificamente, articular caminhos para facilitar o ensino da comunicação como elemento basilar na constituição acadêmica de estudantes de Medicina, capacitando-os a incentivar seus pacientes no relato da sua história, enquanto guiam a entrevista através do raciocínio diagnóstico. Requer, também, conscientização de que ideias, sentimentos e valores de ambos paciente e médico influenciam o relacionamento. Ademais, este tipo de abordagem diz respeito à relação médico-paciente como uma parceria que respeita a participação do paciente na tomada de decisões.

Destarte, conforme os autores supracitados, é relevante considerar que a comunicação é uma das metas mundiais para a segurança do paciente, que deve ser alicerçada na humanização, na integralidade dos serviços de atendimento à saúde e no cuidado seguro, respeitando-se as necessidades dos usuários.

Considerações finais

No remate das reflexões que teceram este capítulo constata-se a necessidade da correlação entre linguagem, comunicação e humanização, aliada ao conhecimento técnico, para a (re)construção do relacionamento médico-paciente como critério expressivo de qualidade no atendimento à saúde.

Na perspectiva de apontar respostas para o problema delineado, sublinha-se a importância de uma formação médica que, mesmo embasada em práticas híbridas, possibilite a associação de referenciais como comunicação/humanização – permeados pelo diálogo e práticas integrativas entre médico e paciente.

A Medicina centrada no paciente favorece um vínculo comunicacional de importância para o relacionamento empático nos cuidados à saúde, pelo fato de que propicia a melhora da qualidade desse atendimento, com satisfação do paciente, bem-estar, adesão à medicação e, conseqüentemente, possibilidade de modificar desfechos clínicos com melhor resposta física e psicológica à dor. A satisfação dos envolvidos nos relacionamentos terapêuticos e a qualidade da relação médico-paciente afeta positivamente a recuperação das doenças.

Por conseguinte, torna-se premente que – na perspectiva da organização de um currículo integrado, conforme preconizado pelas DCN – o ensino da comunicação conste como componente no desenvolvimento de habilidades e atitudes clínicas, estimule as formas de aquisição e transmissão de informações, sobretudo, visando-se o lidar com o paciente de modo respeitoso.

Referências

- ASSENHEIMER, Aline *et al.* Comunicação interpessoal enquanto fator para humanização e cuidado. **Revista interdisciplinar em Ciências da Saúde e Biológicas**, v. 2, n. 2, p. 1-9, 2018.
- BATISTA, Nildo Alves; LESSA, Simone Schwartz. Aprendizagem da empatia na relação médico-paciente: um olhar qualitativo entre estudantes do internato de escolas médicas do nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 43, n. 1, supl. 1, p. 349-356, 2019.
- BENSEÑOR, Isabela M. Anamnese, exame clínico e exames complementares como testes diagnósticos. **Revista de Medicina**, v. 92, n. 4, p. 236-241, 2013.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. Parecer CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Medicina**. Brasília, DF, 2014.

CAPRARA, Andrea; RODRIGUES, Josiane. A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 139-146, 2004. DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DeCS [Internet]. ed. 2017. São Paulo (SP): BIREME / OPAS / OMS. 2017 [atualizado mai. 2017]. Disponível em: <http://decs.bvsasud.org>.

CARVALHO, Maria Dulce Santiago de. Do encontro consigo ao encontro com seu paciente: o psicodrama na formação médica. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 26, n. 2, p. 72-83, 2018.

GUERRA, Juliana; NEPOMUCENO, Mariana. O ensino da comunicação empática na graduação em medicina em uma faculdade pernambucana. **Revasf**, Petrolina, v. 10, n. 21, p. 120-147, mai./jun./jul./ago. 2020.

MARQUES, Sara Cristine *et al.* A prática da humanização da relação médico-paciente nos alunos do primeiro período de Medicina da Universidade Severino Sombra: a visão do calouro que se tornou monitor: um relato de experiência. **Revista Pró-univerSUS**, v. 10, n. 2, p. 28-31, jul./dez 2019.

ROCHA, Sheyla Ribeiro *et al.* Avaliação de habilidades de Comunicação em ambiente simulado na Formação Médica: conceitos, desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 43, n. 1, supl. 1, p. 236-245, 2019.

SANTOS, Herbert Luan P. C.; MACIEL, Fernanda Beatriz. Comunicação na formação médica. **Revasf**, Petrolina, v. 10, n. 21, p. 201-218, mai./jun./jul./ago. 2020.

SOARES, Márcia Oliveira Mayo *et al.* Reflexões contemporâneas sobre anamnese na visão do estudante de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 314-322. set. 2014.

VIDAL, Carlos Eduardo Leal *et al.* Atitude de estudantes de medicina a respeito da relação médico-paciente. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, supl. 8, p. 19-24, 2019.

13

Descomplicando o juridiquês: o acesso à justiça pela linguagem facilitada

Willian da Silva Pontes¹

Marcelo Marianelli Loss²

Marlene Soares Freire Germano³

O mundo do Direito é o mundo da linguagem, falada e escrita. Nós vivemos das palavras: são elas as nossas armas para persuadir, conquistar, vencer. Para nós, falar ou escrever nunca é um ato banal. É a marca da nossa identidade, é o nosso modo de ser e de estar no mundo (LUÍS ROBERTO BARROSO).

Considerações Iniciais

Nos dias atuais a velocidade e a eficácia na comunicação entre as pessoas são cada vez mais necessárias de modo a otimizar os processos sociais e assim

1. Bacharel em Direito.

2. Advogado. Especialista em processo civil.

3. Mestre em Educação. Especialista em Educação e Planejamento. Graduada em Ciências Sociais

dar dinamismo no dia a dia das pessoas. Também é fato que cada atividade tem suas peculiaridades pontuais. A comunicação aplicada em cada segmento segue padrões específicos; porém, se o ambiente comunicativo implicar pessoas que não fazem parte desta esfera, isto é, que não conhecem esta linguagem pontual, a comunicação não se efetivará e, conseqüentemente, estas pessoas deixam de absorver conhecimentos e informações necessárias ao entendimento da situação em que estão envolvidas.

No mundo jurídico não é diferente, já que em contato com qualquer peça jurídica (petições iniciais, recursos, sentenças, acórdãos, dentre outros), certamente pessoas que não transitam pelo meio deste universo (mundo jurídico) pouco entenderão. Isto não pelo fato de parca cultura ou escolaridade (aliás, isto é irrelevante para o entendimento do linguajar jurídico), mas pela especificidade das palavras utilizadas que, na grande maioria dos casos, para não dizer em todos, referidas palavras e termos dificultam por demais o entendimento daquelas pessoas que não atuam na seara do direito.

Não fossem apenas os termos escritos em português – os que sempre dificultam o entendimento para aquelas pessoas que não transitam pelo meio acadêmico do direito ou em contato com os tribunais –, ainda há a utilização constante de termos em latim aumentando o grau de dificuldade no entendimento da mensagem das peças jurídicas. Nesse sentido, é necessário trazer à baila o fato de que há décadas esta língua não é ensinada nas escolas brasileiras – o que inviabiliza seu uso, principalmente quando as peças jurídicas são endereçadas a pessoas, por exemplo, vencido ou vencedor em uma demanda judicial, que terão de interpretar o texto para tomadas de decisão. Muitas vezes a grande massa da sociedade é atingida por ato de maior abrangência emanado por tribunais superiores.

Nessa toada, o presente capítulo tem por objetivo fazer uma análise crítica do linguajar utilizado no âmbito jurídico em relação ao entendimento daquele que é o receptor do conteúdo da redação, ou seja, trazer à luz uma reflexão sobre a necessidade de se descomplicar a forma de redação e linguagem adotada nas peças jurídicas para não só facilitar o entendimento, como também não gerar dúvida, mesmo porque na grande maioria das vezes estes textos trazem consigo uma determinação.

Quanto à metodologia, o presente capítulo apresenta seu objeto de estudo por meio de método de pesquisa dedutiva, com propósito descritivo, através

de abordagem qualitativa. Para compreensão do tema abordado, utilizou-se o levantamento bibliográfico, compreendendo autores, predominantemente, da área do Direito.

Este capítulo é organizado em três seções acerca do desenvolvimento do tema, abordando, primeiramente a relação existente entre direito, linguagem e poder. Em segundo momento, analisa a linguagem jurídica enquanto obstáculo para o real acesso à justiça, e, posteriormente, busca trazer análise sobre a necessidade da simplificação da linguagem jurídica e sua efetividade como instrumento para o acesso à justiça.

Direito, linguagem e poder

É grande o número de pessoas estranhas ao meio jurídico que não compreendem as manifestações judiciais. Não são todos que sabem que *de cuius* é a pessoa falecida, *jacente* é a herança abandonada, *premoriência* é a morte de uma pessoa antes da outra, *ex nunc* é a partir de agora, *overruling* é superação de um precedente ou de um entendimento jurisprudencial, entre tantos outros termos técnicos que fundamentam os atos e decisões judiciais. Para que o francês *parquet* (Ministério Público) se o português é tão claro?

A linguagem jurídica tem por finalidade persuadir e convencer. E para tanto, devem-se expor os fatos e os fundamentos de forma clara, demonstrando a sentença que se espera e ainda observar a forma adequada às regras da língua portuguesa. Assim como qualquer outra área do conhecimento humano, a linguagem jurídica é técnica, marcada por construções complexas, o que pode dificultar a compreensão por pessoas comuns.

Contudo é de grande importância que a linguagem jurídica seja compreendida, pois se trata de conhecer direitos e deveres que asseguram a própria dignidade humana. Nesta direção, Patrícia Blanco (2008, p.4), ressaltando a importância de conhecer os próprios direitos, expõe em seu artigo: “nossos direitos só serão efetivos se tivermos consciência deles e, na eventualidade de nos considerarmos lesados, podermos recorrer a uma instância ou entidade à qual se reconheça legitimidade para dirimir o eventual conflito”.

Pierre Bourdieu, interpretado por Grengell (2018, p. 235), discorre sobre o direito e a linguagem como uma forma de manifestação de poder: o direito, com

seu discurso e linguagem própria e complexa, ao se isolar da própria sociedade que o cria, se investe de tal poder na medida em que o faz invisível aos olhos dos destinatários da norma ao tornar inacessível ao cidadão comum a mera compreensão daquilo que ao mesmo tempo o domina, impossibilitando-o de questionar ou delas recorrer. Esse isolamento é materializado, principalmente, no uso da linguagem demasiadamente rebuscada, o que promove dificuldade por parte da população mais simples de demandar no judiciário.

Com a incompreensão dos destinatários das normas, um exercício de dominação e imposição de deveres (inerentes à razão de ser do Direito) privados do comum debate social, é protegido sob o manto do assim chamado “juridiquês”, termo usado para designar o uso desnecessário e excessivo de termos técnicos de Direito (BREIM, 2020). Com isso, evidencia-se um enorme obstáculo ao acesso à justiça para a esmagadora maioria da população.

A linguagem jurídica como obstáculo ao acesso à justiça

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) dá status de direito fundamental ao direito de acesso à justiça, elencando-o dentro do rol do artigo 5º, sendo, portanto, condição inerente ao próprio Estado Democrático de Direito, dizendo que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a Direito” (BRASIL, 2020).

A própria Carta Magna traz, em suas disposições, institutos que visam viabilizar tal acesso, eliminando ou atenuando algumas das “variáveis” que seriam prejudiciais aos jurisdicionados, como é o caso, por exemplo, do inciso LXXIV do art. 5º, que prevê a assistência jurídica integral e gratuita (BRASIL, 2020). Tal garantia é de máxima valia, já que se dedica a remediar um dos problemas mais sensíveis na sociedade brasileira: a desigualdade socioeconômica.

A interpretação do que, de fato, seria o acesso à justiça é discussão que há muito se tece entre os juristas. Trata-se a temática através da análise das chamadas “ondas” de acesso à justiça que se sucederam através do tempo, e o entendimento mais recente preleciona que “por acesso à Justiça hoje se compreende o direito a uma tutela efetiva e justa para todos os interesses dos particulares agasalhados pelo ordenamento jurídico” (THEODORO *et al.*, 2015, p. 74).

Contudo, apesar dos esforços técnico-legislativos, as ameaças ao acesso à justiça por vezes tomam roupagens minuciosas e sutis contra as quais a legislação sequer considera debruçar-se. Dentre estes casos, está a linguagem jurídica. O juridiquês – definido por Damásio Evangelista de Jesus (2011) como um “linguajar rebuscado, pomposo, rico em citações latinas, nem sempre fiel à lógica visto juntar várias premissas que se abrem em várias proposições visando enriquecer a argumentação” – encontra críticas por sua intangibilidade e, em determinados casos, intransponibilidade, já que torna verdadeiramente inacessível a real compreensão do direito à parcela considerável da sociedade brasileira.

Por sua vez, os argumentos em prol do juridiquês defendem que se trata de mera linguagem técnica, o que é comum à maioria das profissões e ofícios. E, por óbvio, encontra-se utilidade em termos técnicos, que expressam conceitos e definições de maneira simplificada e facilitada. Entretanto, segundo Slaibi (2017, p. 7), há de se ponderar que se encontra mais no juridiquês do que apenas o tecnicismo, já que aí também se comporta – além dos termos técnicos – expressões arcaicas e estrangeiras, não obstante conservar um preciosismo latente. Além disso, é mister observar que existe no Direito a peculiaridade de seu próprio propósito e dos princípios que o regem, como o da publicidade e o do acesso à justiça, já mencionado neste capítulo.

A análise do assunto sob a luz dessas ponderações revela a profundidade de suas consequências. Em um país com esmagadora desigualdade socioeconômica, que segrega e condena as camadas mais pobres da sociedade a viver à margem do sistema, o acesso à justiça se torna uma realidade ainda mais distante e utópica quando sequer é possível a compreensão do que é expresso pelos operadores do Direito. Assim, o jurisdicionado alça ao Judiciário o que, por vezes, é um grande dilema em sua existência, para ver tutelado seu direito, porém acaba por sequer entender a resposta jurisdicional que lhe é concedida.

Compreendendo o acesso à justiça como o acesso a uma solução justa e eficaz e a um processo justo que leva em conta princípios como o da dignidade da pessoa humana (CURY, 2018), torna-se urgente a necessidade de adequação do linguajar através do qual se comunicam os juristas e os atores processuais, permitindo que os destinatários da prestação jurisdicional possam verdadeiramente compreender o que lhes é dito pelo Judiciário.

Nesse entendimento, de grande valia revelam-se as palavras proferidas pela Ministra Ellen Gracie Northfleet (2006) ao tomar posse como presidente

do Supremo Tribunal Federal, quando aduziu sobre o que compreende ser um sistema judiciário eficiente e operante: “Que a sentença seja compreensível a quem apresentou a demanda [...]. A decisão deve ter caráter esclarecedor e didático. Destinatário de nosso trabalho é o cidadão jurisdicionado, não as academias jurídicas, as publicações especializadas ou as instâncias superiores” e seguiu ressaltando que “Nada deve ser mais claro e acessível do que uma decisão judicial bem fundamentada”.

Portanto, a linguagem jurídica extremamente rebuscada, pomposa e preciosa é obstáculo para o acesso à justiça na medida em que afasta o cidadão leigo da real compreensão, em primeiro momento, de seus direitos e, posteriormente, do processo que trata sua controvérsia e da decisão que o resolve.

Simplificação da linguagem jurídica como instrumento fundamental de acesso à justiça

Como movimento de resistência ao juridiquês, à tendência contemporânea é que a linguagem jurídica apresente cada vez menos termos técnicos, a fim de tornar mais acessível à compreensão e aproximar o Poder Judiciário da sociedade. Porém, simplificação não significa perda da técnica e nem negligência na precisão: a abolição dos excessos de linguagem sinaliza para uma maior democratização do direito. A democratização implica uma aproximação do direito da realidade que procura representar e sobre a qual pretende agir, implica a adoção de uma postura que não cria divisões e separações entre discursos, quando a síntese e a simplicidade podem significar mais (BITTAR, 2010, p. 390).

Simplificar a linguagem jurídica significa traduzir de modo mais compreensível palavras que são de difícil reconhecimento, buscando um modo mais fácil de tornar a linguagem mais acessível, transparente e objetiva, objetivando alcançar a efetiva comunicação entre Judiciário e o destinatário da norma. A simplificação da linguagem jurídica surge, portanto, para tornar o que antes era incompreensível, obscuro e ininteligível, numa linguagem compreensível com termos mais simples, sem que seja necessário perder a precisão técnica, objetivando assim a aproximação de quem faz justiça a quem a ela recorre (TORRES, 2018).

Por meio da simplificação da linguagem é facilitado o acesso à justiça, desmistifica-se o juridiquês, contribuindo para compreensão e desburocratização, o que é fundamental para o exercício da cidadania, pois a compreensão de determinados termos jurídicos é que garante o exercício da cidadania.

No Brasil, registra-se como exemplo a edição da Lei Complementar nº 95 em 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Carta de 1988. No referido diploma, é clara a preocupação do legislador com a aproximação do texto legal ao seu destinatário, uma vez que ele não só estabelece as características principais para sua redação, como também ensina a escrever de forma a contemplá-las. A lei avançou em direção a uma democracia linguística porque estabelece um padrão simples para redigir, e assim afasta o rebuscamento e a erudição.

Outra iniciativa importante para o avanço da simplificação da linguagem foi o lançamento, em 2005, da campanha pela simplificação do juridiquês, promovida pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e que teve como bandeira a ideia de que “ninguém valoriza o que não conhece”. Assim, “A simplificação da linguagem jurídica é fundamental para a aproximação dos agentes do Direito com a população. Essa campanha não pretende abolir os termos técnicos, mas evitar os exageros que impedem a compreensão por parte da sociedade em geral dos textos jurídicos”, disse à época o presidente da AMB, Rodrigo Collaço. Porém, atualmente, não há ações da campanha na página eletrônica da AMB (FOLHAPRESS, 2005).

Outras ações espalhadas pelo país, em Tribunais e comarcas, no sentido de combate ao juridiquês – campanhas de simplificação da linguagem jurídica; fomento de cursos de atualização da linguagem jurídica entre serventuários e magistrados; desenvolvimento de cartilhas com o objetivo de esclarecer a linguagem jurídica, criação de revistas que contemplem peças jurídicas que contenham exemplos de expressões substituídas por alternativas mais simples – também contribuem com a mudança da linguagem jurídica.

Iniciativas como essa conduzem as camadas mais simples da sociedade ao pleno acesso à justiça ao levar aqueles que atuam no meio jurídico a refletirem sobre a necessidade de redigir peças processuais sob a ótica da simplicidade, clareza, concisão, e objetividade, com períodos curtos e na ordem direta, evitando-se adjetivações que pouco contribuem para esclarecimentos dos fatos e

das teses, facilitando a transmissão das ideias, além de se correr menor risco de erros gramaticais.

Considerações finais

Como essas reflexões demonstraram, o grande número de pessoas que não compreendem a linguagem usada no meio jurídico enfrentam dificuldades de demandar no Judiciário para dirimir eventuais conflitos. A incompreensão da linguagem jurídica pelo destinatário da norma, segundo Pierre Bourdieu, evidencia o Direito como uma forma de poder, pois torna inacessível ao cidadão comum a compreensão daquilo que o domina, daquilo que lhe impõe deveres, impossibilitando-o de questionar ou recorrer de uma decisão.

Porém, com claro objetivo de viabilizar o acesso à justiça àqueles economicamente hipossuficientes, a Carta de 1988 dispõe em seu artigo 5º que a lei não excluirá lesão ou ameaça a Direito da apreciação do Poder Judiciário, trazendo ainda no referido artigo o instituto assistência jurídica integral e gratuita. Porém, a linguagem rebuscada, por vezes rica em expressões de origem latina, utilizada nos pronunciamentos judiciais, continua sendo um entrave ao pleno acesso à justiça.

Com efeito, para camadas mais pobres da sociedade a compreensão do que é expresso pelo Poder Judiciário é sequer possível ao ter tutelado o seu direito, ao menos conseguem entender a resposta jurisdicional que lhe é concedida. Para resolver essa questão, é necessário o fomento à simplificação da linguagem jurídica como instrumento fundamental de resistência ao juridiquês e consecutivamente de acesso à justiça, aproximando o direito da realidade social sobre a qual procura agir e representar, minimizando divisões e separações entre classes sociais.

Alguns avanços concretos no sentido da simplificação da linguagem jurídica já foram alcançados: o advento da Lei Complementar nº 95 de 1998, estabelecendo técnicas para redação de normas que devem demonstrar clareza, precisão e ordem lógica; campanhas pela simplificação da linguagem jurídica realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entre outras. Porém ainda é necessário avançar mais.

Referências

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem Jurídica**. 5. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
- BLANCO, Patrícia. **Acesso ao direito e à justiça: um direito humano à compressão**. Disponível em: encurtador.com.br/hxyQZ. Acesso em: 15 maio 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: encurtador.com.br/yCGJV. Acesso em: 07 maio 2020.
- BREIM, Rafael. **O poder simbólico da linguagem jurídica: Sumária análise bourdieusiana acerca do “juridiquês”**. Disponível em: encurtador.com.br/moHO4. Acesso em: 20 maio 2020.
- CURY, César Felipe. Mediação. *In*: DIDIER JUNIOR, Fredie; ZANETI JUNIOR, Hermes; CABRAL, Trícia Navarro Xavier. **Coleção Grandes Temas do Novo CPC**, Justiça Multiportas, v. 9, p. 495-520. Salvador: JusPodivm, 2018.
- FOLHAPRESS. **Entidade combate uso de “juridiquês”**. 2005. Disponível em: encurtador.com.br/prwNP. Acesso em: 26 maio 2020.
- GRENGELL, Michael. BOURDIEU, Pierre. **Conceitos Fundamentais**. Trad.: Fabio Ribeiro. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.
- JESUS, Damásio Evangelista de. **A linguagem pomposa do juridiquês**. 2011. Disponível em: encurtador.com.br/rxzES. Acesso em: 15 abr. 2020.
- NORTHFLEET, Ellen Gracie. Palavras de agradecimento pelos discursos proferidos por ocasião da posse da Excelentíssima Senhora Ministra Ellen Gracie Northfleet, na Presidência do Supremo Tribunal Federal, e do Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Ferreira Mendes, na Vice-Presidência. **Diário da Justiça**, 15 maio Seção 1, p. 27-28. 2006. Disponível em: encurtador.com.br/bDE29. Acesso em: 30 abr. 2020.
- SLAIBI, Arthur Lavigne Gesteira. Uma crítica à linguagem jurídica: acesso, técnica, violência e efetividade. *In*: PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Org.). **Revista Direito UNIFACS: Debate Virtual**, n. 200, fev. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/mnxN3. Acesso em: 30 abr 2020.
- THEODORO JUNIOR, Humberto; NUNES, Direle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flavio Quinaud. **Novo CPC: Fundamentos e Sistematização**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- TORRES, Isabelle Christine Soares. **Linguagem jurídica: juridiquês como barreira à compreensão e acesso à justiça**. Disponível em: encurtador.com.br/ilquJ. Acesso em: 20 maio 2020.

14

Virtualização do trabalho subordinado: uma análise do teletrabalho e seus impactos na linguagem entre empregados e empregadores

Alice de Souza Tinoco Dias¹

Viviane Carneiro Lacerda Meleep²

Ari Gonçalves Neto³

A melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é concentrar toda a imaginação e entusiasmo na execução perfeita do trabalho de hoje (DALE CARNEGIE).

Considerações iniciais

O mundo contemporâneo vivencia diariamente profundas e estruturais transformações seja na forma originariamente estabelecida para a comunicação,

-
1. Oficiala de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade Gama Filho.
 2. Advogada e Assessora Jurídica do Município de Laje do Muriaé.
 3. Advogado Trabalhista. Mestre e Doutorando em Cognição e Linguagem.

a qual pelo surgimento das tecnologias da informação e comunicação podem se dar virtual ou presencialmente, seja nos modelos de trabalho e produção do capital. Neste sentido, vivencia-se em certa medida a virtualização do trabalho subordinado como um novo ramo em franca expansão. Isto é, pelo uso das TIC os trabalhadores podem, em específicos ramos de exploração da atividade econômica, prestar o serviço preponderantemente remoto, sem a necessidade da presença física junto aos estabelecimentos empresariais.

Em verdade, esta nova forma de trabalho tem revolucionado o mundo do trabalho, bem ainda expandido a utilização da linguagem virtual que antes era considerada instrumento apenas para distração e interação social, e não para o trabalho propriamente dito. Contudo, até a consolidação desta perspectiva do ponto de vista legal, longo caminho precisou ser percorrido na medida em que legislações específicas precisaram ser criadas para regulamentar este tipo de serviço garantindo o respeito aos direitos sociais dos empregados constitucionalmente assegurados. No Brasil os direitos do teletrabalhador materializaram-se com a publicação da Lei nº. 13.467/2017, a qual trouxe significativas contribuições para as relações de emprego.

Mas para a efetiva consolidação desta realidade virtual do trabalho subordinado, bem ainda para se garantir o acesso de todos os empregados neste novo mundo tecnológico e informacional, são necessários mecanismos cada vez mais de acordo com a proteção dos trabalhadores, assegurando ainda a livre iniciativa empresarial. Assim, analisa-se neste capítulo a virtualização do trabalho subordinado como uma nova forma de prestação de serviços por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A metodologia utilizada foi qualitativa baseada em estudiosos do tema e na legislação nacional.

Teletrabalho e os avanços da tecnologia da informação e comunicação

A expressão *trabalho remoto* ou *teletrabalho* surgiu juntamente com a TIC, trazendo a possibilidade de realização do trabalho fora dos muros da empresa (ROSENFELD; ALVES, 2011). Em verdade, uma das primeiras manifestações do trabalho remoto surgiu em meados dos anos 1950, contudo, suas primeiras manifestações deram-se a partir do momento em que se tornou prática

comum a produção têxtil e de calçados, bem ainda a produção de embalagens e montagens de materiais elétricos com produção, em parte, fora das indústrias (MIZIARA, 2018).

Assim, necessária é a distinção entre as expressões *trabalho em domicílio* e *teletrabalho*, na medida em que o primeiro diz respeito ao trabalho com maior aproximação com o trabalho industrial comum às atividades, por exemplo, do período da Revolução Industrial. Uma das características marcantes do trabalho em domicílio era a distribuição das fases da produção pelas casas dos trabalhadores, o que precedeu a concentração dos locais de produção industrial (HOLZMANN, 2011). Esta forma de trabalho correspondia ao processo de reestruturação da atividade produtiva como instrumento para se flexibilizar a estrutura de produção, sendo entendida como uma estratégia para a diminuição dos encargos das empresas e ao mesmo tempo como a precarização do trabalho (Ibidem).

Já o teletrabalho encontra-se menos contextualizado com a produção industrial, aproximando-se mais do uso das TICs. A expressão *teletrabalho* passou a ser alcunhada nos anos de 1970 com a convergência da noção de trabalho da época, especialmente para a perspectiva europeia e norte-americana.

A influência da crise energética e a popularização de seu uso, a redução do preço das TICs e o surgimento da telemática levaram, segundo Serra (1996), ao processo de consolidação dessas TICs. Nas décadas de 1970 e 1980 surgiram várias experiências de teletrabalho como alternativa para a redução da necessidade de deslocamentos dos trabalhadores de suas casas até seus postos de trabalho junto aos estabelecimentos empresariais (SERRA, 1996).

Sakuda (2011), no entanto, ressalta que a definição de teletrabalho não é una e indivisível. Pelo contrário, pois encontra-se nos compilados jurídicos nacionais e internacionais o uso de várias expressões para a definição do mesmo conceito. Nos Estados Unidos utiliza-se a expressão *telecommuting*, sendo que na Europa predomina a expressão *telework* (CASSAR, 2018). Neste sentido, *telecommuting* enfatiza o deslocamento entre o centro demandante do trabalho e o local onde é realizado. Já *telework* diz respeito às atividades realizadas pelos meios tecnológicos. Sendo que ambas dizem respeito ao universo da organização do trabalho e a atual tendência de realização das atividades laborais por meio dos instrumentos telemáticos sem necessidade de deslocamento do trabalhador para a sede física da empresa (SAKUDA, 2011). E além

dessas duas expressões, tem-se também o *home office* que se refere à modalidade de prestação de serviços dentro da perspectiva do *telework* ou *telecommuting*, eis que este trabalho é prestado diretamente da casa do trabalhador (MIZIARA, 2018).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) utiliza a expressão teletrabalho ressaltando as conceituações que esta modalidade de trabalho comporta. Nesta sistematização, o teletrabalho conceitua-se quanto suas diferentes variáveis, quais sejam, o local ou o espaço onde o trabalho se desenvolve; o horário ou o tempo de trabalho; o tipo de contrato; e as competências requeridas. E dentro dessas variáveis elencam-se diversas categorias de teletrabalho (MIZIARA, 2018). Ademais, as características do teletrabalho apresentam em comum o requisito da flexibilização dos locais de trabalho, bem assim o tempo dedicado a ele, pois substituem-se os períodos de deslocamentos do trabalhador até a sede da empresa pelo uso das ferramentas telemáticas para o exercício remoto das atividades (Ibidem).

Assim, e com o aumento consistente deste tipo de prestação de serviços subordinados a partir dos anos 1990, o tema do teletrabalho ganhou espaço e interesse acadêmicos. E não só, mas passou a exigir dos Estados e da própria OIT maior debate e regulamentação desta nova forma de prestação de serviços subordinados (ILO, 2004).

A OIT publicou em 1996 a Convenção nº 177 e a Recomendação nº. 184, ambas relacionadas ao trabalho “em domicílio”, tratando dos cuidados necessários da saúde e segurança desta modalidade de emprego. A OIT não disciplinou sobre o teletrabalho de forma abrangente (MIZIARA, 2018). E, segundo o autor, isso se justifica pelo fato de existirem diversas situações identificadas com o teletrabalho. Contudo, a OIT manifesta-se pela manutenção e utilização quando possível do teletrabalho – reconhecendo-o como prática crescente e destacando suas vantagens tanto para os empregados quanto empregadores, bem ainda para a sociedade (ILO, 2004).

Na perspectiva brasileira, tem-se que, em 2011, foi publicada a Lei nº 12.551, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passando a equiparar segundo as disposições do artigo 6º da CLT (BRASIL, DECRETO-LEI nº 5.254, 1942) a vinculação jurídica do trabalho presencial ao teletrabalho. Desta forma, estabeleceu-se a não diferenciação do trabalho presencial e aquele exercido do domicílio do trabalhador, bem ainda com aquele realizado

a distância, desde que presentes os requisitos para configuração da relação de emprego (MIZIARA, 2018).

Vale ressaltar que a Lei nº. 12.551 de 2011 foi positivamente recebida pelos entusiastas do teletrabalho. Mas esta legislação não disciplinou a contendo todas as nuances do teletrabalho, pois apenas tratou de garantir que o trabalho realizado a distância possuiria as mesmas características e direitos daquele realizado presencialmente no estabelecimento empregador (MELLO; FERREIRA, 2012). Vale ressaltar, ainda, que esta Lei provocou inúmeras inquietações, sobretudo no que se referia ao controle e pagamento pelo trabalho extraordinário. Mello e Ferreira (2012) afirmam que, como a Lei nº. 12.551 não apresentou nuances sobre a regulamentação da jornada de trabalho do trabalhador em regime de teletrabalho, demonstrou-se com isso que não havia a preocupação com a delimitação da jornada de trabalho nesta modalidade, isto é, os empregados em regime de teletrabalho não estariam sujeitos à jornada ou mesmo ao módulo semanal.

Atualmente é difícil estimar o quantitativo de teletrabalhadores pelo mundo, na medida em que os números apontados pelos estudiosos são em sua maioria divergentes. Entretanto, é uníssona a concepção de que se trata de uma tendência internacional e consistente. E tanto o é assim que, a fim de se reconhecer e regulamentar esta forma de prestação de serviços jurídicos, países como Portugal, Itália, Espanha, França, Finlândia, Estados Unidos, Argentina e Chile foram os primeiros a aprovarem legislações específicas, seguidos pela regulamentação do tema pela União Europeia (BARBOSA, 2010).

Em 2014, o Reino Unido aprovou lei concedendo o direito dos trabalhadores solicitarem a flexibilização de suas jornadas de trabalho, inclusive com direito de trabalhar em casa por período de tempo parcial ou integral. Essa inovação legislativa estendeu a flexibilização aos pais de filhos com até 16 anos (MIZIARA, 2018). Mas como se trata de um direito dos empregadores, pode ou não haver a concordância com a flexibilização, mas justificada deve ser a recusa. Cassar (2018) afirma que a justificativa para a criação desta lei cerra-se no fato de que é vantajosa aos empregados já perto de se aposentarem, bem ainda para os mais jovens que desejam completar seus estudos para o aperfeiçoamento profissional.

O Brasil, por seu turno, expandiu a definição legal a respeito do teletrabalho e, por meio da Lei nº. 13.467/2017, intitulada de Reforma Trabalhista, deu

a esta modalidade de prestação de serviço subordinado importante relevância jurídica. Ao todo, tem-se cinco dispositivos da CLT os quais dispõem sobre este tema. Em verdade, as inovações legislativas perpassam seja pelo teletrabalho seja pelo *home office*, bem ainda a alteração pontual no artigo 62 da CLT para excluir o teletrabalho do regime fixo de duração da prestação de serviços (MIZIARA, 2018).

A título exemplificativo, o artigo 75-D da CLT estabelece o repasse dos gastos com a compra e manutenção dos instrumentos utilizados para a prestação dos serviços aos empregados, sendo ajustado neste sentido por escrito (BRASIL, DECRETO-LEI nº 5.254, 1942). Além disso, o artigo 75-E da CLT dispõe que o empregador deverá instruir seus empregados em teletrabalho sobre a adoção de todos os cuidados para evitar tanto o surgimento de doenças ocupacionais quanto acidentes do trabalho; sendo que nestes casos o empregado deve assinar um Termo de Responsabilidade comprometendo-se a seguir todas as instruções prestadas (BRASIL, DECRETO-LEI nº 5.254, 1942).

Assim, considerando a contemporânea legislação afeta ao teletrabalho no Brasil se tem que esta modalidade de prestação de serviço subordinado constitui-se na forma de trabalho flexível que mesmo possuindo diferenças em relação às formas tradicionais de emprego não impede a caracterização da relação de emprego, eis que a Lei nº. 13.467/2017 nada alterou quanto aos artigos 3º e 6º da CLT.

A virtualização do trabalho subordinado

A reforma trabalhista instrumentalizada pela Lei nº. 13.467/2017 trouxe como dito anteriormente o conceito amplo e pragmático sobre o teletrabalho no *caput* do artigo 75-B da CLT. Segundo essa legislação, passou-se a considerar como teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora dos estabelecimentos empresariais, notadamente por meio da utilização das TICs (BRASIL, DECRETO-LEI nº. 5.452, 1942).

Neste sentido, extraem-se da citada lei dois elementos caracterizadores do teletrabalho, sem os quais inexistente o enquadramento legal à realidade fática. Assim, a prestação de serviços deve se dar preponderantemente fora das dependências do empregador. O segundo elemento é a utilização das tecnologias

da informação e da comunicação sem vinculação com o trabalho externo (MIZIARA, 2018). O autor ainda afirma que ambos o teletrabalhador e o empregado externo exercem suas atividades remuneradas extramuros, mas o segundo geralmente não possui local fixo para o exercício de suas atividades. Como exemplo deste tipo de empregado, têm-se o vendedor, o motorista, o trocador dentre outros trabalhadores externos. Cassar (2018) afirma que o teletrabalhador possui um local fixo para exercer suas atividades seja em uma cafeteria, em sua própria residência, seja em qualquer outro local. Assim, ambos exercem suas atividades laborais na maior parte do tempo fora das dependências do empregador.

Para o teletrabalho, portanto, o que importa é que o tempo preponderante de serviço ocorra fora do estabelecimento patronal. De modo que se este contexto não se demonstrar restará descaracterizado o regime de teletrabalho, com a inclusão do trabalhador no rol dos empregados sujeitos ao regime próprio de duração do trabalho (CASSAR, 2018).

Registra-se ainda que, segundo Miziara (2018), existem diferenças entre o teletrabalho e o trabalho em domicílio, entendido este como aquele “executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunere” de acordo com o artigo 83 da CLT (BRASIL, DECRETO-LEI nº. 5.254, 1942). Ou seja, ambas as formas correspondem a trabalho a distância e nisso se assemelham. Mas existe uma peculiaridade que os diferencia. Neste sentido, Cassar (2018) afirma que o teletrabalho realiza-se por meios tecnológicos e eletrônicos, na medida em que o comparecimento às dependências do empregador para a realização das atividades que exigem a presença física do empregado não descaracteriza o regime do teletrabalho, de acordo com o estabelecido no artigo 75-B, parágrafo único, da CLT. Cassar (2018) conclui que a presença esporádica do empregado ao estabelecimento empresarial para reuniões, *meetings* ou qualquer outra atividade específica não é fator ensejador da descaracterização do teletrabalho.

Assim, afirma-se que no Brasil o teletrabalho possui como características a prestação de serviços preponderantemente, ou seja, mais da metade do tempo fora das dependências do empregador; com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, sendo que o exercício das atribuições dá-se sem a necessidade de constante locomoção, a fim de que não se configure trabalho meramente externo.

A linguagem virtual e sua utilização para a prestação de serviços subordinados a distância

Pierre Lèvy (1996) afirma que a linguagem virtualiza o tempo real. Este, por sua vez, mantém aquilo que está vivo, ou seja, o aqui e o agora. De modo que a linguagem inaugura quanto o passado quanto o futuro e, no geral, o tempo como um reino em si mesmo; uma extensão provida de sua própria consistência. Neste sentido, os seres humanos com o surgimento da linguagem passaram a habitar um espaço virtual, de modo que o fluxo temporal foi tomado como um todo – sendo o presente imediato atualizado apenas parcialmente (Ibidem).

Além disso, Lèvy ainda afirma que a linguagem verbal é uma atividade complexa que possibilita ao homem representar a realidade física e social, desde o momento em que é aprendida. Segundo o autor, é, ainda, uma atividade que permite a regulação e orientação tanto da ação própria quanto da ação alheia. Por meio dela é possível a representação e a regulação do pensamento e intenções de natureza diversas e desse modo influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais anteriormente inexistentes (Ibidem).

Pela linguagem verbal se fazem críticas e elogios, acusações e defesas; implantou-se uma nova forma de utilização da linguagem cujo objetivo principal foi o estabelecimento de uma nova etapa ou método de comunicação entre as pessoas, adaptando-se a uma necessidade ou criatividade em buscar comunicar-se de forma eficiente, especialmente, por meio da comunicação virtual (Ibidem).

Neste sentido, e considerando as constantes mudanças pelas quais as organizações humanas, especialmente, aquelas relacionadas ao trabalho estão sendo expostas, torna-se exigível cada vez mais respostas rápidas às turbulências e exigências do mercado de trabalho. Os incrementos tecnológicos e os avanços científicos já fazem parte da vida dos trabalhadores em geral (CASSAR, 2018), de modo que as empresas têm exigido de seus empregados a disposição para a preparação dos atuais desafios. Em verdade, a conjugação entre a linguagem humana e as novas TICs se impõe como o novo marco para a sociedade humana, com significantes impactos no universo do trabalho subordinado (MIZIARA, 2018).

Diante disso, a forma como ocorre o processo de adaptação dos trabalhadores às modernas organizações empresariais pode influenciar fortemente

como se dará a trajetória profissional do indivíduo. Vale ressaltar que o encurtamento das distâncias pelo uso das TICs estabelece uma nova e importante forma de uso da linguagem e do trabalho humano (CASSAR, 2018). Essa nova relação a distância entre os empregados e empregadores exige grande interesse em adaptar-se ao novo. Ou seja, é necessário o esforço comum entre os atores das relações de trabalho a fim de que compreendam e assimilem a cultura, as rotinas e os processos internos da organização (Ibidem).

Contudo, mostra-se necessário mas ao mesmo tempo difícil garantir que os trabalhadores que estão inseridos no trabalho a distância possam se sentir pertencentes ao trabalho junto aos seus empregadores e consigam prestar os serviços para os quais se prontificaram a realizar. Em verdade, trata-se do novo dilema da sociedade tecnológica do século XXI, a qual paulatinamente incorpora como o Brasil o fez, sobretudo, a partir da Lei nº. 13.467/2017, a nova modalidade de prestação de serviços atenta à conjugação das TIC e o trabalho subordinado, com profundos reflexos na forma como até então a linguagem regia às relações de trabalho (MIZIARA, 2018).

Castells (1999) afirma que as inovações do trabalho e do mercado de trabalho desencadearam com o avanço tecnológico profundas transformações sociais. Em verdade o autor assenta que todo processo de trabalho encontra-se no cerne da estrutura social. E que a transformação tecnológica e administrativa do trabalho e das relações produtivas dentro e em torno da empresa emergente em rede é o principal instrumento por meio do qual o paradigma informacional e o processo de globalização afetam a sociedade em geral (Ibidem).

Ainda segundo Castells, vários foram os fatores que aceleraram o processo de transformação do trabalho, na medida em que a tecnologia da computação e suas aplicações progrediram a passos largos e tornaram-se cada vez mais acessíveis e melhores, possibilitando a aquisição e utilização em larga escala. Além disso, a concorrência global promoveu a corrida tecnológica e administrativa entre as empresas em todo o mundo, passando a maioria delas a estabelecerem formas de ação baseadas na flexibilidade e atuação em redes (Ibidem).

Assim, na perspectiva das TIC – bem ainda do teletrabalho com um claro exemplo de prestação de serviço moderno e alinhado às novas formas de utilização da linguagem virtual para a prestação de serviços –, permanecem o proveito econômico e o poder diretivo concentrados nas mãos do empregador, o qual é o responsável pela gestão dos fatores de produção, como também

pela higidez do ambiente laboral a circundar seus trabalhadores (CASSAR, 2018). Consequentemente a empresa ao contratar empregados em regime de teletrabalho deve suportar os gastos com a compra dos equipamentos e insumos necessários à prestação de serviços, bem ainda deve adquirir os materiais bastantes que assegurem também a integridade psicofísica dos trabalhadores, conforme estabelece o artigo 75-E da CLT (BRASIL, DECRETO-LEI nº 5.452, 1942).

E de acordo com Miziara (2018), o artigo diz respeito à responsabilidade patronal de fiscalizar e assegurar a integridade dos equipamentos e dos processos produtivos independentemente da forma de prestação de serviços, até mesmo porque o artigo 157, I, da CLT, impõe expressamente o dever de cumprimento das normas de medicina e segurança do trabalho. De modo que, neste sentido, é a redação do artigo 16 da Convenção 155 da OIT ratificada pelo Brasil pelo Decreto nº. 1.254/1994. Já no plano constitucional há o impedimento à transferência dos encargos com o teletrabalho aos empregados, de acordo com o que dispõem os artigos 7º, XXI e XXIII, e 225, *caput*.

Ademais, o meio ambiente de trabalho adequado não pode se restringir aos elementos materiais e físicos que constituem as modalidades de emprego, na medida em que o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, além desses, estabelece que o aspecto imaterial da organização do trabalho apresenta relação direta com a metodologia produtiva (CASSAR, 2018). Desse modo, o teletrabalho apresenta-se como uma nova metodologia de trabalho a condicionar não apenas a dinâmica das atividades produtivas dos empregados, como também os impactos na integridade física destes (Ibidem).

E dentre os conflitos oriundos da inadequada organização dos fatores imateriais do meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho, destaca-se a dificuldade imposta ao trabalhador no que diz respeito ao controle de sua jornada e à própria separação do tempo de trabalho e os demais períodos a serem dedicados à família, ao descanso e às atividades sociais. Em total desconsideração a tais aspectos inerentes ao meio ambiente laboral e à própria integridade psicofísica dos trabalhadores, o inciso III do artigo 62 da CLT estabeleceu nítida distinção de direitos entre os empregados que realizam suas atividades no ambiente empresarial e aqueles que exercem no seu domicílio ou a distância, na medida em que estes últimos estão excluídos, como já dito, das regras de duração do trabalho (MIZIARA, 2018).

Os meios tecnológicos utilizados atualmente viabilizam diversas funções para o campo virtual. Nas relações de emprego, as novas tecnologias podem assegurar o amplo controle da prestação do serviço, mais do que presencialmente. Desse modo, as atividades desenvolvidas pelos empregados em teletrabalho está intrinsecamente relacionada aos sistemas de tecnologia e inexistem óbices para os empregadores empreenderem o controle ordinário da jornada (CASSAR, 2018).

Assim sendo, verifica-se que a nova linguagem no campo do trabalho assegurada pelas TICs fomenta o processo de mudança das estruturas de prestação de serviço subordinado no mundo, facultando aos particulares a pactuação da prestação de serviço remoto sem a necessidade da presença física do empregado na empresa, diminuindo-se os gastos e aumentando a comodidade e produção das atividades. Contudo, esta nova realidade requer muitos cuidados e fiscalizações pelos órgãos competentes, a fim de que não seja instrumento de violação de direitos e o fator do surgimento de doenças ocupacionais. De todo modo, esta perspectiva veio para ficar e encontra a cada dia que passa mais espaço no mercado de trabalho.

Considerações finais

Neste capítulo tratou-se do teletrabalho, já regulamentado no Brasil, como sendo uma das modalidades de trabalho que podem ser realizados virtualmente por meio do uso das TICs. Desse modo, restou claro o processo de virtualização do trabalho subordinado no Brasil como sendo algo viável e lucrativo tanto do ponto de vista do empregado quanto do empregador.

Contudo, por se tratar de uma nova modalidade de prestação de serviços, deve-se dedicar atenção especial a este tipo de trabalho, sobretudo a fim de evitar a precarização da mão de obra e a violação dos direitos sociais dos trabalhadores. A atualização sistemática da legislação se impõe como um dever do Estado brasileiro, na medida em que se trata de um campo em franca expansão.

Assim, claro está que a TIC, além de promover uma revolução no campo das relações sociais, alterou de modo substancial e sem chances de retrocessos o mundo do trabalho, estabelecendo uma nova perspectiva para as relações de trabalho subordinado. E por se tratar de uma perspectiva atual e promissora, a virtualização do trabalho merece o cuidado não só legal

mas também acadêmico, a fim de garantir todo o substrato necessário para o aperfeiçoamento desta modalidade de trabalho fruto das inovações nos campos da linguagem, da informática e da comunicação.

Referências

- BARBOSA, F. B. S. **A regulamentação jurídica do teletrabalho**. Horizonte Científico, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2010.
- BARBOSA, F. B. S. Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 2011. Seção 1. Disponível em: encurtador.com.br/eI237. Acesso em: 31.mai.2020.
- BARBOSA, F. B. S. Decreto-Lei nº 5.254 de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: encurtador.com.br/izIM1. Acesso em: 31.mai.2020.
- BARBOSA, F. B. S. Lei nº 13.467 de 2017. **Reforma Trabalhista**. Disponível em: encurtador.com.br/cGN07. Acesso em: 31.mai.2020.
- BARBOSA, F. B. S. **Decreto nº 1.254 de 1994**. Disponível em: encurtador.com.br/goAZ6. Acesso em: 31. maio 2020.
- CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho de acordo com a reforma trabalhista**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.
- CASTELLS, M.. **A Sociedade em Rede**. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Vol. 1.
- HOLZMANN, L. Trabalho a domicílio, p. 437-440. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- ILO – International Labour Organization. **Making work arrangements more family-friendly**. 2004. Disponível em: encurtador.com.br/wxPVW. Acesso em: 31 maio 2020.
- LÈVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: 34, 1996.
- MELLO, A. A. A.; FERREIRA, W. T. Normatização, regulação e legislação para o teletrabalho, p. 712-720. In: MATHIAS, I.; MONTEIRO, A. (Org.). **Gold book: inovação tecnológica em educação e saúde**. Rio de Janeiro: Uerj, 2012.
- MIZIARA, Raphael. A reforma sem acabamento: incompletude e insuficiência da normatização do teletrabalho no Brasil. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 189, ano 44, p. 61-80. São Paulo: RT, maio 2018.
- ROSENFELD, C. L.; ALVES, D. A. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. **Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 1, p. 207-233, 2011.
- SAKUDA, L. O. **Teletrabalho: desafios e perspectivas**. 163 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Programa de Pós- Graduação em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2001.
- SERRA, P. **O teletrabalho: conceito e implicações**. 1996. Disponível em: encurtador.com.br/dkvHX. Acesso em: 31.mai.2020.

15

A linguagem como instrumento de desenvolvimento do senso de dignidade humana em adolescentes sob regime de internato militar no Brasil

Marcos Felipe Almeida Mota¹

Hideliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral²

Para entendermos a linguagem dos inspirados, seria necessário sermos nós mesmos inspirados. Não sendo assim, tudo o que nos dizem de obscuro e inconcebível não passa para nós de palavras sem ideias. É como se nada nos dissessem (ROUSSEAU).

Considerações iniciais

O presente capítulo objetiva analisar grupos egressos de colégios militares; emprega metodologia qualitativa com base em pesquisa bibliográfica,

-
1. Graduado em Ciências Militares (ABMDPII). Oficial Bombeiro-militar.
 2. Pós-doutoranda em Direito. Doutora e Mestra em Cognição e Linguagem. Professora dos Cursos de Direito e Medicina. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética e Dignidade Humana (Gepbidh). Membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc).

exploratória em relação aos documentos analisados e pesquisa de campo em relação aos militares em questão; consistente em entrevistas realizadas por meio de questionário semiestruturado.

Busca-se explicar a importância da linguagem para a aquisição de certas posturas referentes ao sistema militar e as implicações que esse vocabulário desperta no desenvolvimento dos adolescentes em regime de internato e a importância que essas palavras passam a ter no padrão de comportamento deles, a noção de pertencimento a uma corporação e a preservação da dignidade não só individual como coletiva.

Foi questionada a aplicação de um *modus operandi* de atitudes, percepções e experiências vividas, no intuito de perceber o aparato linguístico como catalisador do senso de dignidade humana intra e interpessoal. Os dados foram separados em categorias para observar padrões de discurso e auxiliar nas conclusões desenvolvidas sob raciocínio indutivo.

No que se refere a internato militar, são tomados estes colégios militares para referência da pesquisa: o Colégio Naval, da Marinha do Brasil; a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, do Exército Brasileiro; e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, da Força Aérea Brasileira.

Brio, orgulho e dignidade são usados como sinônimos para facilitar o entendimento dos entrevistados nas perguntas feitas durante a entrevista. Pelo método pedagógico militar ser imbuído de padronizações na linguagem verbal, este capítulo busca enriquecer o entendimento do leitor com a exploração de linguagens não verbais presentes no militarismo, exemplificadas por gesticulações, entonação da voz, apitos, toques de corneta e outros signos sensoriais.

Contextualização dos colégios militares

A proposta do ensino sob regime de internato é a massificação da cultura organizacional por imersão no meio. Como afirma Moreira (2011, p. 12), “No caso das academias militares, é digna de nota a projeção contínua de elementos de memória na formação de um discurso acerca da própria caracterização da cultura e da identidade militar”.

Nessa perspectiva, o ensino oferecido pelas instituições em regime de internato se apresenta da seguinte forma: utiliza-se o método tecnicista de

ensino como um dos principais métodos de aprendizagem e sistematização, oriundos de behaviorismo. Neste método, os recursos empregados, assim como o andamento da aula em si, são rígidos e têm o máximo de programação possível, incluindo palavras, gestos e descontrações específicas. São estimuladas as adaptações constantes do indivíduo, e situações de conflito são impostas em frequências e escalas demarcadas pelas diretrizes internas previstas. Tais situações, no decorrer do tempo, sofreram suas próprias adaptações, por conta do advento de novas leis, tendo como alvo jovens e o currículo da educação básica.

O currículo se pauta por sua característica preparatória, visando ingresso no ensino superior militar, com o aprofundamento em ciências da natureza, dedicada a compreender os fenômenos físicos, químicos e biológicos que envolvem o cenário de guerra, desde o funcionamento de armamentos, navios, tanques e aviação de caça, até as capacidades fisiológica e psicológica de um contingente para executar um conjunto de tarefas, comumente concebidas como intrínsecas ao conceito do termo “missão”.

Desenvolvimento de pesquisas na área de adolescência e linguagens e suas aplicações no internato militar brasileiro

O uso da linguagem no meio militar objetiva principalmente a formação da denominada “identidade militar”, expressão cunhada por Castro e Leiner (2009, p. 242) em suas pesquisas etnográficas nessa área.

Durante a adolescência, a grande gama de formas de linguagem verbal e não verbal tem papel fundamental na formação da mente. Como exemplo, Fogaça *et al.* (2019, p. 218) citam que “A dimensão instrumental da competência social está relacionada com consequências reforçadoras imediatas para o indivíduo que se comporta”. É necessário considerar também as dificuldades de formação da *psique* humana saudável em cenários de deficiência materna e paterna, bem como fatores neurobiológicos, identificados por Monteiro (2016).

Há, nesse contexto, três frentes de desenvolvimento que devem ser confirmadas como existentes nesse processo de imersão do adolescente: reforço positivo presente durante o processo de adaptação à imersão; equilíbrio nos estímulos pertinentes à figura materna e paterna durante a infância e adolescência; e padrões neurobiológicos sem alteração fisiológica.

Ao observar os objetos de estudo, o método aplicado foi utilizado em teses e dissertações ao longo das últimas décadas, sendo predominante sobre a instituição Exército Brasileiro, na Academia Militar das Agulhas Negras, apontados pelos antropólogos Celso Castro e Piero Leirner.

Não existem estudos com profundo investimento em coleta de dados que tomem por objeto os adolescentes dos internatos militares brasileiros. A predominância dos estudos circunda entre a decodificação de padrões na formação de mulheres em regime de internato militar, inseridas no início deste século, e tópicos específicos como famílias de militares, reservistas, dentre outros. Ademais, existem diversas legislações que consolidam o cenário do Ensino Médio sob regime de internato, as quais, quando cumpridas, facilitam a adaptação do adolescente nos novos padrões de linguagem. Pode-se citar, por exemplo, “[...] o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social” da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL. LDB 9394, 2006), pontos de incentivos primordiais durante o Ensino Fundamental, sem os quais o estudante pode encontrar dificuldades de adaptabilidade no processo de agregar novos valores, atitudes e comportamentos.

Inclusive, no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL. Lei Federal n. 8.069, 1990), no capítulo II, são assegurados os tratamentos sem ridicularização, humilhação ou ameaças. É do senso comum julgar que o ambiente militar desenvolve práticas que incorrem em ofensa ao inciso supracitado. Porém, o ambiente de formação militar também se reinventa constantemente, com metodologias diversas e profissionalismo cirúrgico, começando desde os oficiais superiores até os que têm contato direto, comumente chamados “adaptadores”.

As entrevistas e suas implicações

Foram entrevistados 8 ex-alunos de colégios de Ensino Médio em regime de internato. Um oriundo da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EspCEX), 3 oriundos do Colégio Naval e 4 oriundos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr). Segundo Ramos e Nascimento (2019, p. 71), “Os adolescentes levam à escola, cotidianamente, uma bagagem expressiva de conhecimentos decorrentes de suas experiências de vida na família e nas

interações sociais que realizam [...]”. Por serem dotados de um repertório de conhecimentos, as capacidades de adaptação não seguem um padrão. Por conseguinte, esta evidencia tanto o nível de imersão à qual o adolescente é exposto, quanto a utilidade dos conhecimentos agregados pela educação ao longo dos anos.

De acordo com a entrevista, os jovens adentram o internato com idade na faixa de 15 a 17 anos e concluem entre 17 e 19 anos. Deve-se levar em conta que os entrevistados ingressaram nas respectivas escolas militares entre os anos de 2006 e 2012, sendo estes nascidos nos anos 90, integrantes da geração Z, adaptados ao imediatismo da comunicação sem escalas, múltiplas tecnologias e customização, características essas corroboradas por Ramos e Nascimento (2019): “curiosidade é uma característica inerente à fase da adolescência. Curiosidades de natureza pessoal, coletiva, física, emocional e social suscitam buscas pelas respostas e explicações de cunho cognitivo e afetivo”. Tem-se uma forte impulsão pela decodificação dos novos rituais expiatórios a que é submetido, catalisando a ansiedade para adaptar-se a esse novo processo: a reeducação da linguagem.

Durante essa referida reeducação, um dos pontos críticos que toca no senso de dignidade humana do adolescente é o processo de “purgação” do “velho homem”, como o militarismo define por “civil” ou “paisano”, como citou um dos entrevistados: “[...] os instrutores se referiam aos que não eram militares com a palavra ‘paisano’, com um sentido pejorativo, coisa que criou um entendimento não declarado a todos que o militar é uma ‘espécie’ diferente de ser humano [...]”.

Constata-se a criação de uma fronteira simbólica entre o “paisano” e o agora “militar”, reforçada (como poderia inferir Skinner em seus experimentos sobre o comportamento humano) pela repetição constante (*decoro*, do latim, *de* + subst. lat. *cor, cordis* ‘coração’, “levar ao coração”. Enquanto “paisano”, a ênfase era a repetição de palavras que inferiorizavam o senso de dignidade, assim: “No começo, [...] éramos chamados de “monstros”, “qib” (q.i. baixo), “mulambo”, “lixão”, entre outros. [...] muitas das vezes comigo me fazia sentir menosprezado e desajustado” (CARRIJO, 2020). O reforço negativo era enfatizado na personalidade “paisana” recém-chegada ao “mundo de dentro”. Essa baixa inicial no senso de dignidade através da linguagem repetitiva e repressiva foi também afirmada pelo entrevistado Jesus (2020): “Era só mais uma forma de intimidar as pessoas e gerar controle”.

Em contraponto ao declarado, foram registrados reforços positivos quando em momentos de coletividade. O reforço ao coletivo é iniciado desde os primeiros dias de adaptação do adolescente, com novas linguagens em todas as esferas de interação social (nome, língua, rotina, uniforme, aparência, divisão do trabalho e padrão de tratamento). O intuito sempre foi a formação do novo ser humano: menos afetividade, mais coragem e pragmatismo. Era imposta a coletividade para sublimar a particularidade de cada um, superestimando as ações que demonstram união e espírito de pertencimento à corporação, objetivando desenvolver o senso de instituição forte, fundamental para solidez do sentimento de soberania nacional.

Tais entendimentos foram percebidos e interpretados de acordo com o que proferiu Amorim (2020): “Uma das formas mais efetivas, em termos de absorção de patriotismo e valorização do cidadão, que marcaram meu caminho foram o culto à bandeira e à rotina”. Entre outras afirmações nas entrevistas, Oliveira (2020) reafirma a ideia de coletivo em unidade: “Não existe cor nem sexo [...] a maior prova disso é o uniforme, que [...] nos torna um corpo [...]”.

O reforço positivo pôde ser registrado em diversos tipos de práticas, como a entonação de canções militares durante o deslocamento de um grupo (pelotão, companhia), marchas ou brados. Como afirmam Silva e Costa (2018, p. 9) após aplicar um questionário com militares de sua instituição: “[...] a opção mais escolhida foi ‘União’, seguida por ‘Determinação’, ‘Força’ e ‘Coragem’”. E como afirmou também Carrijo (2020): “[...] o uso de ‘brados’ enquanto em grupo era algo que realmente trazia um ânimo ao espírito, e proporcionava um sentimento de elevação moral”.

Como foi possível constatar, ocorreram dois tipos de movimentos simultâneos: a longo prazo, situação em que o “paisano” entra no meio militar e, progressivamente, vai alcançando valorização pelo grupo como alguém que tem valor excepcional, como também relatou Carrijo (2020): “[...] Com o decorrer do ano as coisas aos poucos iam mudando [...] passamos de ‘monstros’ e ‘lixos’ para ‘Alunos quase Cadetes’, que representavam o melhor da sociedade, meio que uma ‘elite da sociedade’”. E movimento de curto prazo, no qual se diminui o valor do indivíduo e superlativa o valor da Bandeira e de símbolos nacionais, a fim de imbuir de abnegação o mais novo militar formado.

Ambos os processos se iniciam com o uso da linguagem para suprimir frações da dignidade humana em busca da formação da identidade militar

coletiva e do culto à bandeira ideal, abnegado e patriota, como explica Ferreira (2020): “quando o comandante bradava ‘Nascente!’, e todos os demais deveriam dizer ‘aqui se aprende a amar a pátria’”.

O terceiro ponto presente nas entrevistas foi o exemplo que o superior demonstra no sentido de liderança, brio e orgulho. Para Goltara (2020), “[...] aprendemos a agir corretamente nas diferentes situações [...]. E, como nosso aprendizado vem dos militares mais antigos, acredito que as atitudes deles nos fazem escolher se devemos seguir seus exemplos [...]”.

Quando se trata de “mais antigos”, refere-se a superiores, líderes que estão no local como instrutores. O entrevistado ressalta que o superior testa, o tempo todo, o senso de dignidade adquirido durante o processo de aprendizagem do novo mundo: o mundo militar. Assim, como ressaltou Goltara (2020) durante a entrevista: “É notório que qualquer adolescente que é inserido em internato militar amadurece antes como cidadão, pois desde jovem é obrigado a trilhar seu próprio caminho, sendo responsabilizado por suas próprias escolhas”. Nesse sentido, pode-se perceber que o jovem desenvolve em sua personalidade a necessidade de executar ordens com níveis de excelência para evitar uma desqualificação entre os superiores e o coletivo. Porém, a longo prazo, a personalidade condicionada ao esmero ininterrupto pode se tornar causa de degradação de partes da *psique*, induzindo que o próprio indivíduo reprima seu eu (*ego*) em busca da perfeição.

A liderança de superiores externa exemplo de padrão militar ao tempo que responsabiliza pelas escolhas tomadas. Algumas vezes a responsabilização advém até mesmo de fatos não cometidos pela própria pessoa, mas sim por um membro de uma equipe, de modo que todos são admoestados por igual, como resalta Ferreira (2020), no trato com o coletivo: “A fala sempre era feita com impessoalidade e para o coletivo, quantos vezes não foram as situações em que se tomava ‘esporros’ por atos que não haviam sido praticados por mim e por grande parte da tropa”.

Considerações finais

A linguagem no ambiente militar e, em especial, nos processos de formação de jovens e adolescentes, é utilizada em duas nuances diferentes: a primeira, reverbera o senso de dignidade original reprimido, ressignificado no

intento de desenvolver uma diferenciação entre o “velho e novo homem”. O “velho homem” tem por vocativos comuns “paisano” e, formalmente, “candidato”, ambos “aspirantes” em se tornar seres superiores.

A superioridade é estimulada paulatinamente com a valorização do homem quando em grupo, tropa, unidade. Com o corporativismo, surgem os símbolos máximos nacionais que impetram a estes, agora militares, a honra de serem guardiães da soberania nacional. O novo formato da pessoa militarizada se define sem espaço para personalizações, sendo arriscado desenvolver de forma desequilibrada a *psique* humana nesta faixa etária como preço para classificar-se “pedra angular de hierarquia e disciplina”.

Contra o desequilíbrio, são executados processos de dessensibilização sistemática, nos quais, caso não sejam executados de forma correta, causam danos permanentes. O intuito é minar parte da criatividade para dar lugar aos padrões de pensamento do sistema vigente, como a noção de pertencimento a uma reunião de indivíduos (o homem institucionalizado), com o dever de honrar a confiança do povo através da salvaguarda da soberania nacional e seus símbolos. Neste caso, o militar, no ente abstrato chamado Estado, torna-se agora braços e mente de potencial coercitivo, instrumentos diretos da projeção de poder ante outros países e guardião da estabilidade das instituições.

Desta forma, o ambiente de internato militar, ao longo dos anos, realiza uma troca: abdica-se de manifestações de personalidade através dos amplos espectros da linguagem e suas degradações psicológicas de longo prazo, para receber plena sensação de pertencimento em um nível excepcional de grupo social de alta performance, conhecimentos e responsabilidade.

Referências

- AMORIM, Jean Barbosa. **Questionário sobre as linguagens no meio militar e seus impactos psicossociais na adolescência**. [Entrevista concedida a] Marcos Felipe Almeida Mota. Rio de Janeiro, 2020.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: enurtador.com.br/aivE2. Acesso em: 20 maio 2020.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96**. Disponível em: <https://bityli.com/990T9>. Acesso em: 20 maio 2020.

- CARRIJO, Rômulo Martins dos Santos. **Questionário sobre as linguagens no meio militar e seus impactos psicossociais na adolescência.** [Entrevista concedida a] Marcos Felipe Almeida Mota. Rio de Janeiro, 2020.
- CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Org.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- FERREIRA, Marcelo Mattozinho. **Questionário sobre as linguagens no meio militar e seus impactos psicossociais na adolescência.** [Entrevista concedida a] Marcos Felipe Almeida Mota. Rio de Janeiro, 2020.
- FOGAÇA, Fabiane Ferraz Silveira *et al.* O desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência como ápice comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, São Paulo: USP, 2019.
- GOLTARA, Jairo Amorim Padilha. **Questionário sobre as linguagens no meio militar e seus impactos psicossociais na adolescência.** [Entrevista concedida a] Marcos Felipe Almeida Mota. Rio de Janeiro, 2020.
- JESUS, Fernando Batista Pereira. **Questionário sobre as linguagens no meio militar e seus impactos psicossociais na adolescência.** [Entrevista concedida a] Marcos Felipe Almeida Mota, Rio de Janeiro, 2020.
- MONTEIRO, Michelle Popenga. Fatores que contribuem para formação de uma personalidade psicopatia em crianças e adolescentes: uma análise neurobiológica e social. **Journal of Child and Adolescent Psychology**. Akron: Society of Clinical Child and Adolescent Psychology, 2016.
- MOREIRA, Nádia. Instituições Militares: Uma Análise Sociológica. **Programa de pós-graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- OLIVEIRA, Robson William. **Questionário sobre as linguagens no meio militar e seus impactos psicossociais na adolescência.** [Entrevista concedida a] Marcos Felipe Almeida Mota, Rio de Janeiro, 2020.
- RAMOS, Luiza Oliveira Lacerda; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. Competências gerais da BNCC para os estudantes adolescentes dos anos finais do ensino fundamental: um estudo interpretativo para o desenvolvimento da aprendizagem. **Revista Pedagógica**. Chapecó: v. 21, p. 63-84, 2019.
- SILVA, Henrique Assis; COSTA, Leon Denis. **O emprego das Canções Militares e seus efeitos nas percepções de alunos do Curso de Formação de Praças no Município de Cristalina/GO.** Trabalho de Conclusão do Curso de Formação de Praças – 2018. Goiânia: Polícia Militar de Goiás, 2018.

16

O uso da linguagem no (ciber)bullying contra crianças e adolescentes

Inessa Trocilo Rodrigues Azevedo¹

Viviane Bastos Machado²

A escola será cada vez melhor, na medida em que cada ser se comportar como colega, como amigo, como irmão (PAULO FREIRE).

Considerações iniciais

A Lei nº 13.185/2015 instituiu o programa de combate à intimidação sistemática, o bullying. Segundo esta lei especial, são consideradas práticas de intimidação sistemáticas ações de violência de caráter repetitivo contra a vítima, que serão explicadas no decorrer deste capítulo.

-
1. Doutora e Mestra em Cognição e Linguagem. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal e Direito Educacional. Graduada em Direito. Pesquisadora. Advogada. Professora universitária.
 2. Doutoranda em Ciências Jurídicas e Mestra em Cognição e Linguagem. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Direito Constitucional aplicado, Gestão e Ensino a Distância, Gestão educacional. Graduada em Direito. Advogada. Professora universitária.

Dentre as ações e comportamentos da prática de bullying estão inseridos insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, bem como as expressões preconceituosas contra a pessoa ofendida. As práticas mencionadas referem-se ao bullying verbal e ao bullying moral, espécies que têm o uso da linguagem falada e da linguagem escrita por parte do autor. Estas serão as espécies de intimidações sistemáticas abordadas neste capítulo, que também abrangerá a prática do cyberbullying, ou seja, a intimidação sistemática cometida na rede mundial de computadores, no ciberespaço.

De acordo com a Lei nº 13.185/2015, o bullying verbal consiste na prática de insultos, xingamentos e apelidos pejorativos. O bullying moral é a conduta de calúnia, difamação e disseminação de rumores contra a vítima. Em ambas espécies de bullying verifica-se que o agente utiliza da linguagem depreciativa sistemática para afetar a vítima e diminuí-la ou menosprezá-la em sua honra. O ambiente escolar é um dos locais em que se observa a constante prática de bullying contra crianças e adolescentes, que também acaba se estendendo para o ambiente virtual, através de redes sociais, o ambiente da prática do cyberbullying.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, dentre outros direitos fundamentais, assegura direito e respeito às crianças e adolescentes – pessoas humanas que estão em processo de desenvolvimento. Por sua vez, a legislação estatutária também assegura o direito à liberdade de opinião e expressão às crianças e adolescentes (BRASIL, 2017). Nesse sentido, é importante destacar a necessidade de reconhecimento dos direitos fundamentais mencionados, da busca pela igualdade de direitos, mas também da determinação de limites para que a prática de bullying verbal e moral seja combatida em todos os ambientes físicos e virtuais.

Este capítulo aborda a compreensão do direito ao respeito à inviolabilidade da integridade moral e da dignidade das crianças e adolescentes, o debate entre igualdade e liberdade, o cyberbullying no contexto da criança e do adolescente, com a perspectiva de compreender o uso da linguagem tanto para a garantia de direitos quanto para a repressão à linguagem depreciativa utilizada na prática do bullying verbal e moral.

Direito ao respeito e à inviolabilidade moral de crianças e adolescentes e combate à linguagem depreciativa no bullying

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei n. 8.069/90, o Direito da Criança e do Adolescente passou a adotar a doutrina da proteção integral, que determina o tratamento dessas pessoas como efetivos sujeitos de direitos. A literatura especializada na área da infância e da juventude, com renomados autores como Amin *et al.* (2018), Elias (2010) e Nucci (2018), tem destacado a importância e os avanços da doutrina da proteção integral.

Os direitos ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento estão assegurados no artigo 16 do ECA. Segundo Elias (2010), o respeito e a dignidade incluem-se, em se tratando dos direitos da personalidade, ao que se refere à honra. Amin *et al.* (2018) destacam que o respeito abrange o tratamento atencioso às pessoas, independentemente da idade e da condição social, incluindo crianças e adolescentes, e a qualidade moral (dignidade) destes, mas os autores também explicam que a vulnerabilidade psicológica infanto-juvenil tem ensejado um abuso da condição de pessoa em desenvolvimento.

Interessante refletir que, em relação à prática do bullying no ambiente escolar, a intimidade sistemática de um aluno contra o outro, de uma criança ou adolescente contra o outro, afeta a vulnerabilidade psicológica da parte ofendida. Muito embora os autores de bullying, no contexto escolar, tenham a mesma faixa etária da vítima, há neles o intuito de quererem ser mais populares, sentirem-se mais poderosos do que a vítima, segundo estudiosos do tema. Por isso, é indiferente ao sofrimento do colega atingido com repetidas humilhações e xingamentos. Nesse sentido, observa-se que tanto no bullying verbal quanto no bullying moral o autor utiliza a linguagem depreciativa, a linguagem que humilha, ridiculariza, oprime e vulnerabiliza a pessoa ofendida.

Segundo Koch (2011, p. 15), “a linguagem é uma forma de atividade e, assim sendo, deve ser encarada como uma atividade em geral e, mais especificamente, como uma atividade humana”. A linguista Ingedore Koch explica que toda atividade verbal possui uma motivação, a articulação de ações individuais que estrutura a atividade e um objetivo final.

No que se refere à prática do bullying, às intimidações sistemáticas de uma pessoa contra a outra no ambiente escolar, virtual, ou em qualquer outro

ambiente, a atividade humana da linguagem é utilizada intencionalmente de modo depreciativo, e em total menosprezo à vítima. Neste caso, a atividade verbal possui uma motivação negativa, a articulação das ações individuais está voltada à verbalização de xingamentos, insultos, apelidos pejorativos, difamações e calúnias contra a vítima atingida, o que evidencia claramente violação ao respeito, à dignidade e à honra.

Segundo especialistas, as consequências que podem ser geradas à vítima podem ser medo, angústia, ansiedade, depressão, baixa estima, falta de vontade de ir à escola, diminuição do rendimento escolar, falta de apetite ou apetite voraz, dificuldade de relacionamento interpessoal, ataques de pânico sem motivo, sensação de aperto no coração, automutilação, suicídio.

É importante frisar que a dor do outro não é brincadeira. A utilização intencional da linguagem depreciativa e ofensiva, que menospreza o outro, ofendendo a dignidade e a honra, caracteriza a prática de bullying verbal ou moral. Nesse sentido também é relevante refletir acerca dos direitos à igualdade e à liberdade de expressão, assegurados na carta constitucional, em normas internacionais e também na Lei n. 8.069/90, no que se refere ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade da criança e do adolescente. O tópico seguinte apresenta algumas reflexões sobre os referidos direitos.

Um debate de interesses de igual natureza: igualdade x liberdade

As estruturas que alicerçavam e sustentavam as dinâmicas da hierarquia das normas e tratados internacionais em âmbito interno estão sendo transformadas pela nova perspectiva mundial de globalização, e de maneira mais recente mundialização, que cada vez mais demonstra avanços em sua organização, elevando sempre a importância dos interesses individuais, sob a vontade do Estado (nação). É, então, mister ressaltar a relevante relação de direitos. Contudo, quando abordada a ideia de fontes do direito, lembra-se aquela que seria uma das mais importantes: os princípios. Verificamos que sua subjetividade depende de complementação, o que somente poderá ser feito dentro de uma completa contextualização da realidade.

Com isso é possível identificar alguns valores estruturantes de grande importância, como salienta Barcellos, ao falar da importância da Constituição

no universo jurídico: “a Constituição vem tomando a forma de um repositório geral de esperanças, muitas vezes até excessivamente idealizado em suas potencialidades” (BARCELLOS, 2008, p. 15). Nesta concepção fundamenta-se o debate, relativamente, quanto às discussões sobre direitos de igual natureza; a horizontalidade dos direitos fundamentais alinha-se à exigência de construção de um diálogo equilibrado e não decorrente da abstratividade, mas sim da realidade prática, da construção efetiva do direito diante da existência do fato.

O direito à igualdade adquiriu novos paradigmas objetivando estabelecer elementos inclusivos para trazer a capacidade de todos participarem das realidades sociais e de escolha, desta maneira. Neste contexto, o uso da linguagem na consolidação de direitos tem sido muito presente, haja vista que a realidade dos debates e participações vem especialmente pela linha deliberativa, consolidada *a posteriori* com a realidade fática de uma norma ou de um elemento consolidante como um contrato.

No entanto, referida participação e atividade serão impregnadas de diversas vias de acesso de construção social com a qual se deseja partilhar com outros participantes da sociedade; assim, a comunicação, a linguagem, especialmente a forma como elas se constroem e se efetivam esbarrando vez por outras em direitos caros e essenciais ao ser humano como igualdade e liberdade de expressão que são, neste trabalho, o foco de sustentação dos debates e das problemáticas efetivadas.

Partindo da natureza e das características dos direitos humanos fundamentais, doutrinadores como Piovesan e Moraes estabelecem a essencialidade de que os direitos sejam interdependentes, exatamente como forma de torná-los efetivos sem exclusão. Não há como se trabalhar direitos sem se trabalhar o sistema para o qual nascem e se constroem. Direitos essenciais aos indivíduos são, certamente, preexistentes e, por natureza, correlatos; pois não há como individualizar, isso comprometeria sua consolidação. Com isso, faz-se imprescindível a definição de princípios que, para o jurista espanhol F. de Castro, “são verdades objetivas, nem sempre pertencentes ao mundo do ser, senão do dever-ser, na qualidade de normas jurídicas, dotadas de vigência, validade e obrigatoriedade” (BONAVIDES, 2001, p. 228).

E, desse conceito, verifica-se a relevante atuação de princípios no universo jurídico. Por ser um ordenamento de estudos sobre o comportamento e atuação humana, ele está no rol da estrutura de direitos facultados, e não obrigatórios.

Desta forma, os princípios e os direitos vêm para dizer e formar consciência e assegurar existência, no entanto sua concretização depende do respeito à ideia horizontal dos direitos fundamentais e da base fornecida pelo governo Estatal. Assim sendo, comungando interesses de direitos e princípios, no âmbito da capacidade do ser humano de se expressar, no intuito de uma aplicação coerente e harmônica são indispensáveis os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como mecanismo de utilização e de aplicação da justiça de eficácia que a norma pretende atingir.

A liberdade de expressão tem várias vertentes na construção constitucional, pois viabiliza ao ser humano total capacidade de exprimir seus pensamentos, sua compreensão, seus reclamos, sua capacidade de debate, de deliberar, de discutir, trazendo certamente a construção de entendimentos, a certeza do conhecimento sobre a visão do outro e das questões sobre sua própria realidade. Contudo, a Constituição, ao estabelecer tal direito natural do ser humano, preserva limites razoáveis e proporcionais para sua efetividade, tendo em vista que a ofensa e a desconstrução legítima do outro não é autorizada e nem equilibrada na relação social, como pode ser observado nos incisos IV e V, do Art. 5º da CRFB/88: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V. é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem” (BRASIL, 2020, p. 12). Também em destaque o Inciso IX, do art. 5º da CRFB/88: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 2020, p. 12).

A liberdade de expressão se forma por vários meios de se expressar, seja religiosamente, seja por construções históricas, ou mesmo de forma pouco polida, consistindo na capacidade de se manifestar e de receber informações sobre tais manifestações; qualquer ato que censure ou diminua tal liberdade é insustentável na dinâmica destes direitos. Contudo, como anteriormente alertado, sua produção é ampla e irrestrita desde que não traga danos, prejuízos ou lesão ao direito essencial de outrem. Desta afirmação destaca-se a necessária dicotomia da reserva de direitos destinada a uma pessoa comum e a um indivíduo público; os direitos são essenciais e por fazerem parte de uma estrutura sistêmica precisam coexistir de forma harmônica, equilibrada e proporcional.

Mas, ao longo da evolução humana, quanto mais se percebe a ampliação dos meios de comunicação e informação, mais se apresenta a liberdade e com ela a contrapartida, ou seja, a necessidade de limites equilibrados

para evitar dinâmicas violadoras como o *hate speech* (discurso de ódio). A linguagem impregnada nos “discursos de ódio”, não somente violam limites, mas especialmente outro direito de igual essência, a igualdade. Isto porque a linguagem de ódio, discriminatória, fere frontalmente o respeito igualitário daquele indivíduo no contexto real da sociedade. E assim, a corte suprema foi chamada a decidir em *hard cases* como “Caso Ellwanger”, que demonstrou com clareza em debate sobre direito de igualdade; as liberdades públicas não são concebíveis de maneira incondicionada; sua realidade é essencialmente dinâmica e deve respeitar as diversas violações que sua desproporcionalidade pode provocar, especialmente incitando violência coletiva, bem como consequências pessoais irreparáveis. E, assim, um ato ilegal moralmente poderá consolidar um ilícito penal.

A igualdade é certamente um “atributo de comparação do tratamento dado a todos os seres humanos, visando assegurar uma vida digna a todos, sem privilégios odiosos” (RAMOS, 2017, p. 566). Com isso, a percepção de que sistemicamente é indispensável consolidar direitos sem ultrapassar a barreira da coerência e segurança jurídica se torna cada vez mais presente. Não há como uma pessoa humana se esconder por traz de uma liberdade pública para sustentar a violação de outra liberdade pública, haja vista a razoabilidade inserida na Constituição, a necessidade de equilíbrio e o contexto sistemático das normas; nada é absoluto e nem relativo no âmbito de direitos essenciais.

O Supremo Tribunal Federal, em outra importante decisão sobre o tema, decidiu que “preceito fundamental de liberdade de expressão não consagra o ‘direito à incitação ao racismo’, dado que um direito individual não pode constituir-se em salvaguarda de condutas ilícitas, como sucede com os delitos contra a honra.” (HC 82424) (SILVA, 2011). A passagem aqui apresentada sobre a decisão reafirma a necessidade de coesão entre a perspectiva da liberdade e da igualdade; seu equilíbrio sustenta, inclusive, a contenção da capacidade ilegal e pejorativa do direito. Com isso, torna-se viva a necessidade de entender que um direito não sobrepõe ao outro, a liberdade e a igualdade são essenciais à dignidade de qualquer pessoa sem prevalência de um ou outro.

O cyberbullying no contexto da criança e do adolescente

Entendendo a necessidade de preservação de uma linguagem equilibrada na consolidação de direitos essenciais, a sociedade tem trazido reclamos no sentido de preservar e reivindicar sua condição de manifestação, mas afastando toda a possibilidade de excessos, como discriminação e humilhação de terceiros.

A realidade de crianças e adolescentes tem sido muito observada no seio da formação escolar e social, haja vista a necessidade de preservação na construção de indivíduos saudáveis psicológica, cognitiva e socialmente, pois os danos provocados pela linguagem agressiva de membros do mesmo grupo social (nas crianças e adolescentes) são irreparáveis na sua inserção social e cognitiva, podem refletir o forte interesse pelo estudo ou provocar, dentre outros prejuízos, estímulo à depressão e doenças psiquiátricas graves.

O ordenamento jurídico pátrio já trouxe regulamentação normativa visando inibir e orientar demandas em relação ao bullying; no entanto, há modalidades que são silenciosas, em outras a linguagem é tão ofensiva que se espalha de maneira tão rápida e ampla, incapaz de prever e minimizar seus danos. O fato é que o bullying trouxe consigo violência. Na estrutura escolar, então, o problema se ampliou e se agravou de forma que houve a necessidade de mobilização de vários setores como educadores, o governo, os pais, a sociedade civil de maneira ampla, estabelecendo um importante pacto em promoção da necessidade de respeito, nominado “Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura da Paz e dos Direitos Humanos” (BRASIL. MEC, 2018).

Conforme a Lei nº 13.185/2015 (BRASIL, 2015), o bullying é caracterizado como conduta violenta, física ou psicológica, intencional e repetitiva, não havendo uma motivação específica. Pode ser cometido por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, contra uma ou mais pessoas. Os autores de bullying têm o fim de praticar intimidação ou agressão à vítima. A lei especial também menciona sobre a relação de poder desequilibrada entre o autor e a pessoa ofendida. De acordo com especialistas, é necessário observar a mudança de comportamento das crianças e adolescentes, pois, em regra, a agressão se inicia de forma sorrateira e silenciosa, avançando para elementos graves, tanto física quanto psicologicamente.

Muitas medidas e ferramentas têm sido aplicadas para prevenir e conter o bullying como o uso da poesia, o estudo de culturas como africanas, a utilização de música em orquestras, formas de incentivar a integração, o conhecimento e o respeito às diferenças que devem produzir uma linguagem de paz entre os indivíduos. No entanto, o ciberbullying nem sempre consegue ser previsto ou combatido em ambientes clássicos como os escolares, sendo muitas vezes difícil de identificar até o seu autor, para viabilizar uma adequada punição ou mesmo a necessidade de compreensão dos fatos motivadores.

A violência provocada por este tipo de linguagem, como o bullying, estimulou vários estudos, especialmente na década de 1970. Devido ao alto índice de suicídio entre crianças e adolescentes, o professor norueguês da Universidade de Bergen, Dan Olweus, começou a estudar e trabalhar com as questões de intervenção ou prevenção nas medidas contra este tipo de linguagem.

Tendo em conta a grande influência dos meios virtuais de comunicação na sociedade, isto é, uma ferramenta de interação das novas gerações, esta tem se tornado um meio negativo capaz de influenciar consideravelmente o surgimento de distúrbios psicológicos e sociais como, por exemplo, baixa autoestima, suicídio, depressão, ansiedades, estresse emocional, entre outros, conforme Bottino *et al.* (2015); Brausch (2013); Hinduja e Patchin (2010); Sourander *et al.* (2010); Juvonen e Gross (2008). Ainda o autor Olweus (2012) explica que o Cyberbullying pode ser definido como Bullying realizado através de meios eletrônicos. O fato é que o cyberbullying dificulta a defesa da parte ofendida e sua propagação é sem precedentes, pois ao ser publicado nas redes sociais a extensão do dano toma proporções incalculáveis ao ofendido, trazendo ao cyberbullying possibilidade de crescimento na mesma medida em que a população tem acesso à internet. Deste modo, a importância de seu debate e de meios capazes de conter se tornam cada vez mais imprescindíveis (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 9).

Assim sendo, as pesquisas, especialmente com crianças e adolescentes, têm sido cada vez mais intensivas no sentido de fazer com que professores, pais e os próprios alunos encontrem meios para diagnosticar e conter as ofensas. Técnicas têm sido aplicadas para impedir que as lesões provocadas se espalhem. Doane *et al.* (2015) propuseram que os adolescentes assistissem a um vídeo psicoeducativo sobre Cyberbullying, que aumenta e capacita sobre formas efetivas de enfrentamento a este tipo de violência. Também, neste sentido, Zwaan *et al.* (2012) ofereceram assistência através de um software baseado

em inteligência artificial, que interage com as vítimas, ou seja, as medidas de conhecimento produzidas aos alunos viabilizaram chance de o ofendido identificar o ato ofensivo se munindo de meios capazes de impedir maiores danos, sem intervenção imediata de terceiros. Assim, as técnicas em conjunto se mostraram amplamente efetivas na realização de contenção e minimização do ato agressivo (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 10).

Finalmente, é possível extrair deste breve repositório a compreensão sobre a necessidade de um estudo amplamente aprofundado do tema, pela importância e danos irreversíveis decorrentes da linguagem agressiva e depreciativa de grande dimensão provocada nos meios virtuais de comunicação.

Considerações finais

A prática do bullying verbal e moral é exercida por meio da utilização da linguagem depreciativa e ofensiva. No ambiente escolar e no ciberespaço, tem-se observado o aumento de condutas ofensivas como insultos, xingamentos, apelidos pejorativos, difamações e calúnias, tudo isso com intimidações sistemáticas que ofendem a dignidade e a honra das vítimas de um modo geral, e, como foi enfatizado neste capítulo, contra crianças e adolescentes.

Destacou-se também que o direito à liberdade de expressão, assegurado pelas normas constitucionais, internacionais e estatutárias, não legitima a prática de ofensas sistêmicas que ocasionam a violação de outros direitos fundamentais, como a dignidade e a honra. Logo, toda e qualquer conduta de bullying deve ser combatida, inclusive nos ambientes virtuais em que também ocorre o cyberbullying, sobretudo, nos tempos em que a comunicação virtual e a utilização de aplicativos e redes sociais têm aumentado ainda mais com o período de isolamento social e do ensino remoto, por uso de tecnologias de informação e de comunicação.

O reconhecimento dos casos de bullying é um passo importante. A escola deve ser interventiva e adotar as medidas cabíveis por meio da mediação e orientação, a princípio. A disciplina e outros encaminhamentos também podem ser necessários. Por um lado, os pais de autores de bullying não devem ser negligentes, nem apoiar a prática abusiva, e sim buscar orientação e reforçar os valores humanos na educação de seus filhos. A disciplina, a imposição de

limites e o acolhimento são fundamentais. Por outro lado, os pais de vítimas de bullying devem estar atentos às consequências da prática para buscarem a ajuda necessária, terapêutica e médica, em alguns casos. É recomendável terapia para autores, vítimas e seus responsáveis.

Por fim, destaca-se a relevância da efetiva implementação do programa de combate à intimidação sistemática, Lei de combate ao bullying e do incentivo à prática da linguagem apreciativa, positiva e reflexiva, capaz de produzir valores e elevar a dignidade e a honra.

Referências

- AMIN, Andréa Rodrigues [*et al.*]. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. Coordenação Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.185/2015**. Institui o programa de combate à intimidação sistemática (bullying). Disponível em: <https://bitly.com/0ZZoD>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- BRASIL. MEC. **Lei nº 13.277**. Ministério da Educação. 2018. Disponível em: <https://bitly.com/daYTe>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BRASIL. **Vade Mecum Penal**. Obra coletiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- CARDOSO, Nicolas de Oliveira, *et al.* Estratégias de enfrentamento e intervenção no cyberbullying: uma revisão sistemática perspectivas em Psicologia: **Revista de Psicologia y Ciencias Afines**, ano 14, n. 1, p. 7-17, 2017.
- ELIAS, Roberto João. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- NUCCI, Guilherme Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: em busca da Constituição Federal das crianças e dos adolescentes. São Paulo: Forense, 2018.
- RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SILVA, Julio Cesar Lopes da. Liberdade de expressão e relativização dos direitos fundamentais. **DireitoNet**, 2011. Disponível em: encurtador.com.br/aISU4. Acesso em: 01 jul. 2020.

17

Linguagem da avaliação: abordagem metodológica ativa em destaque

Joane Marieli Pereira Caetano¹

Carlos Henrique Medeiros de Souza²

[...] não se pode pedir que a avaliação substitua o ensino. Em contrapartida, ela não deveria jamais impedir uma pedagogia diferenciada, ativa, construtivista, aberta, cooperativa, eficiente, mas se colocar a seu serviço (PHILIPPE PERRENOUD).

Considerações iniciais

O Ensino Superior encontra-se em fase de readaptação frente às mudanças exigidas pelo Ministério da Educação. Cada vez mais, as Instituições de

-
1. Doutoranda e Mestra em Cognição e Linguagem. Graduada em Letras. Professora de Linguística e áreas afins no Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).
 2. Pós-doutor em Sociologia Política. Doutor em Comunicação e Cultura. Mestre em Educação. Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). Coordenador da Pós-Graduação (Mestrado & Doutorado) Interdisciplinar em Cognição e Linguagem (PGCL/Uenf).

Ensino Superior (IES) têm sido cobradas por ele para estabelecerem políticas educacionais direcionadas pelo princípio da garantia de padrão de qualidade.

Mediante as novas obrigatoriedades sinalizadas pelo MEC e a revolução já caminhada para os cursos de licenciatura, ganham força discursos que visam repensar, sobretudo, atualizar os programas de formação docente, a fim de contemplar uma abordagem inovadora para (re)construção dos saberes. Especificamente quanto à avaliação, destaca-se a necessidade de uma nova linguagem: dinâmica e processual, mas também ativa e convidativa à participação discente no processo.

Com base nessa demanda, este capítulo tematiza a inserção de Metodologias Ativas no ensino superior, especialmente a Avaliação por Pares (AP). Nesse sentido, objetiva analisar as contribuições de métodos ativos de avaliação.

A avaliação em retrospecto

É inegável a necessidade de mudança no ensino superior. Especialistas como Christensen e Eyring (2014) destacam a operação de abordagens inovadoras como forma unicamente válida para que a universidade consiga desempenhar as funções indispensáveis no novo cenário competitivo. Nesse sentido, Camargo e Daros (2018) concordam com a premissa de que a transformação educacional provém apenas mediante a inovação. Logo, reorientar-se e inovar-se é preciso na perspectiva do ensino, e tal necessidade é também evidente no que se refere à avaliação.

Luckesi (2011, p. 27), na abertura de sua obra *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*, é enfático: “Impossível condutas novas, sem novas aprendizagens teórico-práticas”. Destaca que é preciso aprender a avaliar para superar o senso comum sobre avaliação. Em consonância com essa perspectiva, Hoffmann (2018) alerta para a urgência de se repensar uma prática inovadora da Avaliação na Universidade devido ao seu compromisso proveniente da condição de formadora de professores que irão atuar na Educação Básica.

Do mesmo modo que pairam sobre os métodos de ensino ares tradicionais para abordagem de conteúdos, encontram-se arraigados na abordagem metodológica da avaliação processos arcaicos de controle de comportamento,

alicerçados pelo senso comum de que avaliar objetiva a classificação e a demarcação de fronteiras entre os aprendizes: entre aqueles classificados com notas suficientes e os excluídos do processo, classificados como reprovados, devido aos baixos índices. Rodrigues (2015, p. 125) endossa a discussão ao destacar que “o hábito de verificar níveis de aprendizagem é uma das práticas escolares mais comuns e, apesar disso, tende a ficar retido a uma dupla função: aprovação/reprovação”.

Essa dicotomia compromete-se, assim, com a pedagogia do exame, e não com a avaliação. Por que ainda se insiste nesse viés? Possivelmente, por dois motivos principais: devido ao peso da tradição e ao fato de discussões sobre avaliação da aprendizagem serem recentes. No âmbito da educação superior, por exemplo, também se verifica a força dos procedimentos tradicionais. Paira nesse ponto outro grande equívoco no que concerne à avaliação: compreendê-la exclusivamente como indicadora de graus, níveis ou números. Medir e avaliar são processos distintos. A medida pode fazer parte da avaliação, mas não se apresentar como fundamental. Precisa-se compreender a avaliação além do rito burocrático, sem reduzi-la a esse momento; contudo, em retomada ao seu percurso histórico, sua própria história que é outra.

Pensando na história da avaliação, os exames escolares instituíram-se por volta dos séculos XVI e XVII. Já a proposta de avaliação da aprendizagem é datada em 1930, quando Ralph Tyler criou essa terminologia, ao buscar estratégias redutoras do índice médio de 70% de reprovação escolar. Como alternativa, criou o “ensino por objetivos”, que apresenta uma fórmula aparentemente simples, mas até os dias de hoje com muita resistência para funcionamento efetivo nas escolas. Consistiria nas seguintes ações: ensinar algo; diagnosticar o alcance da aprendizagem; seguir em frente, diante do resultado satisfatório; proceder à reorientação para obter resultado satisfatório, caso inicialmente tenha sido insatisfatório (LUCKESI, 2011).

Com relação aos documentos legais, especialmente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em sua primeira versão, de 1961, assegura os exames escolares. A versão seguinte, de 1971, garante que “a verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento [...]”. Somente a partir do texto mais atual, há referência à avaliação da aprendizagem, na medida em que, ao dispor dos procedimentos para a verificação do rendimento escolar, apresenta como critério a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno.

Isso inclui “prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996, p. 18). Sinaliza-se a mudança de conduta escolar: entre o examinar e o avaliar, prefere-se o último, pois se prescinde da classificação por números para valorizar o diagnóstico e a inclusão do aluno ao longo de todo o processo.

Todavia, o que se tem observado na atualidade é a supremacia da pedagogia do exame sobre a pedagogia do ensino-aprendizagem, sobretudo a partir da prevalência, em âmbito pedagógico, de discursos valorizadores do que se pode aqui chamar de aprendizagem *fast food*, aquela em que o conhecimento é entregue de forma mastigada para o aluno, pronto para o consumo; em outras palavras, o conteúdo é transmitido para imediatamente garantir a promoção na escola ou no vestibular ou em avaliações externas ou em concurso.

Essa persistente pedagogia do exame possui, segundo Luckesi (2011), atribuições perigosas: foca-se na promoção (inclusive os envolvidos tendem a só estar interessados nisso); centraliza-se em provas, especialmente nos resultados dessas provas e exames. Se as atribuições são perigosas, os desdobramentos mais ainda, pois podem atravancar a relação professor/aluno. De acordo com o autor, as condições tornam-se adversas, na medida em que as provas são para reprovar; a política de “pontos a mais” para ajudar e “pontos a menos” se não fizer sua parte torna-se reinante, e a avaliação se apresenta como forma de disciplinar socialmente. Ademais, tais práticas costumam surgir acompanhadas do jogo de ameaças e da instauração do medo.

A avaliação vem tornando-se independente da relação professor-aluno, visto que se mostra como mais relevante atender ao interesse do professor, do sistema de ensino ou dos processos de seleção aos quais o aluno e a escola são submetidos, do que ao conteúdo que foi discutido e ensinado ao longo do processo. Perde-se, desse modo, sua finalidade de transformar o indivíduo no rumo da emancipação como aluno, como pessoa, como cidadão, que precisa se apropriar conscientemente dos conhecimentos para transitar em diversas esferas sociais em que dadas habilidades sejam requisitadas.

Tendências emergentes em Avaliação

Diante do transcurso histórico da avaliação, por sinal, muito recente, verifica-se a tendência de a escola superar a verificação de aprendizagem e ressignificar o processo avaliativo. Mas, para tanto, mudanças são igualmente necessárias. Nesse caminho de mudanças possíveis, Vasconcellos (2008) apresenta três direções necessárias: para o fortalecimento, para o avanço e para a crítica. Afinal, não basta se estampar o rótulo da inovação; ela precisa se efetivar significativamente na prática. Ser uma práxis, de fato, transformadora.

Como, então, caminhar na direção do fortalecimento? Precisa-se superar a efemeridade das ações. A inovação deve resistir e ter “uma duração tal que permita o resgate da esperança na mudança” (VASCONCELLOS, 2008, p. 52). A partir do fortalecimento, trilha-se o avanço, pois, em busca da aprendizagem emancipatória, criam-se novas práticas, testam-se novas alternativas e revisam-se os equívocos. É justamente tomando a crítica como percurso constante que se confronta reflexivamente com a prática tradicional de avaliação e se desvia dos reducionismos acrílicos de discursos que pensam a mudança como mera exigência atual que “todo mundo está seguindo”.

Eis aí um dos principais dilemas para inovação na abordagem avaliativa contemporânea: o modismo. Diante das propagandas emergentes sobre os benefícios da abordagem ativa, facilmente o uso dessa prática recai em modismos pedagógicos, que conduzem o professor a seguir uma lógica preestabelecida, sem muita consciência da validade de escolhas tomadas. Perde-se de vista, assim, a intenção da avaliação, na medida em que o professor deixa de ser sujeito durante o processo de mudança e passa a atuar na condição de objeto. Nesse sentido, Vasconcellos (2008) considera que a inovação na avaliação tem como componente fundamental o professor em função de sujeito, dotado de intenções, isto é, capacitado para articular suas aspirações e seus limites, na tomada de direção para os rumos da avaliação.

O professor torna-se sujeito em ação quando prevê aonde quer chegar e as motivações significativas para tanto. Contudo, talvez, o principal dilema para o professor seja saber, com propriedade, qual a intencionalidade mais adequada para a educação nos tempos atuais. Cagliari (apud PILATI, 2017) destaca que falta a intenção de (re)conhecer o perfil de nossos alunos, pois “no começo do ano, o professor programa o que vai ensinar *sem sequer conhecer seus alunos* [...]”

(PILATI, 2017, p. 95, grifo nosso). Pode-se constatar, portanto, a premência de avaliações diagnósticas, conforme afirma Rodrigues (2015, p. 124): “é preciso adotar a função diagnóstica da avaliação de maneira central se existe a pretensão de repensar o ambiente escolar”. Não à toa, Vasconcellos (2008) argumenta em favor da reforma da intencionalidade. É preciso redefinir velhos paradigmas. Afinal, o aluno está ali para aprender ou para “ter aulas”?

A avaliação do conhecimento construído precisa ir além da expressão sintética das informações previamente recebidas e da punição, diante de desempenhos insatisfatórios. Os alunos precisam ser “orientados, retrabalhados e solicitados a que elaborem uma nova [avaliação], retomando a anterior como ponto de partida, ao mesmo tempo em que o educador revê suas estratégias e ofertas de situações de aprendizagem” (VASCONCELLOS, 2008, p. 55). Entretanto, essas retomadas de nada adiantam se a perspectiva de avaliação não contemplar o ensino personalizado (BACICH; NETO; TREVISANI, 2015) que vise entender os ritmos específicos de aprendizagem de cada aluno. “Isso significa respeitar os ritmos de apreensão de cada um (acelerando quando possível, retrabalhando quando necessário) e encontrar alternativas quando um método não é suficiente para superar um obstáculo da aprendizagem” (RODRIGUES, 2015, p. 128).

Essa personalização da aprendizagem vem ao encontro das Metodologias Ativas, pois para compreender as necessidades de aprendizagem, além da observação, é importante requerer participação, envolvimento e colaboração do aluno nas atividades ao longo do processo, resgatando o protagonismo discente, pilar da aprendizagem ativa. Aprender a avaliar requer, portanto, comprometimento com a necessidade de mudança. Sobre isso, Luckesi (2011) considera três passos: estar aberto a aprender a prática de avaliar, observar o que se tem feito e investigar experiências de outros. O autor discute que, se não houver vontade de aprender, não haverá aprendizagem e, caso ocorra forçosamente, restará um vestígio de avaliação que nada condiz com sua utilidade prática real e que não transformará o professor em seu *modo de ser*.

Em continuidade, realizar uma autoavaliação a partir de uma visão integral, entre acertos e equívocos cometidos ao longo do processo, é fundamental para o aperfeiçoamento da ação pedagógica. A ausência dessa reflexão recai sobre o engano de que as coisas estão bem e de que nada precisa ser feito diante de resultados inesperados. Pelo contrário, esse exercício de revisão permite que se investigue o que há por trás dos passos em falso para, em seguida, conscientemente

(e essa condição é de suma importância), tentar ajustar a próxima caminhada. Nesse sentido, o olhar sobre si articulado ao olhar sobre o outro pode ser um grande aliado, na medida em que se observam experiências e perspectivas distintas sob outro viés. O compartilhamento de vivências e de sensações enobrece o processo de compreensão da avaliação.

A próxima seção apresentará a AP, método que, antes de tudo, se configura como um convite ao aluno para participar da (re)construção da avaliação em sala de aula.

Por uma avaliação ativa possível: a Avaliação por Pares

A AP, também denominada *Peer Assessment* (SPILLER, 2012), é um tipo de atividade colaborativa que pode ser valiosa quando se busca um afastamento dos métodos tradicionais de avaliação. Trata-se de um método ativo de avaliação em que os próprios alunos se avaliam, evidentemente sob orientação do professor. Os alunos são realocados de modo que pares se possam avaliar e que um par não avalie e seja avaliado pelo mesmo par. Por exemplo: o Par 1 avalia o Par 2 que avalia o Par 3 que, por fim, avaliará o Par 1. O professor seleciona texto-motivador de leitura prévia para que os pares possam elaborar perguntas com base nele a serem respondidas oralmente, em data agendada com os participantes. É importante que as perguntas sejam enviadas, com antecedência para o e-mail do professor, de modo que ele já tenha acesso e faça uma análise inicial do encaminhamento dado, pelos alunos, para a abordagem do conteúdo.

Durante a interação oral para responder às perguntas realizadas, os alunos precisam dispor das questões em texto escrito para que possam reler e de tempo hábil para organizar suas ideias antes de responderem oralmente ao que se pede. O par-avaliador precisa dispor de tempo análogo para elaborar um feedback ao par-respondente. No final da rodada de perguntas, o professor realiza seu feedback tanto para o par-avaliador quanto para o par-respondente, comentando o desempenho do par-avaliador na construção das perguntas e dos feedbacks e a performance do par-respondente na resolução do questionamento. Ao final de todas as rodadas, é importante que o professor forneça momentos de autoavaliação para que identifique as contribuições, entraves, dificuldades e sugestões para aperfeiçoamento de atividades seguintes.

Desse modo, mais do que um processo avaliativo, pode ser considerado um processo de construção do conhecimento, já que é possível que haja um diálogo entre grupos, a fim de se alcançar a melhor conclusão para a pergunta realizada. Diferente do que se faria na avaliação formal, vários olhares são lançados para um questionamento e, assim, mesmo que a primeira resposta de um grupo não seja a mais adequada, quando todos passam a pensar juntos toda a turma pode descobrir qual seria a melhor forma de resolver o problema abordado.

Na AP a aprendizagem é colaborativa, porque há a possibilidade de envolver alunos e professor na busca pelo conhecimento, estabelecendo vínculos entre grupos e entre alunos e professor, o que promove uma aprendizagem mais significativa, uma vez que, “sozinhos, se pode aprender e avançar bastante; compartilhando, podemos chegar mais longe e, se contamos com a tutoria de pessoas mais experientes, podemos alcançar horizontes inimagináveis” (MORAN, 2018, p. 8).

A AP requer aperfeiçoamento contínuo mediante a prática. É através do hábito em se desenvolver esta atividade que se criam situações de aprendizagem mais oportunas. Em sua implementação, alguns aspectos precisam ser considerados, destacados por Spiller (2012), com adaptações: o estabelecimento de critérios; a demanda de tempo; o ambiente confortável e confiável; e as notas. Os critérios de avaliação podem ser estabelecidos através de exclusivo feedback ou atribuição de notas, certificando-se de apresentar e também negociar (para que, assim, participem mais ativamente da dinâmica avaliativa), com antecedência, aos alunos os critérios avaliativos sob os quais serão submetidos.

Com relação à demanda de tempo, entende-se que este é item a ser administrado tanto no que diz respeito à necessidade de desenvolver a atividade sem atropelos, dando adequado lugar de fala aos alunos, quanto no que se refere ao período de adaptação dos alunos para entendimento da dinâmica. Afinal, podem estar habituados a uma dinâmica que não requer sua atuação tão evidente, tampouco intenso diálogo coletivo. Nesse sentido, é importante tecer considerações sobre o ambiente, o qual precisa ser confortável e confiável: o conforto e a confiabilidade permitirão que os alunos consigam avaliar seus colegas, sem medo de represálias, e que tenham maturidade para receber as críticas, sem que o ambiente se torne um clima de competição, mas de troca.

Por fim, o item mais problemático ainda na teoria da avaliação, as Notas: especialistas alertam que a atribuição de notas pode causar problemas e acirrar um possível clima de competição entre os alunos, sendo que o mais valioso (e aquilo que deve se constituir como pretensão dos alunos) é o aprimoramento do aprendizado.

Com base nestas considerações, o que se pode afirmar é que a avaliação na qualidade de prática reflexiva do processo de ensino-aprendizagem, dentre seus atributos, precisa ser processual e dinâmica, fomentando espaços de construção autônoma de saberes para o aluno que aprende e para o professor que ensina. Comumente, o contexto educacional inova ao incluir abordagens de ensino mais ativas, em resgate do protagonismo discente, todavia, na etapa da avaliação (geralmente não considerada processual, mas como fase final do processo) a abordagem é centrada no professor.

Ainda em análise das contradições entre o que é falado e o que é feito ao longo do processo de avaliação na escola, Hoffmann (2017) afirma que nas práticas escolares se verifica a persistência da ação classificatória e autoritária nas atividades de avaliação. Embora tal realidade seja desanimadora, Spiller (2012) sinaliza um horizonte mais otimista ao destacar a abertura que a literatura sobre o Ensino Superior tem demonstrado à inovação, a partir do interesse em propor diversificação dos métodos avaliativos, em especial, através do uso da AP, associada à Avaliação do Professor.

Como alternativa aos métodos tradicionais, que preconizam a transição entre abordagens centradas no professor para aquelas centradas no aluno, essas estratégias almejam a garantia de contínua autonomia discente, na medida em que convidam o aluno a colaborar mais ativamente também nos processos de avaliação. Boud e Falchikov (2006) acrescentam que essa participação no (re)desenho da avaliação, por intermédio de escolhas dialogadas de critérios avaliativos, permite preparação para a vida útil subsequente. Pode-se, desse modo, potencializar a avaliação contínua e processual, pois o feedback entre alunos funciona como um intercâmbio de ideias, o qual deve estar em trânsito contínuo, não se atendo a um momento isoladamente. Logo, a AP pode ocorrer em vários momentos do processo de aprendizagem por estimular a colaboração em grupo. É aprimorada a conversa em torno da AP em processo, pois os comentários dos alunos sobre o trabalho dos outros aumenta, constantemente, a capacidade de julgamento e de escolhas intelectuais. Desse modo, conforme Spiller (2012), o foco do feedback dos

pares pode estar no processo, de modo a estimular que os alunos esclareçam, revisem e (re)formulem ideias.

Uma revolução da aprendizagem ativa, conforme Mazur (2015), consiste na motivação dos alunos, alteração do formato de aula expositiva, modificação dos exames e estimulação da resolução de problemas. Com base nisso, a abordagem da AP é ativa, pois se encaminha à centralidade do processo no aluno. Falchikov (apud SPILLER, 2012) explica que a aprendizagem entre pares se baseia em uma atividade humana natural que se herda desde os primeiros anos de vida, mas é a prática da educação formal, cuja centralidade reside no professor que faz com que se perca a visão disso. Pode-se destacar, assim, como benefício para a efetividade da autonomia discente, a possibilidade de diluir o desequilíbrio entre professores e alunos, bem como o *status* do aluno no processo de aprendizagem. Mattar (2017, p. 100) considera que a AP combinada com métodos de ensino ativos possibilita “a combinação mais poderosa para envolver os alunos no processo de ensino e gerar resultados de aprendizagem”.

A AP permite a reflexão sobre os mecanismos empregados para o ensino e para avaliação em sala de aula, evidenciando a possibilidade de realizá-los a partir de uma espécie de diálogo pela avaliação, cuja participação ativa do aluno é indispensável no desenvolvimento do processo. Afinal, de pouco adianta inovar e estabelecer uma educação inovadora do ponto de vista dos métodos de ensino aplicados, caso se continue imprimindo uma pedagogia com suas dimensões avaliativas aquém dessa revolução, que não rediscute procedimentos rotineiros e arbitrários.

Considerações finais

Como constatações finais, verificou-se como a AP permite a reflexão sobre os mecanismos empregados para o ensino e para avaliação em sala de aula, evidenciando a possibilidade de realizá-los a partir de uma espécie de diálogo pela avaliação, cuja participação ativa do aluno é indispensável no desenvolvimento do processo. Atende-se, assim, ao objetivo deste capítulo em analisar as contribuições deste método avaliativo para a tríade ensino-aprendizagem-avaliação.

Referências

- BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. (Orgs.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BOUD, David; FALCHIKOV, Nancy. Aligning assessment with long-term learning. **Assessment and Evaluation in Higher Education**, v. 31, n. 4, p. 399-413, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, n. 248, p. 27833-27841, 1996.
- CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- CHRISTENSEN, Clayton M.; EYRING, Henry J. **A universidade inovadora: mudando o DNA do ensino superior de fora para dentro**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 45. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 34. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2001.
- MATTAR, João. **Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.
- MAZUR, Eric. **Peer Instruction: a revolução da aprendizagem ativa**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lillian; MORAN, José. **Metodologias Ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- PILATI, Eloisa. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- RODRIGUES, Eric Freitas. A avaliação e a tecnologia: a questão da verificação da aprendizagem no modelo de ensino híbrido. In: BACICH, Lillian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello. (Orgs.). **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015, p. 123-140.
- SPILLER, Doroth. Assessment Matters: Self-Assessment and Peer Assessment Teaching Development. **Teaching Development Unit**, Wāhanga Whakapakari Ako, p. 1-18, 2012.
- VASCONCELLOS. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora**. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

18

Comunicação na web: redes sociais e linguagem

Tânia Gregório¹

A linguagem torna possível a vida discursiva e, por outro lado, ela mesma é influenciada por ela (MIKHAIL BAKHTIN).

Considerações iniciais

Sem dúvida, o século XX foi palco de acontecimentos que marcaram e transformaram profundamente o percurso da sociedade humana mundial, em todos os aspectos: políticos, econômicos e sociais. Caracteristicamente, tais transformações podem ser consideradas paradoxais, posto que, dentre os principais acontecimentos, houve os que permearam a humanidade com incertezas quanto a sua sobrevivência e os que conferiram vislumbre de que o futuro seria diferente. As revoluções científicas e a revolução tecnológica situam-se na última premissa.

1. Doutora e Mestre em Educação (ProPEd-Uerj). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Episteme, coordenado pela Prof^a Dr^a Siomara Borba (ProPEd-Uerj). Contato: taniaccgregorio@gmail.com.

Inegavelmente a revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação e da comunicação iniciou um processo de remodelagem da base material da sociedade em ritmo acelerado, levando as estruturas econômica e social a relações de interdependência global e, também, instituiu um novo sistema de comunicação social, reconfigurando, assim, as relações sociais.

E é em face dessas questões que este texto pretende se situar especialmente no que concerne à linguagem nas redes sociais digitais, constituintes de um sistema eletrônico de comunicação que é instrumentalizado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC).

Apontamentos sobre a comunicação nas redes sociais digitais

A tecnologia tornou-se parte da vida de grande número de pessoas, em todos os contextos, e as redes sociais são, atualmente, lugar por excelência de comunicação e informação, representando significativa influência na interatividade, na sociabilidade, no mundo do trabalho e na aquisição de conhecimentos na conjuntura contemporânea. Essas características têm promovido um processo de transformação social e cultural, e estar online faz-se necessário tanto à vida cotidiana quanto à vida laboral, dada a importância de acompanhar o fluxo dos acontecimentos que se transformam a todo instante.

Especialmente na linguagem e nas práticas narrativas, os processos comunicativos sofreram significativas alterações. Antes, centrada na oralidade e na escrita, a comunicação desloca-se para a imagem e a tela do aparelho eletrônico torna-se o novo *modus operandi* comunicativo. E, segundo Oscar Yecid A. Gómez, Olga Lucía Ostos Ortiz e Mauricio Cortés Gallego (2019, p. 4), a linguagem que emerge dessa nova relação “se han incorporado en la sociedad actual de manera exponencial [e, assim], emergen nuevas formas de comunicación que aparecen tan rápido como evolucionan en entramados cada vez más complejos”. Essas novas formas de relações sociais e de comunicação interativa constituem-se pela dinâmica de relacionamento horizontal proporcionado pelas redes sociais digitais.

A linguagem é um constructo social, cultural e histórico resultante das relações e das práticas sociais e que é caracteristicamente dinâmica e heterogênea e o ambiente virtual das redes sociais de comunicação ampliam essa dinamicidade e essa heterogeneidade à medida que promove, e permite, ruptura

com as regras padronizadas e normatizadas da norma padrão da língua instituída, especialmente no que tange à escrita. A linguagem escrita virtual possui características próprias que se aproximam da oralidade, conferindo aspecto de proximidade à interação a fim de dar a impressão de conversação ao vivo, face a face. Esse formato linguístico permite velocidade e espontaneidade, tornando o fluxo comunicativo fluido e dinâmico, bem como insere nova construção de sentidos na comunicação. Fato é que a linguagem mudou e ainda está mudando, e desde que as pessoas passaram a participar de práticas comunicativas online tais mudanças têm sido significativas.

A respeito dessas práticas comunicativas, David Barton e Carmem Lee (2015) as analisam como “letramento digital”. Para esses autores, a linguagem é uma prática situada e os espaços on-line propiciaram novas visões da linguagem, considerando seu importante papel nas mudanças contemporâneas, especialmente nas transformações da comunicação e na construção de sentidos. Essa construção se constitui pelo fato de a vida das pessoas estar online e reconstituindo, assim, as práticas de letramento.

Ainda a respeito dessas práticas comunicativas, argumentam esses autores que se referem a todas as formas de comunicação realizadas em dispositivos de rede, valendo-se de estratégias condizentes com as práticas de leitura e escrita compatíveis tanto com a língua padrão quanto com a linguagem online. Essas práticas estariam relacionadas aos “novos letramentos”. Ainda segundo Barton e Lee (2015, p. 27), considerando o mundo online, os estudos de letramento experimentaram uma “virada digital”, ao se depararem com a linguagem online e “os letramentos digitais” a ela associados.

Para se chegar ao entendimento dos “letramentos digitais”, é preciso que sejam considerados os estudos de letramento como constituintes de teorias socioculturais e sociolinguísticas acerca da leitura e da escrita, cujo cerne centra no uso social que os indivíduos fazem da linguagem escrita. É preciso ter em conta que o letramento é uma atividade social e a compreensão das práticas de letramento é essencial para que se compreenda a função social do letramento.

Barton e Lee (2015, p. 25), ao abordarem a questão do letramento, destacam duas noções: eventos de letramento e práticas de letramento. A primeira refere-se à interação entre a escrita e a fala; a segunda refere-se às “maneiras culturais gerais de utilização do letramento a que as pessoas recorrem em um

evento de letramento”. Exemplos dessas duas noções podem ser encontrados nas vidas online e off-line: “comentar uma notícia *online*, reservar um ingresso, jogar ou marcar um encontro com um amigo implica negociar língua escrita; e todas essas atividades são eventos de letramento” (Idem). E nas decisões que envolvem essas atividades, incluindo os estilos de linguagem a serem adotados, os indivíduos empregam suas práticas de letramento.

Assim sendo, o letramento parte das práticas sociais; ele também se insere no uso pessoal e social das tecnologias digitais de comunicação, posto que estas, como parte da vida online, permitem acesso a vários tipos de gêneros textuais. E é nesse sentido que Barton e Lee (2015) falam de novos letramentos ao se referirem às práticas de linguagem online, pelo fato de que grande parte da Internet é mediada por atividades letradas.

Com relação às atividades letradas das práticas comunicativas no mundo virtual, que são denominadas no campo da Linguística como “comunicação mediada por computador” (CMC), Barton e Lee (Idem, p. 15-19) informam que os *corpora* de estudos e pesquisas de Linguística identificam três abordagens principais da linguagem online. São elas: a) “características estruturais da comunicação mediada por computador”: a linguagem online possui características e estratégias não encontradas comumente em outros meios de comunicação.

Pesquisas dessa abordagem seguiram diferentes vertentes: houve as que consideraram que a CMC, baseada em texto, deveria ser tratada como fala ou como escrita ou como híbrido de fala e escrita; houve as que consideraram a CMC como uma nova variedade de linguagem por sua escrita ter como característica o uso de diferentes estratégias criadas pelos usuários, tais como traços, acrônimos e siglas, redução de palavras, homófonos letra/número, grafia estilizada, emoticons e outras estratégias na representatividade da escrita; houve as que consideraram características peculiares discursivas na CMC às quais denominaram como emailismo, internetês, discurso escrito interativo, e-linguagem, chatspeak, textspeak, linguagem cibernética e gíria de internet; b) “variação social do discurso mediado por computador”: essa abordagem considera que a linguagem da CMC é mediada por vários fatores sociais e está situada em contextos específicos de uso. Pesquisas dessa abordagem centram seus interesses na(s) forma(s) como os falantes de diferentes línguas adotam ou utilizam novas formas de escrita(s) na linguagem online; c) “ideologias linguísticas e metalinguagem”: as pesquisas dessa abordagem desenvolvem uma leitura mais crítica dos dados da linguagem das novas mídias.

Nesse sentido, não se interessam apenas nas características mínimas da linguagem online, mas, sobretudo, em como as formas de comunicação online são moldadas por ideologias sociais e como tais ideologias são discursivamente construídas nas novas mídias. A metalinguagem nessas pesquisas refere-se ao modo como a linguagem é comentada online e quais seus possíveis impactos no debate público.

Importa destacar que tais pesquisas compreendem o universo digital de comunicação que perpassa da Web 1.0 à Web 2.0 compreendendo estudos de sites, e-mail, short message service (sms) ou torpedos, blogs e microblogs, wikis, buscadores, plataformas de compartilhamento multimídia e serviços de mensagens instantâneas. Esse universo é composto por aplicativos, plataformas digitais e softwares sociais com aplicação direta para CMC, como Facebook, Twitter, Wikipédia, Youtube, Google e Whatsapp e outros provedores de redes de compartilhamento e redes sociais de comunicação online.

Dentre os resultados, a inevitável comparação entre os recursos da Web 1.0 (p. ex. e-mail, sms, blogs, buscadores) e os da Web 2.0 (p. ex. groupware, wikis, weblogs, instant messaging, Facebook, Twitter, Instagram, Whatsapp), como mídias velhas e mídias novas. O destaque na Web 2.0 sem dúvida foi a introdução das redes sociais, favorecendo a formação de comunidades de usuários e, conseqüentemente, a conectividade social.

Nesse sentido, segundo Santaella (2012, p. 36), enquanto na Web 1,0 as palavras de ordem eram “disponibilizar, buscar, ter acesso e ler”, na Web 2.0 “as novas palavras de ordem são expor-se, trocar, colaborar em atividades de interação que encontram suas bases em princípios de confiança e de compartilhamento”. No entanto, diante desse fluxo de inovações é preciso atentar que, em se tratando das TDIC, em contínua evolução, não é possível considerar a novidade como finita, posto que mudanças e atualizações são constantes.

Outro destaque das pesquisas acerca da comunicação online diz respeito aos usuários. Ainda segundo Barton e Lee (2015, p. 23), grande parte das pesquisas sobre a linguagem e as TDIC dedicam-se às atividades online de jovens – geralmente estudantes, considerados “nativos digitais” pelo fato de serem contemporâneos à ascensão das mídias digitais. Esses usuários seriam o oposto dos “imigrantes digitais” – pessoas mais velhas não tão familiarizadas com a evolução tecnológica na comunicação. No entanto, é importante destacar que, mesmo havendo maior participação de jovens, não se pode demarcar a

existência de uma divisão digital, posto que não há idade definida para o uso das redes digitais de comunicação. Seria necessário um estudo aprofundando das tecnobiografias dos usuários para se traçar um perfil fidedigno do fluxo demográfico de uso das TDIC.

O fato é que independente da idade, “nativos” ou “imigrantes digitais” conectam-se para obter e disseminar informações. Segundo Estella Agudelo Sánchez (2014, p. 123), o homem contemporâneo é “*homo googlens*”, pois “somos de la evolución Homo, no obstante; hemos de identificar una nueva modalidad de Sapiens: saber cómo, dónde y por qué buscar la información; esto es ser *Googlens*”. Nesse sentido, as ciências sociais e humanas pleiteiam uma nova designação para a humanidade compreendendo-a como “humanidades digitais”, diz a autora, por expandir a linguagem, alterando a comunicação, principalmente pela velocidade da informação que afeta o modo como as pessoas pensam, comunicam e percebem o mundo. A cultura humana e suas expressões estão online e à disposição de todos que podem ou queiram acessá-las.

Atualmente é preciso “ser en el mundo real y estar en el mundo virtual” (Ibidem, p. 125) sendo, pois, inimaginável ficar de fora da cultura cibernética. Assim, o homem contemporâneo, o *homo googlens*, assume uma relação ativa com sua conectividade e, nesse processo, acompanha as mudanças da comunicação e da linguagem, não mais apenas orais e escritas, mas também simbólicas, em um contexto de múltiplos significados.

Nesse sentido, essa “acelerada mutação da sociedade exige do indivíduo uma reciclagem constante e contínua de seu estoque de conhecimento” na tentativa de acompanhar a evolução tecnológica. No entanto, “a tecnologia permite o acesso à informação”, mas, “por si só não operacionaliza o conhecimento” (COSTA; BONFIM, 2019, p. 93). O que se pode inferir dessa assertiva é que as redes digitais de comunicação ordenam e classificam o fluxo de informações e produzem quadros de referência que induzem os usuários a se adaptarem à cultura cibernética; essa adaptação é validada pelas redes digitais direcionando a atenção dos usuários, dificultando sua desconexão. Cabe ao sujeito direcionar suas referências e realizar um processo de autorregulação que vise a identificar, dentre os vários locais e opções informativas, os que possam de fato contribuir para o conhecimento.

Linguagem e redes sociais digitais

Antes de abordar a questão da linguagem e das redes sociais, é importante relembrar que por longo tempo a comunicação humana era predominantemente oral e a comunicação escrita percorreu longo caminho evolutivo até chegar às atuais práticas digitais de linguagem oral e escrita. Nesse sentido, também se torna oportuno considerar três conceitos relativos à comunicação na contemporaneidade: multidimensionalidade dos espaços, hipermobilidade e ubiquidade. Segundo Lúcia Santaella (2014a, p. 13-15), espaços multidimensionais são espaços multifacetados que podem reforçar ou incrementar a disseminação do conhecimento; “hipermobilidade [refere-se à] mobilidade física acrescida dos aparatos móveis [que possibilitam] acesso ao ciberespaço; ubiquidade [refere-se à] habilidade de se comunicar a qualquer hora e em qualquer lugar via aparelhos eletrônicos”.

Esses conceitos estão interligados concomitantemente às ações de comunicação atual, posto que informações podem ser acessadas em múltiplos espaços entre diferentes pessoas. Ou seja, as TDIC têm proporcionado comunicação em qualquer lugar via aparelhos eletrônicos, o que confere à condição da existência humana contemporânea ser, segundo Santaella (Idem, p. 15), ubíqua, pois, em função da hipermobilidade, pode-se estar, ao mesmo tempo, em algum lugar e fora dele, sendo, intermitentemente, pessoas presentes-ausentes. As pessoas podem ser abordadas por qualquer propósito a qualquer hora e em qualquer lugar, por qualquer, ou quaisquer, pessoa(s), independente de localização e afazeres que estejam executando. Essa onipresença, possibilitada pela “conexão contínua”, pode ser considerada uma vantagem das redes sociais de comunicação digital, pois favorece a formação de uma “rede móvel de pessoas e de tecnologias nômades que operam em espaços físicos não contíguos” (SANTAELLA, 2012, p. 34).

Ainda segundo Santaella (Idem, p. 263), o início das transformações na linguagem pelos recursos digitais conferidos pelo computador deu-se nos anos 80 do século passado com o surgimento do videotexto, precário antecessor da Internet. O videotexto provocou uma revolução na escrita ao inaugurar a passagem da escrita no papel para a escrita na tela eletrônica, iniciando uma “linguagem híbrida” e específica em um novo habitat, sendo a “um só tempo escrita, desenho, diagramação, página, quadro, animação e sequência, [constituindo, assim], os primórdios da linguagem hipermidiática habilitada pelo computador e própria das atuais redes digitais” (Idem, p. 264-265).

Essa nova configuração da linguagem humana, a hipermídia, que é específica e advinda das múltiplas possibilidades – a verbal, a visual e a sonora –, é uma forma de linguagem “híbrida, mestiça e complexa, com seus processos de comunicação inteiramente novos, interativos e dialógicos” (SANTAELLA, 2007, p. 286 e 293), permeada por “gênero discursivo eminentemente híbrido, hipermidiático” (Idem, 2014b, p. 211). Caracteriza-se por fluidez e liquidez, possibilitando aos usuários da comunicação digital interagir por meio de ações participativas, como em um jogo virtual. Desse modo, pode-se dizer que nas redes sociais digitais de comunicação “[...] todas as mensagens encontram-se mergulhadas em um banho comunicacional fervilhante de vida, incluindo as próprias pessoas [...]” (LÉVY, 1999, p. 118).

Desse modo, os participantes de atos comunicativos ajustam-se às características das redes sociais digitais, ou seja, velocidade da informação, tempo de resposta, likes ou dislikes e possibilidades de compartilhamento. Tais características são constitutivas do complexo sistema de informação nas novas configurações das relações de comunicação implantadas pelas TDIC. Nesse contexto ocorre a interface linguagem-tecnologias contemporâneas. E, dado o “caráter multiforme das linguagens e dos textos que circulam nas TDICs na atualidade”, pode-se dizer que a linguagem nas redes digitais caracteriza-se, também, como “plurilinguismo”, pelo fato de que “as tecnologias digitais conferiram visibilidade ao caráter plurilíngue dos discursos” (AZZARI; MELO, 2016, p. 97).

Ainda segundo as autoras (2015, p. 96), as redes sociais, tipificadas nas/pelas novas tecnologias digitais, podem ser percebidas como uma espécie de “metáfora” que simboliza conexões estabelecidas por seus participantes, quando esses se apropriam de um “determinado sistema” que as suportam (conhecidos por “sites de redes sociais”) e permitem que essas redes – e suas conexões – circulem publicamente. Nessas redes, por meio de discursos à maneira ubíqua, podem ser percebidas, nos “textos/enunciados/enunciados concretos/enunciações” que circulam nesses contextos, “brechas para um entendimento dos modos e meios pelos quais a linguagem [...] vem se (re)construindo [...]” (Ibidem).

Ainda com relação à linguagem e sua conexão com as redes sociais digitais, é preciso reafirmar a função dessas últimas como constituintes da Comunicação Mediada pelo Computador (CMC): conectar pessoas (RECUERO, 2009, p. 17), individualmente ou em grupos, sociais e institucionais, “tendo a linguagem como principal mecanismo para essa conexão” (BEZERRA; PIMENTEL, 2016, p. 734).

Segundo Recuero (Idem, p. 24) a categoria “rede [é uma] metáfora estrutural para a compreensão dos grupos expressos na Internet [na] perspectiva de rede social”. Nesse sentido, rede social refere-se a um conjunto com dois elementos: “atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais)”. A conexão entre atores e grupos sociais é parte das complexas e múltiplas relações da estrutura social, sendo impossível isolar tanto os atores quanto suas conexões. As redes sociais digitais ampliam e diversificam as possibilidades dessa conexão através da CMC, cujo fluxo de informações e interações sociais vem impactando a estrutura social, pelo fato de possibilitar aquisição de informação sobre, a manifestação a respeito de, e o compartilhamento de discursos acerca de temáticas diversas.

A respeito de atores e conexões sociais através das redes sociais digitais, Azzari e Melo (2016, p. 99-100) utilizam-se da “noção de cronotopo”, termo da física quântica, da matemática e da teoria da relatividade, tomado por empréstimo por Mikhail Bakhtin. Segundo essas autoras, Bakhtin defendia que “a noção de cronotopo estabelece a indissociável interconectividade entre tempo e espaço, dimensões basilares do viver”. Nesse sentido, tempo e espaço estariam ligando tanto o campo da natureza quanto o das relações sociais e, desta forma, as relações tempo-espaço não poderiam estar imunes às transformações paradigmáticas impostas pelas TDIC na sociedade contemporânea. Donde se infere que as TDIC promovem um novo cronotopo na medida em que implicam novas formas e usos da comunicação, novos gêneros de linguagem e diferentes formas de relações e práticas sociais, compartilhadas em redes sociais sincrônicas. Essa nova realidade também reconfigura a concepção de homem, a partir das relações que este estabelece com essa realidade, transitando no espaço-tempo real e virtual.

Segundo Azzari e Melo (Idem), a partir da relação espaço-tempo compilada por Bakhtin, Shields (2007, apud AZZARI; MELO, Idem) caracteriza três maneiras básicas de se viver no mundo: na primeira, “há o homem que se coloca diante do tempo e do espaço como se vivera uma aventura heroica, ou seja, sem fixar em fatos reais (do cotidiano)”, assumindo uma atitude passiva diante da vida, diante dos acontecimentos cotidianos, porque “vive no tempo da aventura, um tempo artificial”; na segunda, o homem vive dividido entre o mundo da aventura e o mundo real, sendo impulsionado constantemente pelas “rupturas causadas pelas crises que vivencia e que provocam renascimentos”; nessa etapa, não há análise crítica das crises, portanto, não

há transformações nem tentativa de controle sobre os fatos e as ocorrências; na terceira, o homem vive o cronotopo em si, ou seja, vive na interseção tempo-espaço – “um tempo biográfico que é vivido em pleno conhecimento do contexto modelado pela interseção tempo-espacial”; viver o tempo biográfico é confrontar a visão artificial da vida e colocar-se em “praça pública, onde o tempo é coletivo, compartilhado; [é] posicionar-se no espaço que é de todos [...], [assumindo protagonismo] para crescer e expandir”.

Nesse sentido, dizem Azzari e Melo (Ibidem) que, ao ingressar e participar de rede(s) social(is) em ambiente digital, “o homem pode ou não ir à praça pública grega”: cria um perfil (real ou não), indicando se quer viver na aventura ou se arriscar no cronotopo; pode limitar quem lê suas publicações ou quais quer ler (vivendo parcialmente dividido entre o tempo da aventura e o real); ou pode lançar-se ao cronotopo, ou seja, ser agente no espaço-tempo da rede social, construindo e compartilhando saberes e informações, autoafirmando e marcando posicionamento. É a postura escolhida pelo participante das redes sociais digitais que orientarão e sustentarão suas práticas discursivas. Contudo, tais práticas estarão sujeitas à fluidez e ao caráter ubíquo dos contextos digitais, cuja linguagem é integrante das “culturas das mídias” (SANTAELLA, 2007, p. 290).

Santaella (2014b, p. 206-207) ancora-se em três conceitos formulados por Bakhtin para compreender as práticas discursivas da cultura das redes sociais: heteroglossia, dialogismo e polifonia. Segundo a autora, Bakhtin considerava heteroglossia “como a coexistência, o confronto e mesmo o conflito entre diferentes vozes”, dialogismo como “comunicação interativa em que cada um se vê e se reconhece através do outro” e polifonia como “a forma suprema do dialogismo, pois se define pela convivência e interação, em um mesmo espaço, de uma multiplicidade de vozes”. Esses conceitos se manifestam nas redes sociais quando ocorrem discordâncias e concordâncias justapostas, sem predominância de umas sobre as outras (heteroglossia), quando há o movimento de diálogo entre os usuários, principalmente por afinidade, quando se reconhecem através dos outros (dialogismo) e quando há convergência de diversas vozes, com afinidades ou não, na construção de diálogo diante de determinada publicação (polifonia); havendo controvérsias a polifonia pode se transformar em cacofonia, ou seja, em um “alarido de vozes disparatadas” (SANTAELLA, 2018, p. 2) travestidas de sabedoria.

Ainda segundo Santaella (Idem, p. 3), as práticas discursivas nas redes sociais são específicas e fazem emergir um “imediatismo intempestivo”, caracterizado

por um “alarido de vozes desconexas [que constituem] um campo discursivo descontínuo, hiperdimensionado e hiperveloz no qual supostamente o saber se esvai” (Ibidem, p. 4-5), em face da fragmentação dos discursos. Desses disparates e entrechoques resultam manifestações de intolerância, de cegueira para alteridade e também de ódio. Tais práticas instituíram uma nova linguagem e uma nova forma de lê-la, o que quiçá pode causar interferência nas habilidades cognitivas, afetivas e até mesmo nas atitudes dos usuários que, diante de grande fluxo de informações, podem não dispor das habilidades necessárias para analisá-las. Donde se conclui que a linguagem nas redes sociais requer do usuário o desenvolvimento de habilidades de leitura mais complexa do que as exigidas na leitura de um livro, posto ser necessário avaliar criticamente a veracidade das informações online e também comunicar-se com a ética indispensável à linguagem dos novos tempos.

Considerações finais

Na epígrafe deste texto destaca-se o cerne da linguagem na vida humana, cuja sociabilidade é dependente da atividade discursiva. Destaca-se também a conectividade entre linguagem e atividade discursiva: ambas se complementam e se transformam. Ambas têm estado no centro da comunicação contemporânea.

É inegável que hoje se vive em um mundo digital cuja influência vem transformando o sistema de informação e comunicação e, também, as interações sociais. É preciso estar hoje no mundo real e no mundo virtual. No entanto, importa considerar que essa realidade resulta dos desdobramentos da evolução das formas culturais de comunicação oral e escrita, favorecidos por invenções tecnológicas que têm evoluído continuamente.

Em termos de relações sociais tem destaque, nesse processo, o surgimento e a evolução das redes sociais digitais de comunicação, cujas finalidades de compartilhamento de informações e conectividade social têm arregimentado usuários de diferentes faixas etárias e interesses distintos, ampliando a cultura digital instituída a partir do advento das TDIC. Nesse contexto, a linguagem tem papel fundamental, pois as práticas discursivas nas redes sociais digitais influenciam e são influenciadas constituindo, assim, uma expansão da linguagem em múltiplas formas e significados.

Com efeito, é preciso que a sociedade esteja aberta às novas formas de interatividade e às novas práticas de linguagem. Estar alheio a essa realidade é estar do lado de fora do mundo contemporâneo, cuja exigência ao sujeito é estar *in*, ou seja, conectado ao mundo digital e, ao mesmo tempo, estar *on*, ou seja, manter-se ativo em relação a sua conectividade no mundo digital online. Ser diferente nesse modo de comunicabilidade e sociabilidade contemporânea é assumir o risco de que sua *dasein* seja colocada à prova da questão atual: *appear or perish*.

Referências

- AGUDELO SÁNCHEZ, Estella. Homo Googlens: diseminación del lenguaje y su influencia en la comunicación glocal. **Revista Lasallista de Investigación**, Antioquia-Colômbia, v. 11, n. 2, p. 123-128, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/cpfiMXP> Acesso em: 12 maio 2020.
- PARICIO GÓMEZ, O. Y.; OSTOS ORTIZ, O. L.; CÓRTEZ GALLEGU, Mauricio. **Redes sociais, tejos de paz**. Hallazgos, Bogotá-Colômbia, v. 16, n. 32, p. 17-25, Julio-Diciembre, 2019. Disponível em: <https://cutt.ly/vpfinMF> Acesso em: 12 maio 2020.
- AZZARI, Eliane Fernandes; MELO, Rosineide de. **Olhares sobre a linguagem nas redes sociais e suas interfaces com educação crítica e pluralista**. Texto Livre: Linguagem e Tecnologia. Belo Horizonte-MG, v. 9, n. 2, p. 94-113, jul./dez, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/NpfouHI> Acesso em: 18 maio 2020.
- BARTON, David; LEE, Carmem. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. Trad. Milton Cargomo Mota. São Paulo: Parábola, 2015.
- BEZERRA, Benedito Gomes; PIMENTEL, Renato Lira. Normativismo linguístico em redes sociais digitais: uma análise de fanpage Língua Portuguesa no Facebook. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas-SP, n. (55.3), p. 731-755, set./dez. 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/fpfox10>. Acesso em: 18 maio 2020.
- COSTA, Gladisson Silva da; BONFIM, Lucília Maria G. de A. A linguagem utilizada nas redes sociais e seu impacto nas aulas de Língua Portuguesa. **Caderno Intersaberes**, v. 8, n. 16, 2019, p. 89-103. Disponível em: <https://cutt.ly/4pfoOw2> Acesso em: 10 maio 2020.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre/RS: Sulina, 2009.
- SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANTAELLA, Lúcia. A tecnocultura atual e suas tendências. **Signo y Pensamiento**. [online]. Bogotá-Colômbia, v. 31, n. 60, p. 30-43, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/9pfoX0L> Acesso em: 13 maio 2020.
- SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2014a.

SANTAELLA, Lúcia. Gêneros discursivos híbridos na era da hipermídia. **Bakhtiniana**, São Paulo, ano 9, n. 2, p. 206-216, ago./dez. 2014b.

SANTAELLA, Lúcia. Apresentação. SANTAELLA, Lúcia. (Org.) **Cacofonia nas redes**. São Paulo: Educ, 2018.

19

Linguagem e identidade social: influências mútuas no mundo pós-moderno

Ana Carolina de Oliveira Lyrio¹

Ari Gonçalves Neto²

Shirlena Campos de Souza Amaral³

Vivemos em tempos líquidos. Nada é para durar
(ZYGUMT BAUMAN).

Considerações iniciais

Na contemporaneidade tem-se vivenciado inúmeros processos de transformação da sociedade e dos indivíduos. De modo que pensar sobre linguagem e identidade social na modernidade trata-se de um objeto de estudo que

-
1. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem. Pedagoga. E-mail: anacarolinalyrio2@gmail.com.
 2. Advogado (UNIG). Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem. E-mail: arigneto@gmail.com
 3. Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). E-mail: shirlenacsa@gmail.com.

é abordado por muitos teóricos da sociologia e filosofia. Esta temática remete às perspectivas relacionadas a como os indivíduos se tornam únicos e consideram-se pertencentes a certos e determinados grupos sociais.

Assim, neste capítulo, buscar-se-á investigar o processo de construção da linguagem e da identidade do sujeito pós-moderno, tendo como metodologia bibliográfica autores clássicos como Zygmunt Bauman e Stuart Hall, tradicionalmente conhecidos por suas obras sobre a perspectiva social e liquidez, bem como outros autores afetos à temática.

Em verdade, a sociedade moderna vem dando sinais de diversas formas sobre como os indivíduos têm transformado suas identidades e como as estruturas sociais não são mais sólidas como outrora. Nessa perspectiva de entender como esse sujeito se constrói e se solidifica com tanta rapidez é que será desmistificado o conceito de mundo pós-moderno.

Identidade social e sua trajetória

Atualmente, vive-se inserido em uma sociedade dinâmica na qual a tecnologia tem-se expandido muito, tornando-se umbilicalmente ligada à vida cotidiana. Em verdade, são perceptíveis as transformações pelas quais a sociedade está passando e ainda passará. Dessa forma, não seria diferente com as identidades dos sujeitos. Stuart Hall (1997), analisando a crise identitária humana, aponta em seus estudos para concepções sobre a identidade na pós-modernidade sendo também alcunhada por modernidade tardia.

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (1997) afirma sobre o quanto a modernidade impactou e contribuiu para uma “crise de identidade” que vem fragmentando o ser humano, modificando-o cada vez mais e influenciando o seu pensamento sobre si e sobre o mundo que o rodeia. Para isso, Hall (1997) apresenta três concepções de identidades situadas em diferentes marcos temporais.

A primeira é o sujeito no *iluminismo* (individualista), baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, e de ação cujo centro consistia num núcleo interior que emergia desde o nascimento e seguia ao longo de toda sua vida, permanecendo totalmente o mesmo. A segunda concepção de identidade é o sujeito *sociológico* (interacionista), o

qual reflete a complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo moderno não era autônomo e autossuficiente, mas isto era formado na relação com outras pessoas importantes para ele. Na terceira concepção de identidade está o sujeito *pós-moderno* (que efetiva a “celebração móvel”), o sujeito possuidor de uma identidade estável que está se fragmentando e sendo composto por várias identidades. Esse sujeito não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 1997, p. 13).

Essa crise de identidade conduz a indagação sobre a própria noção de modernidade que está sendo transformada ao longo do tempo. As descentralizações dos indivíduos representam um desenvolvimento de transformações que os próprios indivíduos poderiam ter realizado, mas por algum motivo não conseguiram. Nesse sentido, Hall já afirmava, em 1997, sobre uma espécie distinta de transformação estrutural que modificava as sociedades modernas naquela época. “Isso está fragmentando as passagens culturais de classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. Tais mudanças estavam transformando as identidades pessoais, desestabilizando o conceito dos homens sobre si mesmos “como sujeitos integrados” (HALL, 1997, p. 9).

Desse modo, as mudanças estruturais vêm libertando os sujeitos de seus próprios julgamentos e medos. Algum tempo atrás, a identidade era algo unificado, isto é, não tinha perspectiva de mudanças, não era permitido aos sujeitos construir sua própria identidade, pois ela já vinha com um destino marcado e com sua trajetória construída por seus familiares e entes próximos. No mundo moderno, presencia-se com o advento da globalização o contato com diferentes culturas, criações e origens. Essa facilidade de encontrar o diferente e se encontrar nele fez por aumentar a expansão das identidades, “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2005, p. 33).

Na modernidade, as identidades assumem uma constante mutação, que é construída pelas influências do meio em que é inserido o indivíduo, pela busca do incansável ser perfeito, pelas trocas de informações que acontecem a todo instante fazendo com o que o indivíduo escolha seu momento e a sua melhor identidade na hora em que quiser.

Portanto, a identidade social é construída por fragmentos flexíveis, que concedem ao indivíduo a possibilidade de construir sua identidade a longo prazo, inserindo-se nesta perspectiva o que realmente se deseja. E o mais importante das identidades na pós-modernidade é a unificação que não é permanente. O sujeito escolhe modificar sua identidade social a todo o tempo e em diferentes ocasiões se tornando flexível na medida em que vai construindo-a e se conhecendo.

As mudanças linguísticas e suas posições sociais

Ao se analisar as relações sociais presentes em uma sociedade, percebe-se o quanto são desiguais quando classificadas em cada grupo. De fato, as relações sociais são marcadas por indivíduos que pertencem a um mesmo ciclo de atividades rotineiras, de modo que essa classificação é o que destina os limites e a relação entre os indivíduos e os grupos sociais.

A linguagem desses sujeitos é marcada pela língua que ganha sentidos e significados por meio de seu contexto, bem como pelo indivíduo falante na medida em que este não profere significados por si só, e sim por meio da construção social na qual está inserido. E este processo concede sentido à língua falada (LABOV, 2008).

Assim, a língua é algo construído socialmente, tornando os indivíduos cada vez mais nativos de suas origens. A língua não se desenvolve por si só, assim como também não existe fora de uma sociedade; sem língua não haveria a comunicação entre as sociedades. Ao se pensar em uma sociedade que tudo classifica, a língua não foge dessas classificações, pois “correlacionando-se o complexo padrão linguístico com diferenças concomitantes na estrutura social, será possível isolar os fatores sociais que incidem diretamente sobre o processo linguístico” (LABOV, 2008, p. 19). Sendo assim, a língua é um reflexo por meio do qual se observa o desenrolar de toda a sociedade.

Mediante o desenvolvimento linguístico de uma sociedade, percebe-se o quanto tem relação com a vida social, com as modificações sociais presentes e sobre como toda a pressão social concretiza-se sobre a língua, estabelecendo uma interação entre ambas, e mostrando que tanto uma quanto a outra passam por transformações que são individuais, mas ao mesmo tempo coletivas e interligadas. E todo esse processo linguístico não é construído individualmente,

desenvolvendo-se conforme as demandas sociais presentes, sejam elas econômicas, sejam culturais, as quais ocorrem para a construção do processo. Nessa perspectiva, conforme Labov, não é possível compreender como uma mudança linguística se processa não se considerando “a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (LABOV, 2008, p. 21).

É importante levar em conta que a língua é uma forma de identificação entre os grupos sociais presentes em uma sociedade; ela registra e marca a posição social dos indivíduos mediante seu pertencimento a determinado grupo e, paralelamente, é caracterizada como uma marca que diferencia esses grupos e suas posições sociais. Em uma sociedade estratificada, a língua não vem para ajudar nessa divisão, mas sim para registrar a estratificação que acontece dentro dos grupos, pois “a língua registra essa separação: as funções exercidas por artesãos não se chamam profissões, e sim ofícios” (GOBLOT, 1989, p. 38).

Os indivíduos tendem a mudar sua forma de falar para acompanhar as mudanças de posições sociais com a finalidade de pertencer a essas posições que exigem uma transformação ou aperfeiçoamento da língua. Nesse sentido, o sujeito pode até tentar aperfeiçoar o máximo para preencher a posição, mas, por mais que ele queira muito e se esforce para isso acontecer, sua língua continuará a ter as raízes de sua origem, pois esse processo não a modifica por completo.

Na sociedade sempre haverá dificuldades linguísticas quando um indivíduo decide mudar de posição social. Sendo a sociedade constituída por vários grupos sociais, muitas barreiras são impostas por grupos compostos por uma determinada classe, a qual interfere na entrada de indivíduos que sejam inferiorizados a ela. Tem-se a concepção de que aquele indivíduo rejeitado não conseguirá atingir o status que determinado grupo possui. A consequência é o distintivo da inferiorização de indivíduos que não conseguem o devido acesso, ficando expostos às relações de poder existentes; “enquanto as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isso implica um em cima e um embaixo, uma diferença de potencial” (FOUCAULT, 2013, p. 372).

Portanto, é imprescindível dissociar a língua falada da posição social em que o indivíduo ocupa, pois ambas estão interligadas e refletindo sempre uma em relação a outra. É preciso entender que a língua caracteriza de forma marcante

o sujeito e o seu lugar de origem, trazendo consigo suas experiências e seus significados enraizados em sua trajetória social. Quando há mudança de posição social, o processo de pertencimento a uma nova ascensão social leva tempo, uma vez que o indivíduo sempre carrega consigo traços de suas origens, sendo difícil ocultá-los para ser aceito na nova posição social.

Construção do mundo pós-moderno

Muito se tem discutido sobre a questão da contemporaneidade e sobre a modernidade. A modernidade relaciona-se aos aspectos de como os indivíduos lidam com a questão do mundo modificado. No Brasil, por exemplo, a questão da modernidade é vista por muitos como algo que está em constante transformação de modo que os sujeitos não a percebem.

Assim é preciso compreender esse processo de transformação denominado pós-moderno não como algo marcado por diferentes épocas, pois não há como definir em que momento ou em qual período se termina o mundo “antigo” e se inicia um mundo pós-moderno. E o mais importante é que não se pode afirmar com certeza que todos os indivíduos estão vivendo em um mundo pós-moderno. Luiz Felipe Pondé (2001) diz que a modernidade produziu a consciência pós-moderna, trazendo a questão da pós-modernidade como algo advindo da consciência e que se sobrepõe a questão de eras perpassadas pelos indivíduos, ou seja, a consciência é um processo que foi resultado de lugares pelos quais a modernidade se instaurou e que continuou se desenvolvendo nos pensamentos mais atuais.

Ainda segundo Pondé (2001, apud Martins, 2013), a modernidade é traçada na perspectiva de que o Estado é capaz de resolver todos os problemas da população, sendo visto como um ente que procura cada vez mais as melhorias, pautado no discurso politicamente correto e sempre justo, promovendo sempre a garantia da qualidade de vida dos indivíduos. Contudo, no final do século XX, percebeu-se que o Estado não conseguia manter todas as garantias prometidas. Nesse período, inicia-se o processo de decadência da modernidade. Segundo Shinn (2008, apud MARTINS, 2013), “a descrença na ciência e as dúvidas acerca de muitos aspectos relacionados à modernidade proporcionaram, assim, um terreno fértil para a reflexão anti-moderna e a emergência da visão de mundo pós-moderno”.

Para Bauman (2005), o fracasso do mundo moderno abriu o caminho para a consciência do mundo pós-moderno, ideias e conceitos utilizados em seu livro *Modernidade líquida*; como se vê, o próprio nome do livro já remete a algo que traz consigo certa liquidez. Para Bauman, essa liquidez ou até mesmo solidez das estruturas sociais como as famílias, relações trabalhistas e afetivas, são as mais afetadas, abrindo cada vez mais espaços para a “liquefação”, a qual corresponde a outro conceito desenvolvido pelo autor para explicar que essas instituições eram sólidas, mas que passaram cada vez mais à condição de líquidas e mutáveis se transformando e regenerando continuamente. Bauman ainda explica que “Estamos agora passando da fase “sólida” da modernidade para a fase flúida. E os fluidos são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo [...]” (BAUMAN, 2003).

Para Bauman, o mundo pós-moderno é caracterizado como líquido, pois as estruturas não são sólidas e os indivíduos são cada vez mais mutáveis: nada dura para a sempre, já que o famoso “para sempre” não existe mais. (BAUMAN, 2003). Toda essa representatividade sólida não é mais existente, pois a consciência tornou os indivíduos cada vez mais próximos do novo e em constante busca pelo novo que não se sabe se será encontrado.

E com a globalização o mundo começou a ter mais oportunidades de comunicação com diferentes indivíduos e suas fronteiras, e é nesse contexto que surge a nova identidade do sujeito pós-moderno, caracterizado por alguém que vive em constante construção de si mesmo e procura cada vez se transformar para se adequar às novas exigências impostas pela sociedade. Para Nobrega (2010), a identidade é conceituada como algo em constante transformação e construção.

Para Bauman (2004), a identidade se torna algo mais presente no indivíduo quando revela quem ele é a todo momento, tornando-se algo mais questionado do sujeito moderno, pois ela define os sujeitos líquidos como sendo únicos e totalmente descentralizados. O autor afirma que a identidade desses sujeitos líquidos é definida como “a rejeição daquilo que os outros querem que você seja”. Ou seja, os sujeitos vivem nessa liquidez para tentar não se encaixar nos padrões impostos pela sociedade, fazendo-os reféns das próprias vidas, uma liquidez que veio para trazer mudanças e libertações a indivíduos que se encontravam presos às opiniões alheias e que faziam delas um esconderijo das suas próprias emoções e sentimentos. Todavia, o mundo globalizado é incapaz de dizer se os sujeitos são únicos mediante toda a liquidez e identidade mutáveis existentes.

Essa identidade única que os sujeitos buscam é caracterizada como uma das maiores inseguranças, pois como estabelecer uma identidade única e imutável em um mundo globalizado e com várias facetas ao mesmo tempo? A identidade não é mais fixa e unificada, pois o sujeito assume diferentes identidades, em diferentes momentos, e o importante é que cada sujeito se encontre e assuma sua identidade da maneira como desejar. Bauman explica que o anseio por formar uma identidade vem do desejo de flutuar nesse ambiente no qual se é “nem um e nem outro” e que gera muita ansiedade, pois manter uma identidade fixa no mundo moderno líquido não é uma perspectiva atraente, já que “uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha” (BAUMAN 2004).

Essa identidade está em constante transformação a qual acontece na troca existente entre o eu e a sociedade, fazendo com que o indivíduo se construa mediante os fragmentos encontrados em seu caminho para o trazer para perto de si. Bauman (2004) caracteriza algumas ações como “incerteza oposta”, definição para os indivíduos que almejam a busca pela identidade que deseja seguir, mas tem medo de assumi-la e medo também de, depois de escolhida, se constatar de quanto tempo levará para tê-la consigo, pois os indivíduos são os responsáveis por toda a identidade assumida no mundo moderno e somente ele saberá quando se separar dela para alçar novas.

Portanto, considera-se que nenhum ser humano é igual ao outro; desde o nascimento e o primeiro contato com o mundo externo, cada ser é único até um determinado momento. E esse ser terá sua família, sua cultura de origem, um nome e uma identidade própria que pode ir se desfazendo com o tempo, ou até mesmo se transformando para as adequações em que esse sujeito determinar realizar, para se reencontrar com ele mesmo. E essas transformações e construções que esse sujeito perpassar irá trazê-lo cada vez mais para o mundo moderno e com a consciência de um mundo pós-moderno.

Considerações finais

Foi possível observar, por meio dos teóricos citados neste capítulo, a questão da identidade e sua mutação como sendo uma das preocupações dos sujeitos do mundo pós-moderno. A compreensão sobre como é visto este mundo pós-moderno também foi abordada, sendo desmistificada como

uma consciência que se aderiu e não como uma época que foi ultrapassada ou marcada por esferas temporais.

A linguagem dos sujeitos foi aqui abordada como sendo uma característica que acompanha o sujeito por toda sua trajetória enquanto ser pertencente a uma sociedade. Assim, quando analisado o sujeito, foi possível identificar o quão indispensável é associar o seu lugar de fala e o seu lugar enquanto falante de uma origem e um grupo social. A sociedade e a língua se completam, unindo-se ao sujeito e dando-lhe características marcantes e determinantes em seu cotidiano.

Portanto, verificou-se que as identidades do sujeito pós-moderno são totalmente fragmentadas e mutáveis. Os indivíduos questionam sobre o porquê de assumirem certas identidades e passam a questionar se é a identidade realmente desejada, passando a ter consciência de que no momento em que ele deseja, ele pode adotar uma nova identidade.

A liquidez abordada por Bauman mostrou como as relações sociais estão cada vez mais diferentes por assumirem identidades renovadas sempre que a sociedade assim requerer. A única certeza, que não é garantia, é que a liquidez está se instaurando aos poucos e conquistando cada vez mais seu espaço na contemporaneidade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2013.
- GOBLOT, Edmond. **A barreira e o nível**: retrato da burguesia francesa na passagem do século. Trad. Estela dos Santos Abreu e Maria da Silva Cravo. Campinas: Papyrus, 1989.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.
- PONDÉ, Luiz Felipe. Epistemologia Agônica e Disfuncionalidade Humana: um ensaio de teologia pessimista. **Revista de Estudos de Religião (Rever)**, n. 02. São Paulo, 2001.

MARTINS, Larissa, Januário. **O papel das mídias sociais na construção da identidade social do sujeito pós-moderno**. Lodrina, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/kxKP5. Acesso em: 03 maio 2020.

Distúrbios que afetam a linguagem

Juliana da Conceição Sampaio Lóss¹

Lyssa Portal da Silva²

Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral³

Wagner Luiz Ferreira Lima⁴

Sem a linguagem, o pensamento é uma nebulosa vaga, inexplorada (FERDINAND DU SAUSSURE).

-
1. Doutoranda em Psicologia Clínica. Especialista em Psicologia da Saúde e Hospitalar, em Psicopedagogia Institucional, em Psicologia Cognitivo Comportamental, em Terapia Familiar Sistêmica. Licenciada em Sociologia. Psicóloga. Pedagoga. Pós-Graduanda em Neurociências. Graduanda do curso de Medicina. Diretora Científica da Liga Acadêmica Liga Acadêmica de Integração Escola Serviço e Comunidade (Laiesc). Presidente da Liga Acadêmica de Psicologia Médica.
 2. Especialista em Direito Público. Graduada em Direito. Graduanda do curso de Medicina.
 3. Pós-doutoranda em Direito. Doutora e Mestre em Cognição e Linguagem. Professora dos Cursos de Direito e Medicina. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Bioética e Dignidade Humana (Gepbidh). Membro do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc).
 4. Pós-doutorando em Cognição e Linguagem pela Uenf. Doutor e Mestre em Língua Portuguesa pelo Centro de Educação e Humanidades da UERJ. Graduado em Letras – Português, Inglês e suas respectivas Literaturas pela Fafile/Uemg.

Considerações iniciais

Considerando-se a linguagem como principal ferramenta de comunicação, por facilitar a interação entre os seres humanos e entre eles e a sociedade (fato que permite constituir vínculos), quaisquer entraves no campo social e intelectual afetam o sujeito de forma global, se ele for portador de alguma afasia que gere defasagem e até distúrbio.

O distúrbio de linguagem é caracterizado como dificuldade de compreensão e/ou utilização da fala, escrita e/ou outros sistemas de símbolos que pode envolver a forma (fonologia, morfologia, sintaxe), o conteúdo (semântica) e/ou sua função na comunicação (pragmática) em qualquer combinação. Nesse sentido, salienta-se que há uma íntima relação entre as dificuldades de aprendizagem e a história precedente de atraso na aquisição da linguagem, visto que a alteração no processo de desenvolvimento da expressão e da recepção verbal e/ou escrita avulta essas dificuldades. Assevera-se, entretanto, que a descoberta precoce dessas alterações, no curso natural do desenvolvimento, evita futuras implicações sociais e educacionais desfavoráveis para o sujeito.

Nos casos de distúrbios de aprendizagem que apresentam alterações de linguagem, cuja inteligência, audição, visão e capacidade motora estão preservadas, o quadro é decorrente de disfunções neuropsicológicas que acometem o processamento da informação, resultando em dificuldade de percepção, processamento, organização e execução da linguagem oral e escrita.

Ademais, o desenvolvimento da linguagem está associado não apenas às condições biológicas, mas também a fatores ambientais, como os associados à família e à escola, já que tais ambientes são responsáveis por garantir segurança e bem-estar ao indivíduo, assegurando-lhe adaptação, desenvolvimento, estimulação e integração social.

Nesse contexto, são notórios os distúrbios que afetam a linguagem, causando baixo rendimento acadêmico, isolamento social e retardo no desenvolvimento cognitivo, que acabam sendo responsáveis pelo prejuízo do desenvolvimento psicológico da criança, podendo gerar significativos transtornos emocionais e de conduta.

Por esse motivo, destaca-se a importância de um tratamento multidisciplinar, capaz de atuar diretamente com a demanda de distúrbios que afetam a

linguagem. Assim, o presente capítulo tem como objetivo evidenciar a importância da linguagem no cotidiano, bem como abordar os distúrbios de linguagem, o diagnóstico e a prevenção de tais distúrbios conforme se verá adiante.

Importância da linguagem no cotidiano

Segundo Asha (1982), a linguagem é um sistema complexo e dinâmico de símbolos usados de formas distintas para exprimir pensamentos em comunicação, sendo, então, um conjunto de regras socialmente compartilhadas por um determinado grupo. Pelo fato de a aprendizagem da linguagem ser determinada pela interação de fatores biológicos, cognitivos, sociais e ambientais, sua utilização evolui por meio de contextos históricos, sociais e culturais, necessitando de uma ampla compreensão da interação humana, incluindo aspectos não verbais, motivação e papéis socioculturais.

Corroborando essa noção, Justino (2018) salienta que os distúrbios de linguagem afetam a capacidade do ser humano de receber, processar e armazenar informações, o que dificulta a aquisição das habilidades tanto orais quanto escritas. Ressalta-se que as dificuldades de leitura e de escrita têm o condão de comprometer o conhecimento e reduzir a motivação para a aprendizagem, necessitando, portanto, de apoio da escola, equipe de saúde e família.

Sabe-se que o desenvolvimento cognitivo está diretamente relacionado com o desenvolvimento de linguagem, devido à organização de ideias e à elaboração das estruturas cognitivas que a linguagem proporciona. Em consequência desse fator, indivíduos que se situam no nível de palavras isoladas terão o desempenho relativamente menor do que os que apresentam combinação de palavras em sua linguagem. Destarte, constata-se que o distúrbio de linguagem gera desvio do desenvolvimento, acarretando na pessoa uma assincronia no tocante à aquisição dos componentes da linguagem, inclusive, com déficits específicos em algum aspecto linguístico e/ou na junção de componentes com o desenvolvimento normal e com atraso na aquisição.

Consoante esse pensamento, Dias *et al.* (2019) aduzem que existe correlação entre variáveis de nível socioeconômico e o desempenho do vocabulário receptivo, sobretudo com relação ao aspecto do ambiente familiar. Isso se molda ao nível de escolaridade dos responsáveis, forma de interação entre os familiares e o aprendiz e a variedade de estímulos e oportunidades ofertadas.

Do mesmo modo, é mister compreender a gênese dos transtornos de linguagem mais comuns que afetam muitos na sociedade – crianças, adultos e idosos – a ponto de desenvolverem algum distúrbio que possa causar impacto na vida, ocasionando diversas limitações.

Conhecendo os transtornos da linguagem

A priori, os transtornos de linguagem são quadros que apresentam um desvio nos padrões normais de aquisição de linguagem, desde as suas etapas iniciais. Ressalta-se a existência de diferentes tipos de transtornos de linguagem, sendo frequente a presença de comorbidade. Suas etiologias podem envolver aspectos genéticos, degenerativos, advindas de lesões, ou por causas ambientais e até mesmo fatores de cunho afetivo e emocional. Dessa forma, cumpre destacar a relevância de se conhecerem os transtornos da linguagem conforme as áreas do cérebro afetadas.

A área cerebral da linguagem, conforme ilustra Knaus (2006), é formada por quatro componentes principais, quais sejam: área de Broca; área de Werneck; giro supramarginal e giro angular. Entretanto, estudos de neuroimagem demonstram que compreensão e expressão da linguagem também estão sob atuação de áreas adjacentes à região Sylviana; lobo temporal; área de Heschl e lobo frontal. Ademais, redes neurais complexas e sistemas cognitivos complexos são recrutados para tarefas aparentemente simples da linguagem.

Costa (2019) explica sobre a importância dos neurônios-espelho na constituição da linguagem, visto que servem de base para a assimilação simbólica dos atos motores. Isso se dá ao fato de tais neurônios funcionarem criando uma representação interna, que compreende ações realizadas por outro indivíduo, ativando, assim, um circuito neural pré-motor análogo ao de quando se executa a própria ação. Alguns pesquisadores identificaram que tais neurônios se ativam devido a fenômenos de linguagem, como a percepção da fala, a incorporação semântica, a metáfora, o discurso interpessoal e a teoria da mente.

Os transtornos que interferem na comunicação do indivíduo podem estar relacionados à fala, à linguagem, à audição ou à voz. Com relação ao atraso de determinado componente linguístico, a aquisição e o desenvolvimento da linguagem são marcos essenciais no desenvolvimento, motivo pelo qual se espera que no primeiro ano de vida se inicie a produção das primeiras palavras.

A partir do segundo ano, as palavras são combinadas e as primeiras frases começam a surgir. É notório que os atrasos de linguagem não precedem, necessariamente, da mesma origem, evolução ou gravidade (AIMARD, 1998).

No que tange ao distúrbio articulatorio, ocorre quando a aquisição dos sons da fala está atrasada ou desviada, incompatível com a idade. Trata-se, portanto, de uma perturbação da articulação da fala, somada à impossibilidade de emitir conscientemente uma frase, não permitindo o domínio de substituir palavras. A variabilidade do distúrbio é significativa, podendo haver ou não efeito sobre a inteligibilidade da fala.

Verifica-se que há fatores que favorecem a manutenção do transtorno articulatorio, a saber: déficit na discriminação auditiva, em que não há ativação adequada de determinada área cerebral; déficit na orientação do ato motor da língua; alterações na respiração; inadequação da mastigação e deglutição; hábitos orais inadequados, como uso de chupeta, mamadeira e sucção de dedo (MUTSCHELE, 2001).

Quanto à disfemia, é outro importante transtorno de linguagem, sendo caracterizada pela dificuldade em manter a fluência da expressão verbal, tendo seu ritmo interrompido, de forma brusca ou até paulatinamente, a julgar pela cor local do caso. Portanto, há repetições e prolongamento dos sons, das sílabas e das palavras; podendo vir acompanhado de movimentos corporais, que é uma tentativa, por parte do indivíduo, de superar o bloqueio da fala. Com relação à gagueira, trata-se de uma condição neurobiológica, entretanto, a frequência e a intensidade podem ser influenciadas pelo estado emocional e pelas condições ambientais (PINTO; SCHIEFER; ÁVILA, 2013).

O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) identifica o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) como mais um transtorno da linguagem, que se revela no desenvolvimento neurológico que geralmente aparece nos três primeiros anos de vida, comprometendo as habilidades de comunicação e interação social; e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos. O TEA é definido pela presença de déficits persistentes na comunicação e na interação social, em múltiplos contextos.

À guisa de esclarecimento, no que versa sobre a epilepsia, não se trata de um transtorno de linguagem e não tem seu principal impacto na comunicação. Entretanto, em alguns estudos sobre a desordem de linguagem, a epilepsia pode

aparecer como etiologia. Zanini (2011), por seu turno, caracteriza a epilepsia como distúrbio crônico, com crises recorrentes e resultantes de uma descarga excessiva de neurônios em determinada área do encéfalo, podendo repercutir na cognição, na linguagem e na escolarização da pessoa. Vale acrescentar que as alterações de linguagem podem ser manifestadas em momentos diversos, ocorrendo na ausência da crise, na aura ou até mesmo na crise convulsiva.

Diante do exposto, destaca-se a importância de pensar em um diagnóstico precoce das patologias que interferem na linguagem, para então possibilitar a intervenção no sentido de solucionar ou dirimir os efeitos das afasias o mais breve possível.

Diagnóstico e intervenção dos distúrbios da linguagem

Partindo do pressuposto de que os distúrbios de linguagem causam um impacto na vida do indivíduo, faz-se necessário abordar as formas de diagnóstico, uma vez que a precocidade da descoberta pode levar a avaliações e intervenções eficazes, capazes de auxiliar na aquisição da linguagem, ou mesmo, em adaptação e possibilidades de intervenção na aprendizagem.

Nesse contexto, em se tratando de clínica pediátrica, neurológica e neuropsicológica de crianças, as queixas em torno de aquisição da linguagem são geralmente encaminhadas ao tratamento fonoaudiológico. Para atender a essa demanda, é relevante que os profissionais consigam estabelecer uma prática interdisciplinar, especialmente no caso do pediatra, que deve estar preparado para agir no diagnóstico e prevenção primária dos distúrbios de linguagem (CRESTANI *et al.*, 2013).

No que tange ao diagnóstico, Crestani *et al.* (2013) ressaltam que há falta de um padrão referente às habilidades linguísticas infantis e de instrumentos de avaliação que possam relacionar o desempenho das habilidades de linguagem das crianças às teorias existentes ou aos modelos descritivos do conhecimento linguístico infantil, a fim de se realizar um diagnóstico em alteração de desenvolvimento da linguagem baseado num parâmetro preciso de comparação, dificultando um diagnóstico fidedigno.

Considerando-se uma perspectiva interacionista, autores afirmam que, além do olhar sobre o domínio gramatical, para obter-se um diagnóstico

eficaz, é importante analisar o funcionamento no diálogo entre adulto e sujeito, pois essa análise dará elementos fundamentais ao processo terapêutico. Verifica-se a veracidade de tal assertiva, quando se propõe a análise de crianças com dispraxia verbal nas interações com as mães, em que se observaram diferenças, demandando uma terapêutica distinta, em que pese a sintomatologia orgânica comum dos sujeitos (CRESTANI *et al.*, 2013).

Para que sejam diagnosticadas alterações que afetam a linguagem, utiliza-se diagnóstico por imagem. Assim, diagnósticos realizados através da neuroimagem demonstram alterações corticais que evidenciam a presença de distúrbios específicos da linguagem no espectro da síndrome perisylviana, evidenciando manifestação clínica decorrente de lesão ou malformação que comprometa a região da fissura de Sylvius, sendo a polimicrogiria a alteração estrutural encontrada. Os exames de ressonância magnética evidenciaram polimicrogiria perisylviana de localização e extensão variáveis (CRESTANI *et al.*, 2013).

Baptista, Novaes e Favero (2015), em função do grande número de diagnósticos possíveis para uma criança que apresenta atraso de linguagem, assim postulam: distúrbio específico de linguagem, retardo de linguagem, distúrbios articulatorios, observa-se a importância dos estudos epidemiológicos úteis nas reflexões clínicas, ao mesmo tempo em que norteiam a composição necessária da equipe de atendimento dessas crianças. Destarte, faz-se necessário que sejam variados aspectos para concluir o diagnóstico dos distúrbios de linguagem, com uma equipe médica articulada com outros saberes da saúde e que considere importante a implicação orgânica, social e psíquica como parte integrante da gênese dos problemas de linguagem.

Outrossim, considerando a importância da equipe interdisciplinar no atendimento aos distúrbios da comunicação, ressalta-se a relevância da presença do psicólogo, pois estudos demonstram que pacientes com distúrbios de linguagem usualmente manifestam alterações e sofrimentos psíquicos que, em geral, estão diretamente relacionados com os problemas de linguagem e, muitas vezes, são a causa primária desse atraso, uma intervenção que considere a constituição psíquica e linguística da criança proporciona resultados terapêuticos mais específicos e eficazes (BAPTISTA; NOVAES; FAVERO, 2015).

No tocante aos distúrbios de linguagem do adulto, verifica-se que o acidente vascular cerebral (AVC) é a maior causa de incapacidade entre os adultos, em se tratando de uma das alterações neurológicas mais comuns durante o envelhecimento, e pode ser compreendido como uma deficiência

neurológica, transitória ou definitiva, secundária à lesão vascular em alguma região do cérebro (ARRUDA; REIS; FONSECA, 2014).

As manifestações mais comuns após o AVC abrangem déficits motores, incapacidade funcional, distúrbios de linguagem, disfagia (dificuldade de deglutição), depressão, desajuste social e piora na qualidade de vida. Estudos relatam que os distúrbios de linguagem são as principais sequelas geradoras de incapacidades funcionais. Portanto, considera-se o AVC como a principal causa da afasia do adulto na atualidade (ARRUDA; REIS; FONSECA, 2014).

Diante do anteriormente elucidado, em relação ao diagnóstico dos distúrbios da linguagem, mostra-se oportuno conhecer as intervenções possíveis para atender tal demanda. Assim, podem-se incrementar as intervenções com base em distintas teorias que, ao longo do tempo, vêm sendo desenvolvidas e testadas com o intuito de permitir a compreensão do desenvolvimento cerebral e linguístico e as demais funções cognitivas que antecedem o ato de falar e que utilizam aportes linguísticos e teorias psicológicas.

Após a concretização do diagnóstico, deve-se buscar tratamento e possíveis intervenções e, nesse caso, é premente citar a intervenção fonológica com base no modelo psicolinguístico que tem influenciado decisivamente, na última década, a forma de conceber, avaliar e enfrentar a intervenção nas dificuldades de linguagem. É o que se tem revelado mais útil no campo dos transtornos de linguagem, já que tenta explicar a forma como os seres humanos processam a informação que chega aos seus sentidos, para acessar as palavras armazenadas em seu léxico e usar as representações mentais que codificam as informações em vários níveis (GAHYVA; HAGE, 2018).

Conforme explicam Gahyva e Hage (2018), a partir desse modelo de intervenção, as estratégias utilizadas foram desenvolvidas com o objetivo de favorecer às crianças a prática de discriminação entre os sons da fala; promover o desenvolvimento da memória de trabalho; realizar as representações fonológicas das palavras mais precisas, tornando-as conscientes dos aspectos estruturais e funcionais da língua (atividades de consciência fonológica, consciência da palavra); facilitar o acesso às representações no léxico mental e de realizar a programação, o planejamento e a produção motora de forma satisfatória.

Nesse passo, pensar em intervenção para os distúrbios de linguagem é refletir em ação precoce, a fim de prevenir problemas na aprendizagem, dislexia e problemas no desenvolvimento, o que corrobora a tese de que os três

primeiros anos são cruciais para um bom desenvolvimento. Destarte, a intervenção deve preconizar o estímulo e a avaliação sólida em todos os níveis, envolvendo orientações à escola e à família.

Sugere-se que as atividades relacionadas à intervenção estejam estabelecidas com terapia da fala, com abordagem das alterações, como desvios fonéticos e fonológicos, terapia de voz em relação às disfonias, terapia de motricidade oral, privilegiando os distúrbios de alimentação, respiração e mobilidade de órgãos fonoarticulatórios, terapia de linguagem oral com o enfoque que pode estar centrado na expressão ou recepção de linguagem e, por fim, terapia de linguagem escrita, objetivando intervir nas dislexias, disortográficas e disgrafias (BECKER, 1995).

É relevante elucidar que, em se tratando de crianças, salienta-se a acuidade do lúdico para o trabalho, visando a alcançar a eficácia desejada, sendo nesses casos a terapia fonoaudiológica a protagonista, aliada às outras áreas como psicopedagogia, pedagogia, psicologia e, por fim, introduzir no tratamento a participação ativa da família, pois os entes familiares são coadjuvantes nesse processo de aquisição e melhora da linguagem.

Considerações finais

Do presente capítulo, pode-se depreender que os distúrbios de linguagem se referem à patologia importante que pode impactar a vida consideravelmente, uma vez que a linguagem se constitui parte da identidade das pessoas, facilitando sua vida em sociedade.

Nessa trilha, destaca-se o valor premente da avaliação multidisciplinar com acompanhamento de profissionais especialistas, como psicopedagogos, fonoaudiólogos, neurologistas infantis e psicólogos, concorrendo para melhor intervenção nos distúrbios que afetam a linguagem. Partindo-se desse pressuposto, deve-se considerar o seguinte: saber que testes devem ser utilizados para avaliar a criança, bem como reunir a equipe multidisciplinar, a fim de se chegar ao diagnóstico com precisão e intervir de forma assertiva, envolvendo ativamente a família.

Ademais, deve-se incluir a escola no escopo do atendimento cujos professores devem analisar o rendimento escolar das crianças e as dificuldades

encontradas e, a partir de então, modificar a proposta didática, observando o quadro apresentado pelo aluno; e, para melhor atuação, enviar à equipe multidisciplinar relatório descrevendo a situação do paciente, para dar a conhecer profundamente os transtornos com base em discussões com os profissionais que entendam e conduzam o tratamento.

Destaca-se, ainda, a relevância de aprofundar estudos capazes de buscar a criação e a validação de escalas interdisciplinares para avaliar distúrbios da linguagem em crianças e adultos, uma vez que também ocorrem distúrbios de linguagem decorrentes de doenças em adultos e há poucos recursos disponíveis na comunidade acadêmico-científica.

Referências

- AIMARD, Paule. **O surgimento da linguagem na criança**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ASHA, American Speech-Language-Hearing Association. **Language** [Relevant Paper]. 1982.
- ARRUDA, João Sigefredo; REIS, Francisco Prado; FONSECA, Vânia. Avaliação da linguagem após acidente vascular cerebral em adultos no estado de Sergipe. **Revista Cefac**, v. 16, n. 3, p. 853-862, 2014.
- BAPTISTA, Marta Gonçalves Gimenez; NOVAES, Beatriz Cavalcanti Albuquerque Caiuby; FAVERO, Mariana Lopes. Epidemiologia dos distúrbios de comunicação na infância em clínica foniátrica. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, v. 81, n. 4, p. 368-373, 2015.
- BECKER Fernando. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. In: SILVA, L. H., AZEVEDO C. J. **Paixão de aprender II**. Petrópolis, RJ: Vozes; 1995.
- COSTA, C. **Proposta de intervenção fonoaudiológica em grupo de pais de crianças com risco para alteração de linguagem**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- CRESTANI, Anelise Henrich *et al.* Distúrbio específico de linguagem: a relevância do diagnóstico inicial. **Revista Cefac**, v. 15, n. 1, p. 228-237, 2013.
- DIAS, Natália Martins *et al.* Linguagem oral e escrita na Educação Infantil: relação com variáveis ambientais. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 29, Maringá, 25 abr. 2019.
- GAHYVA, Dáphine Luciana Costa; HAGE, Simone Rocha de Vasconcellos. Intervenção fonológica em crianças com distúrbio específico de linguagem com base em um modelo psicolinguístico. **Revista Cefac**, v. 12, n. 1, p. 152-160, 2018.
- JUSTINO, F. *et al.* Atuação fonoaudiológica nos distúrbios de linguagem oral e escrita: caso clínico. **Única Cadernos Acadêmicos**, v. 3, n. 4, jun./set. 2018.

MUTSCHELE, M. S. **Problemas de aprendizagem da criança**. São Paulo: Loyola, 2001.

PINTO, Joana Cecília Baptista Ramalho; SCHIEFER, Ana Maria; ÁVILA, Clara Regina Brandão de. Disfluências e velocidade de fala em produção espontânea e em leitura oral em indivíduos gagos e não gagos. **Audiology-Communication Research**, v. 18, n. 2, p. 63-70, 2013.

ZANINI, R. Linguagem e cognição da criança com epilepsia no contexto educacional. **Atos de pesquisa em educação**, PPGE/ME FURB, v. 6, n. 1, p. 245-251, jan./abr., 2011.

21

Linguagem da escola: um dos agentes da evasão escolar

Dulce Helena Pontes-Ribeiro¹

As fronteiras da minha linguagem são as fronteiras do meu universo (LUDWIG WITTGENSTEIN, 1889-1951).

Considerações iniciais

Conforme o Censo Escolar/2018, cerca de 3,5 milhões de estudantes abandonaram os estudos ou foram reprovados (UNICEF, 2019), o que não é nenhuma novidade no Brasil – dados que, em vez de serem alarmantes, já se banalizaram. Os motivos de a educação capengar em relação à entrada do estudante na escola e sua permanência são complexos e multicausais. Neste capítulo, não se entrará no mérito dessas questões. Optou-se por delimitar o abandono, a evasão e a repetência escolares decorrentes da “linguagem na escola” – objeto desta discussão. Uma linguagem diversa e até mesmo desconhecida da linguagem dos estudantes, em especial daqueles oriundos de classes mais populares, usuários

1. Doutora em Língua Portuguesa. Mestra em Educação. Especialista em Língua Portuguesa e Semiótica Discursiva. Graduada em Letras. Professora do Ensino Superior. Orientadora e revisora de trabalhos acadêmicos.

de dialetos de menor prestígio social – o que, na verdade, resulta em exclusão escolar, acarretando uma cisão no processo de ensino-aprendizagem, que é *condition sine qua non* para a formação do cidadão. Ademais, a não conclusão da educação básica transcende os males individuais e atinge o país no seu todo, pois lhe faltam profissionais qualificados que afetam diretamente a economia nacional e circunscrevem ainda mais as desigualdades sociais.

A abordagem dessa problemática neste capítulo se faz por meio de pesquisa bibliográfica e se estrutura em três seções em que se reflete primeiro sobre a linguagem como elemento fundador da identidade do sujeito, que, neste caso, é a expressão linguística do estudante, não legitimada pela escola, ainda que seja o distintivo de identidade social do usuário; depois, volta-se à linguagem legitimada da escola, da qual decorre estigmatização de alunos de classes sociais desprivilegiadas e a sua não permanência na escola; por fim, sublinha-se a linguagem a favor do aluno inserido em classes heterogêneas e multilíngues, preocupada em não ser coadjuvante dos contornos da estratificação social, mas sim inclusiva e combatente do fracasso escolar.

Linguagem e identidade: indissociabilidade

Linguagem e identidade são premissas indissociáveis na formação do ser humano. É descabido querer abordar qualquer aspecto da identidade de alguém, na qual se concentra um manancial de significados fruto de sua experiência vivida ou mesmo imaginada, negligenciando a sua condição primeira: a linguagem, ou as mais diversas formas de linguagem, inclusive para além do fenômeno linguístico. Conforme Bakhtin (2003), a língua transcende a comunicação discursiva, pois envolve o homem como um todo, o qual, em sua realização narrativa, revela a sua identidade.

É inimaginável o mundo sem linguagem e a comunicação/interação humana sem a representação reconstrutiva da realidade. A linguagem não só reproduz a realidade como também constrói realidades. A ligação entre realidade e linguagem é, de fato, muito estreita. Sem a linguagem representativa não haveria progresso, evolução; a humanidade estaria na condição primária de sua existência. As práticas linguísticas e socioculturais – relacionadas dialeticamente envolvendo elementos como crenças, valores, desejos e relações sociais de sorte que um não seja redutível ao outro – são pilares da sociedade

e arcabouço de estruturação permanente do sujeito, um devir ininterrupto processado mediante variações incessantes. Por isso se afirma que sujeito e linguagem são indissociáveis.

Pode-se dizer, então, juntamente com Lobato, Dias e Souza (2019, p. 88), que, sendo a linguagem um agente cultural e diverso formador dos sujeitos em seu universo sociocultural e interação com seus pares, mobiliza “múltiplas identidades, uma vez que um único sujeito se configura com diferentes identidades no meio social”. Tal identidade se transforma à medida que o sujeito entra “em contato com outro contexto social e cultural ou mais propriamente com outros comportamentos e atividades que muito influenciarão na sua identidade” (Ibidem, p. 89). São, pois, os diferentes contextos de uso impregnados de linguagens diversas constituidores dessas identidades e dinamizadores do processo de interação humana. Com efeito, “toda ação refletida se efetiva pela linguagem, que é um dos fatores categóricos ao progresso do homem como um todo e, indubitavelmente, do desenvolvimento do usuário da língua humana” (PONTES-RIBEIRO, 2007, p. 22).

Diz Pêcheux (2018, p. 168): “O sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui”. Em outras palavras: “O sujeito do discurso é quem ele realmente é, com todas as suas concepções impostas pelas relações sociais” (Ibidem, p. 159). Quer se dizer com isso que identidade e diferença são essências relacionais e culturais, geradas no cerne das mais distintas sociedades no percurso histórico; carecem, então, de interpretações adequadas sejam naturais sejam transcendentais. Daí, pois, a necessidade de se considerarem num discurso linguístico identidades e diferenças como produções banhadas de concepções culturais; apesar de que, costumeiramente, a tendência do sujeito é tornar identidades e diferenças como circunstâncias características da vida, regularidades normativas prontas, definitivas. O que não procede por se tratar de um infinito processo.

Os conceitos da teoria do discurso contribuem para a compreensão de como cada discurso produz realidade e identidade além de organizar o espaço social do usuário. Eventos linguísticos e eventos sociais se interpenetram: um não se dá sem o outro, isso porque a língua não é apenas objeto da linguística, isto é, da comunicação discursiva – como já lecionara Bakhtin (2003). Seus atributos são muitos, compõem parte considerável do ser humano. Quando o sujeito está em atividade comunicativa, constituída de texto e com texto discursivo (interlocutores, finalidade, contexto, etc.), ele está

produzindo discurso. Discurso é, portanto, a manifestação linguística resultante do ato da enunciação; remete à materialização do texto, do sentido, isto é, o texto em funcionamento, sócio-histórico, enunciativo, em operação sociointerativa/discursiva.

As formas da organização do discurso são intimamente influenciadas pelo exterior, isto é, o meio social no qual o utente se encontra. Em seus discursos e identidades socialmente situados se concentram suas concepções, valores, ideologias, conhecimentos, crenças, identidades sociais, relações sociais, enfim um leque de agentes sociais influenciando o sujeito e extrapolando o domínio da linguagem. Não se quer dizer com isso que o discurso simplesmente reflete uma realidade social, uma vez que a linguagem não é passiva; pelo contrário, sua relação com a realidade é ativa, sendo capaz de modificá-la.

Todo discurso (de confirmação, refutação, seja lá do que for) está impregnado de discursos precedentes a partir dos quais são determinados discursos futuros. Essa sua natureza social imprime a peculiaridade ideológica do discurso (da palavra). Confirma-se então que o discurso está prenhe de ideologia – modos de concepção da realidade que reflete determinada hegemonia, poder/domínio de uns sobre os outros. Todo discurso também é dotado de intencionalidade comunicativa na relação entre enunciador e enunciatário; é a parte não palpável do texto (está por trás do texto), relativa ao sentido (um complexo de significados, valores, princípios). Compreendendo o discurso como prática historicamente situada, infere-se a sua interlocução dialética com outros elementos.

Nesse sentido, questiona-se se a linguagem da escola estabelece em seu cotidiano a interlocução dialética com a heterogeneidade de discurso veiculada em sua esfera.

A linguagem legitimada da escola e a evasão escolar

Desde as primeiras escolas do país, verifica-se a tradição de se adotar uma política linguística de classes sociais dominantes, cujos critérios são autoritários e coercitivos, rejeitam dialetos de menor prestígio social. Segundo Magalhães (2017, p. 582), “Há todo um temor histórico em relação às variedades não prestigiadas. Parece que a opressão linguística instaurada pelo Marquês de Pombal no país ainda está impregnada na sociedade”.

Ocorre que o Brasil não é (nunca foi e nunca será) um país monolíngue cujos falantes se entendem harmonicamente; pelo contrário, trata-se de uma realidade multilíngue, povoada de muitos dialetos. Os sociais, por exemplo, são mais ainda transpassados de ideologia linguística, de princípios vinculados ao ensino da norma padrão. Portanto, a escola, mais especificamente a sala e aula, não se constitui um lugar neutro, imparcial. De fato, nas construções discursivas, há em abundância a demarcação de grupos sociais, de identidades primárias, elementos subentendidos, percepções do próprio sujeito como também o modo de ser percebido pelos outros. Verificam-se nas instituições escolares disputas de poder, não apenas nas relações ordinárias do processo de ensino-aprendizagem, no qual protagoniza um currículo oculto, inclusive desde a elaboração curricular formal. Sendo assim, quando se fala em variação linguística emerge um brado pelo ensino da gramática normativa, acobertando a realidade desta sociedade deveras heterogênea.

Legitima-se na escola, em geral, o ensino da norma padrão, impondo uniformidade, com práticas distintivas entre erros e acertos, o que pode e o que não pode. O que foge à regra é muitas vezes concebido como deficiências linguísticas. Essa prática discursiva pedagógica da escola menospreza os muitos dialetos de menor crédito social e quaisquer outros conhecimentos trazidos pelo aluno das classes populares em sua história de vida pré-escolar, de modo que o ambiente da sala de aula lhe é estranho, isento da sensação de pertencimento, de aproximação a alunos de outras classes mais favorecidas, de professores e da própria instituição escolar no seu todo; falta-lhe acolhimento, criação de laços – toda essa complexidade está envolta numa questão: a linguagem da escola.

E a expressão linguística do estudante, ou seja, o distintivo de sua identidade social? Essa, em geral, não é legitimada pela escola, a qual, enquanto autentica uma linguagem da classe dominante, desconhecida no cotidiano de muitas crianças e jovens, provoca uma evasão em larga escala, decorrente dessa exclusão linguística no seio da escola. Haja vista o que expressa a Unicef: “a exclusão escolar afeta principalmente meninos e meninas vindos das camadas mais vulneráveis da população, já privados de outros direitos constitucionais” (BRASIL, 2017, p. 6).

O comportamento linguístico e as linguagens da escola no seu dia a dia fortalecem a resistência de uma ideologia em favor da manutenção de valores hegemônicos, marginalização de classes sociais, e constroem referências

estranhas ao aluno numa relação dissimétrica com o seu mundo: ora omitem seus discursos, ora os relegam a segundo plano, ora até os difundem, mas como contestação e em contextos estereotipados – resultando daí uma gama de conflitos com os quais deverá lidar mesmo não estando preparado para isso, o que reforça a configuração e a consequente permanência dessa conjuntura, uma incompetência das relações sociais.

Como corolário desse contexto, irrompe uma particularidade de baixa autoestima conjunta nos alunos que são concebidos e se concebem como inferiores ou incapacitados – o que, na verdade é resultado de uma sistematização histórica, sustentada e nutrida também no modo como as representações sociais são constituídas no discurso histórico nas escolas nacionais. Elas são reforçadas de maneira inacabada e viciada pela ausência de um questionamento crítico e evidente de que a decorrência de exclusão é histórica, jamais biológica. Tal exclusão transcende os muros das escolas e avança em direção à vida dessa camada social.

Assim, quanto mais se instituem esses padrões no discurso da escola, menor é a adaptação dessa clientela, que resulta em repetência, abandono e evasão escolar. Entretanto, para justificar os índices desse fracasso, costuma-se apontar o contexto em que o sujeito vive como gerador de deficiências, quando na verdade o problema está no discurso da escola que não se ajusta para favorecer o trânsito entre o dialeto do aluno e o dialeto padrão. Com efeito, “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

Indo mais além, explicam Negreiros *et al.* (2017, p. 2) que o fracasso escolar decorre de diversos fatores intra- e extraescolares, os quais se infiltram no processo educacional atuando direta ou indiretamente, na ocorrência desse fenômeno. São manifestas práticas educacionais excludentes, no processo de ensino-aprendizagem, o que restringe e segrega segmentos de alunos provenientes de classes mais necessitadas, instituindo condutas discriminatórias além de violências simbólicas sobre essa clientela destituída de uma silhueta legítima para os protótipos escolares estabelecidos. Nesse sentido, “é possível inferir que esses processos de exclusão podem ter elegido a reprovação escolar como uma das queixas escolares mais predominantes, sendo considerada a protagonista nos índices de evasão”. Nessa mesma linha de intelecção, expressam-se Silva Filho e De Lima Araújo (2017, p. 41): “A

evasão e a repetência escolar estão longe de ser problemas relacionados às características individuais dos alunos e de suas famílias”.

Consoante argumentação de Foucault (2014, p. 41), embora a educação seja um direito, o mecanismo para o “acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que são marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais”; portanto, concluem Silva Filho e De Lima Araújo (2017, p. 43): “A diferença de classe social pode ser considerada um dos principais fatores para o fracasso escolar nas camadas populares”.

Na verdade, o quadro coletivo das vinculações entre língua e sociedade revela uma gama de interferências e conflitos. Há, aprioristicamente, necessidade de que a camada social de menor prestígio seja provida de uma educação linguística que lhe faculte um complexo diverso de respostas para enfrentar com devida argumentação situações diversas da vida. Por essa razão, órgãos do governo, em especial os federais, produzem frequente e intensamente leis, princípios, diretrizes, parâmetros curriculares, livros didáticos com o fim de implementação de ações efetivas nas práticas pedagógicas em todos os níveis de ensino por meio de exames avaliativos, inclusive de livros didáticos e formação docente; todavia, na contramão desse empenho político governamental, no tocante à educação linguística, o que se verifica em muitas instituições de ensino é uma cadência descompassada e morosa com as propostas governamentais, portanto de baixo efeito social e em desfavor com a linguagem do aluno.

A linguagem a favor do aluno

É compromisso ético dos docentes dotar procedimentos atitudinais rumo à redução das discrepâncias e preconceitos sociais, desenvolver um itinerário histórico justo, por meio do qual os discentes sejam considerados em seu todo complexo. Só com um exame crítico que viabilize a valoração do aluno em sua complexidade será possível implementar metodologias não excludentes, adequadas à sua permanência na escola.

Entretanto, projetos de ensino e educação democrática que defendem a incorporação das variantes linguísticas como agente de ampliação do domínio cultural do aluno possibilitaria um intercâmbio cultural e linguístico,

ampliaria as visões de mundo do aluno tornando-o mais ativo. Não basta, porém, que a escola apenas abrace essas variantes. É fundamental ir aos poucos inserindo outras variantes de maior prestígio social para que o aluno transite com maior competência linguística nos mais variados contextos sociais. O trabalho com a linguagem está intrinsecamente vinculado ao trabalho com o sujeito. Nesse sentido, a escola precisa desenvolver as capacidades da criança, seus conhecimentos e o senso crítico indispensável à formação do cidadão.

É competência da escola promover discussões multiculturais, em vez de se restringir às da cultura dominante, para que o aluno se sinta parte desse contexto, permaneça ali, a despeito de muitas dessemelhanças. Conforme Dias (2017, p. 167), “O aluno deve sentir que pertence a um grupo que lhe permite ampliar a visão de mundo e refletir, estimulando não só o aumento de seu conhecimento, mas o sentido de compreensão do mundo”. Daí se depreende que a inclusão dos alunos, a garantia de seu direito à educação, transcende à efetivação de sua matrícula na escola e também a sua permanência constrangedora nesse ambiente, pois demanda condições de ali usufruírem um ensino profícuo e acolhedor. Reforça Diniz (2015, p. 16): “combater a evasão significa contribuir na efetivação dos direitos da cidadania e participação, contribuindo para uma sociedade mais justa e menos excludente, potencializando o processo de autonomia e protagonismo juvenil”.

Sob a ótica de Dayrell e Jesus (2016, p. 409-410), para se evitar a exclusão escolar, há necessidade de se compreender o percurso escolar e muitos outros fatores socioculturais dos estudantes, entendê-los como “indivíduos que possuem uma historicidade, visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, lógicas de comportamento e hábitos que lhe são próprios”. Afinal, a despeito de uma aparência homogênea entre eles, subjaz uma grande “diversidade cultural: uma mesma linguagem pode expressar múltiplas falas. Dessa forma, para compreender as trajetórias escolares desses jovens, temos de levar em conta esses diferentes níveis de análise”.

No caso do ensino da língua portuguesa, em vez de uma prática artificial reduzida a classificações e rótulos desvinculados do uso linguístico, limitada ao estudo da palavra ou da frase, um discurso abstrato, obscuro, intangível, portanto, sem significado algum para o aluno, há de se empenhar em uma prática construtiva, relevante, isto é, pautada numa organização coerente pedagogicamente, num discurso gramatical útil e significativo, articulado à

língua viva. Nesse sentido, são necessárias estratégias que trabalhem o funcionamento da língua, preocupadas com o desenvolvimento de uma educação linguística centrada na cidadania, na geração de uma cultura respeitante à diferença e à pluralidade.

Por seu turno, a escola precisa operar com regras normatizadas, constituidoras de fator relevante da cultura nacional cujo domínio por parte do falante se constitui como elemento de prestígio social. A metalinguagem nessa perspectiva se torna um mecanismo útil por servir como meio de compreensão da interpretação linguística estudada, circunstância de reflexão sobre a língua, não mais como um fim em si própria. Seria, portanto, inaceitável a escola negligenciar essa sua competência. Cabe-lhe, pois, ensinar a língua padrão do português brasileiro contemporâneo e apresentá-la como variedade alternativa para ser utilizada em contextos mais formais, inclusive na modalidade escrita. Afinal, respeitar as variedades linguísticas desprestigiadas socialmente não autoriza a escola a dispensar à sua clientela o direito de conhecer e dominar formas linguísticas de prestígio social, como a norma padrão.

Considerações finais

Refletir sobre questões da linguagem como a sua indissociabilidade com a identidade do sujeito, a sua influência na evasão escolar e de que modo ela poderia ser favorável ao aluno é enveredar-se por um itinerário repleto de revezes, mas acompanhado de possibilidades no âmbito das instituições escolares, na oportunidade de alterar seus rumos e fortalecê-los com base na perspectiva de um ensino inclusivo, cujas práticas metodológicas se concentrem no desenvolvimento de uma educação linguística que contribua para a formação de cidadãos. Uma educação linguística que caminhe rumo a um quadro de possibilidades e oportunidades viabilizado por buscas de interação e inclusão da coletividade, na certeza de que uma forma de falar não se sobrepõe a outras, pois o mais importante é adequar a língua ao propósito comunicativo considerando o contexto como um todo – encargo da alçada da escola.

Referências

- BAKTHIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). **Cenário da exclusão escolar no Brasil**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2SjzFsx>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- DAYRELL, Juez Tarcisio; JESUS, Rodrigo Edinilson de. Juventude, ensino médio e os processos de exclusão escolar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p. 407-423, abr./jun., 2016.
- DIAS, Marluce Gavião Sacramento. Práticas pedagógicas inovadoras no ensino da língua portuguesa para estímulo ao sentimento de pertencimento do alunado. **Revista CBTeCLE**, v. 1, n. 2, p. 160-170, 2017.
- DINIZ, Carine Saraiva. **Evasão escolar no ensino médio**: causas intraescolares na visão dos alunos. Dissertação de Mestrado. 147 f. Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- LOBATO, Vivian Silva; DIAS, Josiane do Carmo Santos Silva; SOUZA, Alexandre Augusto Cals. Linguagem, identidade e formação continuada. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 8, n. 9, p. 86-100, 2019.
- MAGALHÃES, Izabel. Protagonismo da linguagem: textos como agentes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 17, n. 4, p. 575-598, 2017.
- NEGREIROS, Fauston; DA COSTA SILVA, Caroline Fernanda; SOUSA, Yamila Larisse Gomes de; SANTOS, Layane Bastos dos. Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos. **Psicologia em Pesquisa**. UFJF, v. 11, n. 1, jan./jun. 2017.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad.: Eni Orlandi *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 2018.
- SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; DE LIMA ARAÚJO, Ronaldo Marcos. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017.
- UNICEF. **UNICEF**: 3,5 milhões de estudantes brasileiros foram reprovados ou abandonaram a escola em 2018. Publicado em 31 out. 2019. Disponível em: <https://uni.cf/3btuUdp>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Linguagem fotográfica: mais que uma arte, a fotografia de Marc Ferrez à luz de Walter Benjamin

Anízio Antônio Pirozi¹

Dulce Helena Pontes-Ribeiro²

Renato Marcelo Resgala Júnior³

A Fotografia não fala forçosamente daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi (ROLAND BARTHES).

Considerações iniciais

O fotógrafo brasileiro Marc Ferrez registra em sua arte fotográfica a vida cotidiana no espaço urbano, no final do século XIX e início do século XX. Obra fotográfica sobre a qual se faz aqui uma análise do crítico de arte e filósofo, o

-
1. Mestre em Sociologia Política. Graduado em História. Professor do Ensino Superior.
 2. Doutora em Língua Portuguesa. Mestra em Educação. Especialista em Língua Portuguesa e Semiótica Discursiva. Graduada em Letras. Professora do Ensino Superior. Orientadora e revisora de trabalhos acadêmicos.
 3. Mestre em Letras (Estudos literários e crítica da cultura). Graduado em Letras. Professor do Ensino Superior.

alemão Walter Benjamin. Na verdade, este foi um dos maiores pensadores da cultura do século XX; tornou-se referencial teórico para inúmeros estudiosos das ciências humanas e sociais, após os anos 80 do século passado.

E é sobre o estudo de Benjamin referente à estética e ao surgimento da fotografia que este capítulo procura discorrer, pautando-se por uma metodologia interpretativa e qualitativa fundamentada em pesquisa bibliográfica. Inicialmente, comenta-se sobre fotografia, sua invenção e sua repercussão; em seguida, são apresentados alguns dados relevantes acerca da teoria de Walter Benjamin em sua crítica de arte, especialmente a da fotografia; por fim, procura-se estabelecer uma espécie de diálogo entre as concepções benjaminianas e a arte fotográfica de Marc Ferrez.

O advento da fotografia

Assim como os inventos da Revolução Industrial descortinaram um universo novo, o advento da fotografia propiciou uma nova maneira de ver o mundo. O desconhecido de certa forma passou a ser mais “próximo”, a humanidade passou a ter conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que eram até então transmitidos unicamente pela tradição escrita, oral ou das obras de arte.

O registro de paisagens, rurais ou urbanas, construções, guerras, inovações, expedições científicas, artefatos, monumentos, ou até mesmo retratos pessoais para dar de presente ou guardar de recordação, transformaram completamente a maneira de se perceberem certos fenômenos presentes no cotidiano e, assim, a fotografia multiplicou a capacidade de informação visual, quase que instantaneamente. Concorde-se com Kossoy (2014, p. 31) quando diz que “o mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua imagem fotográfica, portátil e ilustrado”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a fotografia, antes mesmo de galgar a elevada categoria de arte, antes de tudo, apresentou uma dupla funcionalidade: a natureza documental (registro do fato) e sua possibilidade de criação artística/estética (uma visão particular do mundo, através da escolha do tema a ser fotografado por quem está por trás das lentes).

A invenção da fotografia desferiu um choque contra os modos clássicos de produção de artes visuais. As imagens fotográficas, como o próprio termo

etimológico de origem grega fomenta, vem do termo *phosgraphiein*, formado pela junção das palavras *phos* ou *photo*, que significa “luz”, e *graphiein*, que significa “marcar”, “desenhar” ou “registrar”. O significado da palavra fotografia é, portanto, registro ou desenho à base de luz. E isso não mudou ao longo dos anos. Desde as câmaras escuras do final do século XIX às modernas câmeras de alta resolução do presente, o princípio estrutural de uma fotografia é o mesmo, ou seja, um conjunto de lentes que filtra a luz dentro de uma câmara escura e transforma a imagem captada em um registro instantâneo fixo em uma plataforma, seja ela uma placa de cobre, seja um processador eletrônico.

Dessa forma, uma fotografia carrega em si uma série de particularidades que depende de múltiplos fatores como técnica, equipamento, tema, cores, humor, talento, objetivo, conhecimento de mundo, capacidade de abstração, sensibilidade, conteúdo, forma, textura, etc. Por suas múltiplas relações, conscientes ou inconscientes, por quem as produz ou as observa, a fotografia demanda quase que obrigatoriamente uma reação, seja de atração, seja aversão ao que ela comunica. E sendo uma comunicação não verbal, isto é, imagética, carrega em seu microcosmo um fragmento do mundo e da história.

Nessa perspectiva, afirma Sotang (2004, p. 14-15) que aquilo que se escreve sobre alguém ou sobre algo é, sem suspeita de dúvida, uma interpretação, do mesmo modo que “as manifestações visuais feitas à mão, como pinturas e desenhos. Imagens fotográficas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir”. Em outras palavras: a fotografia torna a realidade num caleidoscópio de possibilidades de modo que qualquer pessoa que saiba minimamente manusear uma câmera pode capturar um instante no qual o próprio tempo – unidade metafísica pensada pelo homem – torna-se um objeto concreto e irrefutável em seu estado físico.

Surpreende o fato de que a fotografia, há menos de dois séculos, impulsionou a produção de outros inventos como o cinema, a televisão, o vídeo e hoje a internet. E possibilitou ainda uma revolução na representação dos indivíduos. Complementando essa constatação, Sotang (2004, p. 69) argumenta que “a fotografia desde o início foi fascinada pelas posições sociais mais elevadas ou mais baixas da sociedade”.

A riqueza ou a miséria humana estão imortalizadas em muitas fotografias espalhadas pelo mundo, sob o olhar de muitos fotógrafos que souberam

capturar o que havia de mais impactante na realidade fotografada. Também surgiram os críticos dessa arte, dentre os quais se destaca neste capítulo Walter Benjamin.

Algumas notas sobre a linha teórica de Walter Benjamin

Com espírito de um historiador da cultura de seu tempo, Benjamin via nas transformações da cultura de consumo também uma forma para além da mera reproduzibilidade: havia valor cultural, de certa forma, na disseminação da arte com a reprodução em massa, o que fica nítido em seu ensaio mais replicado e analisado, que é *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica* (BENJAMIN, 1994, p. 165-196).

Nesse texto, Benjamin apresenta as linhas de sua teoria, como os conceitos de reprodutibilidade, de aura e autenticidade, valor de culto e exposição da obra de arte. Conceitos os quais determinam a emancipação da visão restritiva de seus contemporâneos como Theodor Adorno e Max Horkheimer, para os quais a obra de arte reproduzida teria um valor generalizante. Sobre isso, vale conferir em *O esclarecimento como mistificação das massas* (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 99-138). Benjamin se distanciará de Adorno e Horkheimer: sua visão sobre a cultura e a história denota certo apreço pela transformação e pela heterogeneidade das produções culturais. Há em sua escrita uma percepção de que o aparelho reprodutor técnico da cultura (que em seu tempo eram o cinema, a indústria fonográfica, que produzia discos de vinil, a técnica da fotografia) poderia melhorar as condições de inserção do bem cultural na sociedade.

Vale aqui considerar que o valor de culto traz em si uma medida de valoração da arte enquanto obra ou produção ritualística, que deve ser acessível a apenas parte de uma camada social. No exemplo, Benjamin (1994, p. 173) afirma que mais importante que elas sejam vistas é que elas existam. “O valor de culto, como tal, quase obriga a manter secretas as obras de arte: certas estátuas divinas somente são acessíveis ao sumo sacerdote, na cela”, como também convém que certas madonas permaneçam “cobertas quase o ano inteiro, certas esculturas em catedrais da Idade Média são invisíveis, do solo, para o observador. À medida que as obras de arte se emancipam do seu uso ritual aumentam as ocasiões para que elas sejam expostas” (Ibidem).

Como crítico de fotografia, Benjamin se orientou tanto pela imagem dialética quanto pela fenomenologia do ver. É com a fotografia que Benjamin (op. cit., p. 174) tecerá importantes críticas ao valor de culto que, para ele, delimitava o acesso à arte, que restringia a produção cultural: “Com a fotografia, o valor de culto começa a recuar, em todas as frentes, diante do valor de exposição” (Ibidem).

Apesar disso, nada foi tão fácil. Benjamin diz-nos que as primeiras fotografias tendiam a espelhar a busca pela essência humana, na singeleza do fator memorialístico da imagem (fotos de parentes e amores que se foram): “a aura acena pela última vez na expressão fugaz de um rosto, nas antigas fotos” (Ibidem, p. 174).

De que forma então a fotografia abriu as fronteiras teóricas para que a exponibilidade da arte se expandisse, para que seu valor de exposição tomasse o lugar? Quando as imagens fotográficas se voltavam para os cenários da vida cotidiana, para a captura de momentos diários, nas ruas, nas vielas, nas fábricas, nas aglomerações de pessoas no trabalho e para as expansões urbanas, a fotografia adquirirá um valor de memória histórica. Como exemplo, Benjamin aponta Atget, que fotografou as ruas de Paris: “Com Atget, as fotos se transformaram em autos nos processos da história. Nisso está sua significação política latente” (Ibidem).

Daí, a imagem fotográfica e o trabalho estético da escolha de um instante preciso têm uma lição a trazer: retratam a experiência das relações histórico-sociais, que se refletem na cultura e que nos estudos benjaminianos traziam à tona a vida em suas multifacetadas condições, como o autor demonstra em seu texto *Experiência e Pobreza* (1994, p. 114-119). Nessas páginas o autor faz um desabafo da diminuição do intelecto humano, em face do valor de espetáculo advindo com o cinema: uma faca de dois gumes.

Se, de um lado, as tecnologias da reprodução auxiliavam e aproximavam as pessoas de produções culturais, muitas das quais inacessíveis à grande massa; por outro, as técnicas de reprodução também eram utilizadas com propósitos por vezes escusos, sectários. É o que diz Benjamin, ao final de *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, ao considerar que as técnicas de produção cultural, em seu tempo, ensejavam o caminho do fascismo: “A crescente proletarianização dos homens contemporâneos e a crescente massificação são dois lados do mesmo processo” (Op. cit., p. 117). O fascismo tenta organizar as

recém-nascidas massas proletárias, sem, contudo, modificar “as relações de produção e propriedade que tais massas tendem a abolir”. Por seu turno, “a reprodução em massa corresponde de perto à reprodução das massas [...]. Todos os esforços para estetizar a política convergem para um ponto. Esse ponto é a guerra” (Ibidem).

É claro que a aparição da fotografia não se deu em meio à calmaria. É com o suporte do cinema, porém, que ela tenderá a se tornar aceitável no espaço acadêmico que se volta para a produção artística: “muito se escreveu, no passado, de modo tão sutil quanto estéril, sobre a questão de saber se a fotografia era ou não arte, sem que se colocasse sequer a questão prévia de saber se a invenção da fotografia não havia alterado a própria natureza da arte” (Ibidem, p. 176).

De fato, a arte fotográfica (se já eliminamos a ideia de que ela não seja arte) proporcionou novas perspectivas sobre a história da arte, sobre a produção artística e sobre a relação dos artistas com a imagem. Porém, Benjamin (Op. cit., p. 177) adverte: “fotografar um quadro é um modo de reprodução; fotografar num estúdio, um acontecimento fictício, é outro”, de modo que sua crítica também era direcionada ao apelante status aurático, de uma pureza e beleza estéticas que o cinema vinha buscando introduzir no campo das artes. De fato, fotografar uma pintura, uma imagem artística, é reproduzi-la (e não seria isso tornar acessível a obra?), não uma criação nova. Fotografar pessoas nas experiências cotidianas, nos encontros da vida, as cidades em ascensão, isso é outra coisa: é proporcionar um registro artístico e memorialístico, que remete às funções entre o papel do historiador e o artista contemporâneo.

Em *Pequena história da fotografia*, Benjamin (1995) apresenta-nos os trâmites históricos que levaram Louis Jacques Mandé Daguerre (1787-1851) e Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) ao trabalho de aprimoramento da máquina fotográfica, no início do século XIX.

Como percepções positivas sobre a fotografia no espaço da era da reprodução técnica, Benjamin assistia, positivamente, à ascensão da técnica fotográfica. Benjamin captou em Baudelaire mais que um crítico da fotografia por perceber nesta “uma proximidade das massas (aspecto que Benjamin julgava positivo), alguém que notou sua tendência a se aproximar da ciência, ideia muito cara a Benjamin, que via na fotografia uma espécie de triunfo do aspecto técnico da obra de arte” (SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 21).

Diálogo entre a arte fotográfica de Marc Ferrez e as concepções críticas de Walter Benjamin

Um dos grandes artistas fotográficos foi o brasileiro Marc Ferrez (1843-1923). Segundo o site do Instituto Moreira Salles (2020), detentor das obras desse importante fotógrafo, ele nasceu no Rio de Janeiro em 1843, sexto filho dos franceses Alexandrine e Zéphérin, escultor que chegara à cidade em 1817 e se integrara à Missão Artística Francesa, participando da criação da Academia Imperial de Belas-Artes. Órfão aos sete anos, o pequeno Marc foi morar em Paris com a família do escultor e gravador de medalhas Joseph Eugène Dubois (1795-1863).

Retornando ao Brasil, no início dos anos de 1860, Ferrez logo se estabeleceu como fotógrafo. Suas ligações com Paris, em especial, nos primeiros anos de carreira, com a *Société Française de Photographie*, segundo o site do IMS, seriam mantidas por toda a vida, por meio de intensa correspondência e viagens frequentes, alimentando a ânsia de experimentação e aprimoramento tecnológico que acabaria por torná-lo um mestre alinhado com a vanguarda internacional do ofício e, mais tarde, um dos pioneiros na difusão da nova arte do cinema em território nacional.

Ainda seguindo a fonte do IMS, consta que o fotógrafo se estabeleceu por conta própria desde 1867, quando abriu no centro do Rio a Casa Marc Ferrez & Cia. O jovem Ferrez não demorou a ver a carreira prosperar. Foi contratado como fotógrafo pela marinha imperial e, dois anos depois, ele corria o país de norte a sul como fotógrafo da Comissão Geológica e Geográfica do Império, chefiada pelo cientista canadense naturalizado norte-americano Charles Frederick Hartt (1840-1878). Numa dessas expedições, em 1875, fez na Bahia algumas fotos (Figura 1), inclusive as primeiras fotos dos índios Bororos (Figura 2).

Analisando as fotos das Figuras 1 e 2, Benjamin perceberia a perícia do fotógrafo e todo o planejamento que envolve o artista; como observador sentiria a premência tentadora de perscrutar nestas imagens a diminuta fagulha do evento, do instante, “do aqui e agora com o qual a realidade chamuscou a imagem, de procurar o lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás” (BENJAMIN, 1994, p. 94).

Figura 1 – Charles F. Hartt, com a cidade do Recife ao fundo



Fonte: Fotografia: Marc Ferrez, 1875 – Coleção Gilberto Ferrez, Instituto Moreira Salles (IMS).

Figura 2 – Índios Bororo no sul da Bahia



Fonte: Fotografia de Marc Ferrez, 1875. Coleção Gilberto Ferrez, Instituto Moreira Salles.

O conjunto da obra de Ferrez é impressionante, e hoje muitas das fotos podem ser apreciadas na coleção preservada por seu neto, o pesquisador Gilberto Ferrez. Os negativos de vidro e as tiragens produzidas pelo próprio fotógrafo compõem a maior parte da Coleção Gilberto Ferrez, que reúne por volta de 15 mil imagens que não têm rival entre os acervos privados de fotografia brasileira do século XIX, adquiridas pelo IMS em maio de 1998.

Em 1879, ele produz seu próprio retrato (Figura 3), como aquele que quer fixar o instante de sua vida que ascendia com o sucesso de sua arte fotográfica. Ou, como diria Benjamin (1994, p. 94): “Só a fotografia revela esse inconsciente ótico, como só a psicanálise revela o inconsciente pulsional”.

**Figura 3 – Autorretrato de Marc Ferrez com cerca de 36 anos de idade.
Rio de Janeiro, 1879**



Fonte: Coleção Gilberto Ferrez / Acervo do Instituto Moreira Salles.

As duas décadas finais do século XIX foram de trabalho intenso. Ferrez fotografou tribos indígenas em Goiás e Mato Grosso; viajou por São Paulo e Minas Gerais a serviço da Estrada de Ferro D. Pedro II; registrou a construção de Estradas de Ferro. Destacam-se a fotografia dos estragos provocados em navios e instalações da marinha pela Revolta da Armada (Figura 4) e uma excelente série de tipos urbanos do Rio de Janeiro, cada um representando um ofício (Figura 5).

Figura 4 – Efeito de um torpedo na proa do “Aquidaban”



Fonte: Fotografia: Marc Ferrez, 1894. Rio de Janeiro, RJ / Acervo Fundação Biblioteca Nacional (2016).

Figura 5 – Túnel Ottoni



Fonte: Fotografia de Marc Ferrez. 1885. Coleção Gilberto Ferrez/ Acervo do Instituto Moreira Salles.

Entre o espanto da novidade (Figura 5) e as mazelas das autoridades estatais (Figura 4) está a contribuição da fotografia, tanto para o registro de um tempo quanto para a arte. Benjamin via na imagem capturada a essência de algo diferenciado do que até então se produzia.

Na foto da Figura 6, na sequência, Ferrez se revela um cronista visual, capaz de captar fagulhas do cotidiano agitado do centro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Há nele uma intensa diligência de registrar, por meio da arte iconográfica, o que o olhar da grande maioria banaliza. E ele o faz sob uma ótica pessoal e autoral o que está na vida de uma sociedade, que se divide em classes. Na visão de Benjamin, não se deve pensar a arte e a estética esquecendo-se da vida coletiva dos povos.

Figura 6 – Vendedores de jornal no Rio de Janeiro



Fonte: Fotografia: Marc Ferrez, 1899. Coleção Gilberto Ferrez, Instituto Moreira Salles.

Adiante, a foto da Figura 7 registra a escravidão no Brasil. Eis aí na obra de Marc Ferrez um bom exemplo de Walter Benjamin expressar sobre a arte elevada da fotografia, a qual, ao ser usada, se mostra capaz de capturar imagens – desenhar com luz – paradas ou em movimento, que são as impressões cumulativas da consciência do fotógrafo ao disparar o botão de seu equipamento e fixar uma imagem no tempo e no espaço.

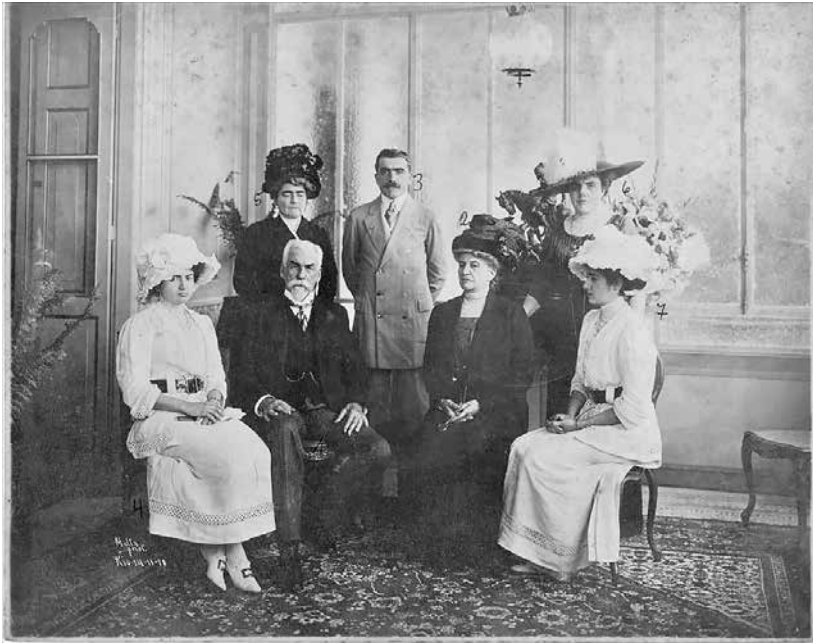
Figura 7 – Escravos em terreiro de uma fazenda de café na região do Vale Paraíba



Fonte: Fotografia: Marc Ferrez, 1882. Coleção Gilberto Ferrez, Instituto Moreira Salles

O século XX encontrou Ferrez consagrado como fotógrafo e empresário, com atividades que iam do comércio de equipamentos fotográficos à edição de livros e postais. Mesmo assim, permanecia disposto a tocar projetos ambiciosos nas duas frentes. Uma de suas obras mais expressivas foi *Álbum Avenida Central: 8 de março de 1903-15 de novembro de 1906*, onde registrou a remodelação radical da principal artéria carioca de então, promovida pelo prefeito Pereira Passos, com o rigor de contrapor reproduções das plantas às fotografias das fachadas de cada edifício ali documentado. Abaixo, na Figura 8, o registro da família do prefeito que, junto ao presidente Rodrigues Alves, promoveu a grande reforma na cidade maravilhosa, com a intenção de tornar o Rio de Janeiro a “Paris dos Trópicos”.

Figura 8 – Augusto Malta. Família Pereira Passos



Fonte: Fotografia Marc Ferrez, Rio de Janeiro, RJ / Acervo Museu da República (2020)

Nessa fotografia da família do prefeito Pereira Passos, realizada em 14 de novembro de 1910, além dele, estão fotografadas Maria Rita Passos, Maria Paula Passos de Castro, Francisco de Oliveira Passos, Olímpia Passos e Maria Ernestina T. de Castro. Citando Lichtwark, Benjamin (1994, p. 103) afirma que a fotografia adquiriria uma força histórica e social, pois “nenhuma obra de arte é contemplada tão atentamente em nosso tempo como a imagem fotográfica de nós mesmos, de nossos parentes mais próximos, de nossos seres amados”. De fato, é o que se depreende dessa foto.

Considerações finais

Ferrez soube de forma primorosa dedicar-se a retratar o que chamava atenção, o que o incomodava ou aquilo que admirava. Em sua extensa e variada obra

é possível perceber o quanto a realidade brasileira das décadas finais do século XIX, em seus extremos, está imortalizada em suas percepções de um Brasil que buscava esconder seus piores ângulos (a miséria, a desigualdade, a pobreza) e expor uma nova sensação de ordem e progresso.

Ferrez foi um brasileiro que soube registrar as deformidades mais íntimas e a estética do glamour de um Império em crise e uma República do porvir. O fotógrafo deixou para as gerações futuras um acervo rico de nossa realidade histórica e social. E o que mais nos choca é saber que pouca coisa mudou na realidade fotografada por Ferrez, observada por Benjamin. Tomara que, em um futuro próximo, possamos vislumbrar novas realidades em velhos e conhecidos cenários da História Nacional.

Referências

- ADORNO, Theodor. HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. *In: Magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **O brilhante cronista visual Marc Ferrez**. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/adgjA. Acesso em: 20 jul. 2020.
- INSTITUTO MOREIRA SALLES. 2020. **Coleção Marc Ferrez**. Disponível em: encurtador.com.br/gjKMZ. Acesso em: 19 ago. 2020.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê, 2014.
- MUSEU DA REPÚBLICA. **Os cinco anos da Brasileira Fotográfica**. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/eqtPS. Acesso em: 22 jul. 2020.
- SELIGMANN-SILVA, M. A teoria da fotografia em Walter Benjamin na era da síntese técnica de imagens, **Cadernos Walter Benjamin**, Fortaleza, n. 17, jul./dez., 2016. Disponível em: encurtador.com.br/bqDMP. Acesso em: 30 jun. 2020.
- SOTANG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

23

A linguagem e o consentimento informado

Elias José de Almeida¹

Não é o diploma médico, mas a qualidade humana, o decisivo (CARL JUNG).

Considerações iniciais

Desde os primórdios da civilização, a comunicação sempre foi imprescindível para o relacionamento da humanidade, numa compreensão de constante evolução da linguagem, seja através das formas verbal, escrita ou gestual, seja, hodiernamente, pela transformação digital que ocorreu nas últimas décadas.

O fato é que a linguagem está relacionada com todas as formas de comunicação, proporcionando a interação das nações num mundo totalmente globalizado, apesar do acesso não estar ao alcance de boa parte da população, principalmente para a camada economicamente hipossuficiente. E esse fato se estende a todos os segmentos e profissões; por exemplo: um advogado deve

1. Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. Graduado em Ciências Jurídicas. Atualmente, Professor de Direito Processual Civil e Direito Empresarial no curso de Direito pela Sociedade Universitária Redentor.

se ater aos cuidados de explicar o andamento de suas demandas de forma que seus clientes compreendam a situação de sua tutela, sem tecnicismo ou hipérbole.

Na medicina, não é diferente. Eis que compete ao médico estabelecer um diálogo intelectual e esclarecedor, de forma que opere várias classes de conhecimento que irá variar conforme o nível de entendimento de seu cliente. Entretanto, a área da saúde apresenta peculiaridades que transcendem a simples função de informar ou traduzir um diagnóstico. Cabral esclarece, com enorme maestria, que, na área da biomedicina, o interesse do indivíduo deve prevalecer quando se trata de sua saúde física e psíquica. Nessa linha axiológica, deve-se privilegiar a vulnerabilidade do paciente que se encontra em estado de debilidade de saúde, sobretudo em momentos de fragilidade física e psicológica, pois a forma de noticiar o diagnóstico pode ser melhor ou pior do que o próprio laudo constante no resultado.

De outra sorte, existe uma linha tênue que separa o dever de informar, por ser questão de ética médica, do direito do paciente que traduz no processo decisório de escolha do tratamento que julgar adequado ao seu problema. Isso a Bioética busca disciplinar na conduta do profissional de saúde e, ao mesmo tempo, salvaguardar o direito do paciente manifestado na proteção da dignidade da pessoa humana.

No direito contemporâneo, a linguagem e o consentimento informado devem buscar a construção de um ponto de convergência entre a ética de informar e, ao mesmo tempo, o respeito aos direitos da personalidade do cliente, seja através de um dever de informar qualificado pelo bom senso e oportunidade, sem ceticismo ou exageros no diagnóstico.

A linguagem e a comunicação humana

O processo cognitivo está totalmente conectado com a importância da comunicação para a formação da sociedade, sendo ela positiva ou não. Eis que a linguagem manifesta o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento. Neste enredo de ideias, Oliveira afirma, citando Vygotsky, que uma das funções da linguagem é de intercâmbio social, pois assim o homem cria e utiliza sistemas de linguagem para se comunicar com seus semelhantes. Então,

para Vygotsky, sob a ótica da mesma autora, é necessário que sejam utilizados signos, compreensíveis por outras pessoas, que traduzem ideias, sentimentos, vontades, pensamentos, de forma bastante precisa. Significa que cada indivíduo recebe a informação conforme sua experiência pessoal de modo muito complexo e particular, isto é, cada pessoa recebe e traduz a informação com seu significado (OLIVEIRA apud VYGOTSKY, 2004).

Na mesma linha de percepção, o desenvolvimento da linguagem deve levar em consideração todos os atores envolvidos no processo de comunicação, pois a mesma forma de interação pode ter significados distintos para um ou outro interlocutor, o que exige do comunicador cuidados com a forma e técnica de transmissão da informação.

Lordelo demonstra a relação da linguagem com a psicologia, afirmando que a comunicação deriva das funções mentais e do comportamento humano: “É a linguagem uma das principais marcas dos seres pensantes – não apenas o ser humano –, por menos complexa que ela possa parecer em uma primeira análise”. Continuando, o autor diz que “A organização das ideias, o aprendizado (por mais mecânico que seja) e o funcionamento da memória são elementos que dependem diretamente da linguagem e, portanto, da comunicação” (LORDELO, 2017, p. 68).

Tal linguagem torna-se ainda mais relevante nos casos de cura impossível ou improvável, caso em que a situação psicológica do paciente é agravada pelo medo, pessimismo ou ceticismo. Nesses casos, Cabral salienta que a angústia é ampliada pelo estado em que o paciente se encontra – pelo medo, dor ou ansiedade –, exigindo muitas vezes cuidados paliativos. E, em casos de impossibilidade de cura “Ou mesmo em face de cura viável, o ser humano doente apresenta outras necessidades como dor, falta de ar, ansiedade, medo... e são para esses aspectos que os cuidados paliativos voltam sua atenção”. E a autora conclui: “A vivência da finitude humana traz questões e necessidades complexas com as quais, na maioria das vezes, os profissionais da saúde não se sentem aptos a lidar” (CABRAL, 2018a, p.127).

Não há dúvidas de que, nesse quadro mais grave do paciente, a comunicação irá exigir muito mais habilidades do profissional de saúde, pois a eficácia de sua transmissão terá conexão com a resposta psíquica daquele que se encontra em situação de fragilidade que pode influenciar no tratamento adequado. O fato é que há uma complexidade no processo de comunicação entre pessoas. Por isso, afirma Cabral (2018a) se tratar de um processo subjetivo, à

medida que se dá entre pessoas com experiências, cultura, valores, interesses e expectativas diferentes.

Características da boa comunicação no âmbito do consentimento informado

Primeiramente, é necessário que se estabeleça o conceito de consentimento informado e sua abrangência, haja vista se tratar de uma obrigação oriunda do dever de informar estatuída no art. 34 do Código de Ética Médica que traz algumas vedações, em seu capítulo V, Art. 34: “Deixar de informar ao paciente o diagnóstico, o prognóstico, os riscos e os objetivos do tratamento, salvo quando a comunicação direta possa lhe provocar dano, devendo, nesse caso, fazer a comunicação a seu representante legal” (BRASIL. CFM. Resolução nº 1931/2009).

Torna-se de grande relevância esclarecer que o consentimento informado é um dever ético que deve ser sempre observado e cumprido em razão da vulnerabilidade humana, uma condição facilmente observada pelo quadro clínico e psicológico do paciente, uma vez que a própria moléstia o conduz à angústia, à melancolia, e, por muitas vezes, à depressão.

Assinala-se que o destinatário do consentimento informado é sempre o paciente, a pessoa que sofrerá sobre sua esfera psicofísica a pretendida intervenção clínica ou cirúrgica. Entretanto, para o consentimento se processar de forma válida, é necessário que o paciente goze de capacidade para manifestá-lo de forma livre e consciente. Essa liberdade é concernente aos direitos da personalidade, que tem como fundamento o princípio da dignidade da pessoa humana.

Castilho, a respeito do assunto, vê no princípio da dignidade um dos corolários dos direitos fundamentais. E, por vezes, repete o papel central que a dignidade da pessoa humana desempenha na Constituição Federal de 1988. Não é gratuitamente que ela se “constitui um dos fundamentos de nosso Estado Democrático de Direito (artigo 1º, III), e também de nossa ordem econômica (artigo 170, caput), além de figurar como um dos direitos expressamente assegurados às crianças (artigo 227, caput) e aos idosos” (artigo 230, caput). (CASTILHO, 2018, p. 318).

Assevera Da Silva (2009), que o paciente deve estar em pleno gozo de suas faculdades mentais e ciente das consequências da recusa. Não se exige consentimento expresso, salvo se o tratamento ou a cirurgia tiver caráter experimental. Além de ser plenamente capaz para responder por seus atos, a autonomia abrange a possibilidade de decidir sobre qual tratamento será considerado o ideal para o seu caso. Essa capacidade de discernimento é chamada de autonomia privada pelos civilistas.

Sobre esse aspecto, Borges (2007) comenta que a autonomia privada é um dos princípios fundamentais do direito privado. Esse princípio se materializa por meio dos negócios jurídicos. Castilho frisa que a autonomia é o direito de escolher seus próprios projetos existenciais. Ele também define essa autonomia em seus múltiplos aspectos: “privada (direitos de escolher livremente os próprios projetos existenciais), pública (direito de participação no processo democrático) e mesmo sob uma perspectiva eminentemente social (ideia do mínimo existencial)” (CASTILHO, 2018, p. 302). Nesse aspecto, a autonomia traduz a liberdade de escolha como direito fundamental do paciente, isto é, sua capacidade de pensar e decidir sobre seu destino, seja pelo melhor procedimento, seja até por sua recusa.

Rosenvald, Menezes e Dadalto (2020) reconhecem o consentimento livre e esclarecido como direito fundamental, citando como premissa o Pacto de San José da Costa Rica, assegurando em seu art. 5º, item 1, o seguinte: Art. 5º, item 1: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua Integridade física psíquica e moral”.

Para o livre exercício do consentimento informado a boa comunicação na relação médico-paciente é imprescindível, fato que depende essencialmente da linguagem que se estabelece entre eles. Nessa perspectiva, lembra Cabral (2018b) que, em qualquer das formas de consentimento informado (oral, escrita ou tácita), a linguagem utilizada para as informações deve ser menos técnica possível, compatível com o grau de instrução do destinatário.

Assim, no contexto do consentimento informado, importam a transparência e a ética para uma boa atuação entre médicos e pacientes, de modo que a informação conduza ao esclarecimento necessário para que o paciente possa participar das decisões através de forma consciente e autônoma.

Importância da linguagem adequada para a eficácia do consentimento informado

Quando se trata do consentimento informado, o ponto crucial da questão é a tradução da linguagem adequada que dependerá de cada destinatário (paciente). Isso porque cada indivíduo possui um nível intelectual próprio para receber e processar a informação.

Rosenvald, Menezes e Dadalto (2020) afirmam que não há consentimento adequado sem informação adequada; a falta de consentimento impõe o dever de reparar, o qual pode ser imposto também em favor dos familiares, inclusive por dano em ricochete. Isso revela que um consentimento inadequado, omissivo ou ambíguo pode ser desconsiderado, ou seja, pode transferir a soberania da decisão para o médico, revelando um verdadeiro consentimento desinformado ou quase-consentimento. Portanto, seja qual for a forma utilizada pelo interlocutor, sua linguagem deve ser muito bem compreendida por aquele que recebe a notícia, até mesmo para preservar o profissional de saúde e, ainda, para servir de subsídio para a melhor decisão do paciente.

Consoante lição de Cavaliere, a informação deve preencher três requisitos: adequação, veracidade e suficiência. “Somente a informação adequada, suficiente e veraz, permite o consentimento informado, pedra angular na apuração da responsabilidade do fornecedor”. Continuando: “A informação, como já ressaltado, tem por finalidade dotar o consumidor de elementos objetivos de realidade que lhe permitam conhecer produtos e serviços e exercer escolhas conscientes” (CAVALIERI FILHO, 2008, p. 83-84).

Nessa esteira de ideias, para que seja manifestado de modo livre e consciente, o consentimento – orienta Cabral (2018b) – depende da clareza, objetividade e transparência da informação recebida. De fato, não há como alguém exercer sua autonomia para decidir o seu destino na hora de optar pelo melhor tratamento se não lhe fora demonstrado todo o diagnóstico, o histórico da moléstia, as formas de tratamento, as chances de cura, etc. Não obstante, por vezes, o médico ter que utilizar algumas nomenclaturas da ciência, persiste seu dever de ser esclarecedor, traduzindo o tecnicismo conforme o aculturação do paciente. O fato é que dúvidas não podem pairar.

Realçando a noção de Cabral (2018b), ao insistir em demonstrar que o consentimento informado deve ter como objetivo “o direito à integridade física

e moral, à saúde e à vida, Rosenvald (2020, p. 33) defende a ideia de que o consentimento deve transcender a ideia de uma mera formalidade burocrática; pois, já que não é mera formalidade burocrática o consentimento, “o ato de informar também não deve ser visto como uma simples formalidade. Deve-se esclarecer o paciente, de maneira personalizada e adequada ao seu quadro clínico, idade, capacidade de compreensão”. Arremata o autor que é preciso uma leitura humanista do processo de consentimento, com o reconhecimento da proteção da pessoa concreta e de seus diferentes direitos fundamentais.

Martin (1998, p. 244-245) pondera a ideia de que a verdade não consiste apenas numa simples comunicação fria de dados e de informação objetiva. Para isso, o médico precisa desenvolver um relacionamento baseado na verdade contada no espírito de amor; pois, assim, com efeito, “ele focaliza um fator importante a ser considerado, em relação à maneira de contar a verdade, que é o fator tempo. O doente terminal precisa de tempo para confrontar a realidade da sua situação” – tempo esse de assimilação de que modo enfrentar a própria situação, “trabalhando, na medida do possível as diversas fases. Nesta perspectiva, um dos desafios para o médico é desenvolver a sensibilidade que o permita discernir a hora certa para falar com cada paciente e o que deve ser falado nessa ocasião”.

Não se trata de desprezar os aspectos importantes da linguagem no consentimento informado; muito ao revés, cuida-se da valorização da forma da transmissão da informação, levando em consideração o momento adequado, a sutileza da situação e o cuidado para não agravar o quadro daquele cidadão fragilizado pela moléstia.

Rosenvald, Menezes e Dadalto (2020, p. 17) acrescentam que a modernidade exige do profissional de saúde e dos médicos mais humanismo: “Urge reconstruir uma relação médico-doente com base na empatia. A empatia é a capacidade de entender ou sentir o que outra pessoa está experimentando dentro de seu quadro de referência, ou seja, a capacidade de se colocar na posição de outra”.

Esses direitos são revelados na liberdade e proteção do paciente, que escolherá a forma de tratamento ou até mesmo atos de disposição do corpo, seja por cirurgias terapêuticas, estética seja, até mesmo, pela renúncia de qualquer tipo de tratamento.

Considerações finais

Para uma melhor reflexão, a linguagem pode ser considerada imprescindível à comunicação humana, de modo que promove a interação entre as nações e facilita a aquisição do conhecimento. Nesse aspecto, observa-se sua relevância em todos os segmentos da sociedade, refletindo sua importância em todas as profissões: seja nas ciências humanas, biológicas, seja nas de outra natureza, a forma de comunicação reflete diretamente na construção do conhecimento. No mesmo diapasão, a comunicação deve ser adequada ao seu receptor, isto é, para que haja clareza e objetividade da informação, esta deverá respeitar o grau de escolarização daquele que a recebe.

Esse aspecto fica mais evidente na área da saúde, na qual se percebe a relevância e a eficácia na relação médico/paciente, pois, se de um lado, o profissional deve estar atento aos requisitos da norma e da ética, de outro, o paciente goza do direito de saber a verdade, de sua real condição e do tratamento apontado como adequado.

Para que haja um equilíbrio entre o direito de um e o dever de outro, deve-se buscar um ponto de convergência, pautado não só pela ética, mas também pelo bom senso. Por esse motivo, tudo dependerá da situação fática, pois há casos que carecem de cautelas que podem funcionar como deveres anexos ou morais, casos em que até mesmo o silêncio pode não representar omissão.

Nessa linha de raciocínio, pode-se citar o paciente com doença irreversível ou em estado terminal. Até porque, a rotina de um profissional da saúde, por muitas vezes, não lhe dá o luxo de ter um tempo suficiente para o processo de uma informação com qualidade. Do mesmo modo, ser transparente, ser objetivo, nem sempre significa ser hostil, frio, insensível, ao ponto de transformar o consentimento informado em um verdadeiro “anúncio de morte”. Nesses momentos, torna-se essencial uma dose de solidariedade, sensatez, fraternidade e empatia para evitar que a notícia do diagnóstico seja pior que seu próprio resultado ou tratamento.

Nesse sentido, o próprio Código de Ética, no já mencionado artigo 34, relativiza o dever de informar quando impede a comunicação direta que possa provocar dano ao paciente, devendo, nesse caso, afirmar a norma, fazer a comunicação a seu representante legal, denotando que nem sempre o doente está preparado para saber de seu diagnóstico. Sendo assim, insiste-se sobre a

imprescindibilidade de reflexões hodiernas e transformadoras sobre relações médico/paciente, responsáveis por profundas repercussões para as discussões do direito de danos. Afinal, busca-se a superação de uma comunicação inadequada por meio da valorização da autonomia privada do paciente, consignando a essência dessa relação interpessoal.

Quiçá esse seja o grande desafio do profissional da saúde, responsável pelo desenvolvimento desta habilidade, pois, ao mesmo tempo que necessita ser ético na transmissão da verdade, com transparência e objetividade, também precisa discernir quando será oportuno aplicar sua obrigação com doses de amor ao próximo. Eis a questão.

Referências:

- BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. **Direitos de Personalidade e Autonomia Privada**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat; VON-HELD, Andréa Rodrigues; DADALTO, Luciana. **Cuidados Paliativos**. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018a.
- CABRAL, Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat. **Concentimento Informado no Exercício da Medicina e Tutela dos Direitos Existenciais**. Curitiba/PR: Appris, 2018b.
- CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2018.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. São Paulo: Atlas, 2008.
- DA SILVA, Regina Beatriz Tavares. **Responsabilidade Civil na Área da Saúde**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- LORDELO, João Paulo. **Noções Gerais de Direito e Formação Humanística**. Salvador/BA: Juspodvm, 2017.
- MARTIN, Leonard M. **A Ética Médica Diante do Paciente Terminal**. São Paulo: Santuário, 1998.
- OLIVEIRA, M. E. de; STOLTZ, T. Teatro na escola: considerações a partir de Vygotsky. **Educar**, Curitiba, n. 36, p. 77-93, 2010.
- ROSENVALD, Nelson; MENEZES, Joyceame Bezerra de; DADALTO, Luciana. **Responsabilidade Civil e Medicina**. Indaiatuba/SP: Foco, 2020.

Esta obra foi composta nas tipologias Minion Pro/Coolvetica e foi impressa em papel Pólen-soft® 80 grs./m², no outono de 2021.

O livro “Interfaces da linguagem” reúne vinte e dois trabalhos de diferentes áreas, escritos por pesquisadores de diversas instituições. Nele, o leitor vai (re)descobrir o quão variadas são as atuações humanas em que a linguagem se faz fundamental para o seu bom desenvolvimento.

Desejo a você uma proveitosa leitura, e que, ao final, você se transforme (como eu me transformei) com todo o conhecimento permitido pelo diálogo interdisciplinar, e se encha da esperança de que a ciência, graças à perseverança (e amor ao próximo) de seus pesquisadores, está no caminho certo para a garantia dos direitos de todos.

Esta obra não contribui apenas para nossa formação científica, mas também para nossa formação humana, à medida que nos convida para a luta pela democratização de um dos nossos mais importantes direitos: o direito ao conhecimento.

Prof^a. Dr^a. Patricia Ormastroni Iagallo

Doutora e mestra em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP - Araraquara)

Docente do curso de Letras da UNESPAR - Apucarana



UNIG
UNIVERSIDADE IGUAÇU



www.brasilmulticultural.org

www.facebook.com/ibramep

editora@brasilmulticultural.org